



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS V

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**O IMPACTO DE GOVERNOS DE ULTRADIREITA NA QUALIDADE
DEMOCRÁTICA: O CASO DO BRASIL SOB BOLSONARO (2019-2022)**

IZABELLA MARIA FALCÃO DA CUNHA

JOÃO PESSOA

2025

IZABELLA MARIA FALCÃO DA CUNHA

**O IMPACTO DE GOVERNOS DE ULTRADIREITA NA QUALIDADE
DEMOCRÁTICA: O CASO DO BRASIL SOB BOLSONARO (2019-2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Externa e Segurança.

Orientador: Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco.

Coorientador: Prof. Dr. André Mendes Pini.

JOÃO PESSOA

2025

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C972i Cunha, Izabella Maria Falcão da.

O impacto de governos de ultradireita na qualidade democrática: [manuscrito] : o caso do Brasil sob Bolsonaro (2019-2022) / Izabella Maria Falcão da Cunha. - 2025.
174 f. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2025.

"Orientação : Prof. Dra. Cristina Carvalho Pacheco, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA".

"Coorientação: Prof. Dr. André Mendes Pini, Relações Internacionais".

1. Democracia. 2. Ultradireita. 3. Jair Bolsonaro. 4. Democracia do V-Dem. 5. Declínio democrático. I. Título

21. ed. CDD 321.8

IZABELLA MARIA FALCÃO DA CUNHA

O IMPACTO DE GOVERNOS DE ULTRADIREITA NA QUALIDADE
DEMOCRÁTICA: O CASO DO BRASIL DE BOLSONARO (2019-2022)

Dissertação apresentada à
Coordenação do Curso de Programa de
Pós-Graduação em Relações
Internacionais da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestra
em Relações Internacionais

Linha de Pesquisa: Política Externa e
Segurança.

Aprovada em: 24/02/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fábio Rodrigo Ferreira Nobre** (***.547.894-**), em 11/04/2025 16:18:17 com chave **b90f4922170911f0ad671a7cc27eb1f9**.
- **Saulo Felipe Costa** (***.769.734-**), em 11/04/2025 14:54:19 com chave **fe5a487616fd11f092821a1c3150b54b**.
- **Cristina Carvalho Pacheco** (***.986.019-**), em 11/04/2025 15:35:35 com chave **c1fdbad8170311f0aadb2618257239a1**.
- **André Mendes Pini** (***.169.918-**), em 11/04/2025 16:10:03 com chave **927da8a4170811f0992d2618257239a1**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 14/04/2025

Código de Autenticação: 95b922



AGRADECIMENTOS

Foram anos intensos, repletos de desafios e conquistas, de obstáculos e aprendizados, de tropeços e recomeços. Nesse percurso, pude contar com pessoas incríveis, que tornaram os dias mais leves e me ajudaram a transformar as dificuldades em crescimento.

Assim, expresso minha gratidão mais profunda a Deus e aos meus pais, José Cassiano e Fabíola, cuja base sólida de amor, apoio incondicional e incentivo constante me sustentou em cada passo dessa jornada. Aos meus irmãos e melhores amigos, José Cássio e Larissa, que sempre estiveram ao meu lado, compartilhando alegrias e dificuldades com a cumplicidade única que só irmãos podem ter.

Às minhas irmãs de coração, Mayara, Nayanna, Clara, Fernanda e Malu, por cada palavra de encorajamento, por cada abraço que trouxe conforto e por serem meu porto seguro nos momentos turbulentos. À minha prima Marianna, pela amizade que transcende laços sanguíneos e se fortalece a cada dia. E a Gustavo, que chegou nos 45 do segundo tempo e já fez toda a diferença.

À minha cunhada Carolina, pelo carinho, apoio e por fazer parte dessa caminhada com sua presença sempre acolhedora. Às minhas amadas e tão queridas tia-avó Vânia e avós Mabel e Graça. À minha família e amigos, que, de perto ou de longe, com gestos pequenos ou grandes, me incentivaram e estiveram ao meu lado nos momentos mais desafiadores.

Aos meus orientadores, Prof^ª. Cristina Carvalho Pacheco e Prof. André Mendes Pini, um agradecimento especial. Vocês foram muito além da orientação acadêmica, tornando-se verdadeiros mentores e referências que levo para a vida. Entre cafés e longas conversas, moldaram não apenas essa pesquisa, mas também minha trajetória profissional e pessoal. Existem professores que, por sua excelência e dedicação, deixam marcas indeléveis naqueles que têm o privilégio de aprender com eles. Obrigada pela paciência, pelo incentivo e por acreditarem em mim desde a graduação até aqui.

Expresso também minha sincera gratidão à minha banca examinadora, composta pelos professores Saulo Felipe Costa e Fábio Nobre. Suas contribuições foram fundamentais para o aprimoramento deste trabalho, e seu olhar atento e criterioso agregou imensurável valor à minha pesquisa. Obrigada pela dedicação, pelas observações valiosas e por compartilharem comigo seu conhecimento e experiência.

Sou também grata ao órgão de fomento CAPES, pela bolsa de estudos concedida que viabilizou essa caminhada.

Agradeço ainda ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, pelas experiências e aprendizados.

A Chopin, Austen, Orwell e Hugo, obrigada por me manterem sã e esperançosa em meio a temas e tempos difíceis e complexos.

E, por fim, a todos aqueles que, de alguma forma, fizeram parte dessa trajetória, mas cujos nomes não caberiam nestas páginas – vocês sabem quem são. A cada um de vocês, minha gratidão infinita.

Os extremos marcam a fronteira para lá da qual não há vida, e, tanto em arte como em política, a paixão do extremismo é um desejo de morte disfarçado.

Milan Kundera – *A insustentável leveza do ser*

RESUMO

Esta pesquisa investiga o impacto de governos de ultradireita na qualidade democrática dos Estados, com foco no estudo de caso do governo de Jair Bolsonaro no Brasil (2019-2022). A hipótese central é que a ascensão da ultradireita contribuiu para a deterioração da qualidade democrática em países tradicionalmente reconhecidos como estáveis. Observa-se uma tendência global de retrocesso institucional, anteriormente identificada, e intensificada pela chamada "Quarta Onda" (Mudde, 2019) de ideais extremistas, afetando tanto regimes consolidados quanto emergentes. Assim, o estudo baseia-se na análise documental de relatórios e indicadores que medem a confiança nas instituições, além de índices internacionais que avaliam a qualidade do regime político. A investigação examina como Bolsonaro utilizou o aparato estatal para desafiar valores fundamentais do sistema representativo, empregando a métrica do *Varieties of Democracy (V-Dem)*, cujo índice de Poliarquia, central nessa análise, reflete a teoria desenvolvida por Robert Dahl (1971; 1989; 1998; 2001; 2006) (*V-Dem*, 2024; Teorell et al., 2018). O recorte temporal (2019-2022) foi escolhido devido aos sucessivos ataques às instituições brasileiras, evidenciando estratégias típicas de governos autoritários na era digital. A pesquisa se mostra relevante ao esclarecer as novas dinâmicas da governança política e seus impactos sobre a estabilidade institucional, contribuindo para a compreensão dos desafios contemporâneos enfrentados pelos regimes democráticos.

Palavras-chave: Democracia; Ultradireita; Jair Bolsonaro; V-Dem; Declínio democrático.

ABSTRACT

This research investigates the impact of far-right governments on the democratic quality of states, focusing on the case study of Jair Bolsonaro's administration in Brazil (2019–2022). The central hypothesis is that the rise of the far-right contributes to the deterioration of democratic quality in countries traditionally regarded as stable. A global trend of institutional decline, previously identified, has been further intensified by the so-called "Fourth Wave" (Mudde, 2019) of extremist right-wing ideologies, affecting both consolidated and emerging regimes. Thus, this study relies on the documentary analysis of reports and indicators measuring institutional trust, alongside international indices that assess the quality of political regimes. The investigation examines how Bolsonaro leveraged state apparatuses to challenge fundamental principles of the representative system, employing the Varieties of Democracy (V-Dem) framework. Its Polyarchy index, central to this analysis, reflects the theory developed by Robert Dahl (1971; 1989; 1998; 2001; 2006) (V-Dem, 2024; Teorell et al., 2018). The selected time frame (2019–2022) was chosen due to the repeated attacks on Brazilian institutions, revealing patterns commonly associated with authoritarian governments in the digital era. This research is relevant as it sheds light on new dynamics in political governance and their impact on institutional stability, contributing to a deeper understanding of the contemporary challenges faced by democratic regimes.

Keywords: Democracy; Far-right; Jair Bolsonaro; V-Dem; Democratic decline.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição Temporal de Lideranças Populistas e de Direita no Poder (2001-Atualidade)	70
Figura 2 - Regimes e mudança de regime	89
Figura 3 - Índice de democracia liberal no Brasil (1900-2023)	81
Figura 4 - O estado da democracia liberal em 2019	89
Figura 5 - Países que se democratizaram ou autocratizaram substancialmente (2009-2019).....	90
Figura 6 - Índice de democracia liberal: médias globais e regionais (ponderado pela população no eixo direito), 1972-2019	91
Figura 7 - Países com mudanças significativas na democracia liberal (2009-2019).....	94
Figura 8 - Número de países por tipo de regime (esquerda) e participação na população mundial (direita)	95
Figura 9 - Países autocratizantes vs. democratizantes pelo Índice de Democracia Liberal (1972-2019)	97
Figura 10 - Inventário regional da autocratização e democratização (1972-2019)	98
Figura 11 - Principais 10 países autocratizantes pelo Índice de Democracia Liberal (LDI), 2009-2019	100
Figura 12 - Como a autocratização se desenvolve: exemplos de países (2009-2019) ...	100
Figura 13 - Principais aspectos da democracia com mudanças substanciais (2009-2019)	102
Figura 14 - Média da mudança regional nos principais aspectos da democracia (2009-2019)	104
Figura 15 - Indicadores de democracia em declínio substancial (2009-2019)	106
Figura 16 - Espaço cívico e acadêmico: mudança média (2009-2019)	107
Figura 17 - Países por pontuação no Índice de Democracia Liberal (LDI) do V-Dem: comparação entre 2009 e 2019	110
Figura 18 - Regimes do mundo (2009-2019)	113
Figura 19 - Índice de Democracia Liberal (2019)	114
Figura 20 - Estado da Democracia Liberal (LDI), 2022	118
Figura 21 - Democracia liberal por médias nacionais e ponderação populacional (1972-2022).....	119
Figura 22 - Tipos de regime por número de países e participação populacional (1972-2022)	

.....	120
Figura 23 - Participação regional da população por tipo de regime	121
Figura 24 - Aspectos democráticos em melhoria e declínio (2012 e 2022)	122
Figura 25 - Os 20 principais indicadores em declínio (2012-2022)	123
Figura 26 - Países em democratização vs. autocratização (2012-2022)	127
Figura 27 - Países autocratizantes vs. democratizantes (1972-2022)	128
Figura 28 - Países democratizantes vs. autocratizantes (2012-2022)	129
Figura 29 - Democratização e autocratização por regiões (2012-2022)	130
Figura 30 - Polarização e autocratização no Brasil, 2012 - 2022	132
Figura 31 - Grau de mudança nos indicadores do LDI e DCI no Brasil (2021-2022) ...	133
Figura 32 - Os 10 principais países em autocratização (comparação de 10 anos vs. 3 anos)...	134
.....	134
Figura 33 - Os 20 principais indicadores em declínio (2012-2022).....	136
Figura 34 - Disseminação de desinformação governamental e polarização política (2012-2022)	137
Figura 35 - Mudança na disseminação de desinformação governamental e polarização política por países (2012-2022)	138
Figura 36 - Regimes do Mundo, 2012 - 2022	139
Figura 37 - Países por pontuação no Índice de Democracia Liberal (LDI), 2012-2022)..	142
Figura 38 - Pontuações dos países no Índice de Democracia Liberal (LDI) e em todos os índices componentes (2022)	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
AIB	Ação Integralista Brasileira
BJP	Bharatiya Janata Party
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCI	Índice de Componente Deliberativo
EDI	Índice de Democracia Eleitoral
IDL	Índice de Democracia Liberal
LDI	Índice de Democracia Liberal
ONU	Organização das Nações Unidas
OMC	Organização Mundial do Comércio
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAN	Partido de Ação Nacional
PEB	Política Externa Brasileira
PL	Partido Liberal
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
STE	Tribunal Superior Eleitoral
V-DEM	Varieties of Democracy

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - DEMOCRACIA E ULTRADIREITA: CONTEXTOS E EVOLUÇÃO.....	20
1.1.1 As Novas Direitas: Debates Conceituais e Terminológicos.....	21
1.1.2 O Século XXI e a Quarta Onda de Ascensão da Ultradireita.....	29
1.1.3 A Ultradireita no Sul Global e Como Pensar as Novas Direitas na América do Sul.....	37
1.1.4 A Ultradireita Brasileira: Origens e Contextos.....	45
1.1.4.1 A Ultradireita Brasileira: Herança Integralista.....	46
1.1.4.2 O Pensamento Autoritário no Brasil: Do Estado Novo à Ditadura Militar.....	55
1.1.4.3 O Governo Bolsonaro e a Consolidação da Ultradireita no Brasil.....	58
CAPÍTULO II - DEMOCRACIA EM DECLÍNIO: DEMOCRACIAS DE FATO MORREM?..	63
.....	63
2.1 Conceituando a Democracia.....	63
2.1.1 Poliarquia: A Base do Conceito Democrático.....	65
2.2. Medindo a Democracia: <i>V-Dem</i> , <i>Freedom in the World</i> , <i>Polity V</i> , <i>Democracy Index</i> ...66	66
2.3 O Declínio Democrático no Século XXI: Tendências Globais.....	70
2.4 A Democracia em Números: Um Panorama Quantitativo.....	72
CAPÍTULO III - O DECLÍNIO DEMOCRÁTICO NO BRASIL E NO MUNDO: IMPACTOS DA ULTRADIREITA DE 2019 A 2022	80
3.1 Democracia Brasileira: Breve Panorama Histórico e Quantitativo de seus Avanços e Retrocessos de 1900 a 2023.....	83
3.2 Democracia no Brasil e no Mundo: Análise do Relatório <i>V-Dem</i> 2020.....	86
3.3 Democracia no Brasil e no Mundo: Análise do Relatório <i>V-Dem</i> 2023.....	117
3.4 Os Impactos da Ultradireita: Comparando os Relatórios de 2020 e 2023 do <i>V-Dem</i> ...150	150
CONCLUSÃO	152
REFERÊNCIAS.....	157

1 INTRODUÇÃO

Com o término da Guerra Fria, o Ocidente foi tomado por um otimismo liberal, e passou a acreditar que o declínio soviético e a consolidação do capitalismo democrático representavam a vitória definitiva de seu modelo político e social. A teoria do “Fim da História” (Fukuyama, 1992) sugeria que a disseminação global deste modelo seria inevitável. No entanto, os desafios do início do século XXI, incluindo o fortalecimento de agendas de segurança e a ascensão econômica da China, sem uma concomitante democratização, provando que a democratização não era pré-condição para atingir prosperidade econômica, desmentiram essa expectativa. Assim, foi observado um declínio democrático nas primeiras décadas do século XXI, paralelo ao crescimento da ultradireita global.

Compreende-se que esses processos são inter-relacionados: embora o declínio democrático global preceda à ascensão da ultradireita (*V-Dem*, 2024), esta última tem intensificado tal processo. Dessa forma, a presente dissertação explora essa dinâmica, analisando como a ultradireita influencia o declínio democrático, através de um estudo de caso do Brasil sob a presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022). Esse caso ilustra a interação entre as políticas autoritárias, o enfraquecimento das instituições democráticas e a retórica polarizadora, oferecendo uma compreensão mais profunda dos mecanismos pelos quais a ultradireita pode impactar negativamente a democracia.

Nos anos recentes, o surgimento de novas direitas em diversos Estados desencadeou novas discussões políticas e acadêmicas, situando-se em um contexto mais amplo de preocupações sobre a crise da democracia representativa (Sanahuja; Stefanoni, 2023). Essas forças políticas que desafiam a ordem liberal têm ganhado força (Brown, 2019) e muitas vezes substituído ou reconfigurado a centro-direita tradicional (Sanahuja; Stefanoni, 2023). De acordo com Sanahuja e López Burian (2023), essas "novas direitas" combinam conservadorismo com discursos "antissistema", capitalizando o descontentamento generalizado com as elites políticas e a sensação de insegurança quanto ao futuro. De forma que esse fenômeno tem resultado em um crescente apoio a políticas nacionalistas e excludentes, especialmente após a crise de 2008 (Sanahuja; Stefanoni, 2023; Mudde, 2020).

Algumas dessas novas direitas desafiam a globalização e a ordem internacional liberal em defesa da nação, da soberania e da comunidade (Sanahuja; Stefanoni, 2023). Paralelamente, as culturas digitais proporcionam novas formas de expressão e disseminação

de discursos, e as promessas democratizadoras da internet evoluem para um cenário de tensões na esfera pública e crescente polarização (Sanahuja; Stefanoni, 2023). As redes sociais, que inicialmente foram vistas como um espaço de ampliação do debate democrático, passaram a servir como plataforma para discursos de ódio e radicalização ideológica, agravando o cenário de intolerância e contribuindo para a erosão do diálogo público (Silva; Rocha, 2019). E esse ambiente digital polarizado tem sido apontado como um dos principais desafios ao estado democrático de direito, uma vez que as interações digitais reforçam bolhas ideológicas e promovem a radicalização de posições políticas, dificultando o consenso social (Ferreira, 2019).

Sanahuja e Stefanoni (2023) levantam várias questões importantes sobre a natureza e as consequências dessas novas direitas: afinal, até que ponto essas direitas radicalizadas se vinculam com tradições políticas do passado que se pensavam superadas? Seu crescimento põe em risco os consensos democráticos do pós-Guerra Fria? Que conceptualização e terminologias são adequadas para compreendê-las? Que tipo de redes estão construindo no plano global e no espaço ibero-americano, e quais são suas potencialidades e seus limites? (Sanahuja; Stefanoni, 2023).

Perante tantas questões possíveis a serem exploradas, a pergunta de pesquisa que orienta a presente dissertação é: “Como a ultradireita influencia no processo de declínio democrático?”.

A instabilidade e a diversidade dessas dinâmicas político-ideológicas desafiam as definições e os conceitos tradicionais (Sanahuja; Stefanoni, 2023). De acordo com Sanahuja e Stefanoni (2023), os partidos e movimentos capturam apenas parte de um clima social mais amplo, marcado pelo enfraquecimento da esperança e pela proliferação de narrativas conspiratórias, que buscam explicar uma realidade cada vez mais complexa e difícil de interpretar com os modelos tradicionais. Dessa forma, a ascensão das novas direitas é um fenômeno multifacetado que está reconfigurando o cenário político global, levantando importantes questões sobre a democracia, o autoritarismo, a globalização e as dinâmicas sociais contemporâneas.

Nesse contexto, as discussões sobre a democracia têm se tornado mais significativas e o estudo da democracia continua ocupando uma posição central na literatura de Ciência Política, embora o conceito de democracia tenha experimentado transformações significativas ao longo do tempo (Fittipaldi *et al.*, 2017). Assim, a expansão das pesquisas sobre este tema impulsiona a investigação das relações causais entre o regime democrático e seus impactos

em benefícios coletivos, incluindo a alocação de recursos e a promoção do crescimento econômico (Acemoglu *et al.*, 2015).

No final da década de 1990, a democracia mundial estava em um período de grande otimismo. Esse sentimento foi impulsionado pela chamada "terceira onda de democratização", como descrito por Huntington (1994; 2003). Entre 1974 e 1990, pelo menos 30 países transitaram para regimes democráticos, praticamente dobrando o número de democracias no mundo. Este período foi caracterizado por uma série de fatores que favoreceram a expansão da democracia, incluindo o crescimento econômico global, as mudanças nas políticas de atores externos como os Estados Unidos e a União Europeia, e um efeito dominó, em que transições democráticas em alguns países incentivaram outras nações a seguirem o mesmo caminho (Huntington, 2003).

A trajetória de expansão democrática começou a encontrar sérios obstáculos, no início do Século XXI. De acordo com Diamond e Plattner (2015), autores de "*Democracy in Decline?*", vários foram os fatores que contribuíram para essa recessão democrática, incluindo crises econômicas, polarização política e o desempenho insatisfatório de novas democracias em termos de governança e serviços públicos. Estes fatores minaram a legitimidade das instituições democráticas e abriram espaço para o ressurgimento de movimentos autoritários e populistas (Pini, 2018; Levitsky e Way, 2015; Levitsky, Ziblatt, 2018).

Um dos desafios mais significativos à condição atual da democracia é a ascensão da ultradireita global. Este fenômeno tem sido observado em diversos Estados, em que líderes populistas e partidos de extrema-direita ganharam proeminência (Mudde, 2018). Tais movimentos compartilham alguns padrões de atuação: oposição aos princípios fundamentais da democracia liberal, juntamente com promoção de políticas nacionalistas, xenofóbicas e autoritárias (Mudde, 2000). A eleição de líderes como Donald Trump (2017-2021 e 2025-2028), nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro (2019-2022), no Brasil e Viktor Orbán (2010-atual), na Hungria, exemplifica essa tendência (Mudde, 2019; Levitsky, Ziblatt, 2018).

Assim, é evidente que a ascensão de líderes de ultradireita permanece em destaque no cenário político global contemporâneo, manifestando-se em diversos países. Por exemplo, na Alemanha, o Partido Alternativa para a Alemanha (AfD) tem alcançado níveis recordes de popularidade, explorando temores relacionados à recessão e migração (DW, 2023). E a legenda planeja lançar um candidato a chanceler federal nas eleições de 2025 (DW, 2023). Além disso, na Europa, partidos de extrema direita têm obtido avanços significativos em países como França, Itália e Suécia, refletindo uma tendência de fortalecimento dessas forças

políticas no continente (DW, 2023). No Brasil, embora Jair Bolsonaro tenha sido derrotado nas eleições de 2022, a ultradireita consolidou sua presença no Congresso Nacional, indicando uma resiliência e capacidade de mobilização significativa (FOLHA DE S. PAULO, 2022). Esses eventos ilustram a persistência e adaptação dos movimentos de ultradireita no cenário político global.

Geograficamente mais próximo, na Argentina, Javier Milei, economista ultraliberal, foi eleito presidente em novembro de 2023 (CNN Brasil, 2023). Desde então, implementou medidas econômicas drásticas, incluindo a eliminação de 900 regulamentações, demissão de 36.000 funcionários públicos e cortes significativos em subsídios e pensões, resultando em superávits fiscais mensais e na redução da inflação de 26% para 2,7% ao mês (CNN Brasil, 2023; The Wall Street Journal, 2025). Na França, Marine Le Pen, líder do partido de extrema-direita Reunião Nacional (RN), alcançou resultados históricos nas eleições legislativas de julho de 2024, elegendo a maior bancada de deputados de sua história, com 143 cadeiras na Assembleia Nacional (DW, 2023). Apesar de não ter conquistado a maioria, Le Pen afirmou que sua vitória foi "apenas adiada" (UOL Notícias, 2024). E, na Itália, Giorgia Meloni, líder do partido Irmãos de Itália (*Fratelli d'Italia*), tornou-se a primeira-ministra em outubro de 2022, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo no país (G1, 2023). Desde então, Meloni tem fortalecido alianças internacionais, incluindo uma visita ao recém reeleito presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em Mar-a-Lago, em janeiro de 2025 (El País, 2025).

Huntington (1991) já alertava para o risco de uma "onda reversa" de desdemocratização, um processo no qual países que haviam passado por transições democráticas começam a regredir para regimes autoritários ou enfraquecer suas instituições democráticas. Esse retrocesso poderia ser impulsionado por fatores como a fragilidade dos valores democráticos entre as elites e a população, crises econômicas graves que geram descontentamento social e o aumento da polarização política, que mina o funcionamento das instituições e o respeito às regras democráticas (Huntington, 1991).

Esses fatores, combinados com a ascensão de regimes autoritários que prometem soluções rápidas para problemas complexos (Stanley, 2000), criam um ambiente propício à corrosão da democracia. Preocupados com o contexto internacional, a presente pesquisa volta-se para compreender como a ascensão da ultradireita global impacta o atual declínio democrático, com foco específico no Brasil durante o governo Bolsonaro.

Observa-se, portanto, uma tendência contemporânea de deterioração da qualidade democrática, que antecede a ascensão de líderes como Donald Trump e a expansão global da

ultradireita (Levitsky & Ziblatt, 2018). No entanto, o avanço de ideais extremistas de direita, frequentemente denominado “Quarta Onda” por Cas Mudde (2019), intensificou significativamente esse processo de declínio. E esse fenômeno não se restringiu a democracias em fase de consolidação, mas também impactou países com sistemas políticos tradicionalmente estáveis e bem estabelecidos (Levitsky & Ziblatt, 2018).

Segundo a análise do Centro para o Progresso Americano (2018), governos de ultradireita, como o de Jair Bolsonaro, no Brasil, utilizam retórica autoritária e xenofóbica para minar instituições democráticas e normativas. A ascensão de tais governos tem sido associada a um retrocesso democrático, conforme observado no índice de democracia liberal do Instituto *V-Dem*, de 2018, que destaca uma degradação das instituições democráticas e um movimento em direção ao autoritarismo em vários países, que incluem o Brasil e a Hungria, por exemplo (*Center for American Progress*, 2018). Daly e Jones (2020), na *Oxford Academy*, também discutem como partidos populistas de direita ameaçam a democracia liberal ao consolidarem poder e implementarem políticas que enfraquecem o Judiciário, a imprensa livre e outras instituições democráticas essenciais (Daly; Jones, 2020).

Assim, com o intuito de compreender a relação entre a ascensão da ultradireita e o processo de declínio democrático, esta pesquisa busca responder à seguinte questão: “Como a ultradireita influencia no processo de declínio democrático?”. Para isso, investiga-se o impacto desse fenômeno em Estados considerados democráticos, tendo como estudo de caso o governo de Jair Bolsonaro no Brasil. O objetivo principal é analisar os mecanismos e estratégias empregados por governos de ultradireita para enfraquecer instituições democráticas e reconfigurar o cenário político. No caso proposto, do Brasil, pretende-se identificar como Bolsonaro utilizou sua posição de poder para questionar valores democráticos, influenciar a opinião pública e adotar práticas que contribuíram para a deterioração da qualidade democrática no país.

Este contexto global (Mudde, 2019) serve como cenário crucial para a presente investigação, evidenciando a relevância da pesquisa sobre a exacerbação da ascensão da ultradireita nas ameaças à estabilidade e à integridade dos regimes democráticos em escala mundial. A análise deste processo de erosão democrática se torna essencial para compreender os desafios atuais e potenciais à qualidade da democracia, sublinhando a importância da pesquisa em face das transformações políticas contemporâneas. Portanto, a justificativa desta pesquisa está na necessidade de compreender como líderes políticos podem promover agendas autoritárias, impactando a qualidade da democracia e a coesão social.

Esta pesquisa analisará a Administração de Jair Bolsonaro (2019-2022), avaliando seu impacto sobre a qualidade democrática no Brasil ao longo de todo o seu mandato. Para realizar essa análise, serão utilizados indexadores democráticos dentro do horizonte temporal do século XXI, permitindo uma comparação abrangente e contextualizada.

A seleção deste período é justificada pelo acentuado aumento nas críticas e nos ataques à democracia promovidos pelo presidente e seus apoiadores durante seu tempo no cargo. Este intervalo é marcado por eventos críticos que exemplificam o desafio às instituições democráticas: conflitos intensos com o Supremo Tribunal Federal (STF), oposição às recomendações de organizações internacionais sobre medidas de combate à pandemia de COVID-19 e, notavelmente, as eleições de 2022, quando Bolsonaro e seus aliados duvidaram da integridade do processo eleitoral (CNN Brasil, 2022).

No que diz respeito à abordagem metodológica, esta pesquisa propõe uma análise documental de relatórios produzidos pelo *V-Dem Institute*, especificamente os Relatórios de Democracia de 2020 e 2023. O objetivo principal dessa abordagem foi examinar a evolução do contexto democrático no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), por meio da comparação entre os dados e análises apresentados nesses documentos. Essa estratégia metodológica permitiu identificar mudanças significativas na qualidade democrática brasileira ao longo desse período, considerando tanto o início quanto o término do mandato presidencial. A dissertação também situa a ascensão de regimes autocráticos e das novas direitas dentro de um fenômeno global e regional, relacionando o caso brasileiro a tendências observadas em diversas partes do mundo. Por meio do estabelecimento de um estudo de caso busca-se apresentar inferências que conectem a ultradireita a processos de declínio democrático.

A escolha da análise documental como método de investigação fundamenta-se na abordagem de Bowen (2009), que destaca a importância desse método para examinar evidências históricas e compreender fenômenos políticos. Além disso, a pesquisa dialoga com Gerring (2004), que argumenta que o estudo de caso baseado em análise documental permite identificar padrões e inferir mecanismos causais em contextos políticos específicos. Além disso, a dissertação se baseia em conceitos metodológicos apresentados por Coppedge *et al.* (2024), que detalham os processos de medição do *V-Dem*, explicando como os dados são coletados, avaliados e validados. O uso desse índice, que se apoia na teoria da Poliarquia de Robert Dahl (1971; 1989; 1998; 2001; 2006), fortalece a credibilidade da análise ao oferecer um quadro teórico consolidado para medir a democracia. Além disso, o uso de

gráficos e imagens extraídas dos relatórios fortalece a análise ao oferecer uma dimensão visual das mudanças ocorridas no período analisado

O índice democrático *V-Dem* foi escolhido para esta pesquisa devido à sua fundamentação na teoria da Poliarquia de Robert Dahl (1971; 1989; 1998; 2001; 2006) (Coppedge, 2024). Essa escolha se justifica pelo fato de que o *V-Dem* estrutura suas medições com base nos princípios delineados por Dahl, permitindo uma análise abrangente da qualidade democrática. Segundo o estudo *Measuring Polyarchy Across the Globe, 1900–2017* de Teorell *et al.* (2018), o índice de Poliarquia do *V-Dem* avalia cinco componentes essenciais da democracia: (1) Oficiais Eleitos, (2) Eleições Livres e Justas, (3) Autonomia Associativa, (4) Cidadania Inclusiva e (5) Liberdade de Expressão e Acesso a Fontes Alternativas de Informação.

A adoção dessa abordagem metodológica detalhada possibilita uma análise empírica precisa sobre os impactos da ascensão da ultradireita na qualidade democrática, contribuindo para a compreensão das transformações políticas contemporâneas. Além disso, os dados extraídos do *V-Dem* fornecem uma base sólida para investigações futuras, permitindo o desenvolvimento de estratégias e políticas voltadas à proteção das instituições democráticas.

Ademais, esta pesquisa utiliza a abordagem de Estudo de Caso como uma metodologia apropriada (Mahoney *et al.*, 2008) para explorar a complexa interação entre governos de ultradireita e a qualidade democrática dos Estados, especialmente no contexto do governo Bolsonaro no Brasil. Esta abordagem permite um exame contextualizado de fenômenos específicos, buscando deduzir correlações ou causas gerais para certos padrões comportamentais globais e fenômenos complexos (Gerring, 2004).

Assim, com base na premissa apresentada por Vennesson (2008) de que grande parte do conhecimento adquirido em diversas disciplinas, especialmente nas Relações Internacionais e na Ciência Política, provém de estudos de caso (Vennesson, 2008; Henriques; Leite; Teixeira Jr, 2015), e contrariando a visão de que não é possível generalizar a partir de um único caso (Flyvbjerg, 2006), esta pesquisa adota a perspectiva de que o uso de estudos de caso é fundamental para descrever, categorizar, gerar tipologias, formular hipóteses e explicar fenômenos (Evera, 1997; Henriques; Leite; Teixeira Jr, 2015).

A escolha do governo Bolsonaro como estudo de caso é particularmente pertinente para responder à pergunta de pesquisa, devido ao fato de que a administração Bolsonaro é notória na aplicação de estratégias e opiniões antidemocráticas (Teitelbaum, 2019), sobretudo pelo uso das redes sociais, o que oferece o ambiente propício para análise das dinâmicas entre a ultradireita e as instituições democráticas. A análise qualitativa permitirá a investigação da

contribuição de táticas específicas adotadas pelo governo, como a disseminação de desinformação, a manipulação da opinião pública e a estratégia de confronto com outras instituições do Estado, que contribuem para a erosão ou o fortalecimento da qualidade democrática.

A pesquisa está estruturada em três capítulos, necessários para a compreensão da relação entre a democracia e a ascensão da ultradireita no contexto contemporâneo, com enfoque particular no Brasil. O primeiro capítulo reúne as discussões sobre a base ideológica da ultradireita, iniciando com uma análise das novas direitas, suas bases ideológicas e as discussões conceituais e terminológicas que permeiam esse campo. Em seguida, ainda no mesmo capítulo, examina-se a ultradireita no século XXI, com destaque para eventos e figuras chave que contribuíram para seu crescimento global. A seção seguinte discute a Quarta Onda da ultradireita em contraste com a Terceira Onda democrática, introduzindo uma análise teórica essencial para entender as dinâmicas atuais. Este capítulo inclui ainda uma análise sobre a ultradireita no Sul Global, com foco particular na América do Sul, culminando com um estudo sobre a ultradireita brasileira.

O segundo capítulo apresenta uma discussão sobre a democracia e seu declínio contemporâneo. Inicialmente, há uma definição abrangente de democracia e uma introdução ao conceito de poliarquia, conforme elaborado por Robert Dahl (1971; 1989; 1998; 2003; 2006), que serve como base teórica para a análise. Em seguida, exploram-se os principais índices de democracia, como *V-Dem*, *Freedom in the World*, *Polity V* e *Democracy Index*, justificando a escolha de um desses índices para esta pesquisa. A análise do declínio democrático no século XXI é central nesta seção, na qual se examinam evidências empíricas e teóricas desse fenômeno. Por fim, apresenta-se a democracia em números, oferecendo uma visão quantitativa que complementa as discussões teóricas.

O terceiro capítulo examina o declínio democrático no Brasil e no mundo entre 2019 e 2022, com foco nos impactos da ascensão da ultradireita. Estruturado em quatro seções, o capítulo aborda, inicialmente, um panorama histórico e quantitativo da democracia brasileira (1900-2023), destacando avanços e retrocessos ao longo do tempo (seção 3.1). Em seguida, as seções 3.2 e 3.3 analisam os Relatórios de Democracia do *V-Dem Institute* de 2020 e 2023, que avaliam a situação democrática em 2019 e 2022, fornecendo dados para comparar as transformações ocorridas durante o governo Bolsonaro. Por fim, a seção 3.4 realiza uma comparação entre esses relatórios, identificando tendências e padrões de autocratização. Essa abordagem permite uma análise crítica da erosão democrática, evidenciando suas causas, manifestações e impactos tanto para o Brasil quanto para o cenário internacional.

1.1 DEMOCRACIA E ULTRADIREITA: CONTEXTOS E EVOLUÇÃO

Esse capítulo aborda as discussões teóricas e históricas sobre a ultradireita e a democracia, fundamentando-se em conceitos essenciais para a compreensão do fenômeno estudado. Estrutura-se em cinco seções principais, cada uma explorando diferentes aspectos e contribuições da ultradireita no cenário contemporâneo.

A seção 1.1, intitulada "As novas direitas: bases ideológicas e discussões conceituais e terminológicas" tem como objetivo discutir conceitualmente o que são as novas direitas. Esta seção apresenta uma revisão da literatura que descreve, conceitua e classifica as novas direitas, adotando uma perspectiva reflexiva e crítica baseada em autores como Sanahuja e López Burian (2023). A discussão foca nos vínculos das novas direitas com o passado, no uso do termo populismo como uma categoria distintiva e na relação dessas novas direitas com a democracia, questões essenciais para uma correta conceituação.

A seção 1.2, intitulada "A Ultradireita no século XXI: bases ideológicas, marxismo cultural, tradicionalismo e narrativas conspiratórias", contextualiza as bases ideológicas da ultradireita global. Analisa-se como essas ideologias foram legitimadas e popularizadas, especialmente através das redes sociais, contribuindo para a promoção da violência globalmente. Os vínculos ideológicos da ultradireita incluem ceticismo científico, violência política e um nacionalismo exacerbado, explorando figuras e eventos chave que contribuíram para seu crescimento global.

A seção 1.3, "A Quarta Onda da Ultradireita e a Terceira Onda Democrática", introduz uma análise teórica das ondas de democratização, conceito amplamente utilizado por teóricos da área (Diamond, 2015; Levitsky e Way, 2015; Levitsky e Ziblatt, 2018; *Freedom House*, 2023; *V-Dem*, 2024). Esta seção discute como a terceira onda de democratização levou a um aumento significativo no número de democracias, mas que esse processo tem demonstrado um declínio e como a atual "Quarta Onda" da ultradireita representa um desafio para essas democracias. A análise busca entender as dinâmicas entre essas ondas e suas implicações para a política contemporânea.

A seção 1.4, "A Ultradireita no Sul Global e como pensar as novas direitas na América do Sul", foca na ascensão da extrema direita no cenário global pós-2010, com uma perspectiva do Sul Global. Estudos de autores como Pinheiro-Machado e Vargas Maia (2019; 2023) são utilizados para argumentar que o colonialismo e a colonialidade são centrais para a análise deste fenômeno. A seção destaca a importância de compreender essas dinâmicas no

contexto da América do Sul, sublinhando as particularidades regionais e os impactos ambientais e sociais dos regimes autoritários.

Finalmente, a seção 1.5, "A Ultradireita brasileira: origens e contextos", oferece uma análise detalhada da ultradireita no Brasil, traçando um panorama desde as origens do integralismo no século passado até o governo de Jair Bolsonaro. A subseção 1.5.1, "O governo Bolsonaro", examina como a ideologia ultradireitista influenciou a condução da política externa brasileira desde 2019, destacando inflexões e rupturas significativas. Esta análise é crucial para entender as mudanças e consequências para a política externa do país e como estas se alinham com a base ideológica da ultradireita.

O primeiro capítulo busca contribuir para a pesquisa ao fornecer uma base teórica sólida e uma análise detalhada das dinâmicas da ultradireita no cenário global e brasileiro, essencial para a compreensão dos impactos desses movimentos na democracia contemporânea.

1.1.1 As Novas Direitas: Debates Conceituais e Terminológicos

Esta seção da pesquisa tem como objetivo discutir conceitualmente o que são as novas direitas, apresentando uma revisão da literatura baseada em autores que se dedicaram a descrever, conceituar e classificá-las. A vasta literatura sobre as novas direitas abrange uma ampla gama de enfoques, incluindo históricos, antropológicos, sociológicos, econômicos, politológicos, das ciências da comunicação e dos estudos internacionais (Sanahuja; López Burian, 2023). Portanto, uma revisão completa de todos esses aspectos está além do escopo deste trabalho. A partir de uma perspectiva reflexiva ao abordar o tema, propõe-se aqui uma discussão crítica de três pontos problemáticos que permeiam o debate acadêmico: os vínculos dessas novas direitas com o passado, a utilização do termo populismo como uma categoria distintiva desses movimentos, e a relação dessas novas direitas com a democracia (Sanahuja; López Burian, 2023).

O surgimento dos termos "direita" e "esquerda" remonta à Revolução Francesa do século XVIII (Bobbio, 1997). Com o tempo, os dois conceitos se tornaram mais complexos e evoluíram além de suas origens socioeconômicas, incorporando temas socioculturais como os direitos das minorias e dos imigrantes (Mudde, 2018). Bobbio (1997) argumenta que essa divisão é uma metáfora espacial bastante simples e que a nomenclatura desses dois pólos políticos surgiu por acaso, continuando a ser utilizada até hoje. Naquela época, a posição dos indivíduos em relação ao presidente do Parlamento francês determinava seu posicionamento político, de forma que os que se sentavam à direita apoiavam o Antigo Regime e sua ordem

hierárquica, enquanto os que se posicionavam à esquerda defendiam a democracia e a soberania popular (Mudde, 2019). Esses termos antitéticos delimitam o espectro ideológico e político de forma tão contrastante que não podem coexistir em nenhum movimento ou doutrina singular (Bobbio, 1997).

A complexidade adquirida com o tempo reflete a evolução da sociedade e o aumento da atenção para questões que transcendem o espectro econômico, envolvendo preocupações com diversidade e inclusão (Bobbio, 1997). Assim, a concepção de "direita" e "esquerda" transcendeu os séculos, adquirindo novas nuances e evoluindo ao longo do tempo (Bobbio, 1997). A perspectiva de Bobbio (1997) oferece uma visão que desmistifica essa divisão, considerando-a uma metáfora espacial trivial que, por acaso, atribuiu nomes a dois pólos políticos que perduraram até hoje. A complexidade e a plasticidade desses rótulos políticos refletem a evolução da sociedade e sua crescente atenção para questões que vão além do espectro meramente econômico, abrangendo preocupações fundamentais relacionadas à diversidade e à inclusão, envolvendo os debates de classe e gênero.

No contexto atual, distingue-se a "direita *mainstream*", de orientação conservadora e favorável ao liberalismo econômico, de um segmento mais radical e hostil à democracia, a ultradireita ou, no original de Cas Mudde, *Far Right* (Mudde, 2019). Assim, esta pesquisa se concentra no segundo grupo, uma categorização que pode ser desdobrada em dois grupos distintos: a extrema-direita (*extreme right*) e a direita radical (*radical right*), conforme a taxonomia proposta por Mudde (2019). Uma análise mais abrangente da ultradireita a posiciona no espectro político de modo a destacar a sua propensão à defesa de uma hierarquia entre grupos sociais, fundamentada na categorização de *insiders* e *outsiders* com base em critérios étnicos e raciais (Stanley, 2020). Este delineamento resulta na identificação de "inimigos" dentro da sociedade, supostamente representando uma ameaça à sobrevivência da nação e à sua integridade, fomentando manifestações de antissemitismo, racismo e xenofobia entre os indivíduos dessa comunidade (Jüpskas; Leidig, 2020; Pini, 2021).

De acordo com Jüpskas e Leidig (2020), a ultradireita é caracterizada pela defesa de uma hierarquia entre grupos sociais, baseada em distinções étnicas e raciais, e pelo incentivo a sentimentos antissemitas, racistas e xenofóbicos. Mas é importante notar que o conceito de ultradireita é bem heterogêneo, não havendo um consenso entre os especialistas. Isso se deve, em parte, ao uso do termo, tanto para fins científicos quanto políticos (Mudde, 2000). A maioria dos estudiosos considera o extremismo de direita como uma ideologia composta por várias características distintas, de forma que as definições variam na quantidade de características, como racismo, xenofobia e nacionalismo (Mudde, 2000). Falter e Schumann

(2013), por exemplo, enumeram até dez características essenciais do pensamento de extrema-direita, incluindo nacionalismo extremo, etnocentrismo e antiparlamentarismo.

Assim, dada a amplitude de definições e perspectivas associadas ao fenômeno, opta-se por uma conceituação que ofereça a máxima concordância e abrangência de aspectos, o que Mudde se propõe a fazer na obra *The Ideology of the Extreme Right* (2000). Para estudar a ideologia dos partidos de extrema-direita, Mudde (2000) adota uma abordagem comparativa e empírica, analisando a literatura e programas partidários para identificar características ideológicas comuns para chegar a um conceito comum do que seria o extremismo de direita. Ele busca testar três proposições: a existência de um núcleo ideológico comum entre partidos de extrema-direita, a inclusão de características extremistas nesse núcleo e a distinção de subgrupos com base na extremidade ideológica (Mudde, 2000). Nesse sentido, Mudde (2000, p. 11) define a ultradireita como "movimentos – violentos ou não – que promovem pelo menos três dos seguintes temas: nacionalismo, racismo, xenofobia, antidemocracia ou autoritarismo", cabendo ressaltar que alguns estudiosos podem optar por acrescentar atributos adicionais em suas caracterizações, mas esta conceituação proposta por Mudde (1995; 2000) é provocada pela consonância dos conceitos que convergem entre autores analisados e a proposta prática dos partidos que entram nessa categoria. Outrossim, a escolha da definição de Mudde para a atual pesquisa se justifica pela presença destas características no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), no Brasil, como será abordado mais adiante.

Como afirmado previamente, a ultradireita é um conceito guarda-chuva, trazendo em seu bojo duas caracterizações distintas, que serão explicadas a seguir. A extrema-direita, de acordo com Mudde (2019), manifesta uma oposição intrínseca à própria essência da democracia, rejeitando a soberania popular e o governo do povo. Dois exemplos paradigmáticos desse extremismo são representados pelo fascismo de Mussolini e o nazismo de Hitler (Mudde, 2019). Em contraste, a direita radical, também delineada pelo autor, reconhece o núcleo da democracia, mas se opõe a elementos essenciais da democracia liberal, como os direitos das minorias e a separação de poderes (Mudde, 2019).

Segundo Mudde (2019), a distinção entre essas correntes reside na abordagem adotada: a extrema-direita, sendo revolucionária, propende a extremos de autoritarismo e revoluções, enquanto a direita radical adota uma postura mais reformista. Em outras palavras, enquanto a extrema-direita busca implementar alterações drásticas e autoritárias no sistema, a direita radical posiciona-se mais na perspectiva de preservar o sistema em sua essência, embora promova modificações substanciais em termos próprios e em um cronograma determinado (Mudde, 2019). Para ilustrar, no contexto da direita radical, críticas direcionadas

à igualdade entre os três poderes no Brasil, ao sistema eleitoral e à liberdade de imprensa são identificadas como manifestações de oposição ao sistema democrático que corroboram para o surgimento de ações violentas antissistema. Essa postura fragmenta os fundamentos da democracia ao questionar e colocar em dúvida aspectos como a separação de poderes (BRASIL, 1988, art. 2º) e a liberdade de imprensa (Brasil, 1988, art. 5º, incisos IV e IX; art. 220), elementos importantes para a sustentação da democracia e para um sistema político mais justo e transparente (Stanley, 2020; Dahl, 1991).

Ademais, a compreensão do passado é fundamental para entender o presente e projetar o futuro (Vilar, 1980; Fontana, 1982), mas é crucial evitar anacronismos ao aplicar conceitos históricos. O uso inadequado desses conceitos pode comprometer a compreensão da realidade. Esta questão é particularmente relevante na análise das novas direitas. A denominação "novas" sugere uma distinção em relação às direitas anteriores, levantando questões sobre o que é realmente novo, as semelhanças e diferenças com as direitas passadas, e como os atores atuais se relacionam com os legados e identidades anteriores (Sanahuja; López Burian, 2023). Assim, essas são questões essenciais para a correta conceituação das novas direitas.

Nas palavras de George Orwell (1968), ilustrando a banalização e a falta de precisão no uso de certos termos, sobretudo aqueles que se referem a ideologias políticas:

It will be seen that, as used, the word "Fascism" is almost entirely meaningless. In conversation, of course, it is used even more wildly than in print. I have heard it applied to farmers, shopkeepers, Social Credit, corporal punishment, fox-hunting, bull-fighting, the 1922 Committee, the 1941 Committee, Kipling, Gandhi, Chiang Kai-Shek, homosexuality, Priestley's broadcasts, Youth Hostels, astrology, women, dogs and I do not know what else. (Orwell, 1968, p. 113)

Orwell (1968) argumenta que o termo é frequentemente utilizado de maneira vaga e indiscriminada para descrever uma ampla e incongruente variedade de coisas, desde indivíduos e práticas sociais até eventos e ideias que não têm relação direta com a ideologia política. Ao listar exemplos díspares e aparentemente absurdos, Orwell (1968) enfatiza como o uso inadequado de um termo pode esvaziá-lo de significado, transformando-o em um rótulo genérico e sem valor analítico. Essa crítica destaca a necessidade de rigor conceitual ao discutir fenômenos políticos complexos.

O filósofo Jason Stanley (2019) emprega o termo fascismo para descrever fenômenos políticos contemporâneos associados aos atores de extrema direita emergentes. Contudo, este uso é contestado por historiadores como Emilio Gentile (2019), que argumentam que tais fenômenos não podem ser simplesmente considerados um retorno ao fascismo histórico. O fascismo do período entre guerras foi objeto de intensos debates historiográficos,

destacando-se a diversidade dos casos como um ponto de discussão (Sanahuja; López Burian, 2023). Além disso, há um debate sobre a pertinência de aplicar o termo fascismo a fenômenos do século XXI, fora de seu contexto histórico original (Sanahuja; López Burian, 2023; Gentile, 2019).

O uso do fascismo como uma categoria "eterna" ou permanente pode limitar a compreensão dos fenômenos políticos contemporâneos (Sanahuja; López Burian, 2023). A ascensão das "novas direitas" incentivou análises historiográficas que traçam paralelos com os fascismos históricos (Sanahuja; López Burian, 2023). O historiador Roger Griffin (2019) criou um "tipo ideal" de fascismo, baseado nos casos europeus do período entre guerras, como uma ferramenta heurística e uma categoria geral na Ciência Política. Enquanto o fascismo histórico se caracterizava pela formação de partidos-milícias e por uma visão palingenésica – ou seja, a crença na necessidade de uma renovação total da sociedade por meio da destruição e do renascimento de uma nova ordem –, os movimentos atuais não seguem exatamente esse modelo. Em vez disso, são frequentemente descritos como retro-utopias (Forti, 2021; Sanahuja; López Burian, 2023), ou seja, projetos políticos que idealizam um passado mítico e buscam restaurar uma ordem supostamente perdida, sem necessariamente propor uma ruptura revolucionária como faziam os regimes fascistas do século XX.

Algumas análises históricas apontam para o surgimento dos pós-fascismos após a Segunda Guerra Mundial, conforme discutido por politólogos como Jean-Yves Camus e Nicolas Lebourg (2017) e Cas Mudde (2019). Eles identificam que os fascismos históricos evoluíram para uma fase neofascista, em que identidades nacionalistas europeias fundamentam uma nova expressão autoritária e xenófoba que busca formas variadas de participação política (Sanahuja; López Burian, 2023). Embora os neofascistas existam, eles geralmente são politicamente marginais. No entanto, essas forças neofascistas podem se aliar às "novas direitas" e compor um campo mais amplo da extrema direita, sem que isso signifique que a categoria neofascismo abarque todos os novos fenômenos do século XXI (Sanahuja; López Burian, 2023).

O historiador Enzo Traverso (2018) propõe a categoria de pós-fascismo para entender as novas direitas contemporâneas. Ele argumenta que os pós-fascismos surgem com o fim do fascismo histórico (aproximadamente após 1945), com grupos e movimentos que não reivindicam essas identidades do passado. Traverso (2018) os descreve como autoritários, conservadores, populistas, xenófobos, nativistas e/ou islamofóbicos, e contrários ao pluralismo. Esses movimentos diferem do fascismo histórico por não possuírem uma

perspectiva utópica, sendo caracterizados por um perfil presentista e reacionário (Sanahuja; López Burian, 2023). Na América Latina, nem todos os países tiveram experiências fascistas, sendo o Brasil, com a Ação Integralista Brasileira, um dos poucos exemplos completos de fascismo na região (Sanahuja; López Burian, 2023).

Além disso, segundo Sanahuja e López Burian (2023), o uso dos conceitos de neofascismo e pós-fascismo fora da Europa pode ser problemático. Na América Latina, as experiências neofascistas são raras, e a aplicação da categoria de pós-fascismo enfrenta desafios, especialmente devido às diferenças históricas e coloniais. Enquanto na Europa o colonialismo ajudou a estruturar a islamofobia — um elemento central do pós-fascismo —, na América Latina, a construção do "outro" seguiu uma lógica diferente. Aqui, o "outro" nem sempre foi um grupo étnico ou religioso específico, mas frequentemente um portador de ideias estrangeiras percebidas como uma ameaça à ordem e à nação. Paradoxalmente, enquanto certas influências estrangeiras eram admiradas, sobretudo as europeias e norte-americanas, outras — especialmente aquelas associadas a ideologias ou movimentos políticos — eram vistas com desconfiança (Sanahuja; López Burian, 2023).

Outro componente importante do conceito de pós-fascismo que precisa ser debatido é o uso do termo populismo. Cientistas políticos como Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser (2019) definem o populismo como uma ideologia fraca ("*thin ideology*") baseada na dualidade entre povo e elite e na negação do pluralismo, podendo estar associada tanto à esquerda quanto à direita (Sanahuja; López Burian, 2023). Assim como, no caso do termo fascismo, se essa for a característica definidora, o termo populismo pode dificultar a compreensão adequada das novas direitas (Forti, 2021). Por exemplo, Finchelstein (2019) argumenta que o populismo está historicamente ligado ao fascismo e, ao analisar o populismo argentino (peronismo), o considera como uma forma de pós-fascismo adaptada a tempos democráticos, ou seja, uma forma de democracia eleitoral autoritária (Sanahuja; López Burian, 2023). Nesse contexto, além das controvérsias em torno do uso do conceito de pós-fascismo, o termo populismo também apresenta dificuldades como categoria analítica, devido à sua polissemia e aos diferentes usos políticos (Sanahuja; López Burian, 2023).

No campo acadêmico, o conceito de populismo é amplamente debatido e, muitas vezes, usado de forma ambígua. Em vez de servir como uma categoria analítica clara, o termo é frequentemente empregado na política de maneira pejorativa ou elogiosa. Alguns associam o populismo à irresponsabilidade fiscal e econômica, enquanto outros o consideram uma forma específica de relação política, estilo de liderança, gestão social ou até mesmo como projeto de democracia radical (Sanahuja; López Burian, 2023). Segundo Ernesto Laclau, o

populismo é um "significante vazio" (2005), um termo flexível e indefinido (Sanahuja; López Burian, 2023). Mudde e Kaltwasser (2019) sugerem que o populismo deve ser entendido como uma retórica ou estilo de ação política, presente tanto na direita quanto na esquerda, mas não como um elemento central de definição (Sanahuja; López Burian, 2023). Dessa forma, o populismo funciona mais como um adjetivo do que como uma característica fundamental dessas ideologias.

Mudde (2007; 2016) propõe o conceito de direita populista radical para caracterizar algumas das novas direitas, fundamentado em três pilares: nativismo, populismo e autoritarismo. O nativismo mescla nacionalismo e xenofobia, resultando em um viés etnocrático. No entanto, na América Latina, esse conceito precisa de adaptações, pois nem todas as direitas apresentam forte xenofobia ou islamofobia. Ainda assim, o discurso frequentemente associa o "outro" ao "estrangeiro", opondo-se à diversidade sociocultural e promovendo uma identidade nacional homogênea e hierárquica (Sanahuja; López Burian, 2023). Portanto, no contexto da rejeição ao estrangeiro ou ao diverso, é mais adequado considerar uma combinação de nacionalismo e soberanismo, em vez de apenas nacionalismo e xenofobia (Sanahuja; López Burian, 2023).

Assim, o caráter populista, apesar de presente nas novas direitas, não é considerado um elemento constitutivo exclusivo. Caracterizado como uma "*thin ideology*", o populismo pode estar associado tanto à direita quanto à esquerda, sem servir como distintivo único (Sanahuja; López Burian, 2023). O historiador Steven Forti (2021) sugere que o populismo deve ser entendido como uma fase ou o *zeitgeist* atual, ou seja, o espírito do tempo, a tendência dominante de pensamentos e sentimentos de uma determinada época, em que a política estaria sendo construída contrapondo o "povo verdadeiro" à "elite corrupta". Assim, o populismo é mais uma estratégia discursiva e um estilo de fazer política do que um componente substantivo exclusivo das novas direitas (Sanahuja; López Burian, 2023).

O último componente da definição de Mudde é o autoritarismo, caracterizado por medidas securitárias e criminalizantes. Mudde (2019) distingue três variantes das novas direitas, denominadas direitas radicais, diferenciando-as das extremas direitas, que incluem atores neofascistas. Segundo Mudde, as extremas direitas têm um caráter revolucionário, rejeitando a essência da democracia, enquanto as direitas radicais populistas possuem um caráter reformista, aceitando a essência democrática, mas opondo-se a elementos da democracia liberal, como direitos das minorias, Estado de direito e separação de poderes. Como observado anteriormente, a combinação dessas duas vertentes forma a ultradireita (Mudde, 2019).

A definição de "direita radical" enfrenta dois desafios principais. O primeiro é a assimetria em relação à esquerda radical. Segundo Sanahuja e López Burian (2023), a esquerda radical, ao contrário da direita radical, aceita princípios democráticos e incentiva a participação popular, especialmente em níveis locais, por meio da democracia direta. Forti (2021) reforça essa diferença. O segundo problema é que o termo "direita radical" pode suavizar ou "branquear" posturas autoritárias. Como argumenta Beatriz Acha Ugarte (2021), rejeitar a democracia liberal equivale, em grande medida, a rejeitar a própria democracia. Além disso, a direita radical frequentemente ataca o pluralismo, o que enfraquece as instituições essenciais para a definição procedimental de democracia (Ugarte, 2021; Sanahuja; López Burian, 2023).

É importante destacar um componente frequentemente negligenciado na literatura: a rejeição ao globalismo (Sanahuja; López Burian, 2023). Mudde (2019) argumenta que as direitas radicais são hostis à globalização e ao multilateralismo, mas não inclui isso como um traço definidor em sua proposta conceitual. De acordo com Sanahuja e López Burian (2023), a partir de uma perspectiva neogramsciana em Relações Internacionais, justifica-se que o nacionalismo ou soberanismo (e sua alternativa individualista libertária) podem ser considerados o denominador comum mínimo desses atores, em oposição ao globalismo cosmopolita das direitas liberais e conservadoras tradicionais (Sanahuja; López Burian, 2023).

A partir dessa análise, pode-se concluir que a caracterização dos atores políticos das novas direitas revela denominadores comuns mínimos e variações internas significativas, permanecendo o caráter contestatório desses grupos em relação à ordem liberal internacional, bem como suas ações internacionais correlatas. É evidente que a contestação à ordem liberal internacional, por meio de discursos e práticas antiglobalistas, constitui o elemento distintivo e unificador dessas novas direitas, além de funcionar como um catalisador para a ação coletiva entre elas (Sanahuja; López Burian, 2023) e será um tema abordado na próxima seção da pesquisa. Esta análise sublinha a importância de compreender essas dinâmicas para uma avaliação mais ampla das novas direitas no cenário político global.

Percebe-se a importância de uma análise minuciosa e conceitualmente rigorosa das novas direitas, dadas suas complexidades e variações internas. Uma revisão da literatura e a discussão crítica de pontos-chave, como os vínculos históricos, o uso do termo populismo e a relação com a democracia, mostram que essas correntes políticas não são homogêneas e requerem abordagens diferenciadas. A identificação da rejeição ao globalismo como um denominador comum ressalta a necessidade de estudar como essas ideologias desafiam a

ordem liberal internacional. Além disso, a distinção entre extrema-direita e direita radical, conforme proposto por Mudde, enfatiza a importância de compreender as nuances entre grupos que, embora compartilhem certas características, diferem em suas abordagens e objetivos políticos. Esta análise sublinha a relevância de examinar as novas direitas sob múltiplos ângulos teóricos e empíricos para captar melhor suas implicações no cenário político global.

1.1.2 O Século XXI e a Quarta Onda de Ascensão da Ultradireita

Para contextualizar as bases ideológicas da ultradireita global e entender como essas ideias foram adotadas por governos e povos, é essencial analisar a forma como essas ideologias foram legitimadas e popularizadas, especialmente nas redes sociais, contribuindo para a promoção da violência globalmente (Mudde, 2020). Os vínculos ideológicos da ultradireita do século XXI configuram um corpo intelectual que fomenta o ceticismo científico, a violência política e um nacionalismo exacerbado (Stanley, 2019; Teitelbaum, 2020; Mudde, 2019). Assim, nesta seção, a discussão tem como foco compreender em que parte do espectro político a ultradireita se encontra, assim como as concepções ideológicas que carrega em si, seus preceitos, história e em que momento ela se encontra no cenário internacional atualmente.

A principal característica da ultradireita no século XXI é sua posição dominante, conforme definido por Cas Mudde (2000) em sua teoria da “Quarta Onda”. Segundo Mudde, a ascensão de partidos extremistas de direita ocorre em ondas, uma dinâmica observada por diversos estudiosos em vários países da Europa Ocidental. Atualmente, o cenário internacional vivencia essa “Quarta Onda”, marcada pela expressiva expansão de partidos e líderes alinhados a essa corrente nos últimos anos. No passado, a ultradireita era amplamente marginalizada na esfera política. Grupos neonazistas enfrentavam repressão policial, e partidos anti-imigração encontravam barreiras significativas para sua consolidação. Contudo, esse panorama se inverteu. Hoje, tais movimentos se disseminam amplamente (Mudde, 2019), encontram grande espaço nas redes sociais e têm seus discursos cada vez mais normalizados.

Exemplos notáveis dessa ascensão incluem a Índia de Narendra Modi, Primeiro-Ministro desde 2014; os Estados Unidos, com Donald Trump não apenas de 2017 a 2021, mas retornando agora, em 2025 para mais um mandato; a Hungria com Viktor Orbán, que é Primeiro-Ministro desde 2010; a Itália com Giorgia Meloni, que assumiu como Primeira-Ministra em 2022; a Polônia com Jarosław Kaczyński, líder do partido Lei e Justiça

desde 2003 e que também foi Primeiro-Ministro de 2006 a 2007; o Brasil com Jair Bolsonaro, que foi Presidente de 2019 a 2023; e mais recentemente, a Argentina com Javier Milei, que foi eleito Presidente em 2023.

A Segunda e Terceira Ondas da ultradireita, que ocorreram, respectivamente, de 1945 a 1980 e de 1980 a 2000, foram marcadas pela marginalização dos movimentos de extrema direita, com significativa resistência da população, expressa por meio de descontentamento e protestos (Mudde, 2019). Em contraste, a atual "Quarta Onda" caracteriza-se pela popularização dos partidos e líderes da direita radical, conforme observado por Mudde (2019). Esta fase tem sido marcada por práticas violentas tanto dentro quanto fora das redes sociais, um fenômeno amplamente observado nos últimos anos (Stanley, 2020).

Outrossim, dentre as características da ultradireita que servem para fomentar práticas violentas, a divisão é uma das que mais se destacam e que será mais detalhadamente abordada a seguir. Ao empregar os termos "fascismo" ou "política fascista" para descrever qualquer forma de ultranacionalismo, seja este de natureza étnica, religiosa ou cultural, Jason Stanley (2020) aborda como característica distintiva desse espectro ideológico a política da divisão.

Essa abordagem se fundamenta na criação e consolidação de uma distinção marcante entre um grupo identificado como "nós" e outro como "eles" (Stanley, 2020). Dessa forma, tais políticos tendem a obliterar uma compreensão comum da história, substituindo-a por uma narrativa mítica que sustenta suas ideias (Teitelbaum, 2020). Nesse processo, a distorção da linguagem e a promoção do anti-intelectualismo, evidenciados por ataques a instituições acadêmicas, em especial universidades, representam estratégias para neutralizar possíveis contestações que poderiam surgir desses setores críticos. Essa abordagem resulta na criação de um estado de irrealidade, em que o diálogo fundamentado cede espaço a teorias da conspiração e à disseminação de notícias falsas (Stanley, 2020).

Consequentemente, a política fascista possibilita a consolidação progressiva de crenças distorcidas e perigosas, originadas da forma autoritária de governar (Stanley, 2020). A substituição da realidade por discursos unilaterais, muitas vezes perpetuados por um único indivíduo ou partido, transforma o espaço de informação em um ambiente em que mentiras repetidas corroem a integridade da discussão informada (Teitelbaum, 2020). Nesse contexto, a política ultranacionalista substitui deliberadamente o debate fundamentado por emoções de medo e raiva (Stanley, 2020), os quais resultam em violência. Quando esses elementos convergem e a política ultranacionalista consegue distorcer a memória coletiva, impondo sua

versão dos fatos históricos e questionando a validade das instituições acadêmicas e do conhecimento erudito, ela lança dúvidas sobre a própria realidade.

Na esfera política fascista, objeto de análise por Stanley (2020), os ultranacionalistas recorrem a uma visão mítica do passado, concebendo uma narrativa de uma era pura que foi tragicamente desmantelada. Este passado pode ser caracterizado pela pureza do ponto de vista religioso, racial, cultural ou pela combinação dessas perspectivas.

No entanto, uma característica comum a todas as versões dos passados míticos fascistas é a presença de uma versão extrema da família patriarcal, que prevalece de forma dominante e que deve ser resgatada (Stanley, 2020; Teitelbaum, 2020). Essa idealização do passado serve como fundamento identitário para a nação governada, em que a romantização e mitificação desse passado tornam-se elementos fundamentais para conceber um futuro ideal. Nessa perspectiva, a história é reinterpretada como um modelo a ser repetido. Como destaca Stanley sobre o tempo atual (2018, p. 20): "Na retórica de nacionalistas extremos, esse passado glorioso foi perdido pela humilhação provocada pelo globalismo, pelo cosmopolitismo liberal e pelo respeito por 'valores universais', como a igualdade".

Ao abordar a distorção da realidade, é inevitável associar essa prática a teorias conspiratórias, particularmente evidentes na política contemporânea. Suas repercussões são notáveis no contexto pós-Trump nos Estados Unidos e nas implicações de sua assimilação no governo brasileiro de Bolsonaro.

Conforme Stanley (2020) observa, o propósito das teorias conspiratórias é suscitar suspeitas generalizadas. Elas não são concebidas como informações convencionais, uma vez que são habitualmente tão peculiares que não se espera que sejam genuinamente acreditadas. Uma ilustração crucial disso é que, quando essas teorias emergem, como exemplificado pelo caso do "*Pizzagate*" na administração Trump (Metaxas, 2017), dos "Protocolos dos Sábios de Sião" durante o regime de Hitler (Boym, 1999), da narrativa do "vírus chinês" promovida por Bolsonaro (Kalil, 2021) ou do "Plano Soros" de Viktor Orbán (Plenta, 2020), frequentemente se observa uma subsequente manifestação de comportamentos violentos por parte da população que foi persuadida por essas concepções (Da Empoli, 2019).

Sobre essa temática, Hannah Arendt, em "Origens do totalitarismo", observa que:

The effectiveness of this kind of propaganda demonstrates one of the chief characteristics of modern masses. **They do not believe in anything visible, in the reality of their own experience; they do not trust their eyes and ears but only their imaginations**, which may be caught by anything that is at once universal and consistent in itself. **What convinces masses are not facts, and not even invented facts, but only the consistency of the system of which they are presumably part.** Repetition, somewhat overrated in importance because of the common belief in the masses' inferior capacity to grasp and

remember, **is important only because it convinces them of consistency in time** (ARENDR, 1973, p. 351, grifo nosso)

Ademais, em uma perspectiva ideológica mais ampla, destaca-se o Tradicionalismo como uma característica marcante da ultradireita mundial, notadamente presente no governo Bolsonaro no Brasil. Os Tradicionalistas se opõem à Modernidade como conceito histórico e sociológico (Teitelbaum, 2020). Em outras palavras, eles resistem às transformações trazidas pela Era Moderna, em que o progresso e a razão passaram a ser os principais objetivos e métodos para as realizações humanas. A modernidade favoreceu a ciência e tudo o que é matematicamente comprovado, diminuindo a influência da religião no espaço público em prol da razão (Teitelbaum, 2020). Além disso, ela é responsável por organizar grandes massas de indivíduos no meio urbano, fomentar a produção industrial e incentivar o consumo, baseando-se nos pilares do progresso e da crença de que a inovação humana pode melhorar o mundo. Assim, a Modernidade defende a igualdade e a liberdade – valores que são rejeitados tanto pelos Tradicionalistas quanto pelos ultranacionalistas (Teitelbaum, 2020; Stanley, 2020).

Ao seguir uma abordagem que concebe a história como um ciclo repetitivo, os Tradicionalistas veem o passado, não como algo a ser esquecido ou superado, mas sim como um ideal a ser perseguido e um destino inevitável (Teitelbaum, 2020). No contexto brasileiro, o Tradicionalismo tem encontrado ressonância, especialmente no governo de Jair Bolsonaro, influenciado significativamente pelo ideólogo Olavo de Carvalho, que desempenhou um papel crucial na adaptação dos ideais Tradicionalistas à realidade sociopolítica do Brasil (Teitelbaum, 2020). E nos Estados Unidos de Trump, através de Steve Banon (Teitelbaum, 2020).

Outro conceito crucial para compreender a base ideológica da ultradireita no Brasil, frequentemente articulado pelo Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, é o da "metapolítica". Os grupos radicais de direita, ao reconhecerem que a conquista do poder político requer uma transformação ideológica iniciada nos âmbitos sociais – como a cultura, a educação e a religião – denominaram essa abordagem como metapolítica. Conforme Teitelbaum (2020), é nesses espaços que nossos valores são moldados, não nas urnas eleitorais, e é através da modificação cultural de uma sociedade que se obtém sucesso político.

Assim, a metapolítica refere-se à estratégia empregada por certos movimentos e ideólogos de extrema direita para influenciar as esferas culturais, sociais e intelectuais com o objetivo de, eventualmente, alcançar o poder político (Teitelbaum, 2020). O termo abrange

esforços para mudar as normas e valores da sociedade de uma forma que crie um ambiente favorável para sua agenda política. Em vez de se engajar diretamente em atividades políticas tradicionais, como eleições ou formulação de políticas, os defensores da metapolítica concentram-se na transformação cultural de longo prazo por meio da mídia, educação e outras instituições sociais (Teitelbaum, 2020).

A metapolítica tem sido associada a diversos líderes políticos influentes. Steve Bannon, ex-Estrategista Chefe do Presidente Donald Trump, é um dos principais defensores dessa abordagem, utilizando plataformas como *Breitbart News* para disseminar ideologias nacionalistas e populistas (Teitelbaum, 2020). Viktor Orbán, Primeiro-Ministro da Hungria, também emprega táticas metapolíticas, utilizando a mídia estatal e as reformas educacionais para promover uma agenda conservadora e nacionalista (Teitelbaum, 2020). Marine Le Pen, líder do *Rassemblement National* na França, utiliza estratégias semelhantes para influenciar a opinião pública sobre imigração e identidade nacional (Maly, 2020). No Brasil, Olavo de Carvalho, mentor ideológico do Presidente Jair Bolsonaro, desempenhou papel crucial ao influenciar a política nacional através de canais culturais e educacionais, promovendo visões tradicionalistas e anti-globalistas (Teitelbaum, 2020). Aleksandr Dugin, teórico e estrategista político russo, é conhecido por seu conceito da "Quarta Teoria Política", que tem impacto significativo nos movimentos de extrema direita na Rússia e internacionalmente (Teitelbaum, 2020).

Assim, ao assumir o poder, estes governos buscam implementar e disseminar suas ideologias e crenças nos meios de comunicação, nas formas de entretenimento e, de maneira particularmente significativa, no sistema educacional (Teitelbaum, 2020; Stanley, 2020; Chapoutot, 2022). Isso pode envolver a alteração de currículos escolares e universitários, bem como a restrição ou sabotagem de certas áreas acadêmicas – frequentemente por meio de cortes de financiamento –, como tem sido o caso de disciplinas como Filosofia e História.

Um exemplo claro desse fenômeno, no Brasil, foi quando governos de extrema-direita buscaram implementar e disseminar suas ideologias por meio de intervenções nos sistemas de comunicação e educação. A iniciativa "Escola Sem Partido", criada em 2004 e fortemente impulsionada durante o governo de Jair Bolsonaro, foi um desses marcos. Esse movimento argumentava combater uma suposta "doutrinação ideológica" nas escolas, promovendo uma educação alinhada a valores conservadores (Cunha; Ota, 2020).

Além disso, houve tentativas de influenciar a produção cultural e educacional por meio de parcerias com produtoras alinhadas ideologicamente, como a Brasil Paralelo, cujos conteúdos foram exibidos na TV Escola, canal vinculado ao Ministério da Educação (Souza;

Nascimento, 2023). Essas ações incluíram revisões curriculares e cortes de financiamento para áreas consideradas "inadequadas", como Filosofia e Sociologia, seguindo uma tendência observada em governos de ultradireita ao redor do mundo (Gentili, 2021). Essas estratégias refletem um esforço sistemático para moldar o sistema educacional e os meios de comunicação de acordo com uma visão ideológica específica, influenciando a formação das novas gerações e o discurso público no país.

Ademais, práticas como a censura de determinados livros também fazem parte da estratégia de mudança cultural desses governos. Em “A Revolução Cultural Nazista” (2022) e “*The law of blood: Thinking and acting as a nazi*” (2018), Johann Chapoutot faz essa correlação entre as transformações na cultura e no pensar de uma população com o início de processos violentos, utilizando o exemplo do holocausto alemão, ao analisar aspectos como a interpretação do estoicismo e de Platão no Terceiro Reich, o uso do imperativo categórico de Kant e a recepção do direito romano na Alemanha, numa reinterpretação histórica que visava alterar o modo de pensar dos alemães (Chapoutot, 2018; 2022).

Teitelbaum (2020), ao tratar do processo metapolítico, indica que as campanhas metapolíticas geralmente seguem uma dentre as duas abordagens: ou os ativistas inserem suas mensagens em canais culturais já estabelecidos, ou criam canais alternativos para competir com os meios convencionais. Este fenômeno tem sido evidente no Brasil, a partir de 2019 e 2020. Teitelbaum ilustra essa diferença como a escolha entre editar artigos em plataformas existentes ou criar novas páginas alternativas, infiltrar-se em subculturas ou fundar novas, e modificar currículos escolares ou estabelecer instituições educacionais dedicadas à causa. Na primeira abordagem, há uma tentativa menos disruptiva de alcançar um público mais amplo, enquanto a segunda abordagem é mais confrontadora, buscando formar uma sociedade paralela em uma luta explícita pelo poder (Teitelbaum, 2020), algo que também foi observado no cenário brasileiro.

Assim, o termo "globalismo", amplamente utilizado em círculos de ultradireita e empregado por Ernesto Araújo, enquanto Ministro das Relações Exteriores (2019-2021) do Governo Bolsonaro, está intimamente ligado ao conceito de "marxismo cultural", uma teoria da conspiração que emerge como consequência do pensamento metapolítico. A metapolítica surgiu no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, um período marcado por significativas mudanças sociais, políticas e culturais. Nesse cenário, os franceses Alain de Benoist e Guillaume Faye, figuras centrais na formulação dessa ideologia, propuseram uma oposição aos valores emergentes da época. Eles argumentaram que os valores liberais se tornaram

intrínsecos às sociedades ocidentais, com conceitos como liberdade e igualdade sendo considerados premissas indiscutíveis (Pini, 2021; Teitelbaum, 2019).

Para Benoist e Faye, esses novos valores "de esquerda" necessitavam de um "denominador político comum" que pudesse servir como uma resistência organizada a essa hegemonia cultural (Pini, 2021). Eles acreditavam que havia uma necessidade urgente de criar uma oposição estrutural aos valores liberais que, segundo eles, tornaram-se consensuais e imunes a críticas. Este movimento, portanto, buscava reverter as mudanças sociais e culturais que ocorreram nas décadas seguintes à guerra, propondo uma revalorização de princípios tradicionais e conservadores (Teitelbaum, 2019). Essa linha de pensamento é refletida na retórica e nas políticas de vários líderes de extrema direita contemporâneos, que utilizam a metapolítica como uma ferramenta para desafiar e subverter a ordem liberal estabelecida (Teitelbaum, 2019). Assim, a metapolítica não apenas influencia o discurso político, mas também molda estratégias culturais e educacionais para promover uma agenda ultraconservadora.

A ideologia metapolítica é utilizada como uma estratégia para estabelecer uma "Guerra Cultural" de direita contra os valores supostamente disseminados pela esquerda no Ocidente. Essa abordagem é fundamentada na crença de que existe uma dominação cultural marxista, que estaria em curso, tornando-se necessária uma revolução cultural conservadora para contrapor essa influência (Teitelbaum, 2019; Pini, 2021). Neste contexto, o termo "marxismo cultural" é empregado para descrever os ideais da esquerda marxista, que, segundo os críticos, estariam promovendo um Ocidente mais "multicultural" e "homossexual" (Pini, 2021). Essa perspectiva metapolítica busca redefinir a cultura e os valores sociais, utilizando meios culturais e educacionais para promover uma agenda conservadora e nacionalista, alinhada com os ideais de figuras como Olavo de Carvalho e Steve Bannon (Teitelbaum, 2020). Um exemplo disso é que o Plano de Governo, apresentado por Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, afirmava que, nos últimos 30 anos, "o marxismo cultural e suas derivações, como o gramscismo", estavam minando os valores da nação e da família (PSL, 2018, p. 8). Assim, o "globalismo" surge como uma dessas facetas do marxismo cultural que deveria ser combatida. Algo que, de acordo com Braune (2019) em "*Who's Afraid of the Frankfurt School? "Cultural Marxism" as an Antisemitic Conspiracy Theory*", repercute também nos Estados Unidos de Trump (Braune, 2019) e carrega em si um alto teor de antissemitismo.

Diante disso, percebe-se o escopo amplo em que se baseia a ultradireita no mundo e, especificamente, como sua implementação pode ser percebida no Brasil, concluindo-se que o

governo de Jair Bolsonaro se alinha à ultradireita, evidenciado pela adoção de estratégias metapolíticas e pela influência da ideologia Tradicionalista de Olavo de Carvalho como fundamento intelectual. Mais adiante, na seção 1.3, a pesquisa buscará demonstrar como essa ideologia foi incorporada à política externa brasileira sob a gestão de Bolsonaro, analisando os mecanismos, estratégias e impactos. As ondas de democratização são períodos históricos em que há um aumento significativo no número de países que transitam de regimes autoritários para democráticos. Este conceito foi inicialmente desenvolvido por Samuel P. Huntington, que identificou três ondas principais ao longo da história (Pini, 2018).

Outrossim, o artigo "*Democracy's Third Wave*" de Samuel P. Huntington (2003), publicado no "*Journal of Democracy*", aborda a terceira onda de democratização que ocorreu entre 1974 e 1990, quando pelo menos 30 países transitaram para a democracia, praticamente dobrando o número de governos democráticos no mundo. Huntington (2003) questiona se essa onda é parte de uma revolução democrática global contínua ou uma expansão limitada, com a reintrodução da democracia em países que já a haviam experimentado anteriormente (Huntington, 2003).

A Primeira Onda (1828-1926) , segundo Huntington (1991), começou no início do século XIX e se estendeu até 1926. Durante este período, a democracia se expandiu principalmente na Europa Ocidental e América do Norte. No entanto, foi seguida por uma "onda reversa" entre 1922 e 1942, quando muitos países retornaram a regimes autoritários (Pini, 2018; Huntington, 1991).

Já a Segunda Onda (1943-1962) teve início após a Segunda Guerra Mundial, impulsionada pela descolonização e pela derrota das potências do Eixo. O autor argumenta que este período viu um aumento no número de democracias até os anos 1960, mas que novamente experimentou uma reversão, especialmente entre 1962 e 1975, quando algumas democracias caíram em regimes autoritários (Huntington, 1991).

Por fim, a Terceira Onda de democratização (1974-1991) começou com a Revolução dos Cravos, em Portugal, em 1974, e foi seguida por transições democráticas significativas na América Latina, Ásia e Europa Oriental após a queda do Muro de Berlim (1989). Huntington (1991) observa que fatores como crises econômicas, a atuação de classes médias emergentes e a pressão internacional desempenharam papéis cruciais nesta onda.

Diamond (1997) expande esta análise ao discutir que mesmo com as ondas reversas, o número total de democracias aumentou ao longo do tempo. Ele aponta que a "terceira onda" levou a um crescimento significativo de democracias, com a contribuição de fatores como a política externa dos EUA e a Igreja Católica (Diamond, 1997).

O cenário contemporâneo, no entanto, sugere um período de declínio democrático, destacando-se uma série de fatores contribuintes, que incluem crises econômicas, como a crise do petróleo, a polarização política, com exemplos marcantes como o do Brasil de Lula x Bolsonaro ou os Estados Unidos de Hillary Clinton x Donald Trump, e a ascensão de líderes populistas e autoritários que minam as instituições democráticas (Diamond e Plattner, 2015).

Ademais, a análise do contexto institucional africano por Pini (2018) revela que, apesar de alguns avanços em países como Gana e Tunísia, o continente ainda enfrenta desafios significativos em termos de consolidação democrática. Índices como *Freedom House* e *V-Dem* indicam que, embora alguns países apresentem trajetórias positivas, outros estão experimentando declínios, refletindo a tendência global de recessão democrática (*Freedom House*, 2023; *V-Dem*, 2023).

Dessa forma, o conceito de ondas de democratização de Huntington (1991), juntamente com as análises contemporâneas de Diamond e Plattner (2015), Levitsky e Ziblatt (2018) e Levitsky e Way (2015), fornecem uma estrutura útil para entender os fluxos e refluxos da democracia ao longo do tempo, bem como os desafios atuais enfrentados no cenário internacional.

Percebe-se, a partir desta discussão, a importância de uma análise crítica e detalhada das bases ideológicas e operacionais da ultradireita global. A legitimidade e a popularização dessas ideologias, especialmente através das redes sociais, contribuíram significativamente para a promoção de violência e o fortalecimento de discursos antidemocráticos. A "Quarta Onda" de Cas Mudde (2019) destaca como a ultradireita se tornou *mainstream*, normalizando discursos extremistas e ganhando espaço significativo no cenário político internacional, e exemplos de líderes como Donald Trump (2017–2021, 2025–presente), Jair Bolsonaro (2019–2022) e Viktor Orbán (1998–2002, 2010–presente), ilustram a adoção dessas ideologias em diversos contextos nacionais. Além disso, percebe-se que a política da divisão, a distorção da realidade e a promoção do anti-intelectualismo são estratégias fundamentais desses movimentos, resultando na fragmentação do debate público e na disseminação de teorias conspiratórias. E pode-se entender que a metapolítica, como estratégia para influenciar cultural e ideologicamente a sociedade, revela-se um elemento crucial para a compreensão da ascensão e consolidação da ultradireita.

1.1.3 A Ultradireita no Sul Global e Como Pensar as Novas Direitas na América do Sul

Extensos estudos têm se dedicado a compreender a ascensão – ou ressurgimento – da extrema direita no cenário global pós-2010 (Brown, Gordon e Pensky, 2018; Eatwell e

Goodwin, 2018; Hawley, 2017; Hermansson *et al.*, 2020; Inglehart e Norris, 2016; Mondon e Winter, 2020; Mudde, 2017; Mudde, 2019; Mudde e Kaltwasser, 2017; Masood e Nisar, 2020). Pinheiro-Machado *et al.* (2019; 2023) argumentam que é necessário adotar uma nova abordagem para compreender esse fenômeno, utilizando uma perspectiva do Sul Global, em que o colonialismo e a colonialidade são centrais para a análise (Masood e Nisar, 2020; Tavares Furtado e Eklundh, 2022). A perspectiva acadêmica tradicional, que centraliza Estados Unidos e Europa, subestimando as experiências de países do Sul Global, como Brasil e Filipinas, que enfrentam formas extremas e violentas de autoritarismo, é preocupante. Além disso, a falta de atenção internacional aos danos ambientais causados por líderes autoritários, como Jair Bolsonaro, limita a compreensão dos impactos globais do extremismo (Pinheiro-Machado *et al.*, 2019; 2023).

Os estudos que abordam a recente onda de populismo e autoritarismo tendem a homogeneizar as particularidades entre o Norte Global e o Sul Global (Pinheiro-Machado *et al.*, 2019), focando predominantemente na análise de partidos e movimentos da Europa e dos Estados Unidos (Brown, Gordon e Pensky, 2018; Eatwell e Goodwin, 2018; Hawley, 2017; Hermansson *et al.*, 2020; Inglehart e Norris, 2016; Mondon e Winter, 2020; Mudde, 2017; Mudde, 2019; Mudde e Kaltwasser, 2017). Isso resulta em um conjunto de explicações limitadas e generalizantes, que enfatizam os processos relacionados à recessão nos países desenvolvidos, o colapso do Estado de bem-estar social, as questões migratórias, o empobrecimento e o ressentimento da classe trabalhadora, a desdemocratização e a revolta contra a democracia liberal (Pinheiro-Machado *et al.*, 2019).

O ressurgimento da extrema direita em regiões colonizadas e periféricas do mundo, caracterizado por autoritarismo persistente, conservadorismo, precariedade e colonialidade, não pode ser adequadamente compreendido através de um quadro teórico uniformizado desenvolvido a partir de perspectivas euro-americanas ocidentais (Pinheiro-Machado *et al.*, 2023). Masood e Nisar (2020) defendem que uma análise completa do populismo de extrema direita deve considerar as diferenças entre esses movimentos no Norte Global e no Sul Global. A experiência do Norte Global não deve ser ignorada, visto que eventos como a recessão econômica global de 2008, o referendo do Brexit de 2016 no Reino Unido e a eleição de Donald Trump nos EUA foram fundamentais para gerar ondas de autoritarismo globalmente e criar contextos favoráveis para esses movimentos (Pinheiro-Machado *et al.*, 2023). Assim, países do Norte Global influenciam o Sul Global, exportando ideologias extremistas, e fatores como redes sociais digitais, economia global interconectada, redes

transnacionais de poder e teorias da conspiração têm contribuído para a difusão mundial do populismo autoritário (Pinheiro-Machado *et al.*, 2019).

Embora o estudo do autoritarismo e do populismo no Sul Global possua uma tradição consolidada, a análise da nova extrema direita tem sido lenta em incorporar países como Brasil e Índia nesse fenômeno (Pinheiro-Machado *et al.*, 2023). O livro "*The Populist Radical Right: A Reader*" (2017), editado por Cas Mudde, apresenta um foco predominantemente europeu, mas é frequentemente tratado como uma referência universal. O fenômeno Bolsonaro atraiu atenção global, contudo, a abordagem epistemológica continua dominada por formas colonizadas de produção de conhecimento acadêmico (Pinheiro-Machado *et al.*, 2019). Recentemente, o Brasil foi incluído em vários projetos de pesquisa sobre a nova extrema direita como um estudo de caso do Sul Global, empregando-se as mesmas ferramentas analíticas aplicadas ao Norte Global (Pinheiro-Machado *et al.*, 2023). Em concordância com Masood e Nisar (2020), argumenta-se que essa abordagem necessita de revisão: muitas das pistas para compreender o fenômeno global atual emergem da modernidade inacabada ou híbrida do Sul Global.

Como problematiza Pinheiro-Machado *et al.* (2019), apesar da extensa literatura que explora as causas e condições sociais do ressurgimento do populismo de direita nos países do Sul Global, a compreensão desse fenômeno continua limitada e fragmentada. Essa limitação decorre da ausência de um quadro teórico abrangente que explique por que diversas democracias emergentes têm retornado à política autoritária. É essencial, ao analisar as experiências do Sul, ajustar as perspectivas analíticas para ampliar seus alcances e limites conceituais, em vez de simplesmente negá-los (Pinheiro-Machado *et al.*, 2023). Uma nova agenda de pesquisa deve levantar questões como: quais são as características novas da "nova direita"? Quais as semelhanças e diferenças entre o populismo autoritário de líderes como Bolsonaro e os regimes ditatoriais históricos? Que lições o Norte Global pode extrair de países que há muito tempo enfrentam políticas extremistas? As formas contemporâneas de extremismo, neofascismo e autoritarismo, quando combinadas com a racionalidade neoliberal em contextos de precariedade social, são intensificadas por novas tecnologias, o que amplia e dissemina o populismo no século XXI (Pinheiro-Machado *et al.*, 2023).

Destarte, a principal diferença entre a extrema direita no Norte e no Sul Global reside na intensidade e na escala de suas manifestações, que devem ser compreendidas no contexto das particularidades históricas de cada região. Embora líderes como Trump e Bolsonaro utilizem táticas semelhantes nas redes sociais, os efeitos dessas ações variam significativamente em função dos diferentes níveis de desenvolvimento econômico e da

consolidação democrática de suas instituições (Pinheiro-Machado *et al.*, 2023). Estudos da extrema direita geralmente focam nas semelhanças entre líderes autoritários, mas é crucial reconhecer que campanhas contra gênero e direitos sexuais são mais intensas e prejudiciais no Sul Global do que no Norte Global (Pinheiro-Machado *et al.*, 2019).

Como conceituaram Sud e Sanchez-Ancochea (2022), o Sul é um território do mundo pós-colonial, englobando Ásia, África e América Central e do Sul, marcado pela perpetuação de desigualdades econômicas e sociais. A condição de ser do Sul implica “um conjunto de relações baseadas na diferença” em que “a raça é um marcador primário” e as pessoas de cor transgrediram as fronteiras do Norte como escravos, trabalhadores, migrantes e refugiados, mantendo sua condição de sulistas e sua diferença mais ou menos intactas (Sud e Sanchez-Ancochea, 2022, p. 03). Estruturalmente, o Sul é uma periferia das nações do Norte, que dominam os fluxos financeiros e inovações tecnológicas. Contudo, o Sul Global é também um espaço de resistência e ação coletiva contra opressões estruturais, promovendo solidariedade entre países periféricos (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). Reconhece-se que o Sul Global não é uma entidade homogênea, mas uma região diversa e plural, com significativas disparidades internas. Assim, tanto a extrema direita quanto sua contrainsurgência manifestam-se em ritmos e intensidades variados (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023).

Na visão de Bianchi e Melo (2023), as características do fascismo definidas pelo Norte Global não se adaptam facilmente ao contexto do Sul Global. Portanto, o ressurgimento da extrema direita em regiões colonizadas e periféricas, caracterizado por autoritarismo, conservadorismo e precariedade, não pode ser entendido por meio de teorias desenvolvidas a partir de perspectivas euro-americanas (Bianchi e Melo, 2023).

Com base na análise de Pinheiro *et al.* (2023), serão discutidas, a seguir, quatro características fundamentais para compreender as singularidades do Sul Global: (1) a recessão econômica e a subjetividade política; (2) o legado das ditaduras e dos regimes autoritários, incluindo a violência policial derivada do *ethos* militar; (3) as particularidades do nacionalismo nos países do Sul Global; e (4) o conservadorismo religioso e moral em democracias não-seculares e suas contrarreações. A partir dessas características, destaca-se a necessidade de particularizar as análises, compreendendo as distinções entre as construções teóricas das novas direitas aplicadas ao Norte Global e ao Sul Global.

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico e à subjetividade política, a recessão de 2008 é amplamente reconhecida por estudiosos como um ponto de inflexão significativo para o surgimento da nova direita no século XXI (Eatwell e Goodwin, 2018;

Kalb e Halmai, 2011; Mudde, 2019). Embora a crise não tenha iniciado uma era de empobrecimento devido ao neoliberalismo nem criado o populismo autoritário, ela aprofundou esses fenômenos, oferecendo uma oportunidade para que extremistas disseminassem suas ideologias globalmente (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). Mouffe e Laclau (2014; Laclau, 2005) argumentam que o populismo reintroduz o conflito de classes na sociedade. Nesse contexto, a direita radical aproveitou as queixas e frustrações da classe trabalhadora e de setores empobrecidos, adotando uma narrativa *anti-establishment* (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). Em vez de uma radicalização à esquerda contra as elites políticas e o sistema econômico, os eleitores se voltaram contra as promessas não cumpridas da democracia liberal.

A resposta ao aumento da desdemocratização neoliberal e à consequente precariedade no emprego e descontentamento foi, paradoxalmente, intensificar o sentimento antidemocrático e a racionalidade neoliberal (Brown, 2018), enfraquecendo o Estado e promovendo o papel dos indivíduos e da família na reconstrução da economia (Brown, 2018; Cooper, 2017). Esse contexto favorece uma política do inimigo, marcada por racismo e conservadorismo moral, em que grupos vulneráveis são culpados pelos problemas sociais. Eventos como o Brexit e a eleição de Donald Trump em 2016 exemplificam essa tendência (Fetzer, 2018; Smith e Hanley, 2018; Womick et al., 2019). A "política do ressentimento", explorada por Kimmel (2017), descreve a subjetividade política de homens empobrecidos e enraivecidos que apoiam a direita radical, refletindo uma masculinidade reacionária e racista (Bonikowski, 2017; Cramer, 2016; Mondon e Winter, 2020).

O neoliberalismo, caracterizado pela destruição de políticas de bem-estar e pela promoção da lógica financeira, é uma tendência global que facilita a disseminação de ideologias extremistas e a ascensão da direita radical (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). A análise deste fenômeno deve levar em conta a complexidade dos contextos nacionais, especialmente em países do Sul Global, cujas trajetórias de desenvolvimento diferem significativamente das experiências euro-americanas. O modelo de desenvolvimento do Norte global, que pressupõe a coexistência de um estado de bem-estar e uma classe trabalhadora organizada, não pode ser considerado universal. Na era pós-Thatcher-Reagan, o aprofundamento do neoliberalismo despolitizou os eleitorados, substituindo a sociabilidade política pela lógica de consumo (Streeck, 2012). Chile e Índia são casos exemplares em que o neoliberalismo e o autoritarismo/extrema-direita colaboraram por muito tempo (Biebricher, 2020; Masood e Nisar, 2020). Em muitos países, processos de democratização e desdemocratização ocorreram simultaneamente, com crescimento econômico coexistindo

com pobreza e novas formas de ativismo, de forma que cidadãos e consumidores emergiram concomitantemente, em vez de cidadãos se transformarem em consumidores (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023).

Outrossim, no que diz respeito ao legado das ditaduras e dos regimes autoritários, percebe-se que estudos sobre autoritarismo no século XXI, inicialmente contextualizados em um cenário de otimismo democrático, sugerem o desmantelamento de ditaduras e o enfraquecimento de movimentos antidemocráticos (Bernhard e O'Neill, 2018). No entanto, essa visão não persistiu até o final da segunda década do século XXI. Após os ataques terroristas de 2001, 2004 e 2005 (Nova Iorque, Madrid e Londres) e a crise econômica de 2008 (Castells, 2018), uma onda de ataques às instituições democráticas abriu espaço para partidos e movimentos populistas de direita (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023).

No Norte global, o surgimento da nova direita radical e o retrocesso democrático parecem fenômenos interligados (Pappas, 2019; Przeworski, 2019; Runciman, 2018), impulsionados pelo colapso do estado de bem-estar e pelo ressentimento da classe trabalhadora. No entanto, essa explicação é insuficiente para o Sul global, em que o estado de bem-estar nunca se consolidou adequadamente. Nessa região, observa-se a persistência e o fortalecimento de características autoritárias, refletindo a herança de regimes autoritários e a falta de consolidação democrática, com a ausência de instituições estatais eficazes (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). O legado dos regimes autoritários no Sul global não é apenas recente, com alguns processos de democratização ocorrendo no final dos anos 1980, como no caso do Brasil (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023), mas também uma característica duradoura de seus sistemas políticos. O autoritarismo é um elemento persistente nesses países (Bellin, 2004; Bernhard e O'Neill, 2018).

Uma distinção fundamental entre as tendências observadas no Norte global é a história das relações civis-militares nos países do Sul global. Conforme explorado por Sanahuja, López Burian e Vitelli (2023), este legado estabelece raízes profundas na estrutura dos governos e na participação ativa de oficiais de alta patente das forças armadas na formulação de políticas. Assim, ao analisar a ascensão de movimentos antidemocráticos na política contemporânea, torna-se imperativo diferenciar os contextos em que essas tendências se manifestam (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). No contexto do Sul global, isso implica reconhecer as restrições que esses regimes democráticos emergentes ainda enfrentam (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023).

Por conseguinte, no âmbito das particularidades do nacionalismo nos países do Sul Global, a literatura predominante sobre a nova direita destaca o etnonacionalismo como um

elemento central da ideologia da direita radical, servindo de base para seus discursos políticos (Bar-On, 2018; Minkenberg, 2000). Esse etnonacionalismo sustenta a reivindicação por homogeneidade social e supremacia nacional (Blank e Schmidt, 2003), abordando questões como as ameaças à identidade cultural e nacional pelo influxo de imigrantes, xenofobia, racismo, teorias da conspiração sobre estrangeiros, e a oposição ao multiculturalismo (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023).

A ênfase na pureza e supremacia racial, central para compreender o papel do nacionalismo em movimentos de nova direita, não é uma explicação universal. O mito de nação etnicamente homogênea é mais prevalente no Norte global, especialmente na Europa, do que em outras regiões (Aminzade, 2013; Brubaker, 1990; Ferguson, 2006; Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). Em países colonizados, a análise deve considerar o entrelaçamento complexo de raça, gênero e classe e suas interações nas narrativas nacionais. Assim, enquanto interpretações tradicionais do nacionalismo focam na exclusão de imigrantes, os discursos nacionalistas no Sul global destacam temas culturais, como a religião, e a necessidade de reconhecimento global (Balta, 2021).

O nacionalismo, como ideologia, opera tanto em níveis domésticos quanto internacionais. Para compreender como os discursos nacionalistas da nova direita variam entre o Norte e o Sul global, é crucial considerar a posição das nações no sistema internacional (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). Países do Sul global enfrentam desafios distintos no cenário global, o que influencia a forma como os movimentos de nova direita abordam essas questões em comparação à Europa e América do Norte (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). No caso do nacionalismo econômico, por exemplo, enquanto nacionalistas do Norte global tendem a adotar medidas protecionistas, os do Sul global não podem se isolar economicamente.

Na Índia e no Brasil, o discurso nacionalista inclui um forte componente religioso, associado ao autoritarismo, conservadorismo e fundamentalismo religioso (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). Na Índia, observa-se o ressurgimento do nacionalismo hindu (Roy, 2023), enquanto no Brasil há uma consolidação da retórica neopentecostal ligada a uma agenda anticorrupção (Nobre; Pini; Menezes, 2023). Esses elementos têm unido diversos segmentos da população brasileira em torno da promessa de reconstrução moral e material da nação.

Por fim, no que diz respeito ao conservadorismo religioso e moral em democracias não-seculares, em 1999, Amartya Sen publicou um artigo intitulado "Democracia como um valor universal", no qual defendia a democracia como uma tendência global, citando a Índia

como exemplo do maior país democrático. No entanto, duas décadas depois, com Narendra Modi no poder, Sen revisitou suas observações e concluiu que a política indiana havia desconsiderado o compromisso com a democracia secular (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). A Índia não está sozinha; faz parte de uma realidade híbrida de democracias em consolidação, onde a religião ocupa um papel central na política, formando o que Cowan (2021) chamou de "maiorias morais". O fundamentalismo religioso tem sido um componente central na agenda política tanto de Modi quanto de Bolsonaro, influenciando todos os níveis de governança e formulação de políticas (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023).

Uma cruzada moral de caráter paternalista, que corrompe e contorna a política, é um fenômeno atual da direita radical no Sul global, utilizando lideranças e doutrinas religiosas de novas formas (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). Nas Filipinas, onde o catolicismo tem grande influência, os direitos sexuais são profundamente afetados pela intervenção do Vaticano na política (Teixeira e Bulgarelli, 2023). Apesar do conflito de Duterte com o Vaticano, os valores da igreja, baseados em um discurso moral anti-drogas, beneficiaram sua administração, constituindo um elemento central de seu governo (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). No final, a relação entre Estado e igreja continua forte e estável (Batalla e Baring, 2019; Cornelio e Lasco, 2020). O Brasil, por outro lado, tem sido historicamente um país chave na exportação da "direita cristã", promovendo pensadores, líderes e ativistas religiosos que influenciam globalmente (Cowan, 2021). Atualmente, campanhas anti-gênero focadas na oposição à "ideologia de gênero" no Brasil ilustram a predominância do fundamentalismo cristão, visível nos discursos de Bolsonaro, na propaganda em redes sociais e na legislação escolar municipal (Teixeira e Bulgarelli, 2023).

Ao abordar questões de conservadorismo, reacionarismo e influência religiosa nas democracias do Sul global, é relevante notar que Brasil e Índia apresentam uma contínua influência do sectarismo religioso e do "conservadorismo de base" (Hatzkidi e Dullo, 2021), mesmo em períodos de estabilidade democrática (Roy, 2023). No século XXI, o nacionalismo hindu reconfigurou significativamente a cultura política indiana, enfatizando a afiliação ao hinduísmo como essencial para a participação política (George, 2016). Desde 2014, Modi tem utilizado referências religiosas hindus para marginalizar a população muçulmana, retratando-os como "conquistadores estrangeiros" e inimigos internos (Roy, 2023).

Além disso, o "retrocesso cultural" contra valores liberais é um fenômeno presente em democracias consolidadas que agora fomentam divisões culturais (Inglehart e Norris, 2016). A novidade reside no fato de que forças fundamentalistas se tornaram predominantes e hegemônicas na política, na mídia e na vida cotidiana. A intensidade é um ponto central: a

política religiosa sectária encontra um ambiente mais propício para desintegrar a democracia em países onde o secularismo ainda não está plenamente estabelecido (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023).

Apesar do crescimento do conservadorismo e do fundamentalismo religioso no início do século XXI, essas forças não são invencíveis no Sul global. Na verdade, há uma resistência significativa através de movimentos sociais e protestos em massa, especialmente na América Latina. Manifestações feministas em defesa dos direitos sexuais têm obtido sucesso considerável em um contexto tradicionalmente conservador (Htun, 2003). Exemplos notáveis incluem a descriminalização do aborto na Argentina (2020), no México (2021) e na Colômbia (2022), que resultaram de mobilizações persistentes (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). Esses fatores ressaltam a importância de um olhar analítico específico para o Sul global, considerando as particularidades dessa região.

A partir deste capítulo, pode-se entender a importância de uma análise crítica e diferenciada da ascensão da extrema direita no Sul Global, considerando suas especificidades históricas, culturais e socioeconômicas. Estudos centrados nas experiências euro-americanas frequentemente falham em capturar as nuances dos contextos periféricos e colonizados, onde o autoritarismo, o conservadorismo e a colonialidade desempenham papéis centrais. A influência das redes sociais, a exportação de ideologias extremistas e o impacto das crises econômicas globais mostram-se cruciais para a disseminação do populismo autoritário. A integração de abordagens do Sul Global na análise deste fenômeno revela novas dimensões, destacando a persistência de legados autoritários, a particularidade do nacionalismo e a centralidade do conservadorismo religioso. Assim, essas perspectivas ampliam a compreensão dos movimentos extremistas contemporâneos e suas implicações para a política global, sublinhando a necessidade de um olhar analítico que vá além dos marcos teóricos tradicionais. Na próxima seção, a pesquisa se concentrará especificamente no caso brasileiro, explorando como esses fatores se manifestam e influenciam a política nacional.

1.1.4 A Ultradireita Brasileira: Origens e Contextos

Este item examina a trajetória e as bases ideológicas da ultradireita no Brasil, analisando sua evolução histórica e suas manifestações contemporâneas. Ao longo dos subtópicos, serão abordados os principais fatores que contribuíram para a ascensão desse movimento no cenário político nacional. A seção é dividida em três partes principais: a herança integralista, o pensamento autoritário no Brasil durante o Estado Novo e a ditadura militar, e a influência do governo Bolsonaro.

Na seção 1.4.1, será explorada a origem e a evolução do integralismo no Brasil, começando com a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB) por Plínio Salgado em 1932. O integralismo, influenciado pelo fascismo italiano, deixou uma marca duradoura na política brasileira, moldando a ideologia da extrema direita ao longo do século XX e no período contemporâneo. A análise incluirá os períodos de clandestinidade, a formação do Partido de Representação Popular (PRP), e o neointegralismo que surgiu após a morte de Salgado, culminando na aliança com Jair Bolsonaro nas últimas décadas.

Na seção seguinte (1.4.2), discute-se a consolidação do pensamento autoritário no Brasil, destacando os períodos do Estado Novo (1937-1945) e da ditadura militar (1964-1985). Será analisado como esses regimes incorporaram ideais autoritários e antidemocráticos, diferindo-se do totalitarismo, mas mantendo uma repressão constante e controle sobre a sociedade. A influência de ideólogos como Oliveira Viana e Francisco Campos será explorada, percebendo como suas ideias moldaram políticas e práticas que ressoam até hoje.

Por fim, a seção 1.4.3 examina o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), destacando como as ideologias da ultradireita influenciaram sua administração e a política externa brasileira. A análise abordará a guinada à direita, o antiglobalismo, e a aliança com governos de extrema direita ao redor do mundo. A influência de figuras como Ernesto Araújo e Olavo de Carvalho será discutida brevemente, além das consequências dessas políticas para a posição do Brasil no cenário internacional. Dessa forma, este capítulo tem por objetivo fornecer uma compreensão abrangente das raízes e do desenvolvimento da ultradireita no Brasil, contextualizando sua influência atual e os desafios que apresenta para a democracia no país.

1.1.4.1 A Ultradireita Brasileira: Herança Integralista

Na América Latina, nem todos os países experimentaram regimes fascistas (Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023). No entanto, o Brasil se destaca com a fundação da Ação Integralista Brasileira por Plínio Salgado, em 1932, sendo frequentemente considerada o exemplo mais representativo do fascismo na região (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Para entender o panorama da ultradireita no Brasil, é crucial revisitar o século passado e as origens desse movimento. Nesta seção, será explorada a trajetória da extrema direita no país, desde o surgimento do integralismo liderado por Plínio Salgado na década de 1930 até as manifestações contemporâneas do neointegralismo. A análise inclui a ocupação de espaços virtuais, a propagação de discursos extremistas e as campanhas contra o Partido dos

Trabalhadores (PT), culminando na ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2019.

O integralismo inseriu o Brasil no cenário da extrema-direita internacional ao longo do século XX (Dotta, 2012) e, para fins didáticos, pode-se dividir a trajetória do integralismo em quatro períodos históricos distintos: o primeiro, que abrange a Ação Integralista Brasileira (AIB) de 1932 a 1938; o segundo, marcado pela clandestinidade entre 1938 e 1945; o terceiro, referente ao Partido de Representação Popular (PRP) de 1945 a 1965; e o quarto, denominado “declínio e pulverização”, que se estende de 1965 até os dias atuais (Dotta, 2012). Serão abordados os quatro nesta seção.

Para compreender a formação do integralismo no Brasil, é imprescindível abordar a figura de Plínio Salgado, seu líder (Bertonha, 2018a). Jornalista e escritor brasileiro, Plínio Salgado viajou à Itália em 1930, onde conheceu Benito Mussolini, o líder fascista cuja ideologia admirava (Bertonha, 2018a; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). E, ao retornar ao Brasil, estava decidido a implementar suas concepções, criando um movimento autoritário, antiliberal e anticomunista, fundamentado no nacionalismo e em uma concepção cristã conservadora (Bertonha, 2018a), e a relação entre Salgado e Mussolini perdurou (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Assim, Plínio Salgado emergiu como uma figura central no cenário político brasileiro, liderando o maior movimento de extrema direita da história do país (Gonçalves, 2009).

Na mesma década, Plínio Salgado iniciou o projeto "A Razão", que evoluiu para a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), a qual foi precursora da Ação Integralista Brasileira (AIB). A SEP tinha como objetivo criar um movimento político baseado no forte nacionalismo conservador e revolucionário, inspirado pelo fascismo de Mussolini (Bertonha, 2010; 2014; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Diversos movimentos protofascistas brasileiros, como a Ação Social Brasileira e a Legião Cearense do Trabalho, contribuíram para a formação da SEP (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020) e os debates organizados pela SEP culminaram na fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB) em 7 de outubro de 1932 (Gonçalves, 2009).

O Manifesto de Outubro, escrito por Salgado, estabeleceu os princípios ideológicos do movimento, defendendo a autoridade, criticando partidos políticos e promovendo um Estado Integral fascista (Bertonha, 2010; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020; Dotta, 2012). O integralismo enfatizava a religião com o lema "Deus, pátria e família" e Plínio Salgado foi nomeado chefe nacional do movimento, com autoridade centralizada e perpétua (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). A AIB adotou a letra grega sigma como símbolo, seus membros

usavam uniformes nacionais de camisas verdes e adotavam a saudação "Anauê!" entre seus membros (Dotta, 2012; Caldeira Neto, 2014).

Ademais, a AIB expandiu-se nacional e internacionalmente, promovendo um nacionalismo conservador e um regime autoritário (Caldeira Neto, 2014). O movimento cresceu com o medo do comunismo, especialmente após a tentativa revolucionária de 1935 pela Aliança Nacional Libertadora, episódio também conhecido como Intentona Comunista. Financiada por grupos anticomunistas (Caldeira Neto, 2014; 2016), a AIB obteve apoio significativo entre as elites e a classe média brasileira. A colaboração com figuras católicas proeminentes e o ecumenismo anticomunista fortaleceram o movimento. Assim, a AIB emergiu como o movimento fascista mais bem-sucedido na América Latina, com ampla influência e suporte religioso e político (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Entre o final de 1932 e o início de 1933, o movimento integralista brasileiro consolidou suas principais lideranças: Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale (Bertonha, 2018b). Eles identificaram como inimigos o comunismo, o capitalismo internacional, o judaísmo e a maçonaria (Gonçalves, 2009). Enquanto os escritos de Reale e Salgado criticavam o capitalismo e o comunismo, Barroso focava no antissemitismo (Bertonha, 2018b; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Gustavo Barroso, um intelectual de destaque e presidente da Academia Brasileira de Letras, tornou-se a segunda figura mais importante do integralismo (Bertonha, 2018b; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Ele escreveu cerca de 70 livros, muitos dos quais sobre antissemitismo (Bertonha, 2018b). Influenciado pelo círculo social integralista e pela leitura dos "Protocolos dos Sábios de Sião", Barroso traduziu e disseminou esta obra no Brasil em 1936, reforçando teorias conspiratórias sobre um complô judaico (Gonçalves, 2009; Bertonha, 2018b; Gonçalves e Pereira, 2020). Por sua vez, Miguel Reale foi responsável pela doutrina do movimento e pela organização da juventude integralista (Bertonha, 2014; 2018b). Reale tornou-se uma referência na área jurídica, sendo considerado o pai do Novo Código Civil Brasileiro de 2003 (Bertonha, 2018b) e suas reflexões jurídico-políticas foram cruciais para o integralismo (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Após sua fundação oficial, a Ação Integralista Brasileira (AIB) iniciou uma fase de significativa expansão (Bertonha, 2010) e o movimento foi disseminado através de diversos meios, incluindo cartas, telegramas e notas em jornais (Gonçalves, 2009). Em 23 de abril de 1933, ocorreu o primeiro desfile da AIB em São Paulo, com a participação de cerca de 40 militantes trajados com as tradicionais camisas verdes. As manifestações públicas tornaram-se uma característica marcante do integralismo (Gonçalves Pereira e Caldeira,

2020) e as viagens de líderes como Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale pelo país foram estratégias para a disseminação do movimento (Bertonha, 2018b; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Entre 1933 e 1934, a AIB experimentou um crescimento expressivo, aumentando de 24 mil para 160 mil membros (Gonçalves, 2009) e foi consolidado como um dos principais movimentos políticos da época (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

No que concerne ao papel da mulher, o integralismo oferecia uma oportunidade de participação política em um contexto predominantemente masculino, ainda que suas funções fossem rigidamente definidas dentro de um tom patriarcal (Ramos, 2008; Gonçalves, 2009). Plínio Salgado sustentava que o trabalho feminino fora do lar e a busca por satisfação material enfraqueciam a família, recomendando profissões como a enfermagem, que era visto como extensões dos papéis domésticos tradicionais da mulher (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020) e alertavam-nas sobre os perigos da educação moderna para as mulheres, associando a igualdade de gênero ao comunismo (Gonçalves, 2009; Ramos, 2008).

Em abril de 1937, o Monitor Integralista, diário oficial da Ação Integralista Brasileira (AIB), publicou um documento para a normatização dos militantes, intitulado "Protocolos e Rituais" (Gonçalves, 2009). Este manual detalhava vários aspectos do movimento, incluindo o juramento obrigatório que envolvia a elevação do braço direito e a pronúncia das seguintes palavras: "Juro por Deus e pela minha honra trabalhar pela Ação Integralista Brasileira, executando, sem discutir, as ordens do Chefe Nacional e dos meus superiores" (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Além disso, seguindo o exemplo do Duce italiano, as sedes integralistas deveriam obedecer a um padrão específico, contendo elementos como a foto do chefe nacional, um relógio com a frase "a nossa hora chegará" e um cartaz com os dizeres: "O integralista é o soldado de Deus e da pátria, homem novo do Brasil que vai construir uma grande nação" (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Sobre o uso das ferramentas midiáticas pelo movimento (Bertonha, 2014), a AIB utilizou extensivamente a publicidade e a propaganda para doutrinar e conquistar novos membros (Gonçalves, 2009). A revista *Anauê!* inovou com sua diagramação, tornando-se um instrumento crucial para a difusão da doutrina integralista e alcançando cidadãos não letrados (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). A imprensa integralista era organizada pelo consórcio Sigma-Jornais Reunidos, que reunia 138 jornais, garantindo a unificação das publicações e a coerência ideológica sob a supervisão da Secretaria Nacional de Imprensa, responsável pela censura e seleção de matérias (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Além disso, as mulheres eram especificamente alvo de uma revista exclusiva, *Brasil Feminino*, que buscava politicamente moldá-las conforme os ideais integralistas, reforçando os papéis tradicionais de

mãe, esposa e dona de casa (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Além de jornais e revistas, o rádio e o cinema também foram importantes veículos de propaganda (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). A Sigma-Film, sociedade cinematográfica integralista, registrava eventos do movimento, e filmes como "O integralismo no Brasil" eram exibidos para entusiasmar os militantes (Gonçalves, 2009).

Em 1937, com o golpe do Estado Novo que manteve Getúlio Vargas no poder, os planos eleitorais dos integralistas foram frustrados (Bertonha, 2014). Inicialmente, os integralistas apoiaram o novo regime, acreditando que Vargas cumpriria a promessa de incluí-los em seu governo (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). No entanto, ao perceberem que suas expectativas não seriam atendidas, a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi proibida e passou a operar na clandestinidade, marcando o segundo momento do movimento integralista no Brasil (Datto, 2012). Em resposta, integralistas como Belmiro Valverde planejaram ações armadas contra o governo, resultando em prisões e confrontos. Em janeiro de 1938, armas foram apreendidas e integralistas foram detidos, aumentando a instabilidade e a revolta. A conspiração contra Vargas culminou em ações fracassadas em março e maio de 1938, marcando os últimos momentos da AIB (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Durante o período do Estado Novo, muitos integralistas foram perseguidos e presos, enquanto outros fugiram ou se mantiveram em silêncio (Datto, 2012; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). A repressão fez com que diversos integralistas fossem processados pelo Tribunal de Segurança Nacional, e alguns, como Plínio Salgado, se exilaram (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). No exílio, Salgado reformulou o integralismo com um discurso mais religioso, alinhado ao cristianismo, preparando o caminho para a criação do Partido de Representação Popular (PRP) após seu retorno ao Brasil em 1946 (Ramos, 2008; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Salgado enfrentou um contexto adverso mas tentou revitalizar o integralismo usando a religião como instrumento político (Gonçalves, 2009). Em 1945, ele lançou o Manifesto-diretiva, promovendo uma nova orientação para o movimento, enfatizando seu caráter espiritualista e anticomunista (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). No mesmo ano, fundou o PRP, que teve resultados eleitorais modestos (Ramos, 2008; Gonçalves, 2009). Seu retorno ao Brasil em 1946 foi marcado por desafios e oposição, e ele nunca recuperou a mesma influência política que teve na década de 1930 (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Em 1964, Plínio Salgado e o PRP apoiaram ativamente o golpe militar contra João Goulart, e Salgado convocou a participação na Marcha da Família com Deus pela Liberdade e articulou a queda de Jango com outras lideranças conservadoras (Gonçalves Pereira e

Caldeira, 2020). Após o golpe, ele formalizou o apoio ao general Castello Branco, esperando que 1964 fosse o ano dos integralistas no poder. No entanto, a implementação do Ato Institucional n. 2 (AI-2), em 1965, extinguiu todos os partidos políticos, incluindo o PRP (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020) e as esperanças de influência diminuíram ainda mais com a chegada do AI-5, em 1968, e a Junta Militar.

Sem grande impacto político, Salgado voltou-se para projetos educacionais e moralistas, como a implementação da educação moral e cívica nas escolas (Ramos, 2008; Gonçalves, 2009; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). A Cruzada de Renovação Nacional e os Centros Culturais da Juventude mantiveram o movimento ativo, mas com força reduzida. Contudo, o falecimento de Plínio Salgado, em dezembro de 1975, marcou o fim de uma era do integralismo, deixando o movimento sem liderança e unidade (Datto, 2012; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020), e levou ao surgimento do neointegralismo. Entre 1975 e 2001, diversos grupos neointegralistas surgiram, cada um com suas próprias interpretações e propostas (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Nesse contexto, Jader Medeiros emergiu como um potencial novo líder integralista, utilizando o jornal Renovação Nacional como um importante instrumento político (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Ativo na União Operária e Camponesa do Brasil (UOCB), Medeiros buscava combater o avanço de grupos de esquerda e coordenou um jornal de disseminação da política integralista durante a ditadura (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). No entanto, a Cruzada de Renovação Nacional nunca se consolidou como o principal órgão dos neointegralistas, deixando espaço para o surgimento de novos grupos (Gonçalves, 2009).

Após o fracasso da Cruzada de Renovação Nacional, tentativas de revitalizar o movimento integralista surgiram, enfatizando a diversidade geracional dos militantes e a nostalgia pelo passado integralista (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Em 1985, a transição democrática no Brasil apresentou desafios para os integralistas, cuja proposta era antidemocrática, dificultando sua inserção no novo cenário político (Gonçalves, 2009; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Figuras como Anésio de Lara Campos Júnior e entidades como a Editora Voz do Oeste e a Casa Plínio Salgado tentaram preservar e revitalizar o integralismo, mas enfrentaram fragmentação interna e críticas externas, especialmente após a tentativa de formação do Partido de Ação Nacionalista (PAN), que não se consolidou como representante dos integralistas (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Em 1988, a nova Constituição Federal marcou o contexto político. No dia 1º de maio, mais de 2 mil pessoas se reuniram na Praça da Sé em São Paulo, em um ato da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para comemorar o Dia dos Trabalhadores. O evento, que contou

com Luís Carlos Prestes, foi interrompido por cerca de 100 integralistas liderados por Anésio Lara, parte de um grupo maior de 400 militantes de extrema direita (Ramos, 2008; Gonçalves, 2009; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

O incidente evidenciou a relação entre a AIB, liderada por Anésio Lara, e outros grupos de extrema direita, como o Partido de Ação Nacionalista e os Carecas do Subúrbio, um grupo de *skinheads* brasileiros conhecidos por sua violência, ideologia extremista, perfil conservador e posturas agressivas contra movimentos sociais, grupos de esquerda e minorias (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020), similar aos *skinheads* europeus. A confusão na Praça da Sé destacou a persistência do neointegralismo e a interação entre a AIB e grupos *skinheads* (Costa, 1993; Barbosa, 2016; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Ao final dos anos 1990, o neointegralismo estava fragilizado e desconexo, com sua imagem pública danificada (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Marcelo Mendez emergiu como uma nova liderança, fundando o Centro de Estudos e Debates Integralistas (Cedi) em 1999 e utilizou a internet para revitalizar o movimento, tentando dissociar o integralismo de grupos neonazistas e *skinheads* (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

O movimento se fragmentou em pequenos grupos com diferentes interpretações do integralismo, desde conservadores cristãos seguidores de Plínio Salgado até antissemitas próximos de Gustavo Barroso (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Havia também conexões com monarquistas, *skinheads*, neonazistas e ultraconservadores (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Com o uso da internet, os integralistas começaram a se reorganizar e buscar a unidade, culminando na proposta do I Congresso Integralista para o Século XXI, divulgado em meios físicos e virtuais, para reunir militantes, discutir planos futuros e fortalecer uma visão comum entre as diversas tendências do neointegralismo (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Apesar de seus esforços, incluindo a criação de um site e comunidades no Orkut, a Ação Integralista Revolucionária (AIR), criada após o I Congresso Integralista, não conseguiu expandir sua influência (Bertonha, 2010; Caldeira Neto, 2014; 2016; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

A ligação entre os integralistas e neointegralistas e Jair Bolsonaro é marcada por diversos momentos de interação e apoio mútuo, especialmente durante a ascensão de Bolsonaro à presidência. Após o fim do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), que posteriormente se tornou o Partido Liberal (PL), os integralistas intensificaram suas atividades virtuais e manifestações públicas. No entanto, a estabilidade dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) dificultou a organização de uma rede estruturada da extrema direita (Caldeira Neto, 2014; 2016; Gonçalves Pereira e Caldeira,

2020). A partir de 2013, com a onda de protestos no Brasil, o movimento integralista percebeu uma oportunidade para divulgar seus ideais e estabelecer alianças (Caldeira Neto, 2014). Em 2010, membros da Frente Integralista Brasileira (FIB) lançaram a campanha "Fora Dilma" e participaram de protestos contra o Plano Nacional de Direitos Humanos e a candidatura de Dilma Rousseff. Com o início do mandato de Dilma em 2011, os integralistas intensificaram suas manifestações, particularmente contra Cesare Battisti e em apoio a Jair Bolsonaro (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Em 2013, membros da FIB publicaram o documento "Um fantasma ronda o Brasil", evidenciando a crescente mobilização integralista (Caldeira Neto, 2020). Durante os protestos pró-impeachment de Dilma entre 2015 e 2016, diversos grupos de extrema direita participaram ativamente, fortalecendo suas conexões (Vieira, 2022; Caldeira Neto, 2020; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Após a destituição de Dilma, os neointegralistas permaneceram ativos, aproveitando o clima de radicalização política para expandir suas atividades e contatos, e em 2017, surgiu a Associação Cívico Cultural Arcy Lopes Estrella (Accale), que, embora não focada exclusivamente no integralismo, manteve fortes laços com o movimento (Vieira, 2022; Caldeira Neto, 2020; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Durante as eleições de 2018, a candidatura de Jair Bolsonaro ganhou destaque no campo da extrema direita. A FIB, embora inicialmente não engajada na campanha de Bolsonaro, estreitou laços com o PRTB, partido do vice de Bolsonaro, General Hamilton Mourão (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Essa relação se evidenciou com a defesa de candidaturas como a de Rodrigo Tavares e Levy Fidelix, que incorporaram lemas integralistas em suas campanhas (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). A FIB também indicou candidatos em outras regiões, demonstrando a articulação entre os neointegralistas e os partidos políticos da extrema direita brasileira (Caldeira Neto, 2020; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Esta interação e apoio mútuo foram especialmente evidentes durante os eventos e protestos que marcaram a trajetória de Bolsonaro à presidência. Integralistas participaram ativamente dos protestos antipetistas e utilizaram esses eventos para promover seus ideais, fortalecendo a rede de extrema direita no Brasil (Caldeira Neto, 2020; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). A retórica e os símbolos utilizados tanto por Bolsonaro quanto pelos integralistas, enfatizando valores como Deus, pátria e família, ajudaram a criar uma identificação mútua que consolidou essa relação (Caldeira Neto, 2020; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Durante o segundo turno das eleições de 2018, a radicalização das direitas se intensificou significativamente (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Nos eventos de campanha de Jair Bolsonaro, era comum observar bandeiras de movimentos antidemocráticos, com críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF), aos partidos políticos e pedidos de retorno à ditadura, além de elogios a torturadores (Caldeira Neto, 2020; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Os integralistas participaram ativamente dessas manifestações e, em um ato realizado em 21 de outubro na Avenida Paulista, Victor Barbuy, representante da Frente Integralista Brasileira (FIB), discursou em apoio a Bolsonaro, destacando que a escolha era entre "Brasil e o antibrasil" e alinhando-se aos valores de "Deus, pátria e família" (Caldeira Neto, 2020; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Em diversas universidades, estudantes e funcionários instalaram faixas antifascistas e, em 30 de novembro, um grupo neointegralista, o Comando de Insurgência Popular Nacionalista (CIPN), roubou e queimou faixas antifascistas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), publicando um vídeo no YouTube (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). No vídeo, membros mascarados vestindo camisetas pretas e exibindo bandeiras integralistas e nacionais leram um manifesto contra homossexuais, ateus e "escravos do banqueirismo internacional", finalizando com a saudação fascista (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Essas ações exemplificam a radicalização dos neointegralistas e da extrema direita durante o segundo turno das eleições presidenciais, que foram legitimadas pela retórica agressiva de Bolsonaro, caracterizada por ataques a adversários políticos e à imprensa, além da proposta de medidas extremas, como a prisão de opositores (Caldeira Neto, 2020; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020).

Apesar das atividades extremistas, como o ataque à produtora Porta dos Fundos com coquetéis molotov por um grupo neointegralista em dezembro de 2019, a relação entre integralistas e o governo federal se manteve, com Paulo Fernando Melo da Costa, um integralista, sendo nomeado assessor especial (Caldeira Neto, 2020; Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020). Dessa forma, percebe-se que o neointegralismo, com sua diversidade de grupos e ideologias, continua ativo, defendendo ideias de Plínio Salgado e outros intelectuais integralistas. O lema "Deus, Pátria e Família" permanece influente, sendo adotado pelo partido Aliança pelo Brasil, de Jair Bolsonaro (Gonçalves Pereira e Caldeira, 2020), refletindo a continuidade do pensamento integralista na política brasileira contemporânea.

Percebe-se, assim, que a trajetória do integralismo no Brasil, desde sua fundação na década de 1930 até suas manifestações contemporâneas, evidencia a persistência e adaptabilidade de movimentos ultraconservadores no país. Através de sucessivas fases de

expansão, repressão e rearticulação, o integralismo conseguiu manter uma influência significativa na política brasileira, adaptando-se às novas realidades sociopolíticas e tecnológicas. A figura central de Plínio Salgado e a continuidade de lemas como "Deus, Pátria e Família" demonstram a resiliência de uma ideologia que, mesmo fragmentada, encontra novos espaços de atuação e articulação, conseguindo se manter relevante ao se alinhar com novos atores políticos, como visto na aliança com Jair Bolsonaro. É notório que a capacidade de reinvenção do integralismo e sua persistência no cenário político nacional demonstram a duradoura influência das ideologias autoritárias e ultraconservadoras no Brasil.

1.1.4.2 O Pensamento Autoritário no Brasil: Do Estado Novo à Ditadura Militar

A partir da herança do integralismo, se consolidou um pensamento autoritário no Brasil, isso ficou evidente no Estado Novo (1937-1945) e na ditadura militar (1964-1985). Boris Fausto (2001) oferece uma análise aprofundada sobre o conceito de autoritarismo, diferenciando-o do totalitarismo, e examinando exemplos concretos no Brasil e no cenário global. O totalitarismo é definido por Fausto (2001) como regimes que submetem a sociedade a um Partido-Estado, dirigido por uma figura carismática, possuindo características revolucionárias. Em contraste, o autoritarismo é caracterizado por uma menor mobilização social, uma relativa independência da sociedade em relação ao Estado, e a preservação de algumas esferas privadas, tendendo a ser mais conservador (Fausto, 2001).

Apesar das distinções teóricas entre regimes totalitários e autoritários, na prática, é desafiador diferenciá-los claramente. O nazismo é amplamente reconhecido como um regime totalitário, enquanto o fascismo italiano suscita debates sobre sua natureza totalitária ou autoritária (Fausto, 2001). A caracterização da União Soviética é também controversa, com Hobsbawm (1995) argumentando que não se tratava de um regime totalitário devido à despolitização dos cidadãos.

Ao demarcar as diferenças entre autoritarismo e fascismo, é imperativo examinar o contexto sociopolítico da emergência e ascensão do pensamento autoritário no Brasil e suas implicações políticas. No cenário europeu, o prestígio das ideias "revolucionárias" de direita e a implantação de regimes autoritários e fascistas surgiram das novas realidades pós-Primeira Guerra Mundial (Fausto, 2001). O ressentimento dos derrotados e a ameaça das mobilizações operárias e do comunismo na Itália e Alemanha facilitaram a disseminação e o prestígio das ideologias de direita, em suas diversas nuances (Fausto, 2001).

No Brasil, a distinção entre autoritarismo e totalitarismo foi nítida, especialmente durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Azevedo Amaral (1938), um proeminente ideólogo

do autoritarismo, sublinhou a diferença nas relações entre o indivíduo e o Estado, com o autoritarismo respeitando certas prerrogativas humanas inalienáveis. Oliveira Viana (1974), outro ideólogo, delineou as esferas do totalitarismo e do autoritarismo, argumentando contra a criação de um partido único no Brasil, considerando o perfil psicossocial da população. Fausto (2001) argumenta que o autoritarismo no Brasil foi moldado por influências europeias e acontecimentos políticos, diferenciando-se do fascismo, apesar de algumas aproximações iniciais. O governo Vargas manteve uma postura equilibrada entre os campos políticos internacionais, reprimindo movimentos fascistas internos, como o integralismo, conforme discutido na seção 1.4.1.

O pensamento autoritário emergiu no Brasil dos anos 1920, contrastando com o regime oligárquico-liberal da Primeira República. As correntes críticas ao sistema dominante variavam entre a esquerda inspirada na União Soviética, a liberal-democrática, e a direita autoritária (Fausto, 2001). A direita defendia uma ordem autoritária, o apego à tradição e o papel relevante do Estado, excluindo o liberalismo conservador (Fausto, 2001).

O nacionalismo assume diferentes conotações na Europa e no Brasil, não sendo exclusivo da direita brasileira. A ideologia nacionalista autoritária distingue-se do fascismo e do tradicionalismo católico, sendo o integralismo brasileiro um ponto controverso (Fausto, 2001). Embora alguns líderes integralistas tentassem diferenciar sua doutrina do fascismo, o movimento exibiu características fascistas em sua organização e mobilização (Fausto, 2001).

Assim, a constituição e a influência do pensamento autoritário no Brasil podem ser divididas em duas fases principais, tendo a Grande Depressão mundial e a Revolução de 1930 como marcos divisórios (Fausto, 2001). Após a Revolução de 1930, o pensamento autoritário ascendeu a uma posição de destaque, com seus principais ideólogos desempenhando papéis cruciais na formulação de instituições e na configuração da política nacional.

A crise econômica global e a Revolução de 1930 colocaram a crítica ao liberalismo no centro das disputas político-ideológicas (Fausto, 2001). Esta crise foi interpretada como uma demonstração da falência do capitalismo e do regime político liberal que lhe era associado. Entre 1930 e 1937, travou-se uma acirrada disputa entre as principais correntes políticas no Brasil. A direita, defensora da centralização do poder e da modernização do país, com nuances nacionalistas, prevaleceu, apesar de conflitos internos, exemplificados pela iniciativa das Forças Armadas de enquadrar os tenentes (Fausto, 2001).

Os defensores do autoritarismo advogaram pelo prolongamento do governo provisório de Vargas, visando adiar a constitucionalização e as eleições gerais para um futuro incerto (Fausto, 2001). A contenda entre liberais e autoritários culminou na Revolução de 1932. Com

o apoio das Forças Armadas e das elites, Vargas executou um golpe de Estado, instaurando o Estado Novo em 1937, um regime autoritário considerado adequado às características do país (Fausto, 2001). Nesse contexto, o autoritarismo era apresentado como uma verdadeira democracia, “livre da parafernália de partidos e eleições típicas dos regimes liberais” (Fausto, 2001, p. 13).

O Estado Novo simbolizou a vitória dos ideais autoritários e a derrota dos liberais. A insurreição de 1935 marcou o fracasso dos comunistas e o início de uma severa repressão, enquanto o integralismo praticamente desapareceu após a tentativa golpista de 1938. Desta forma, a ideologia nacionalista autoritária consolidou-se na década de 1920, com figuras como Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos desempenhando papéis de destaque (Fausto, 2001).

Conforme argumenta Fausto (2001), o populismo de Vargas no final do Estado Novo, em confluência com o movimento queremista e o Partido Comunista, apresentava divergências significativas em relação ao modelo autoritário, embora existissem também algumas afinidades. Os ideólogos autoritários exaltavam o Estado como a instituição primordial capaz de transformar o país em uma verdadeira nação, defendendo a primazia dos interesses coletivos sobre os individuais. Desta forma, a segurança nacional emergia como uma preocupação central para esses nacionalistas, que advogavam pela intervenção das Forças Armadas na política como um poder moderador, essencial para assegurar a ordem e fomentar o desenvolvimento econômico e social do país (Fausto, 2001). Esta perspectiva ressoou nos discursos de apoio a Bolsonaro durante os anos finais de seu mandato, refletindo uma continuidade na valorização da intervenção militar como garantia de estabilidade.

No contexto da direita brasileira, as diversas correntes experimentaram êxitos e fracassos em medidas desiguais. O integralismo, caracterizado como um movimento de massa, teve uma existência breve e tumultuada, situando-se entre o catolicismo conservador e os autoritários, com algumas afinidades mútuas. Os pensadores autoritários, embora não liderassem um movimento, exerceram considerável influência intelectual entre 1930 e 1945, período no qual o cenário global e os dilemas internos do Brasil pareciam justificar seus argumentos (Fausto, 2001). Com exceção de um pequeno grupo de liberais, praticamente todos os atores sociais e políticos, especialmente os militares, atentaram para as ideias autoritárias, dado que o "ideal democrático" parecia desacreditado e o desenvolvimento econômico e a afirmação nacional pareciam depender de um sistema político robusto (Fausto, 2001).

O Estado Novo representou o auge dos ideólogos autoritários, constituindo um grupo amplo e influente em diversos campos, desde a economia até a cultura. A queda do Estado Novo, entretanto, desvalorizou o pensamento explicitamente autoritário (Fausto, 2001). No entanto, alguns sociólogos e historiadores posteriormente valorizaram o regime de 1937 e a figura de Getúlio Vargas, sugerindo que a via autoritária poderia ser justificada como necessária para o desenvolvimento econômico e a industrialização do país (Fausto, 2001). Apesar das violências praticadas durante a ditadura, a tentação autoritária e a "reabilitação" de seus ideólogos continuaram presentes na cena brasileira desde a queda de Getúlio em 1945 até recentemente.

O regime militar (1964-1985), de duração bem mais longa que o Estado Novo, retomou práticas autoritárias e manteve a influência de Francisco Campos, um de seus maiores ideólogos (Fausto, 2001). Embora semelhante ao Estado Novo em muitos aspectos, no contexto da Guerra Fria, os regimes autoritários hesitavam em reconhecer abertamente as supostas virtudes do autoritarismo. A repressão, violência e tortura durante o regime militar alcançaram níveis inéditos na história brasileira, e, embora algumas instituições democráticas fossem mantidas na aparência, o Congresso Nacional funcionou sob restrições rigorosas e os generais revezaram-se no poder por meio de eleições indiretas (Fausto, 2001). Dessa forma, a proposta autoritária revela sérios desafios para a democracia, incluindo a desqualificação das normas democráticas e a incapacidade de assegurar uma representação genuína da população, além de constituir um entrave à promoção da justiça social (Fausto, 2001).

A análise da herança do integralismo e sua influência na consolidação de um pensamento autoritário no Brasil revela uma continuidade significativa de práticas e ideologias antidemocráticas. Desde o Estado Novo até a ditadura militar, observa-se uma adaptação dessas ideias ao contexto brasileiro, com ênfase na centralização do poder e no papel das Forças Armadas. A diferenciação entre autoritarismo e totalitarismo, conforme discutido por Fausto (2001), permite uma compreensão mais precisa das particularidades do regime autoritário brasileiro, que, apesar de suas variações, manteve uma constante repressão e controle sobre a sociedade. A persistência dessas ideias autoritárias, evidenciada tanto na era Vargas quanto durante o regime militar, sublinha os desafios contínuos para a democracia brasileira, apontando para a necessidade de entender esse fenômeno que segue ressoando em setores políticos atuais.

1.1.4.3 O Governo Bolsonaro e a Consolidação da Ultradireita no Brasil

Uma vez estabelecidos os parâmetros intelectuais associados à ultradireita, este capítulo se propõe a examinar como essa ideologia influenciou a condução da política externa brasileira ao longo de sua gestão. Para tanto, serão analisados os caminhos seguidos pela Política Externa Brasileira (PEB) desde 2019, destacando suas inflexões e rupturas. Mudde (2019) argumenta que a eleição de Donald Trump é emblemática de como a ultradireita, e especialmente o populismo radical de direita, foi normalizada e se tornou proeminente no século XXI. Essa tendência também é refletida no Brasil sob o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), em que discursos extremistas e antidemocráticos foram integrados na campanha eleitoral de 2018 (Casarões, 2021; Ribeiro; Pini; Santos, 2021; Pinheiro-Machado e Vargas-Maia, 2023).

A partir de 2019, observa-se uma evidente guinada à direita na política externa brasileira. Influenciada pela base ideológica da ultradireita – cujo principal mentor no Brasil foi o autoproclamado filósofo Olavo de Carvalho (Teitelbaum, 2020) –, a PEB começa a reorientar seus rumos de acordo com a visão do recém-eleito Presidente Jair Bolsonaro e de seu Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo (Ribeiro; Pini; Santos, 2021; Teitelbaum, 2020). Essa mudança sinaliza uma ruptura com os padrões tradicionais da diplomacia brasileira, caracterizando-se, então, pelo distanciamento do multilateralismo e pela imprevisibilidade nas relações internacionais (Casarões, 2020). O presente tópico busca demonstrar como essa nova orientação ideológica moldou as ações e posturas do Brasil no cenário global, promovendo uma análise das principais mudanças e suas consequências para a política externa do país.

Durante sua candidatura, Bolsonaro defendeu que, no âmbito da PEB, visaria o desenvolvimento através de uma reconstrução da identidade internacional do Brasil. Esse objetivo seria alcançado por meio de alinhamentos baseados em critérios identitários, visando aproximar o Brasil de países democráticos e desenvolvidos (Casarões, 2019). Em seu Plano de Governo, Bolsonaro destacou especificamente a intenção de estreitar laços com "democracias importantes, como EUA, Israel e Itália" (PSL, 2018, p. 79).

No que diz respeito aos princípios da política externa, Bolsonaro adotou uma postura marcadamente "anti-globalista" (Araújo, 2022). Em entrevista, afirmou que, se eleito, consideraria a possibilidade de deixar a ONU, argumentando que a organização seria um local de congregação de comunistas e que o Brasil não teria compromissos com a América do Sul (Ballousier, 2018). Sua estratégia privilegiava as relações bilaterais, refletindo uma clara rejeição ao multilateralismo e uma ênfase nos acordos bilaterais em seu programa de governo (Casarões, 2019).

A prática diplomática brasileira, historicamente voltada para a adesão a diversos regimes internacionais e organismos multilaterais desde o Barão do Rio Branco (Ricupero, 2017; Ribeiro; Pini; Santos, 2021), experimentou várias inflexões sob o seu governo. Ernesto Araújo, um diplomata de carreira com visões antiglobalistas e tradicionalistas, defensor da metapolítica, foi nomeado para o cargo de Ministro das Relações Exteriores, indicado por Olavo de Carvalho (Teitelbaum, 2020).

Pouco antes das eleições presidenciais estadunidenses, em 2017, Araújo publicou um artigo intitulado “Trump e o Ocidente” nos Cadernos de Política Exterior do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (Araújo, 2017). Nesse artigo, ele exaltou o presidente norte-americano Donald Trump, considerado um símbolo da direita radical global, como um herói salvador de um Ocidente que, segundo Araújo, estaria em declínio (Ribeiro; Pini; Santos, 2021). Posteriormente, tornou-se público o alinhamento político de Araújo com Bolsonaro, manifestado em sua página na internet “Metapolítica 17 Contra o Globalismo” (Araújo, 2017), resgatando conceitos como a metapolítica de Benoist e Faye, além da teoria conspiratória do globalismo e do marxismo cultural.

Lynch e Cassimiro (2022, p. 20) afirmam que tanto o contexto global como o nacional permitiram a ascensão do populismo reacionário no Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Os autores exploram como a combinação de fatores como as crises política, econômica e moral contribuíram para a polarização do eleitorado e a rejeição das elites políticas tradicionais. Além disso, analisam a influência do movimento Lava Jato e do discurso anticorrupção na formação de um ambiente propício para o surgimento de um líder populista (Lynch, Cassimiro, 2022).

Ademais, os autores traçam a trajetória da Nova República desde sua fundação até a crise que culminou na eleição de Bolsonaro, trazendo a crescente judicialização da política, que, ao mesmo tempo que buscava combater a corrupção, acabou por deslegitimar o sistema político (Lynch, Cassimiro, 2022). A Operação Lava Jato é destacada por eles como um catalisador que, ao expor a corrupção endêmica, enfraqueceu a confiança pública nas instituições democráticas (Lynch, Cassimiro, 2022).

Dissecam também a ideologia do governo Bolsonaro, caracterizando-o como um governo de extrema-direita que mistura elementos do neoliberalismo, do conservadorismo social e do autoritarismo militar. E como as políticas públicas e os discursos que visam dismantlar o Estado de Direito contribuíram para a promoção de uma visão antipluralista e autoritária. Também abordam como a relação do governo com a mídia, a instrumentalização

das redes sociais e a promoção de uma guerra cultural contra os valores progressistas acabaram por fomentar ideias antidemocráticas (Lynch, Cassimiro, 2022).

Assim, Bolsonaro, ex-capitão do Exército e Deputado Federal, foi eleito presidente do Brasil, ocupando o cargo da presidência de 2019 a 2021, e seu governo tem sido comparado a ditaduras militares latino-americanas dos anos 1970 (Casarões, 2020).

O artigo "*The First Year of Bolsonaro's Foreign Policy*" de Guilherme Casarões (2020) aborda o primeiro ano de política externa do presidente Jair Bolsonaro, destacando suas características e impactos. Segundo o autor, embora admire nostalgicamente as ditaduras militares, Bolsonaro é principalmente um "guerreiro cultural" que busca trazer Deus, a nação e a família tradicional de volta ao centro da política brasileira.

Desde o início de sua administração, o governo Bolsonaro mostrou uma determinação evidente em promover mudanças substanciais na condução da PEB (Ribeiro, Pini, Santos, 2021, p. 13). A política externa não foi exceção a esse processo, ela é vista como uma peça central na nova identidade brasileira, promovendo a visão de um mundo de nações fortes e soberanas (Casarões, 2020; Ribeiro, Pini, Santos, 2021). Assim, Bolsonaro buscou alinhar-se com outros governos de extrema direita, como os de Donald Trump (EUA), Benjamin Netanyahu (Israel) e Viktor Orbán (Hungria), enquanto declarava guerra contra o globalismo e o socialismo (Guimarães, Silva, 2021).

Como parte desse alinhamento com governos mais à direita, o relacionamento com os EUA foi uma prioridade, com Bolsonaro adotando muitas das táticas e retóricas de Trump. A administração Trump aproveitou a aliança para negociar interesses como a base de Alcântara e a renúncia ao *status* especial do Brasil na Organização Mundial de Comércio (OMC). E, por outro lado, a sua política regional foi marcada pelo anticomunismo, rompendo com aliados tradicionais como Argentina, Bolívia, Cuba e Venezuela (Casarões, 2020). A política externa de Bolsonaro se baseou no fundamentalismo cristão, nacionalismo e anticomunismo, desconsiderando questões como mudanças climáticas e direitos humanos (Casarões, 2020).

No que diz respeito à base ideológica, Ernesto Araújo (Ministro das Relações Exteriores), Filipe Martins (assessor presidencial) e Eduardo Bolsonaro (filho de Bolsonaro e presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara) lideraram a política anti-globalista, influenciados pelo filósofo Olavo de Carvalho (Casarões, 2020), com ações como a mudança de voto do governo brasileiro na ONU sobre direitos de saúde reprodutiva, questões de gênero e direitos humanos israelenses contra palestinos para alinhá-lo com a Bíblia. Bolsonaro modelou sua política externa com base na de Trump, destacando valores

conservadores e um discurso anti-esquerda. Em relação à China, oscilou entre rivalidade ideológica e pragmatismo econômico (Guimarães, Silva, 2021).

De acordo com a definição de Mudde (2000, p. 11), que caracteriza a ultradireita como "movimentos – violentos ou não – que promovem pelo menos três dos seguintes temas: nacionalismo, racismo, xenofobia, antidemocracia ou autoritarismo", o governo Bolsonaro pode ser claramente associado a essa categoria. O nacionalismo foi uma marca constante do seu governo, evidenciado pelo forte apelo à identidade nacional e o uso de símbolos patrióticos. O racismo e a xenofobia manifestaram-se em declarações e políticas que afetaram negativamente minorias e imigrantes, particularmente os venezuelanos. A antidemocracia foi evidente nos frequentes ataques às instituições democráticas, como o STF e o Congresso, e no apoio à intervenção militar. Finalmente, o autoritarismo se refletiu na abordagem repressiva em relação à segurança pública e na tentativa de centralizar o poder, minando os mecanismos de controle e equilíbrio da democracia.

Por fim, entende-se que o governo de Jair Bolsonaro, com suas políticas e retórica, se alinha significativamente com os parâmetros da ultradireita definidos por Mudde. A análise crítica dos componentes ideológicos e das ações políticas revela uma promoção de nacionalismo exacerbado, racismo, xenofobia, antidemocracia e autoritarismo, nos conceitos de Mudde (2000, p. 11). Esse alinhamento não apenas confirma a categorização do governo Bolsonaro como um movimento de ultradireita, mas também destaca a importância de compreender essas dinâmicas para avaliar os impactos sobre a democracia e a sociedade. Dessa forma, a pesquisa sobre a ultradireita no Brasil é essencial para entender as transformações políticas recentes e as ameaças ao sistema democrático, fornecendo uma base para futuras análises e discussões acadêmicas sobre o tema.

2 DEMOCRACIA EM DECLÍNIO: DEMOCRACIAS DE FATO MORREM?

Neste capítulo, serão apresentados os referenciais teóricos fundamentais para a compreensão da democracia que embasam esta pesquisa. Inicialmente, abordaremos a teoria da poliarquia de Robert A. Dahl (1971), que oferece uma visão detalhada dos critérios necessários para uma sociedade ser considerada democrática. Dahl (1971) define poliarquia como um sistema político caracterizado por um elevado nível de participação política e contestação pública, proporcionando um *framework* essencial para analisar a qualidade e a funcionalidade das democracias modernas.

Além disso, este capítulo discutirá os principais indexadores democráticos utilizados na pesquisa, tais como o *Freedom House*, o *V-Dem (Varieties of Democracy)*, o *Polity IV* e o *Democracy Index* da *The Economist Intelligence Unit*. Cada um desses indexadores possui metodologias específicas para avaliar a qualidade democrática de diferentes países, considerando diversos aspectos como direitos políticos, liberdades civis, participação política, funcionamento do governo e cultura política.

Ao integrar essas diversas perspectivas teóricas e metodológicas, este capítulo fornecerá uma base robusta para a análise subsequente do impacto do governo de Jair Bolsonaro sobre a qualidade democrática no Brasil ao longo do século XXI. Essa abordagem multifacetada permitirá uma avaliação compreensiva e crítica, situando o caso brasileiro dentro de um contexto global mais amplo de tendências democráticas.

2.1 CONCEITUANDO A DEMOCRACIA

Nesta seção da pesquisa, será apresentada a concepção de democracia que fundamentará a análise realizada. A perspectiva de democracia adotada baseia-se nos trabalhos de Robert Dahl desenvolvidos nas últimas décadas. Portanto, não haverá uma abordagem histórica detalhada do tema, desde sua origem na Grécia Antiga, nos tempos da *Ágora*, até os escritos de Aristóteles e outros pensadores que estabeleceram as bases do pensamento democrático ao longo dos séculos.

Em vez disso, este estudo se concentra nos trabalhos mais recentes de Dahl para construir o marco teórico da pesquisa. Como o próprio autor apresenta (2001), embora a ideia de democracia, em seu sentido mais amplo, seja antiga, a forma de democracia discutida em seu livro é um produto do século XX. Assim, a análise aqui se restringirá ao período do século XX em diante, conforme abordado nos trabalhos de Dahl (2001).

A democracia é um tema amplamente discutido e teorizado ao longo dos séculos, gerando significativa confusão e discordância devido aos diferentes significados que assume

em distintas culturas e períodos históricos. Essas variações refletem as diversas interpretações e aplicações práticas ao longo do tempo (Dahl, 2001).

Contrariamente ao que afirmavam os atenienses sobre seu sistema político no século V a.C. e ao que Abraham Lincoln e Tocqueville afirmavam sobre os Estados Unidos do século XIX, ambos considerando-se repúblicas democráticas, Dahl (2001) argumenta que a ideia de que a democracia surgiu séculos atrás e se desenvolveu continuamente é equivocada. Ele sugere que a democracia não é tão antiga quanto se costuma pensar, nem tão recente. Além disso, denominar algo como democrático não implica que realmente o seja. Um exemplo contemporâneo é a Coreia do Norte, oficialmente denominada República Democrática da Coreia do Norte. No entanto, segundo a *Freedom House* (2024), o país obteve uma pontuação de -3 em uma escala de -4 a 100 em termos de liberdade, sendo classificado como um Estado "sem liberdade" (*not free*). De acordo com o *Democracy Index 2023* da *Economist Intelligence Unit* (2023), em uma escala de 0 a 10, a Coreia do Norte recebeu uma nota de 1.08, sendo categorizada como um regime autoritário.

Esses exemplos ilustram que a nomenclatura democrática pode ser utilizada de forma imprópria ou enganosa, destacando a importância de critérios rigorosos para a avaliação da democracia em diferentes contextos.

Para Dahl (2001), um país só pode ser considerado democrático se possuir seis instituições políticas fundamentais. Em primeiro lugar, deve haver funcionários eleitos, de forma que o controle das decisões políticas do governo é constitucionalmente atribuído a funcionários eleitos pela população. Em segundo lugar, é necessário que existam eleições livres, justas e frequentes. Terceiro, deve ser garantida a liberdade de expressão, permitindo que os cidadãos se manifestem sobre questões políticas sem o risco de punições. Além disso, é essencial que existam fontes de informação diversificadas, proporcionando uma visão ampla e crítica das questões políticas. Outro requisito é a autonomia para as associações, o que significa que os cidadãos devem ter o direito de formar organizações, associações, partidos políticos e grupos de interesse de maneira independente. Por fim, a cidadania inclusiva é crucial, garantindo que nenhum adulto com residência permanente no país e sujeito às suas leis seja privado dos direitos disponíveis aos outros cidadãos, como o direito de votar, candidatar-se a cargos eletivos e a liberdade de expressão (Dahl, 2001, p. 99-100). Essas instituições são essenciais para assegurar um sistema democrático robusto e funcional, em que os direitos dos cidadãos são respeitados e protegidos, permitindo uma participação ativa e igualitária na vida política do país.

Portanto, Dahl (1971, p. 2) definiu a democracia como "um sistema político caracterizado pela total ou quase total responsividade a todos os seus cidadãos". Ele reservou o termo "democracia" para esse ideal, enquanto propôs um conjunto de critérios empíricos para um modelo mais pragmático, denominado "poliarquia". Inicialmente, Dahl identificou oito garantias institucionais para a poliarquia, que foram posteriormente reduzidas para sete (Dahl, 1989) e, finalmente, para seis (Dahl, 1998, p. 85). No entanto, convencionou-se unir duas dessas garantias (a liberdade de expressão e fontes alternativas de informação), resultando em cinco garantias amplamente reconhecidas pelos pesquisadores, incluindo Teorell, Jan et al. (2019). Assim, as instituições de Dahl são aqui abordadas como: "Funcionários Eleitos", "Eleições Livres e Justas", "Liberdade de Expressão e Fontes Alternativas de Informação", "Autonomia Associativa" e "Cidadania Inclusiva" (Dahl, 1998, p. 85; Teorell, Jan *et al.*, 2019, p. 72).

2.1.1 Poliarquia: A Base do Conceito Democrático

De acordo com Dahl, em "*The Democracy Sourcebook*" (2003, p. 48), existem dois métodos possíveis para construir uma teoria da democracia a partir das teorias madisoniana e populista: o método da maximização e o método descritivo. O método da maximização especifica os objetivos que devem ser alcançados e define a democracia em termos dos processos governamentais necessários para maximizar esses objetivos. Por outro lado, o método descritivo analisa um conjunto de países considerados democráticos por cientistas políticos, identificando as características comuns entre eles, e que o distinguem como tal, e as condições necessárias e suficientes para que organizações sociais possuam essas características. Contudo, esses métodos não excluem um ao outro (Dahl, Shapiro, Cheibub, 2003).

Neste livro, Dahl (2003) propõe uma abordagem para entender a democracia real, culminando no conceito de "poliarquia". Ele argumenta que a teoria populista da democracia é limitada, pois apenas redefine uma regra procedimental necessária para a igualdade política e soberania popular. No entanto, isso não nos diz nada sobre o mundo real. A questão central é: quais são as condições necessárias e suficientes para maximizar a democracia no mundo real? (Dahl, Shapiro, Cheibub, 2003). Para começar, segundo o autor, é preciso definir precisamente o que significa "maximizar a democracia". Deve-se considerar a democracia como um estado ideal a ser alcançado, e todas as ações que se aproximam desse estado são ações de maximização. A questão que Dahl (2003) propõe é: como descrever esse estado ideal?

Dessa forma, Dahl considera as teorias "madisoniana" e "populista" inadequadas para os tempos atuais. Ele propõe a teoria da democracia como poliarquia – um governo de múltiplas minorias – como uma alternativa mais apropriada às referidas teorias, oferecendo uma explicação mais adequada para a democracia moderna (Dahl, 2006; Pateman, 1992, p. 18).

No livro "Poliarquia: Participação e Oposição", Dahl (1971) examina a democracia moderna, examinando as condições e os fatores que possibilitam a transição de regimes autoritários para sistemas democráticos, que Dahl denomina "poliarquias". Esse termo é usado por Dahl (1971; 2003; 2006) para descrever um regime político caracterizado por altos níveis de inclusão e contestação pública. Diferente da democracia ideal, a poliarquia é uma forma mais prática e realista de governo democrático, em que múltiplas minorias participam no processo de tomada de decisão política.

Os dois principais critérios para avaliar os regimes políticos são: (1) a inclusividade, ou o grau em que os cidadãos podem participar do processo político e (2) a contestação pública, ou a capacidade dos cidadãos de expressar e organizar suas preferências políticas, argumentando que regimes com alta inclusividade e alta contestação são poliarquias, enquanto os regimes que falham em uma ou ambas as dimensões não alcançam essa classificação (Dahl, 1971).

Dessa forma, a obra de Dahl (1971; 2003; 2006) é central para a compreensão das transições democráticas e das condições necessárias para a consolidação da democracia. Ao introduzir o conceito de poliarquia, Dahl (1971) oferece uma ferramenta analítica valiosa para estudar regimes políticos reais, destacando a importância da inclusão e da contestação pública na construção de sistemas democráticos estáveis e funcionais .

2.2. Medindo a Democracia: *V-Dem, Freedom in the World, Polity V, Democracy Index*

Será medida, como o próprio título propõe, a qualidade democrática de um país. Para tanto, nesta sessão serão apresentados alguns índices bem estabelecidos de democracia, os quais o *Varieties of Democracy (V-Dem)* (2024), a *Freedom House* (2024), o *Polity V* e o *Democracy Index*. Contudo, o foco será no *V-Dem* por ser o indexador que constrói seu trabalho com base nas instituições estipuladas por Dahl - e apresentadas previamente neste trabalho - como constituintes de uma democracia ou, como assim denominou Dahl (1971), uma poliarquia.

Iniciando pelo *Polity V*, mais conhecido pelos pesquisadores como o *Polity IV*, ele se transformou no V nos últimos anos. *Polity V* é uma versão atualizada do *Polity IV*, que

incorpora novos dados e melhorias metodológicas. Ambas as versões fazem parte do Projeto Polity, que é um esforço de pesquisa para quantificar e codificar os regimes políticos de todos os países do mundo desde o início do século XIX até o presente. O *Polity IV* foi amplamente utilizado por pesquisadores e acadêmicos para estudar a democracia, autocracia e transições políticas. O *Polity V* continua esse legado, oferecendo uma base de dados atualizada e aprimorada para a análise das características e mudanças dos regimes políticos ao longo do tempo.

Assim, o *Polity V* continua o trabalho iniciado pelo *Polity IV*, codificando as características de autoridade dos estados no sistema mundial para análise quantitativa e comparativa. O manual do usuário do *Polity V* (*Center for Systemic Peace, 2024*) detalha a metodologia utilizada, ela baseia em um esquema conceitual que examina as qualidades concomitantes de autoridade democrática e autocrática nas instituições governamentais. Isso resulta em uma visão de um espectro de autoridade governamental que vai desde autocracias totalmente institucionalizadas até democracias totalmente institucionalizadas, passando por regimes mistos, ou incoerentes, chamados de "anocracias".

A sua pontuação, conhecida como "*Polity Score*", captura esse espectro de autoridade em uma escala de 21 pontos, que varia de -10 (monarquia hereditária) a +10 (democracia consolidada). As pontuações podem ser convertidas em categorias de regime sugeridas: autocracias (-10 a -6), anocracias (-5 a +5, com valores especiais -66, -77 e -88) e democracias (+6 a +10) (*Center for Systemic Peace, 2024*).

O *Polity Project*, mantido pelo *Center for Systemic Peace* (2024), apresenta que o *Polity V* utiliza seis medidas componentes que registram as qualidades chave de recrutamento executivo, restrições à autoridade executiva e competição política. Além disso, registra mudanças nas qualidades institucionalizadas da autoridade governamental. Esta abordagem permite uma análise detalhada das características dos regimes políticos ao longo do tempo, oferecendo uma ferramenta valiosa para pesquisadores e analistas.

Por conseguinte, a *Freedom House* é uma organização não governamental que avalia e promove a liberdade política e os direitos humanos no mundo. Fundada em 1941, a *Freedom House* produz relatórios anuais e índices que medem o nível de liberdade em diversos países, focando em áreas como liberdades civis, direitos políticos e a liberdade da internet (*Freedom House, 2023*).

A principal publicação da *Freedom House* (2023) é o relatório *Freedom in the World*, que avalia a liberdade em países e territórios ao redor do mundo com base em dois componentes principais: direitos políticos e liberdades civis (*Freedom House, 2023*).

Os Direitos Civis são avaliados com base em 10 indicadores que incluem a capacidade de participar do processo político, liberdade de expressão e associação, e o funcionamento do governo (*Freedom House*, 2023). E as Liberdades Civis são avaliadas com base em 15 indicadores que abrangem a liberdade de expressão, direitos de associação e organização, estado de direito, e autonomia pessoal e direitos individuais (*Freedom House*, 2023).

Dessa forma, os países recebem pontuações de 0 a 4 para cada indicador, com 0 representando o menor grau de liberdade e 4 o maior. As pontuações são somadas para gerar uma classificação geral que varia de 0 (menos livre) a 100 (mais livre). Esses resultados são então categorizados em três grupos: "Livre", "Parcialmente Livre" e "Não Livre" (*Freedom House*, 2023).

O terceiro indexador abordado será o *Democracy Index*, elaborado pela *Economist Intelligence Unit* (EIU), um índice que avalia o estado da democracia em 167 países. Ele fornece uma visão abrangente sobre a qualidade da democracia em nível global, classificando os países com base em cinco categorias principais: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis.

A metodologia do *Democracy Index*, elaborado pela *Economist Intelligence Unit* (EIU), é baseada em 60 indicadores agrupados em cinco categorias principais: processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis. Cada país recebe uma pontuação de 0 a 10 em cada categoria, e a média dessas pontuações compõem a pontuação final do país (*Economist Intelligence Unit*, 2023).

Com base nessa pontuação, os países são classificados em quatro tipos de regime: 1) Democracias plenas, que recebem uma pontuação de 8 a 10, caracterizam-se pelo amplo respeito às liberdades civis e políticas e pela funcionalidade dos sistemas de governo; 2) Democracias imperfeitas, com pontuações de 6 a 7,9, possuem eleições livres e justas e respeito básico pelas liberdades civis, mas apresentam fraquezas significativas nas áreas de governança, cultura política e participação política; 3) Regimes híbridos, com pontuações de 4 a 5,9, possuem eleições com possíveis irregularidades significativas, em que o governo pode exercer pressão sobre a oposição; e 4) Regimes autoritários, com pontuações abaixo de 4, caracterizam-se pela pouca ou nenhuma pluralidade política e pelas severas limitações às liberdades civis (*Economist Intelligence Unit*, 2023).

Por fim, há o *Varieties of Democracies (V-Dem)*, um projeto de pesquisa que busca oferecer uma abordagem inovadora e abrangente para a conceituação e medição da democracia. O projeto é coordenado pelo *V-Dem Institute* na Universidade de Gotemburgo e

se destaca por fornecer um conjunto de dados multidimensional e desagregado que reflete a complexidade do conceito de democracia (*V-Dem*, 2024). O principal objetivo do *V-Dem* (2024) é entender por que alguns países se tornam e permanecem democráticos enquanto outros não. O projeto visa medir diferentes componentes da democracia ao longo do tempo e em diferentes países, fornecendo uma base de dados que pode ser utilizada por pesquisadores, formuladores de políticas e outros interessados (*V-Dem*, 2024).

O *V-Dem* utiliza um modelo de estimativa *Bayesian Item-Response Theory* (IRT) para agregar os julgamentos dos especialistas e produzir estimativas confiáveis e válidas de conceitos difíceis de observar diretamente. O projeto conta com uma rede global de mais de 3.700 especialistas que fornecem informações detalhadas e localizadas por meio de pesquisas online. Cada especialista avalia indicadores específicos com base em seu conhecimento aprofundado do país em questão. Para minimizar o erro e garantir a imparcialidade, o *V-Dem* recruta especialistas com base em critérios rigorosos, incluindo conhecimento especializado, conexão com o país, seriedade de propósito, imparcialidade e diversidade de formação profissional (Coppedge et al., 2024).

Os especialistas fornecem avaliações através de uma interface de codificação online, que permite a inserção de dados em diferentes formatos (binário, ordinal, múltipla seleção, numérico, texto, data) e a indicação do nível de confiança em suas respostas. Para garantir a comparabilidade entre países e ao longo do tempo, o *V-Dem* utiliza a codificação "bridge" e "lateral", em que especialistas avaliam múltiplos países ou diferentes períodos de tempo para corrigir possíveis vieses e melhorar a precisão das estimativas (Coppedge et al., 2024).

Para proteger a identidade dos especialistas, o *V-Dem* adota uma política rigorosa de confidencialidade, em que todas as informações pessoais são armazenadas de forma segura e não são compartilhadas com terceiros. A identidade dos especialistas históricos (pré-1900) pode ser divulgada com seu consentimento devido à menor sensibilidade política dos dados históricos (Coppedge et al., 2024).

Os dados coletados pelo *V-Dem* permitem análises detalhadas e comparações ao longo do tempo e entre países. Usuários podem acessar os dados para realizar análises estatísticas, interpretar graficamente os resultados e entender as nuances das democracias em diferentes contextos. A metodologia avançada do *V-Dem* também leva em consideração a variabilidade dos julgamentos dos especialistas e os potenciais vieses, garantindo a qualidade e a imparcialidade das estimativas (Coppedge et al., 2024).

Dessa forma, será utilizado o indexador democrático *V-Dem*, visto o índice de Poliarquia do *Varieties of Democracy* (*V-Dem*) refletir a teoria democrática de Robert Dahl

(*V-Dem*, 2024). A principal razão é que o *V-Dem* usa a estrutura teórica de Dahl como base para suas medições. De acordo com o documento "*Measuring Poliarchy Across the Globe, 1900–2017*" de Teorell *et al.* (2018), o índice de Poliarquia do *V-Dem* mede os cinco componentes fundamentais da teoria de Poliarquia de Dahl: Oficiais Eleitos; Eleições Livres e Justas; Autonomia Associativa; Cidadania Inclusiva; Liberdade de Expressão e Fontes Alternativas de Informação.

Esses componentes são derivados diretamente da definição de Poliarquia de Dahl (1971), que ele define como um sistema político com múltiplos centros de poder e instituições democráticas que promovem a responsividade política e a inclusão cidadã.

A abordagem do *V-Dem* envolve a coleta de dados de especialistas de diferentes países, garantindo uma avaliação detalhada e baseada em conhecimentos locais profundos (Teorell *et al.*, 2018). Além disso, o índice de Poliarquia é calculado de forma transparente, com uma metodologia rigorosa que permite uma análise detalhada dos diferentes aspectos da democracia, seguindo de perto a teoria de Dahl.

Portanto, o *V-Dem* reflete a teoria de Robert Dahl porque utiliza diretamente seus conceitos e categorias para medir a qualidade da democracia ao redor do mundo, fornecendo uma ferramenta robusta para comparar e analisar sistemas democráticos de acordo com os princípios estabelecidos por Dahl (Teorell *et al.*, 2018).

2.3 O Declínio Democrático no Século XXI: Tendências Globais

Slogans como '*Make America great again*' (Trump), '*A França para os franceses*' (Marine Le Pen), '*Take back control*' (Brexit), '*Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha*' (Partido Alternativa para a Alemanha), '*Polônia pura, Polônia branca*' (Partido Polonês Lei e Justiça), e '*Mantenha a Suécia sueca*' (Partido dos Democratas Suecos) exemplificam algumas das campanhas ultranacionalistas que emergiram nos últimos anos (Brown, 2019).

Essas palavras de ordem refletem um ressentimento que uniu segmentos anteriormente dispersos, como racistas, eleitores conservadores, cristãos de direita e cidadãos frustrados com sua exclusão do mercado de trabalho. Esses segmentos encontraram nessas ideias um meio para atribuir a culpa de suas frustrações a várias entidades, como a economia de mercado neoliberal, as elites governamentais, as minorias antes marginalizadas e a própria democracia liberal (Brown, 2019).

De acordo com Brown (2019), a segmentação progressiva no consumo de mídia, que abrange desde a televisão a cabo até redes sociais como o *Facebook*, tem fortalecido vínculos específicos e exacerbado a divisão entre comunidades rurais e segmentos urbanos mais

instruídos. Estes últimos são caracterizados frequentemente por sua abertura cosmopolita, diversidade étnica, advocacia feminista, suporte aos direitos LGBTQ+ e posturas laicas ou ateístas (Brown, 2019).

Em seu livro “Nas ruínas do neoliberalismo” (2019), a autora teoriza que a "racionalidade neoliberal" (p. 17) - ou seja, a forma de pensamento e valoração que prioriza o mercado e a eficiência econômica acima de tudo - preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças radicalmente antidemocráticas. Isso não significa que o neoliberalismo seja a única causa da insurgência da extrema direita, mas sim que ele criou um ambiente propício para o surgimento e fortalecimento dessas forças no século XXI. Além disso, Brown (2019) argumenta que a racionalidade neoliberal permeia todas as esferas da vida, afetando a lei, a cultura e a subjetividade política. Isso implica que o neoliberalismo não se limita a moldar políticas econômicas, mas influencia profundamente a forma como as pessoas pensam, agem e se relacionam com a sociedade e com a política.

A ascensão dessas formações políticas é atribuída à raiva instrumentalizada dos indivíduos que se sentem abandonados economicamente e ressentidos racialmente. Esses sentimentos foram aproveitados e moldados por mais de três décadas de políticas neoliberais que atacaram a democracia, a igualdade e a coesão social (Brown, 2019). Além disso, as políticas neoliberais, ao enfraquecerem as bases democráticas e aumentarem a desigualdade, criam um ambiente no qual o ressentimento e a frustração das classes média e trabalhadora brancas são amplificados e direcionados contra minorias e contra o próprio sistema democrático (Brown, 2019).

Assim, o neoliberalismo, ao enfraquecer as instituições democráticas e promover a desigualdade, cria condições que favorecem a ascensão de movimentos e regimes autoritários. Brown (2019) sugere que o neoliberalismo, ao moldar profundamente diversos aspectos da sociedade, enfraquece as bases da democracia e facilita a emergência de forças antidemocráticas. A frustração econômica e o ressentimento racial são intensificados pelas décadas de políticas neoliberais que atacaram os valores democráticos e sociais, fornecendo a base para a expressão desses sentimentos. No entanto, isso não implica que o neoliberalismo seja a única causa desses fenômenos, mas que ele desempenha um papel crucial ao transformar a lógica e os valores que sustentam a democracia (Brown, 2019).

2.4 A Democracia em Números: Um Panorama Quantitativo e o *V-Dem Index*

Esta seção tem por objetivo apresentar uma análise quantitativa dos países mencionados no item 1.2 desta pesquisa, os quais são considerados exemplares da Quarta

A tabela, portanto, permite uma análise comparativa da ascensão e permanência de lideranças populistas e de direita em diversos contextos políticos. A disposição gráfica facilita a compreensão das tendências de continuidade e renovação desses movimentos, contribuindo para um entendimento mais amplo das dinâmicas políticas contemporâneas, assim como corrobora o argumento de que o mundo está passando por uma nova onda de ascensão de ideias extremistas de direita (Mudde, 2019).

Assim, o Relatório V-Dem 2024 apresenta a Argentina como um caso de "quase democratização", ou seja, um país que mostrou melhorias significativas em sua trajetória democrática, mas que ainda não se consolidou como um democratizador pleno (Nord *et al.*, 2024). O documento destaca que a Argentina fortaleceu sua proteção à liberdade de expressão e ao funcionamento da mídia, além de ter realizado eleições bem organizadas em 2019 e 2023 (*V-Dem*, 2024).

A eleição de Javier Milei em 2023 é interpretada pelo relatório como um reflexo da insatisfação popular diante da crise econômica, especialmente a inflação mais alta em mais de 30 anos. Também ressalta que a continuidade da trajetória democrática do país sob sua liderança ainda é incerta. Durante sua campanha, Milei criticou diversos aspectos da política argentina recente, o que pode indicar possíveis mudanças institucionais e políticas que podem impactar o *status* democrático do país (Nord *et al.*, 2024). Portanto, o relatório aponta para uma Argentina em um momento de transição, com avanços na democratização, mas com desafios importantes a serem enfrentados no governo de Milei, que podem definir o futuro da democracia no país.

De acordo com o Relatório V-Dem 2024, a Argentina obteve uma pontuação de 0,69 no Índice de Democracia Liberal (LDI), ocupando a 34ª posição no ranking global. Esse índice mede tanto aspectos eleitorais quanto institucionais da democracia, considerando elementos como o respeito ao Estado de Direito, os freios e contrapesos institucionais e a proteção das liberdades civis (Nord *et al.*, 2024).

A posição da Argentina no ranking sugere que o país mantém um nível relativamente alto de democracia liberal em comparação com outras nações, especialmente dentro da América Latina (Nord *et al.*, 2024). No entanto, desafios como a polarização política e as incertezas institucionais podem afetar essa trajetória no futuro.

Sobre a Índia, o Relatório V-Dem 2024 apresenta um diagnóstico preocupante, classificando o país como uma autocracia eleitoral desde 2018 (Nord *et al.*, 2024). O processo de autocratização na Índia começou de maneira gradual em 2008 e se intensificou nos anos seguintes. O relatório destaca a deterioração da liberdade de expressão, a

comprometida independência da mídia e a repressão a jornalistas críticos ao governo. Além disso, aponta o aumento dos ataques à sociedade civil e à oposição política.

Sob a liderança do primeiro-ministro Narendra Modi e do partido nacionalista hindu *Bharatiya Janata Party* (BJP), o governo tem sido acusado de utilizar leis de sedição, difamação e antiterrorismo para silenciar críticos (Nord *et al.*, 2024). Em 2019, a administração Modi alterou a Lei de Prevenção de Atividades Ilícitas (UAPA), minando o compromisso constitucional da Índia com o secularismo (Nord *et al.*, 2024). O relatório também aponta a supressão da liberdade religiosa, a intimidação de opositores políticos, a repressão a protestos contra políticas governamentais e o cerceamento da dissidência no meio acadêmico.

O relatório alerta que a esperada vitória do BJP nas eleições de 2024 pode aprofundar ainda mais a autocratização do país, dado o contínuo declínio democrático e as restrições impostas às minorias e à sociedade civil (Nord *et al.*, 2024). Assim, a Índia, que já foi considerada a maior democracia do mundo, enfrenta uma erosão democrática significativa, levantando preocupações sobre seu futuro político e institucional.

De acordo com o Relatório, a Índia obteve uma pontuação de 0,35 no Índice de Democracia Liberal (LDI), ocupando uma posição entre os países com baixa qualidade democrática (*V-Dem*, 2024). Essa pontuação reflete um significativo processo de autocratização, que tem sido documentado ao longo da última década. A pontuação relativamente baixa da Índia sugere um enfraquecimento dessas instituições, reforçando a classificação do país como uma autocracia eleitoral. Esse declínio está associado a medidas repressivas adotadas pelo governo do primeiro-ministro Narendra Modi, incluindo restrições à mídia, criminalização da dissidência política e uso de leis para silenciar opositores (Nord *et al.*, 2024). Portanto, a pontuação da Índia no LDI confirma a tendência de erosão democrática, destacada no relatório, e reforça preocupações sobre o futuro da governança democrática no país.

Por conseguinte, a Hungria é destacada como um dos casos mais severos de autocratização no mundo contemporâneo. O documento aponta que o país, que em 2009 ainda era uma democracia liberal, passou por um dos declínios democráticos mais acentuados da última década (Nord *et al.*, 2024). A transição para um regime autocrático eleitoral foi consolidada em 2019, e, em 2022, o Parlamento Europeu declarou oficialmente que a Hungria não é mais uma democracia.

Sob a liderança de Viktor Orbán e seu partido *Fidesz*, o governo húngaro enfraqueceu progressivamente os mecanismos de freios e contrapesos institucionais (Nord *et al.*, 2024). O

relatório detalha que essa erosão democrática ocorreu por meio da redução da independência do judiciário, restrições à liberdade de imprensa, repressão à oposição política e um aumento do controle estatal sobre a sociedade civil. Além disso, destaca-se a aprovação da chamada “Lei de Proteção à Soberania” em 2023, que concedeu ao governo amplos poderes de vigilância e controle de dados pessoais, aprofundando o caráter autocrático do regime (Nord *et al.*, 2024).

Assim, a Hungria é classificada como o país com a maior magnitude de declínio democrático entre todos os processos de autocratização em andamento (Nord *et al.*, 2024). Esse retrocesso coloca o país como um alerta para a fragilidade das democracias e para os riscos de erosão democrática mesmo em nações previamente consolidadas.

De acordo com o Relatório V-Dem 2024, a Hungria obteve uma pontuação de 0,32 no Índice de Democracia Liberal (LDI), posicionando-se como um dos países que mais retrocederam democraticamente nos últimos anos. Essa pontuação reflete o processo contínuo de autocratização do país sob a liderança de Viktor Orbán e do partido *Fidesz*, observando-se que a Hungria tem enfraquecido suas instituições por meio de medidas como o controle governamental sobre a mídia, restrições à sociedade civil e a centralização do poder no Executivo (Nord *et al.*, 2024). Além disso, a aprovação de leis que aumentam a vigilância estatal e limitam a atuação da oposição são apontadas como fatores que contribuíram para a queda da pontuação do país no ranking democrático.

Dessa forma, a Hungria, que anteriormente era considerada uma democracia liberal consolidada, hoje é classificada como uma autocracia eleitoral, sendo um dos casos mais emblemáticos de erosão democrática na União Europeia (Nord *et al.*, 2024).

Outrossim, há o caso da Polônia, que experimentou um significativo processo de autocratização desde 2015, durante o governo do partido Lei e Justiça (PiS), liderado por Jarosław Kaczyński (Nord *et al.*, 2024). Durante esse período, foram registradas graves erosões nos direitos democráticos e nas liberdades civis, incluindo ataques à independência do Judiciário, restrições à liberdade de imprensa e ameaças ao Estado de Direito.

O relatório aponta que a interferência política no sistema judiciário foi um dos fatores mais preocupantes, com reformas que comprometeram a imparcialidade dos tribunais e a independência de juízes (Nord *et al.*, 2024). Além disso, o governo PiS implementou medidas que enfraqueceram o pluralismo da mídia, ampliando o controle estatal sobre a informação e promovendo campanhas contra veículos de comunicação críticos ao governo.

As eleições de 2023 representaram uma reviravolta política na Polônia, levando à derrota do então primeiro-ministro Mateusz Morawiecki e do PiS. Uma nova coalizão de

oposição, formada pela Coalizão Cívica, Terceira Via e A Esquerda, assumiu o governo sob a liderança de Donald Tusk (*V-Dem*, 2024). O relatório indica uma leve recuperação nos índices democráticos da Polônia, mas ressalta que essa melhoria ainda não é estatisticamente significativa.

Assim, atualmente, a Polônia é classificada como uma democracia eleitoral, mas seu status democrático permanece frágil devido aos impactos estruturais da autocratização ocorrida na última década (*V-Dem*, 2024). A transição para um novo governo traz expectativas de reversão das tendências autoritárias, mas o país ainda enfrenta desafios consideráveis para restaurar plenamente a democracia liberal.

De acordo com o relatório, a Polônia obteve uma pontuação de 0,50 no Índice de Democracia Liberal (LDI). Esse resultado reflete uma recuperação parcial da democracia no país após as eleições de 2023, mas ainda indica um nível moderado de erosão democrática.

A pontuação da Polônia no LDI confirma que, embora a nova administração sob Donald Tusk tenha iniciado esforços para restaurar a governança democrática, os efeitos do período de autocratização sob o governo do partido Lei e Justiça (PiS) e de Jarosław Kaczyński ainda persistem (Nord *et al.*, 2024). E a posição da Polônia no ranking global do LDI sugere que o país ainda enfrenta desafios institucionais significativos, especialmente no que diz respeito à independência do Judiciário e à pluralidade da mídia. Contudo, o documento indica que o país pode estar em um caminho de recuperação democrática, desde que reformas efetivas sejam implementadas (Nord *et al.*, 2024).

Já no caso da Itália, o Relatório V-Dem 2024 classifica o país como uma democracia liberal consolidada, mas aponta preocupações em relação a tendências iliberais que vêm emergindo nos últimos anos (Nord *et al.*, 2024). O documento menciona que, embora a Itália não esteja entre os casos mais graves de autocratização, há sinais de erosão institucional e enfraquecimento do pluralismo democrático, especialmente sob o governo da primeira-ministra Giorgia Meloni.

Desde que assumiu o cargo em 2022, Meloni, líder do partido Irmãos da Itália (*Fratelli d'Italia*), tem promovido um discurso nacionalista e conservador, com medidas que geraram preocupações sobre a liberdade de imprensa e a independência do Judiciário (Nord *et al.*, 2024). O relatório destaca que há uma crescente polarização política e que algumas políticas do governo têm enfraquecido a transparência e os mecanismos de fiscalização do poder executivo.

No entanto, diferentemente de outros países da Europa Oriental, a Itália ainda mantém seus princípios democráticos fundamentais e não apresenta um retrocesso significativo nos

indicadores de democracia liberal (Nord *et al.*, 2024). O relatório sugere que a trajetória da Itália dependerá das políticas futuras do governo Meloni e da capacidade das instituições democráticas de resistirem a potenciais pressões autoritárias (Nord *et al.*, 2024).

De acordo com o Relatório V-Dem 2024, a Itália obteve uma pontuação de 0,73 no Índice de Democracia Liberal (LDI) (Nord *et al.*, 2024). Essa pontuação a coloca entre as democracias liberais mais consolidadas do mundo, demonstrando uma estrutura democrática robusta com respeito ao Estado de Direito, freios e contrapesos institucionais e garantias às liberdades civis.

Apesar da pontuação elevada, o relatório aponta tendências iliberais emergentes no governo da primeira-ministra Giorgia Meloni, especialmente no que diz respeito ao controle da mídia e à concentração de poder no Executivo (Nord *et al.*, 2024). No entanto, até o momento, essas questões não comprometeram significativamente a posição da Itália como uma democracia liberal consolidada. Dessa forma, a Itália permanece dentro do grupo de nações democráticas mais estáveis, mas enfrenta desafios que podem afetar sua trajetória caso medidas que restrinjam liberdades civis e institucionais sejam aprofundadas.

Por fim, o Relatório V-Dem 2024 classifica os Estados Unidos como uma democracia liberal, mas alerta para ameaças à estabilidade democrática do país, especialmente no contexto das eleições presidenciais de 2024. O documento destaca que a administração de Donald Trump (2017-2021) teve um impacto significativo na deterioração de aspectos fundamentais da democracia americana, incluindo a liberdade de imprensa, a independência do Judiciário e a supervisão do Executivo (Nord *et al.*, 2024). E menciona que Trump fez diversas declarações e propostas que indicam uma postura antidemocrática, incluindo ataques verbais contra opositores políticos, a defesa de um expurgo dentro do Departamento de Justiça e do FBI, e até mesmo ameaças de perseguir jornalistas críticos ao seu governo (Nord *et al.*, 2024). Além disso, Trump repetidamente questionou a legitimidade do processo eleitoral e tentou minar a confiança no sistema democrático americano.

O documento alerta que um possível segundo mandato de Trump poderia ter implicações severas para a democracia global, dada a posição estratégica dos Estados Unidos na geopolítica mundial. Durante seu primeiro governo, Trump demonstrou afinidade por líderes autocráticos, o que levanta preocupações sobre um potencial enfraquecimento da liderança democrática dos EUA no cenário internacional caso ele retorne ao poder (Nord *et al.*, 2024).

Assim, embora os Estados Unidos permaneçam uma democracia liberal, a crescente polarização política e as ameaças institucionais ligadas à figura de Trump são fatores de risco

que podem impactar negativamente a qualidade democrática do país nos próximos anos. De acordo com o Relatório V-Dem 2024, os Estados Unidos obtiveram uma pontuação de 0,73 no Índice de Democracia Liberal (LDI) (Nord *et al.*, 2024). Esse valor mantém o país entre as democracias liberais mais consolidadas do mundo, refletindo instituições democráticas fortes e um sistema de freios e contrapesos ainda funcional. Contudo, o relatório alerta para desafios crescentes à estabilidade democrática dos EUA, especialmente diante da polarização política e das tentativas de erosão de instituições democráticas, particularmente associadas ao governo de Donald Trump (2017-2021). O documento menciona que Trump adotou posturas e discursos que minaram a confiança no sistema eleitoral, atacaram a independência do Judiciário e promoveram uma narrativa de deslegitimação das eleições, com implicações diretas para o funcionamento democrático do país (Nord *et al.*, 2024).

Embora os EUA ainda mantenham uma posição elevada no ranking democrático, o relatório destaca que o país enfrenta um momento crítico, especialmente com as eleições presidenciais de 2024. O resultado dessas eleições e a resposta das instituições às pressões autoritárias serão fatores determinantes para a manutenção da qualidade democrática do país no longo prazo.

Dessa forma, a análise apresentada neste capítulo, com base nos dados do Índice de Democracia Liberal (LDI) do *V-Dem Institute*, evidencia um cenário de crescente erosão democrática em diversas nações. O levantamento numérico permitiu identificar padrões de autocratização e de ascensão de lideranças populistas de direita, consolidando a ideia de uma Quarta Onda de extremismo de direita, conforme teorizado por Mudde (2019). Países como Hungria, Polônia e Índia já são classificados como autocracias eleitorais, enquanto outras democracias, como Estados Unidos e Itália, apresentam sinais de enfraquecimento institucional. Por outro lado, casos como Argentina e Polônia demonstram possíveis reveses nesse processo, com oscilações em seus indicadores democráticos. A avaliação do LDI demonstra que a qualidade da democracia não é estática, mas sim um fenômeno dinâmico sujeito a múltiplas variáveis políticas, institucionais e sociais. Assim, a partir da perspectiva quantitativa do *V-Dem*, compreende-se que o mundo atravessa um momento de forte disputa entre forças democráticas e tendências autocratizantes, tornando fundamental o acompanhamento contínuo desses indicadores para a compreensão das trajetórias políticas futuras.

3 O DECLÍNIO DEMOCRÁTICO NO BRASIL E NO MUNDO: IMPACTOS DA ULTRADIREITA DE 2019 A 2022

O terceiro capítulo desta pesquisa tem como objetivo central analisar o declínio democrático no Brasil e no mundo no período entre 2019 e 2022, com ênfase nos impactos da ascensão da ultradireita. Para isso, o capítulo se estrutura em quatro seções, cada uma desempenhando um papel essencial na construção da análise. Primeiramente, a seção 3.1 apresenta um panorama histórico e quantitativo da democracia brasileira, observando seus avanços e retrocessos entre 1900 e 2023. Essa abordagem permite compreender o contexto de longo prazo em que se insere o fenômeno do declínio democrático recente. Em seguida, as seções 3.2 e 3.3 realizam uma análise detalhada dos Relatórios de Democracia do V-Dem Institute de 2020 e 2023, que avaliam, respectivamente, o estado da democracia em 2019 e 2022. Esses relatórios fornecem dados empíricos e indicadores quantitativos que permitem comparar as mudanças ocorridas ao longo do governo Bolsonaro, evidenciando padrões de autocratização e retrocessos institucionais tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. E, por fim, a seção 3.4 se dedica a um exame comparativo entre os dois relatórios, destacando as principais tendências identificadas e oferecendo uma visão mais abrangente dos impactos da ultradireita na democracia brasileira. Ao articular essas diferentes abordagens, o capítulo busca consolidar uma análise crítica do fenômeno da erosão democrática, evidenciando suas causas, manifestações e implicações para o futuro político do Brasil e do cenário internacional.

A pesquisa tem como propósito identificar mudanças significativas na qualidade da democracia brasileira ao longo do período analisado, considerando tanto o início quanto o término do mandato presidencial de Jair Bolsonaro. Além disso, este capítulo busca evidenciar que a ascensão de regimes autocráticos e das novas direitas não constitui um fenômeno isolado, mas sim parte de um movimento mais amplo, de caráter regional e global, conforme discutido no primeiro capítulo desta pesquisa. Esse processo está interligado a tendências observadas em diferentes partes do mundo, demonstrando como o enfraquecimento democrático no Brasil se insere em um cenário mais amplo de retrocesso institucional e autocratização. Dessa forma, este capítulo também se propõe a analisar os impactos desse fenômeno em diversas regiões, destacando as conexões e padrões comuns que ajudam a compreender a atual crise da democracia em uma perspectiva comparada.

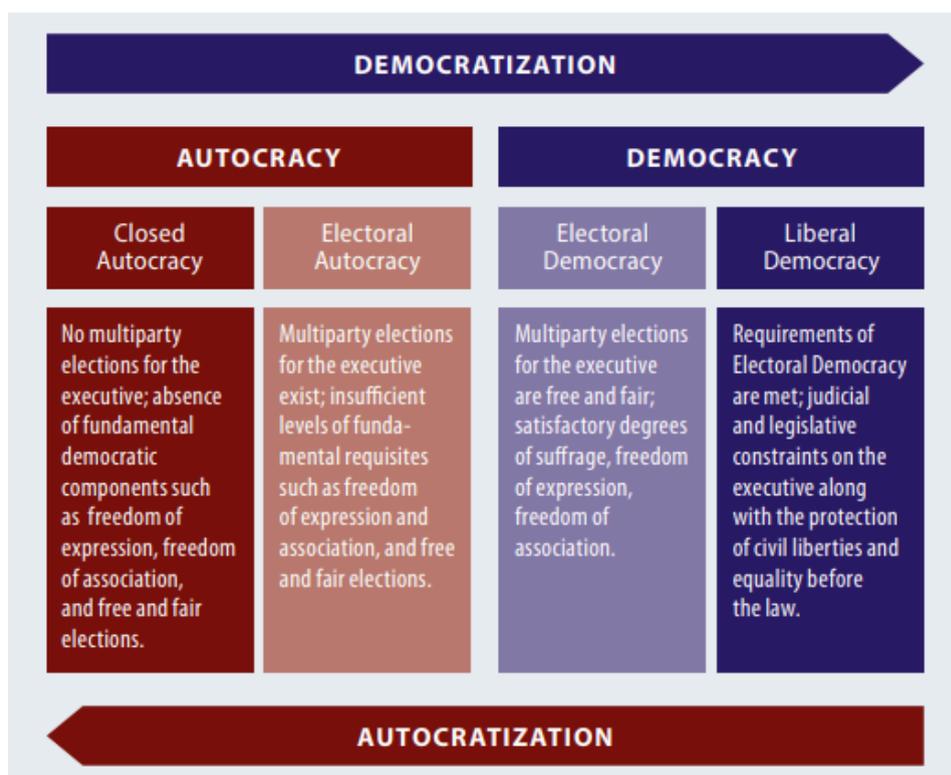
Assim, o *V-Dem Institute* apresenta um retrato global de profundas transformações democráticas e autocráticas, que afetam todas as regiões do mundo. Nesse contexto, a análise do caso brasileiro, incluído entre os países que passaram por significativos processos de

autocratização, oferece uma perspectiva fundamental para compreender como essas tendências globais se manifestaram em nível doméstico durante o governo Bolsonaro.

Para aprofundar a análise, serão explorados gráficos e imagens selecionados de ambos relatórios, com atenção especial às evidências que ilustram o declínio democrático em escala global e as particularidades desse processo no Brasil. Esses elementos visuais e analíticos serão utilizados como base para compreender as dinâmicas internas que marcaram o período e para contextualizar as tendências brasileiras em relação ao cenário internacional.

Destarte, para uma compreensão mais aprofundada da análise apresentada nos relatórios do *V-Dem* sobre os processos de democratização e autocratização, é fundamental introduzir brevemente as quatro principais categorias de regimes políticos classificados pelo *V-Dem Institute*. Assim, conforme destacado no Relatório de 2023 sobre a categorização utilizada:

Figura 2 - Regimes e mudança de regime.



Fonte: Elaborado a partir do V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

Os termos democratização e autocratização referem-se a processos opostos de transformação política. A democratização caracteriza o movimento de um sistema político em direção à democracia, afastando-se de características autocráticas (*V-Dem Institute*, 2023). Em contrapartida, a autocratização corresponde ao retrocesso democrático, representando um

afastamento dos princípios democráticos em direção a formas de governo autocráticas (*V-Dem Institute, 2023*). Vale ressaltar que a democratização pode ocorrer dentro de regimes autocráticos sem necessariamente transformar o país em uma democracia consolidada, assim como a autocratização pode acontecer em democracias sem resultar em uma autocracia completa.

No relatório da V-Dem, os movimentos entre esses tipos de regime são avaliados a partir de mudanças significativas e substanciais no Índice de Democracia Liberal (*Liberal Democracy Index – LDI*) ao longo do período de 2012 a 2022. A adoção desse índice fornece uma abordagem objetiva e mensurável para acompanhar as dinâmicas de transformação política global.

Para classificar os regimes, o Instituto V-Dem utiliza a tipologia *Regimes of the World* (RoW), que distingue quatro categorias principais: Autocracia Fechada, Autocracia Eleitoral, Democracia Eleitoral e Democracia Liberal (*V-Dem Institute, 2023*). Cada uma dessas categorias reflete diferentes níveis de integridade eleitoral, liberdades civis e restrições institucionais ao poder executivo:

1. **Autocracia Fechada:** Caracteriza-se pela ausência de eleições multipartidárias para o poder executivo, além da inexistência de elementos fundamentais de um sistema democrático, como liberdade de expressão, liberdade de associação e processos eleitorais livres e justos (*V-Dem Institute, 2023*).
2. **Autocracia Eleitoral:** Apesar da existência de eleições multipartidárias para o executivo, esses regimes apresentam deficiências substanciais, como restrições à liberdade de expressão, à liberdade de associação e a realização de eleições que não podem ser consideradas livres e justas (*V-Dem Institute, 2023*).
3. **Democracia Eleitoral:** Esse tipo de regime é definido pela realização de eleições multipartidárias livres e justas, acompanhadas de níveis satisfatórios de sufrágio e das liberdades fundamentais, como expressão e associação (*V-Dem Institute, 2023*).
4. **Democracia Liberal:** Representa o estágio mais avançado de governança democrática. Aqui a democracia liberal atende aos critérios de uma democracia eleitoral, mas também assegura restrições judiciais e legislativas ao Poder Executivo, a proteção das liberdades civis e a igualdade perante a lei (*V-Dem Institute, 2023*).

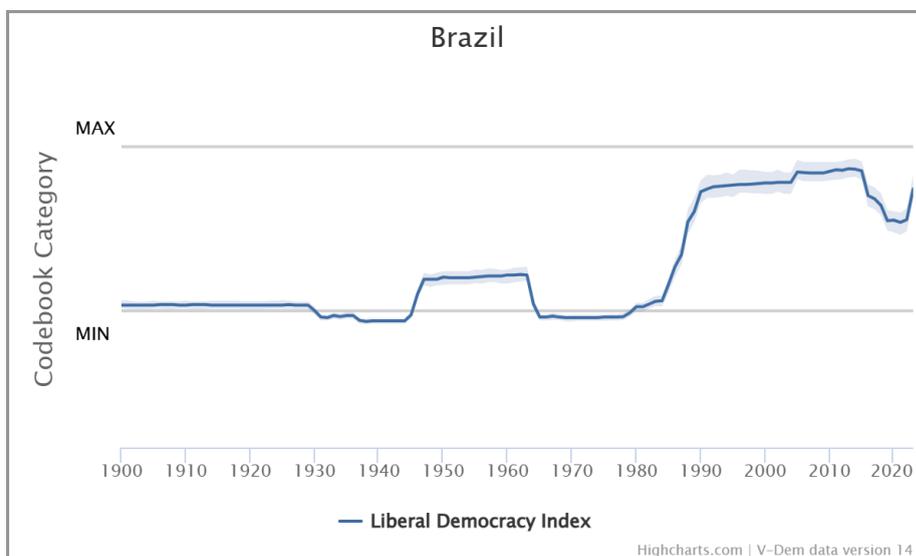
O indicador RoW, introduzido por Lührmann *et al.* (2018) no periódico *Politics and Governance*, constitui uma ferramenta analítica fundamental no relatório da V-Dem. Esse indicador, ao se basear nos dados abrangentes do instituto, permite uma diferenciação clara e

concreta entre regimes autocráticos e democráticos. Diferentemente do Índice de Democracia Liberal (LDI), que fornece uma visão mais ampla, a tipologia RoW facilita uma análise mais específica e compacta das mudanças de regime e suas particularidades (*V-Dem Institute, 2023*). Assim, essa abordagem metodológica é essencial para compreender as tendências globais de democratização e autocratização. Nos relatórios de 2020 e de 2023, que analisam a realidade política mundial em 2019 e 2022, respectivamente, o uso do indicador RoW destaca as complexas dinâmicas de transformação dos regimes, evidenciando os movimentos políticos que moldaram o cenário internacional durante o período (*V-Dem Institute, 2020; V-Dem Institute, 2023*).

3.1 Democracia Brasileira: Breve Panorama Histórico e Quantitativo de seus Avanços e Retrocessos de 1900 a 2023

Esta seção tem como objetivo oferecer uma análise concisa das variações no nível de democracia no Brasil ao longo do período de 1900 a 2023, considerando o contexto histórico, político e institucional que moldou as dinâmicas democráticas do país. Utilizando como referência o gráfico do Índice de Democracia Liberal no Brasil, disponibilizado pelo *V-Dem Institute* e elaborado a partir da ferramenta *Graphing Tools* disponível no site da instituição, utilizando os parâmetros "país: Brazil" e "índice: Liberal", é possível obter uma visão abrangente das oscilações democráticas ocorridas em mais de um século. A análise revela um padrão cíclico de avanços e retrocessos, refletindo o impacto de diferentes regimes políticos, crises econômicas e momentos de transformação institucional, oferecendo subsídios para a compreensão da trajetória democrática brasileira nesse extenso período histórico.

Figura 3 - Índice de democracia liberal no Brasil (1900-2023)



Fonte: Gráfico elaborado a partir da ferramenta *Graphing Tools* disponível no site do V-Dem Institute, utilizando os seguintes parâmetros: país "Brazil", índice "Liberal Democracy Index" e período de 1900 a 2023.

Conforme demonstra a Figura 3, o índice de democracia liberal no Brasil apresentou variações significativas ao longo do período analisado. O gráfico acima apresenta a evolução do Índice de Democracia Liberal no Brasil ao longo do período de 1900 a 2023, com base nos dados fornecidos pelo *V-Dem Institute*. A análise deste índice permite observar os movimentos cíclicos da democracia brasileira, refletindo tanto os avanços quanto os retrocessos em diferentes contextos históricos e políticos.

Entre 1900 e as primeiras décadas do século XX, o índice permaneceu em níveis baixos, representando o contexto político oligárquico da Primeira República (1889-1930), marcado pela restrição ao sufrágio, a exclusão de grande parte da população do processo político e a ausência de instituições democráticas robustas (Carvalho, 1980; Love, 1996). A queda acentuada no índice, durante a década de 1930 reflete o impacto da Revolução de 1930 e a consequente centralização autoritária do Estado Novo (1937-1945), período caracterizado pela suspensão de liberdades civis, censura à imprensa e a concentração de poderes no Executivo (Skidmore, 1982).

Após a redemocratização em 1946, o índice apresenta uma elevação moderada, associada à Constituição de 1946, que restabeleceu o regime democrático (Silva, 2011). Contudo, essa tendência de ascensão é interrompida pelo golpe militar de 1964, retratado na queda significativa do índice, evidenciando a transição para um regime autoritário que perdurou até 1985. Durante esse período, houve supressão de direitos políticos, perseguição à oposição e censura, aspectos que explicam o declínio no nível de democracia (Fico, 2004; Skidmore, 1982).

A partir da redemocratização, iniciada com a transição controlada pelo regime militar e consolidada pela Constituição de 1988, o gráfico demonstra uma recuperação consistente no índice de democracia liberal. Este período coincide com a ampliação de direitos civis, a restauração de eleições diretas e o fortalecimento das instituições democráticas, culminando em níveis elevados de democracia nos anos 2000 (Câmara Dos Deputados, 2009; Fagnani, 2009).

No entanto, a partir da década de 2010, o índice começa a apresentar um declínio gradual, mas perceptível, que se intensifica nos anos subsequentes. Essa tendência reflete os desafios enfrentados pela democracia brasileira no contexto de polarização política, crise

econômica e institucional, além do enfraquecimento de instituições fundamentais como o judiciário, o legislativo e a imprensa (Medeiros; Borba, 2019; Nunes, 2023). A ascensão de lideranças populistas, associada ao enfraquecimento da confiança nas instituições democráticas, contribui para essa redução no índice, que se aprofunda especialmente nos últimos anos analisados (Fernandes, 2019; Santos, 2023; Miguel, 2019).

O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, representa um momento crítico nesse processo. Embora realizado sob os marcos legais, o *impeachment* foi amplamente interpretado como resultado de uma crise política profunda, marcada por disputas partidárias, tensões no Congresso e uma deterioração do apoio popular ao governo (Silva, 2018). O processo gerou divisões significativas na sociedade e inaugurou um período de instabilidade institucional.

A seguir, houve o governo subsequente de Michel Temer (2016-2018), trazendo à tona reformas econômicas controversas, como a reforma trabalhista e a imposição de um teto de gastos públicos, que, embora visassem a recuperação econômica, aprofundaram a insatisfação social e contribuíram para o enfraquecimento da confiança nas instituições políticas (Boito Jr.; Berringer, 2017). Durante esse período, a polarização política se intensificou, preparando o terreno para a ascensão de uma liderança populista.

Como mostra a figura, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 marca outro ponto de inflexão no gráfico e no processo democrático brasileiro. Bolsonaro ascendeu ao poder em um contexto de desilusão popular com os partidos tradicionais, prometendo combater a corrupção e a violência (Giroto Neto, 2020). No entanto, seu governo foi marcado por ataques sistemáticos às instituições democráticas, como o Judiciário e a imprensa, além de práticas que minaram a governança democrática, como a polarização exacerbada, discursos antidemocráticos e a disseminação de desinformação (Silva, 2020; Gomes; Maia, 2022). Esses fatores são refletidos no declínio mais acentuado do índice de democracia liberal no período (Silva, 2020).

Por fim, o ciclo mais recente do gráfico, no final de 2022 e início de 2023, sugere uma recuperação modesta no índice, que pode ser interpretada pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022. A vitória de Lula representou uma rearticulação das forças progressistas no Brasil e uma tentativa de reconstruir pontes democráticas em meio a uma sociedade profundamente polarizada (Avritzer; Santana; Bragatto, 2023). Apesar disso, os desafios permanecem significativos, com o Brasil enfrentando a necessidade de restaurar a confiança nas instituições, reduzir a fragmentação política e mitigar os efeitos do autoritarismo anterior (SBPC, 2023).

Assim, em síntese, a trajetória do Índice de Democracia Liberal no Brasil entre 1900 e 2023 demonstra uma alternância entre períodos de avanços democráticos e retrocessos autoritários, muitas vezes relacionados a contextos históricos específicos, como golpes, regimes autoritários, crises institucionais e períodos de fortalecimento democrático. O comportamento recente do índice sugere a necessidade de atenção ao processo de erosão democrática, alinhando-se a tendências globais observadas em outros contextos contemporâneos (*V-Dem*, 2024), o que se propõe a analisar de forma mais profunda a seguir, nos subcapítulos 3.2 e 3.3 da pesquisa.

3.2 Democracia no Brasil e no Mundo: Análise do Relatório *V-Dem* 2020

Nesta seção da pesquisa será abordado o Relatório de Democracia de 2020 do *V-Dem Institute*, no qual será analisado o estado da democracia no ano de 2019. Além disso, serão analisados abaixo alguns dos gráficos e imagens apresentados no relatório do *V-Dem* de 2020 e considerados aqui relevantes para compreender o declínio democrático global e doméstico no Brasil no período em questão.

O *V-Dem Democracy Report* de 2020 traz um alerta sobre o avanço acelerado da autocratização global, identificando o que denomina como a “terceira onda de autocratização”. Essa constatação reforça a teoria de Cas Mudde (2020), que aponta para uma nova onda de ultradireita no cenário global, perspectiva compartilhada por pesquisadores como Teitelbaum (2019), Sanahuja e López Burian (2023) e Brown (2019). De acordo com o relatório, esse fenômeno tem se intensificado nos últimos anos, com um número crescente de países apresentando retrocessos em indicadores fundamentais de democracia.

Em 2019, por exemplo, 26 países registraram declínio democrático, um aumento significativo em comparação aos 18 países que enfrentaram retrocessos semelhantes em 2017 (*V-Dem Institute*, 2020, p. 09; Mainwaring; Bizzarro, 2019). Esse crescimento nas taxas de autocratização tem provocado uma transformação notável na distribuição dos regimes políticos no mundo: pela primeira vez desde 2001, as democracias deixaram de ser a maioria global (*V-Dem Institute*, 2020). Em 2010, as democracias correspondiam a 55% dos países, abrangendo 98 Estados; no entanto, em 2019, essa porcentagem caiu para 48%, representando 87 democracias eleitorais e liberais, que juntas abrigam apenas 46% da população mundial (*V-Dem Institute*, 2020). Esse cenário evidencia o impacto significativo da autocratização na dinâmica política global e reforça a necessidade de atenção redobrada à preservação dos princípios democráticos.

Assim, o relatório demonstra que o ano de 2019 foi marcado por uma perda de oito democracias, estabelecendo um novo recorde no colapso de regimes democráticos. Esse retrocesso é exemplificado pela Hungria, que se tornou o primeiro Estado-Membro da União Europeia a ser classificado como autoritário (CNN Brasil, 2022), evidenciando a gravidade da crise democrática que afeta tanto países da Europa quanto de outras regiões (*V-Dem Institute*, 2020; Éltető; Szemlér, 2023; Kelemen, 2024). Ademais, percebe-se que esse fenômeno atinge países de grande influência mundial, como Brasil, Índia, Estados Unidos e Turquia, cujas economias e populações exercem impacto significativo nas esferas política, econômica e militar, e que regiões como a América Latina retrocederam a níveis observados na década de 1990, enquanto a Europa Oriental e a Ásia Central estão em seu ponto mais baixo desde o colapso da União Soviética (*V-Dem Institute*, 2020).

O relatório do *V-Dem Institute* (2020) evidencia um padrão crescente de erosão de características fundamentais da democracia, incluindo ataques à sociedade civil, à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa. Esses ataques não apenas se tornaram mais frequentes, mas também mais intensos, sinalizando uma preocupante tendência de enfraquecimento das instituições democráticas em diversas partes do mundo. Essa perspectiva é corroborada por Hollyer, Rosendorff e Vreeland (2019), que destacam o papel crucial das instituições na estabilidade democrática, particularmente quando operam de forma transparente e eficaz.

Segundo os autores (2019), instituições democráticas transparentes contribuem para resolver problemas de seleção adversa entre governantes e governados, permitindo que os cidadãos tomem decisões mais informadas durante os processos eleitorais. Além disso, a transparência institucional fortalece a confiança pública no sistema democrático, reduzindo a probabilidade de protestos e desafios ao regime, o que torna essas instituições um elemento essencial para evitar o colapso democrático e a remoção irregular de líderes. Nesse sentido, a transparência institucional atua como um fator estabilizador da governança democrática ao longo do tempo (Hollyer; Rosendorff; Vreeland, 2019).

Paralelamente, o relatório do *V-Dem* (2020) alerta para a deterioração da qualidade das eleições, um indicador alarmante do declínio democrático. Após anos de ações voltadas para o enfraquecimento da oposição e da sociedade civil, muitos governantes demonstram crescente confiança em atacar um dos pilares centrais da democracia: eleições livres e justas (*V-Dem Institute*, 2020). Esse cenário evidencia uma escalada na ameaça à integridade dos processos democráticos, agravando ainda mais o enfraquecimento institucional global.

Além disso, os novos indicadores do *V-Dem* sobre o espaço cívico e acadêmico apontam uma deterioração generalizada das liberdades em sociedades em processo de autocratização (*V-Dem Institute*, 2020). A liberdade acadêmica e o direito de protesto diminuíram significativamente, e fenômenos como a polarização política e a violência política têm aumentado, refletindo um ambiente de crescente repressão e controle autoritário, com destaque para casos como Brasil e Polônia (*V-Dem Institute*, 2020).

Esse tema também é abordado no mesmo artigo de Hollyer, Rosendorff e Vreeland (2019) previamente discutido. Os autores destacam que a transparência reduz a incerteza e melhora a comunicação entre governantes e governados, minimizando a necessidade de manifestações populares como forma de pressionar o governo ou exigir mudanças. No entanto, também reconhecem que o direito a protestar é uma característica essencial de democracias saudáveis, funcionando como um mecanismo para corrigir desvios de governança, especialmente em contextos onde as instituições não conseguem atender às demandas da população (Hollyer; Rosendorff; Vreeland, 2019). Assim, a relação entre protestos e democracia não é linear: em regimes transparentes, o direito a protesto continua sendo garantido, mas sua necessidade como ferramenta de correção tende a diminuir, uma vez que o sistema democrático opera de maneira mais previsível e responsiva (Hollyer; Rosendorff; Vreeland, 2019). Dessa forma, a redução no indicador democrático de direito a protestos apresentado pelo *V-Dem* em 2020 é muito preocupante.

Já no que concerne à erosão dos indicadores de liberdade acadêmica, seu declínio é corroborado por Zhidong Hao (2020), que argumenta que governos autoritários frequentemente veem a liberdade acadêmica como uma ameaça ao controle político e ideológico que exercem sobre a sociedade. Esses regimes tendem a restringir o espaço para o pensamento crítico e a troca de ideias, utilizando mecanismos como censura, perseguição a acadêmicos, controle estatal sobre instituições de ensino superior e a imposição de agendas políticas sobre currículos e pesquisas (Hao, 2020).

Hao (2020) destaca que regimes autocráticos frequentemente percebem universidades e pesquisadores como fontes potenciais de dissidência. Isso leva a um esforço deliberado para sufocar a liberdade acadêmica por meio de políticas que limitam a autonomia institucional, promovem a autocensura e reprimem iniciativas acadêmicas independentes. Além disso, ele aponta que, em muitos casos, a repressão à liberdade acadêmica faz parte de um projeto mais amplo de enfraquecimento das liberdades civis e do Estado de direito (Hao, 2020).

A análise de Hao (2020) reforça a ideia de que o declínio da liberdade acadêmica é tanto uma consequência quanto um sintoma da ascensão de regimes autocráticos, que buscam

consolidar seu poder restringindo o pensamento crítico e a disseminação de conhecimento que poderiam desafiar sua legitimidade. Assim, a defesa da liberdade acadêmica é posicionada pelo autor como uma luta essencial contra o avanço do autoritarismo global.

Esse padrão de declínio democrático também foi amplamente observado no Brasil durante o governo Bolsonaro a partir de 2019. Pele e Assy (2019) analisam esse processo no contexto da ascensão de tendências autoritárias, com foco no enfraquecimento da liberdade acadêmica. Os autores destacam que mudanças políticas significativas, especialmente após 2016, criaram um ambiente de crescente restrição à autonomia acadêmica, à liberdade de expressão e à produção de conhecimento crítico, refletindo a deterioração dos valores democráticos no país (Pele; Assy, 2019).

Corroborando esse fenômeno, Jorge Knijnik (2021), no artigo *"To Freire or not to Freire: Educational freedom and the populist right-wing 'Escola sem Partido' movement in Brazil"* explora os impactos do movimento conservador "Escola Sem Partido" e da ascensão da direita populista no Brasil sobre a liberdade acadêmica e educacional. O autor analisa como esse movimento promoveu uma narrativa centrada no combate à suposta "doutrinação ideológica" nas escolas e universidades, retratando professores e acadêmicos como agentes de uma agenda política progressista. Essa retórica minou a legitimidade e a autoridade pedagógica dos educadores, inserindo a educação no centro das disputas políticas no país.

Knijnik destaca que Paulo Freire, reconhecido mundialmente como um dos mais influentes educadores brasileiros e defensor de uma pedagogia crítica e libertadora, tornou-se alvo central dos ataques do movimento. A pedagogia freiriana foi acusada de ser um instrumento de ideologização marxista, e sua rejeição tornou-se um símbolo da agenda do "Escola Sem Partido", bem como da retórica populista de direita (Knijnik, 2021). Esse ataque à pedagogia crítica reflete uma tentativa de deslegitimar práticas educacionais que promovem o debate pluralista e o pensamento crítico.

O autor argumenta também que o movimento "Escola Sem Partido" criou um clima de vigilância e autocensura entre educadores e acadêmicos, muitos dos quais passaram a temer retaliações, como processos judiciais, assédio público e até mesmo a perda de seus empregos. Essa atmosfera de repressão teve impacto especialmente significativo em áreas que tratam de questões sensíveis, como desigualdade social, gênero, raça e direitos humanos, restringindo a liberdade de ensino e de pesquisa em temas fundamentais para a promoção da cidadania e dos direitos democráticos (Knijnik, 2021).

Knijnik (2021) conecta o movimento à ascensão de uma agenda populista de direita que rejeita o pluralismo e a liberdade de pensamento, promovendo narrativas simplistas e

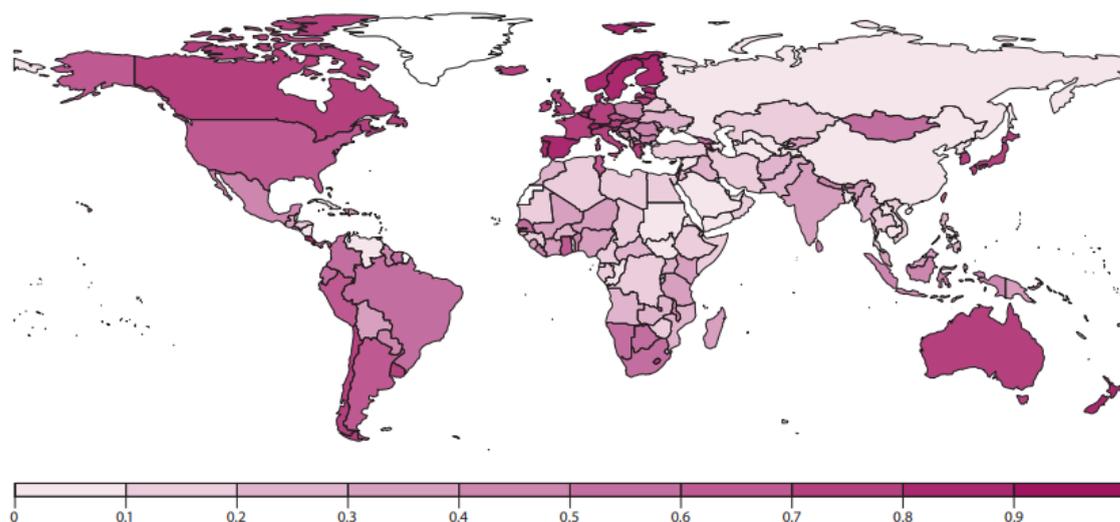
polarizadoras para justificar a repressão de vozes críticas no ambiente educacional. Para o autor, essa agenda busca consolidar uma visão conservadora da educação que limita o debate e exclui perspectivas divergentes, reforçando tendências autoritárias no sistema político e educacional do Brasil.

O artigo também aborda como o sistema educacional se tornou um espaço central na disputa entre visões autoritárias e democráticas. Ele enfatiza que a liberdade acadêmica e educacional está sob ataque direto, com implicações profundas para a formação cidadã e a preservação dos valores democráticos (Knijnik, 2021). Apesar do cenário desafiador, o autor identifica esforços de resistência de acadêmicos, educadores e movimentos sociais que continuam a defender a liberdade acadêmica e o legado de Paulo Freire. Ele ressalta que a promoção de uma educação crítica e pluralista é essencial para resistir às tendências autoritárias e preservar os fundamentos democráticos no Brasil.

Assim, Knijnik (2021) apresenta o "Escola Sem Partido" como um elemento central no declínio da liberdade acadêmica no Brasil, inserindo-o em um projeto político mais amplo que busca reprimir a educação crítica e consolidar uma agenda autoritária, comprometendo seriamente a autonomia acadêmica e a qualidade da educação no país (Knijnik, 2021).

Apesar desse cenário preocupante, o relatório também aponta sinais de resistência e respostas pró-democracia. Em 2019, os protestos populares pró-democracia atingiram números recordes, com uma mobilização significativa contra o autoritarismo e a erosão dos direitos democráticos (*V-Dem Institute*, 2020). Esses protestos têm sido um fator importante na reversão de regimes autocráticos e na promoção da democracia em alguns países. O relatório destaca que, nos últimos dez anos, protestos populares contribuíram para processos significativos de democratização em 22 países, incluindo Armênia, Tunísia e Sri Lanka (*V-Dem Institute*, 2020). Esses movimentos demonstram a resiliência da sociedade civil e a capacidade da população em desafiar regimes autoritários, embora o sucesso dessas mobilizações seja frequentemente condicionado ao contexto político e à resposta dos regimes no poder.

Figura 4 - O estado da democracia liberal em 2019.



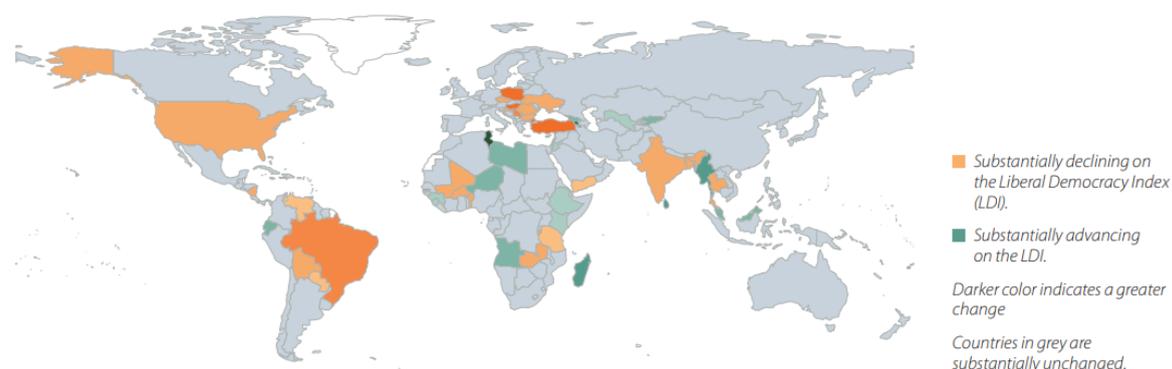
Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

A Figura 4, do Relatório de Democracia de 2020, ilustra o estado da democracia em 2019, utilizando o Índice de Democracia Liberal (IDL). Este índice é uma combinação do Índice de Democracia Eleitoral (EDI) e do Índice de Componentes Liberais (LCI), ambos provenientes da base de dados do *V-Dem*. O Índice de Democracia Eleitoral (EDI) avalia a presença efetiva dos componentes da "poliarquia" (Dahl, 1971), que se refere à existência de uma democracia eleitoral mínima (*V-Dem Institute*, 2020). Já o Índice de Componentes Liberais (LCI) examina a complementação da democracia eleitoral com liberdades civis, o estado de direito e a existência de contrapesos suficientes sobre o executivo por meio do judiciário e do legislativo, que são essenciais para a manutenção de uma democracia liberal robusta (*V-Dem Institute*, 2020).

Com base no Índice de Democracia Liberal (IDL), o relatório revela que países como China, Coreia do Norte, Eritreia e Burundi, além de nações com democracias eleitorais fragilizadas, como Nicarágua, Venezuela, Arábia Saudita, Bahrein, Turcomenistão, Tajiquistão, Rússia e Turquia, apresentam os índices mais baixos de democracia liberal (*V-Dem Institute*, 2020). Esses países refletem a tendência global de enfraquecimento das características democráticas fundamentais, especialmente no que se refere à repressão das liberdades civis, à concentração de poder no Executivo e à erosão dos controles institucionais, configurando-se, assim, como exemplos claros de regimes autoritários ou híbridos.

Ao integrar essas dimensões, o IDL oferece uma avaliação detalhada não apenas da presença de eleições livres, mas também da qualidade das instituições democráticas, considerando que a verdadeira democracia requer mais do que apenas o processo eleitoral, mas também um sistema robusto de direitos e instituições que limitem o poder e garantam a pluralidade política (*V-Dem Institute, 2020*).

Figura 5 - Países que se democratizaram ou autocratizaram substancialmente (2009-2019).



Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

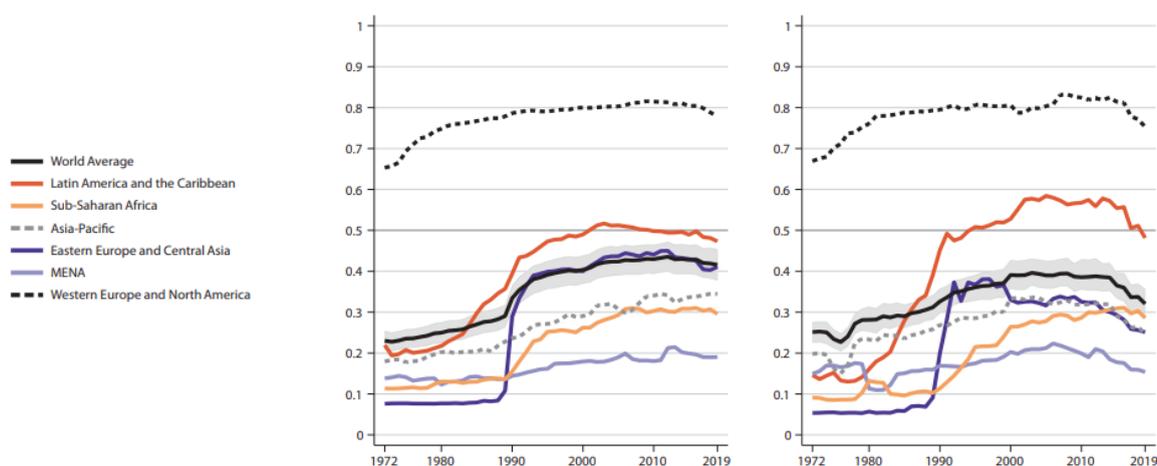
A Figura 2 do Relatório de Democracia de 2020 apresenta um panorama dos avanços (em verde) e retrocessos (em laranja) da democracia no cenário global na última década, com base no Índice de Democracia Liberal (IDL) (*V-Dem Institute, 2020*). A análise dos dados indica que a "terceira onda de democratização", iniciada com a Revolução dos Cravos em 1974, em Portugal, e intensificada ao longo da década de 1990 — como destacado por Samuel Huntington (1991) —, parece ter chegado ao seu término. O mapa revela uma tendência preocupante: nos últimos dez anos, é maior o número de países que enfrentou processos de autocratização do que democratização, apontando para uma reversão substancial nas conquistas democráticas anteriormente alcançadas (*V-Dem Institute, 2020*).

Em termos globais, o gráfico revela uma expansão da autocratização em diversas regiões, com países que antes eram considerados exemplos de transição democrática agora se afastando dos princípios fundamentais da democracia liberal (*V-Dem Institute, 2020*). No caso específico do Brasil, a imagem sugere que o país se encontra em um contexto de

retrocesso democrático, com tendências preocupantes de concentração de poder e enfraquecimento das instituições de controle e balanceamento, como o Poder Judiciário e a mídia (*V-Dem Institute, 2020*). O aumento das restrições à liberdade de expressão e aos direitos civis, bem como as pressões sobre a sociedade civil, são indicadores claros desse movimento regressivo (*V-Dem Institute, 2020*).

Esse fenômeno de autocratização não é restrito ao Brasil, mas se estende a várias democracias emergentes e consolidadas. A crescente polarização política, a erosão do espaço cívico e a diminuição da qualidade das eleições são aspectos centrais desse processo, que está transformando o que parecia ser uma trajetória contínua de democratização em um ciclo de retrocessos, ameaçando as bases da liberdade política e dos direitos humanos em diversas partes do mundo (*V-Dem Institute, 2020*).

Figura 6 - Índice de democracia liberal: médias globais e regionais (ponderado pela população no eixo direito), 1972-2019.



Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

A Figura 6 do Relatório de Democracia de 2020 fornece uma análise detalhada dos níveis médios globais e regionais de democracia liberal, entre 1972 e 2019. O gráfico exibe, no lado esquerdo, as médias diretas por região, enquanto a linha preta grossa representa a média global do Índice de Democracia Liberal (IDL), acompanhada dos intervalos de confiança que indicam a variação dos dados (*V-Dem Institute, 2020*). A análise dos dados revela que, após um pico de democracia liberal por volta de 2012, a média global experimentou um declínio contínuo nos anos seguintes. Em 2019, esse retrocesso levou a média global a um nível comparável ao registrado em 2002, evidenciando uma reversão

substancial das conquistas democráticas observadas nas décadas anteriores (*V-Dem Institute, 2020*).

Esse declínio global é um reflexo claro da crescente autocratização que afeta uma série de países ao redor do mundo, particularmente em regiões que, anteriormente, haviam experimentado avanços democráticos significativos (*V-Dem Institute, 2020*). No contexto da América Latina, os dados sugerem uma deterioração das características democráticas, com indicadores que apontam para uma queda no espaço cívico e no fortalecimento das instituições democráticas (*V-Dem Institute, 2020*). A ascensão de movimentos autoritários e a polarização política na América Latina, que se manifestam em ataques à liberdade de expressão, à mídia e ao judiciário, têm contribuído para esse retrocesso.

Em termos regionais, a Figura 6 também destaca diferenças significativas entre as regiões, com algumas, como a Europa Ocidental e América do Norte, ainda apresentando níveis mais elevados de democracia liberal, embora também experimentem sinais de declínio, especialmente no que diz respeito ao estado de direito e à proteção das liberdades civis (*V-Dem Institute, 2020*). Em contrapartida, outras regiões, como a Europa Oriental e a Ásia Central, já enfrentam níveis mais baixos de democracia, uma tendência que parece se consolidar com o avanço de regimes autoritários e a erosão de instituições democráticas fundamentais (*V-Dem Institute, 2020*). O gráfico, assim, ilustra um fenômeno global de retrocesso democrático, onde o fortalecimento do autoritarismo, o enfraquecimento da qualidade eleitoral e a redução das liberdades civis são características comuns em muitos países, incluindo o Brasil, que, embora ainda seja uma democracia formal, enfrenta desafios graves para consolidar e proteger suas instituições democráticas.

Ademais, a democracia, enquanto conceito fundamental relacionado aos direitos e aspirações da população, é afetada pela magnitude da sua implementação, sendo crucial considerar o número de pessoas impactadas por tais mudanças. Em função disso, os níveis de democracia foram ajustados de acordo com a população dos países, conforme apresentado no lado direito da Figura 3 do Relatório (*V-Dem Institute, 2020*).

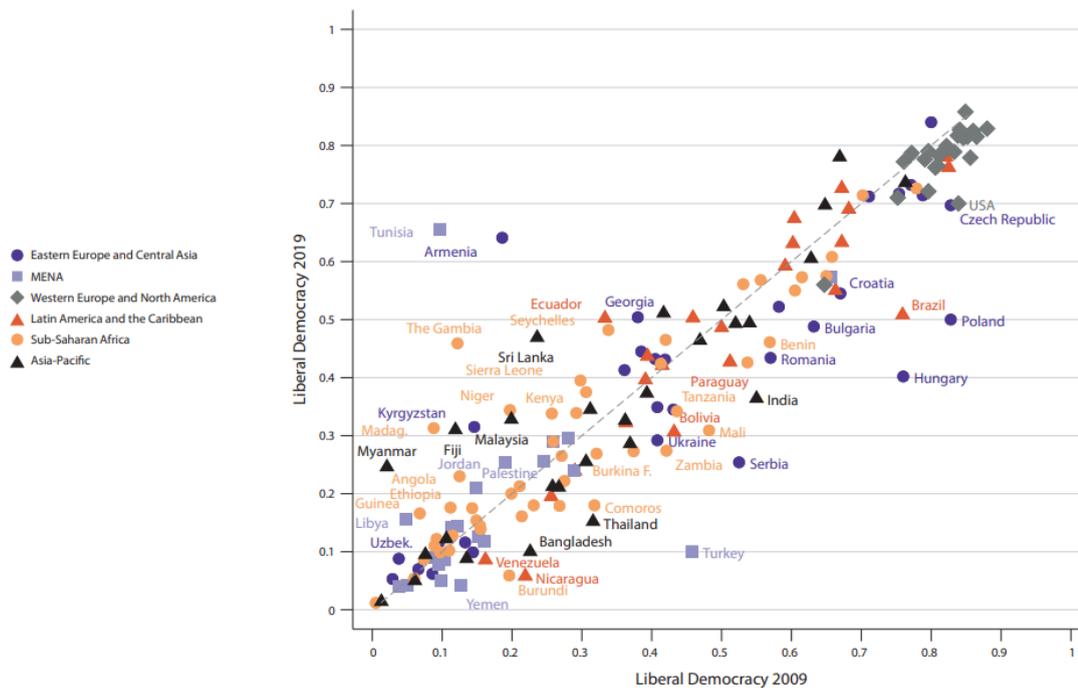
Essa abordagem revela duas conclusões significativas. Primeiramente, o retrocesso da democracia liberal em 2019 é mais acentuado do que o identificado no Relatório de Democracia do ano anterior (*V-Dem Institute, 2019; V-Dem Institute, 2020*). Em segundo lugar, as quedas nas médias regionais são expressivas na maioria das regiões analisadas, com o dado relevante de que, pela primeira vez, todas as regiões observadas enfrentaram um declínio em seus índices de democracia liberal.

Com base na metodologia ponderada pela população, observou-se um retrocesso significativo em várias regiões (*V-Dem Institute*, 2020). A América Latina, por exemplo, foi reduzida a um nível de democracia similar ao verificado em 1992; as regiões da Ásia-Pacífico e *MENA* (Oriente Médio e Norte da África) retornaram a patamares comparáveis aos da década de 1980; enquanto o Leste Europeu e a Ásia Central alcançaram os índices mais baixos de liberdade democrática desde o colapso da União Soviética em 1991 (*V-Dem Institute*, 2020). Embora a autocratização seja menos pronunciada na Europa Ocidental e na América do Norte, a tendência de declínio é evidente, indicando que essas regiões também enfrentam retrocessos nos direitos eleitorais e liberdades civis, algo não registrado desde a década de 1980.

De modo geral, a análise ponderada pela população sugere que países com grandes contingentes populacionais, como o Brasil, apresentam maior vulnerabilidade a processos de autocratização. Essa dinâmica foi previamente destacada por Sebastian Hellmeier e colaboradores (2021) em seu artigo "*State of the World 2020: Autocratization Turns Viral*" (2021). Nesse estudo, os autores examinam o caso da Índia, que passou de uma democracia liberal para uma autocracia eleitoral, conforme evidenciado pelos dados do *V-Dem*. Essa transformação ressalta como nações populosas podem enfrentar desafios significativos na manutenção de suas instituições democráticas.

E a Figura 4, apresentada a seguir, reforça essa tendência ao ilustrar que a maioria dos países situados acima da linha diagonal — representando aqueles que registraram avanços no Índice de Democracia Liberal (LDI) desde 2009 — são nações com baixa densidade populacional, como Armênia, Gâmbia, Geórgia, Tunísia e Equador. Esses países, em sua maioria, possuem influência limitada no cenário internacional e regional (*V-Dem Institute*, 2020). Tal constatação sugere que, além do contingente populacional, a posição geopolítica e a capacidade de influência global também podem desempenhar um papel relevante na resiliência ou fragilidade frente aos processos de autocratização.

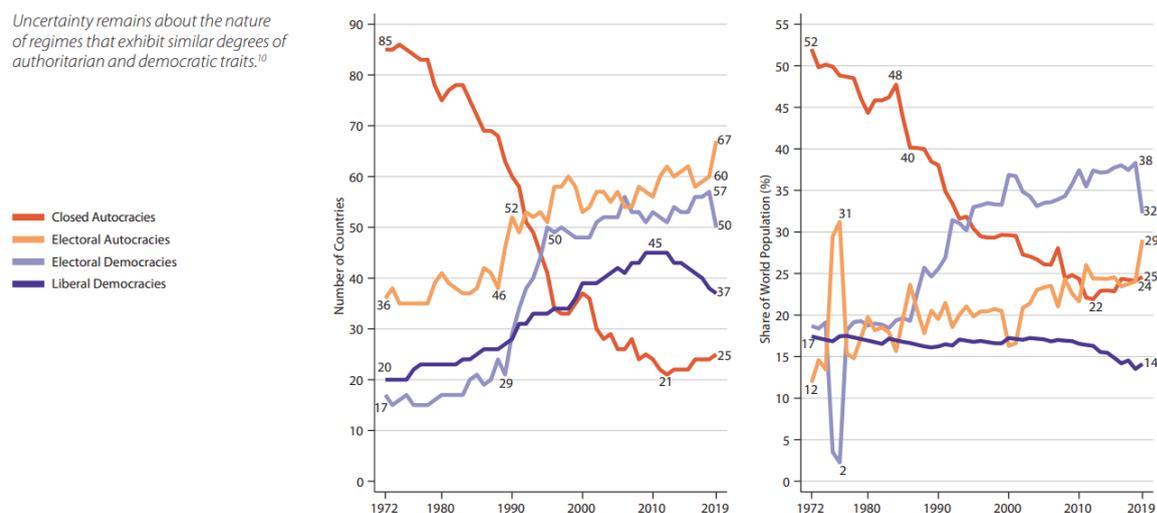
Figura 7 - Países com mudanças significativas na democracia liberal (2009-2019).



Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

Em contraste, diversos países abaixo da linha diagonal, como Brasil, Índia, Polônia, Ucrânia, Estados Unidos e Turquia, estão passando por processos de autocratização, e representam grandes potências tanto em termos populacionais quanto em sua capacidade de exercer influência estratégica, econômica, política e militar a nível global e regional (*V-Dem Institute, 2020*). O caso do Brasil, especificamente, destaca-se como um exemplo claro de retrocesso democrático em um país com uma população significativa, com amplos reflexos nas dinâmicas políticas internas e na sua posição no cenário internacional (Tavares; Da Silva, 2021; Smith, 2024). O movimento de autocratização no Brasil pode ser interpretado não apenas como uma ameaça à qualidade democrática interna, mas também como um fator de influência nas relações diplomáticas regionais e globais (*V-Dem Institute, 2020*). Portanto, a análise empírica e a visualização dos dados sugerem que, embora o impacto da autocratização seja mais notório em algumas grandes potências, o fenômeno é global, afetando regiões e países de diferentes dimensões e níveis de influência.

Figura 8 - Número de países por tipo de regime (esquerda) e participação na população mundial (direita).



Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

A análise da distribuição dos tipos de regime, em 2019, representada na Figura 6, aponta para uma expansão significativa dos regimes autoritários em detrimento das democracias (*V-Dem Institute, 2020*). As autocracias eleitorais, que se consolidaram como a forma predominante de governo, estavam presentes em 67 países naquele ano, representando quase 40% das nações. Esse tipo de regime, historicamente associado à transição de sistemas autoritários fechados para estruturas parcialmente abertas, passou a se expandir principalmente devido ao enfraquecimento de democracias consolidadas (*V-Dem Institute, 2020*). Paralelamente, o número de autocracias fechadas aumentou, passando de 21 países, em 2013, para 25, em 2019. Como resultado, mais da metade da população mundial (54%) passou a viver sob regimes autoritários, sejam eles fechados ou eleitorais, evidenciando um cenário de retrocesso em relação à primeira década dos anos 2000, quando as democracias eram maioria (*V-Dem Institute, 2020*).

Em termos históricos, o declínio da democracia torna-se evidente a partir de 2010, quando o número de democracias liberais atingiu seu auge: 45 países. Em 2019, esse número foi reduzido a 37, enquanto as democracias eleitorais permaneceram em 50, o que fez com que a soma total de democracias não ultrapassasse a metade das nações do mundo (*V-Dem Institute, 2020*). O fenômeno de autocratização, caracterizado pela deterioração gradual de

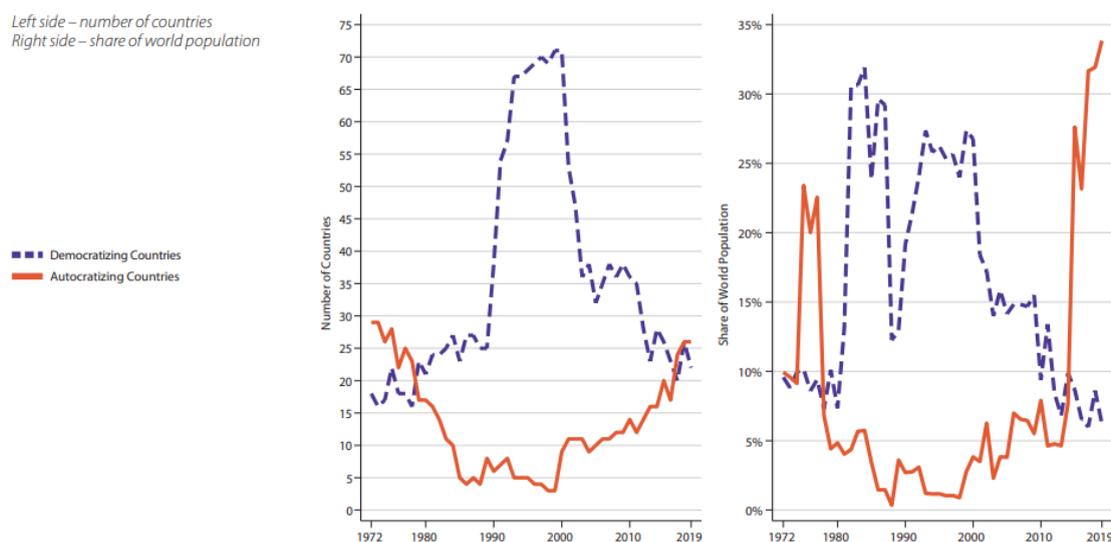
instituições democráticas, pode ser observado em diversas regiões, incluindo a Hungria que, em 2019, foi classificada como uma autocracia eleitoral, tornando-se o primeiro Estado-membro da União Europeia a adotar tal regime (*V-Dem Institute*, 2020).

O caso húngaro exemplifica o enfraquecimento da pluralidade midiática, a imposição de restrições à oposição política e a crescente centralização do poder, características que evidenciam as tendências globais de erosão democrática. Essas dinâmicas são analisadas de forma aprofundada por Ágh (2022), que aborda o processo de desdemocratização na Hungria como parte de um fenômeno mais amplo que afeta os países da Europa Central e Oriental. Esse contexto não apenas reflete a especificidade do cenário húngaro, mas também oferece um panorama das transformações institucionais e políticas que estão redirecionando a trajetória democrática da região, corroborando os dados apresentados pelo *V-Dem* (2020).

Embora o relatório não mencione diretamente o Brasil nesta seção, é possível analisar o contexto do país sob essa perspectiva. Em 2019, o Brasil era considerado uma democracia eleitoral, mas enfrentava desafios significativos, como polarização política, tensões entre poderes e acusações de ataques à liberdade de imprensa e à sociedade civil (*V-Dem Institute*, 2020), panorama que vinha se desenvolvendo desde 2015, após o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff, como demonstram os gráficos do *V-Dem*, apresentados na seção 3.1. Esses elementos podem ser interpretados como sinais de alerta, alinhando o Brasil a um panorama global de democracias fragilizadas. O contexto sugere que o Brasil, como outras nações democráticas, está vulnerável a processos de autocratização que demandam atenção acadêmica e política (*V-Dem Institute*, 2020).

Apesar desse panorama preocupante, é importante contextualizar que o mundo, em 2019, ainda era mais democrático do que nas décadas de 1970, quando 76% dos países estavam sob regimes autoritários, em sua maioria fechados (*V-Dem Institute*, 2020). Contudo, a tendência atual de declínio democrático e o aumento de regimes autoritários representa um desafio significativo para a consolidação de democracias e para a manutenção dos direitos e liberdades fundamentais em várias partes do mundo.

Figura 9 - Países autocratizantes vs. democratizantes pelo Índice de Democracia Liberal (1972-2019)

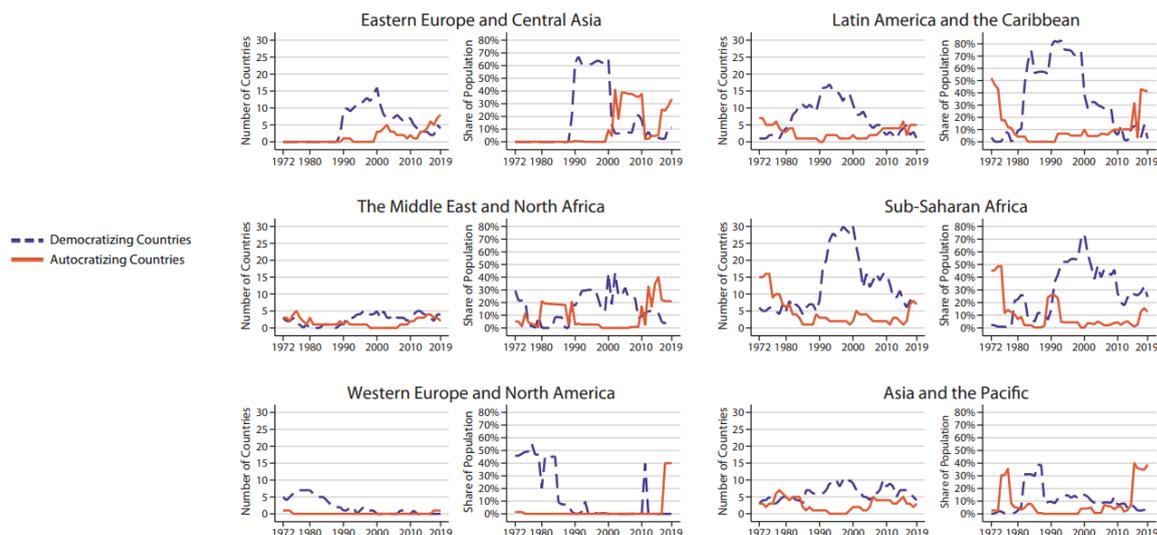


Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

A Figura 9 retrata a natureza cada vez mais alarmante da autocratização contemporânea. O número de países que passam por esse processo (linha laranja, lado esquerdo) apresenta uma tendência crescente desde 1999 (*V-Dem Institute, 2020*). Em 2019, o total atingiu 26 países, um aumento significativo em relação aos 11 casos observados no início dos anos 2000 e aos 17 registrados em 2016. Este número supera, de maneira notável, a quantidade de países em processo de democratização (linha verde tracejada, lado esquerdo), que caiu para 22 em 2018 (*V-Dem Institute, 2020*). Para encontrar uma situação global semelhante, seria necessário retornar a 1978.

Quando se considera o tamanho da população afetada, como ilustrado no lado direito da Figura 9, as diferenças tornam-se ainda mais marcantes (*V-Dem Institute, 2020*). Aproximadamente 35% da população mundial, equivalente a cerca de 2,6 bilhões de pessoas, vive atualmente em países que estão passando por processos de autocratização (*V-Dem Institute, 2020*). Em contraste, menos de 8% da população global reside em nações onde os governos estão se tornando mais democráticos. Este desequilíbrio reflete a escala e o impacto global do retrocesso democrático.

Figura 10 - Inventário regional da autocratização e democratização (1972-2019).



Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

A Figura 10 apresenta uma análise detalhada das variações regionais nas tendências de democratização e autocratização ao longo do período de 1972 a 2019. Os gráficos fornecem uma perspectiva abrangente sobre o número de países afetados por esses processos e a proporção da população impactada em diferentes regiões do mundo, revelando padrões distintos de transformação política (*V-Dem Institute, 2020*). Iniciando pela Europa Oriental e Ásia Central, verifica-se o aumento mais acentuado de países em processo de autocratização, com oito casos significativos nos últimos dez anos. Além disso, mais de 35% da população da região vive sob regimes que apresentam retrocessos democráticos, o que evidencia uma deterioração alarmante das instituições democráticas nessa área.

Já a América Latina e o Caribe, por sua vez, mostram sinais de estabilidade relativa, mas com desafios crescentes. Apesar de possuir poucos países autocratizantes, uma parcela considerável da população da região reside em países onde se observam sinais de regressão democrática (*V-Dem Institute, 2020*). O Brasil, maior democracia da região, enfrenta tensões políticas internas, incluindo polarização e ataques a instituições, o que ressalta sua vulnerabilidade nesse cenário. O Oriente Médio e o Norte da África (*MENA*) continuam sendo as regiões menos democráticas do mundo (*V-Dem Institute, 2020*). A Turquia, em particular, destaca-se como um exemplo negativo, tendo perdido seu status de democracia em 2014 e seguido em direção a um regime cada vez mais autocrático. Com uma população

expressiva e importância estratégica regional, a trajetória autoritária do país levanta preocupações significativas para a estabilidade política da região (*V-Dem Institute, 2020*).

Por sua vez, a África Subsaariana apresenta um contraste interessante. Apesar de ser a única região onde a democratização impacta uma parcela maior da população em comparação à autocratização, ainda há uma quantidade significativa de países enfrentando retrocessos democráticos, com sete casos registrados (*V-Dem Institute, 2020*). Esse panorama reflete a coexistência de tendências políticas opostas em uma região marcada por desafios históricos e estruturais. A Ásia e o Pacífico, embora registre um número moderado de casos de autocratização, concentra uma grande proporção da população global vivendo em países que apresentam sinais de regressão democrática (*V-Dem Institute, 2020*). Essa dinâmica ressalta o impacto demográfico das mudanças políticas na região, que, embora menos visíveis em números absolutos de países, afetam milhões de pessoas.

Por outro lado, a Europa Ocidental e a América do Norte destacam-se como uma exceção. Apenas um país, os Estados Unidos, apresentou um declínio significativo no Índice de Democracia Liberal, que passou de 0,86 em 2008 para 0,70 em 2019 (*V-Dem Institute, 2020*). Essa queda reflete um enfraquecimento considerável das instituições democráticas, especialmente durante os últimos anos. Com uma população de 330 milhões de pessoas, os Estados Unidos representam uma parcela significativa da região e possuem uma influência global que vai muito além de sua demografia, dada sua posição estratégica, econômica e cultural (*V-Dem Institute, 2020*).

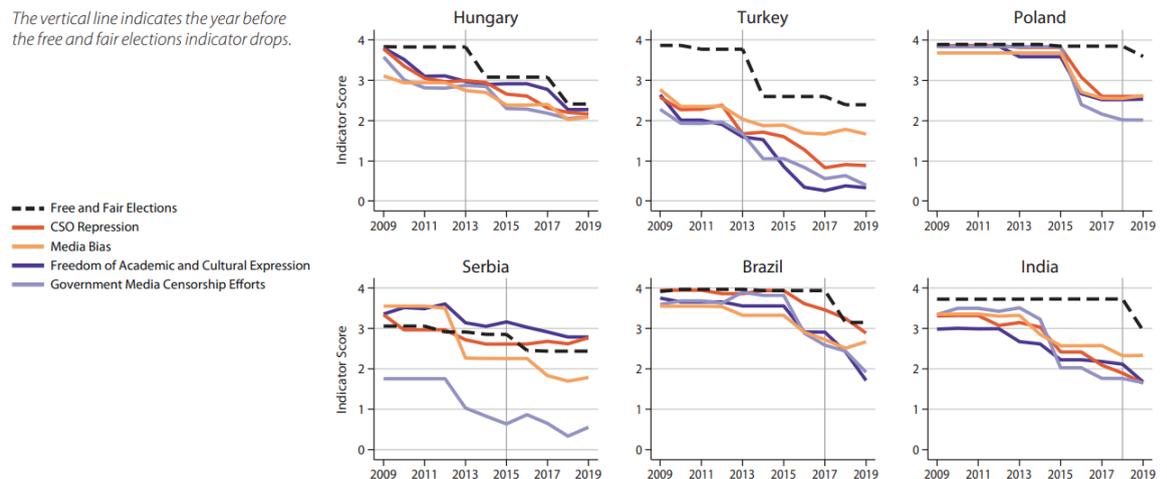
Assim, os dados apresentados pela Figura 10 demonstram um panorama global de transformações políticas complexas, marcado por desafios crescentes à democracia em várias regiões. No caso brasileiro, os recentes desafios enfrentados pela democracia colocam o país em uma posição delicada dentro do contexto latino-americano (*V-Dem Institute, 2020*). A análise evidencia que, embora ainda existam avanços em algumas regiões, o fenômeno da autocratização está se consolidando em diversas partes do mundo, afetando não apenas governos, mas também grandes parcelas da população global.

Figura 11 - Principais 10 países autocratizantes pelo Índice de Democracia Liberal (LDI), 2009-2019

	CHANGE	LDI 2009	LDI 2019	REGIME TYPE 2009	REGIME TYPE 2019
Hungary	-0.36	0.76	0.40	Liberal Democracy	Electoral Autocracy
Turkey	-0.36	0.46	0.10	Electoral Democracy	Electoral Autocracy
Poland	-0.33	0.83	0.50	Liberal Democracy	Electoral Democracy
Serbia	-0.27	0.53	0.25	Liberal Democracy	Electoral Autocracy
Brazil	-0.25	0.76	0.51	Electoral Democracy	Electoral Democracy
India	-0.19	0.55	0.36	Electoral Democracy	Electoral Democracy
Mali	-0.17	0.48	0.31	Electoral Democracy	Electoral Autocracy
Thailand	-0.16	0.32	0.15	Electoral Autocracy	Closed Autocracy
Nicaragua	-0.16	0.22	0.06	Electoral Autocracy	Electoral Autocracy
Zambia	-0.15	0.42	0.27	Electoral Democracy	Electoral Autocracy

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

Figura 12 - Como a autocratização se desenvolve: exemplos de países (2009-2019)



Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

A análise apresentada nas Figuras 11 e 12 revela um padrão claro de autocratização entre os países que mais regrediram no Índice de Democracia Liberal (LDI) entre 2009 e 2019 (*V-Dem Institute, 2020*). Países como Hungria, Turquia, Polônia, Sérvia, Brasil e Índia figuram entre os principais exemplos desse fenômeno, exibindo trajetórias semelhantes de declínio democrático. Em todos esses casos, o processo autocratizante seguiu um padrão que

começa pela repressão à mídia e à sociedade civil, para, em seguida, alcançar a deterioração das instituições eleitorais (*V-Dem Institute*, 2020).

A Hungria lidera a lista, apresentando o declínio mais acentuado no LDI. O país passou de uma democracia liberal em 2009 para uma autocracia eleitoral em 2019, com restrições significativas às liberdades de imprensa e sociedade civil já implementadas em 2010, sob o governo de Viktor Orbán (*V-Dem Institute*, 2020). A Turquia também sofreu uma transformação considerável, deixando de ser uma democracia eleitoral para se tornar uma autocracia eleitoral em 2014, após anos de repressão à liberdade de imprensa e aos direitos civis (*V-Dem Institute*, 2020). Casos semelhantes são observados na Polônia, que passou de uma democracia liberal para um regime autoritário eleitoral após a introdução de leis restritivas à mídia entre 2015 e 2016 (*V-Dem Institute*, 2020).

O Brasil e a Índia, embora ainda sejam consideradas democracias eleitorais, apresentam sinais claros de enfraquecimento democrático. No Brasil, o aumento do viés midiático e a repressão crescente à sociedade civil começaram a ser percebidos antes mesmo da chegada ao poder do governo Bolsonaro (*V-Dem Institute*, 2020). Na Índia, o regime nacionalista hindu de Narendra Modi intensificou a repressão à mídia e às organizações da sociedade civil, refletindo uma trajetória de fragilidade democrática. Esses dois casos destacam a vulnerabilidade de grandes democracias a processos graduais de autocratização.

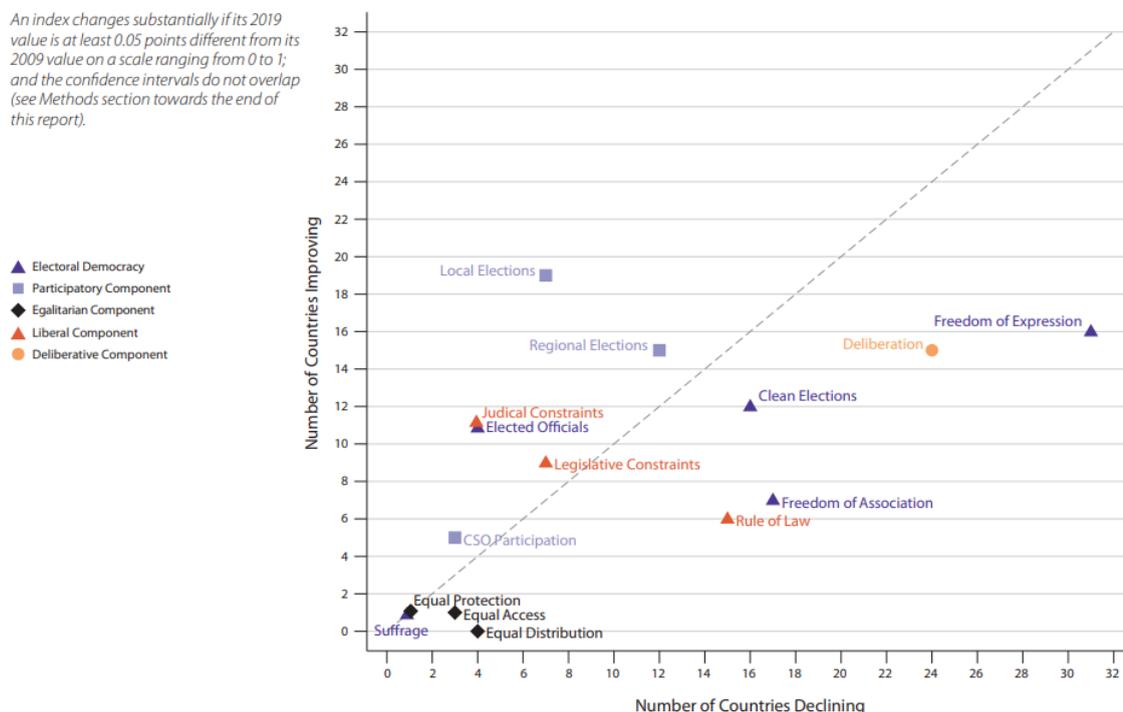
A Figura 12 detalha o declínio em indicadores específicos, como liberdade de imprensa, repressão à sociedade civil, liberdade acadêmica e cultural, e equidade nas eleições (*V-Dem Institute*, 2020). Em todos os casos analisados, observa-se que os ataques à liberdade da mídia e à sociedade civil precedem a degradação das instituições eleitorais. Esse padrão sequencial reflete uma estratégia deliberada: primeiro, enfraquece-se os mecanismos de fiscalização e resistência, para que as instituições democráticas centrais possam ser atacadas com menor resistência e menor custo político (*V-Dem Institute*, 2020).

No caso brasileiro, observa-se que a perda de pluralidade na mídia e as crescentes restrições à sociedade civil seguem esse padrão identificado em outros países (*V-Dem Institute*, 2020). Ainda que o Brasil mantenha suas instituições eleitorais funcionais, os sinais de declínio nos demais pilares democráticos sugerem um cenário de alerta (*V-Dem Institute*, 2020). A centralização do poder e o enfraquecimento dos espaços de oposição podem, a longo prazo, comprometer a integridade do sistema democrático.

Esses exemplos ilustram como a autocratização se desenrola em um padrão previsível, com implicações graves para a governança democrática global (*V-Dem Institute*, 2020). A captura inicial das liberdades de imprensa, civil e acadêmica não apenas limita o espaço de

oposição, mas também prepara o terreno para ataques mais profundos às instituições eleitorais (*V-Dem Institute, 2020*). Esse processo gradual reforça a importância de monitorar os primeiros sinais de repressão para identificar e mitigar retrocessos democráticos antes que se consolidem. O padrão revelado pelos dados reforça a necessidade de atenção estratégica e respostas coordenadas às ameaças à democracia.

Figura 13 - Principais aspectos da democracia com mudanças substanciais (2009-2019)



Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

A Figura 13 apresenta um gráfico intitulado "*Key Democracy Aspects, Substantial Change 2009-2019*", que retrata as mudanças significativas nos principais aspectos democráticos ao longo de uma década (2009-2019). O gráfico analisa o número de países que experimentaram progressos ou retrocessos substanciais em diferentes componentes da democracia, fornecendo um panorama claro das dinâmicas globais nesse período.

Os eixos do gráfico ilustram, no eixo X, o número de países que registraram retrocessos em aspectos específicos da democracia, e, no eixo Y, o número de países que apresentaram melhorias nesses mesmos aspectos. Os indicadores analisados são organizados

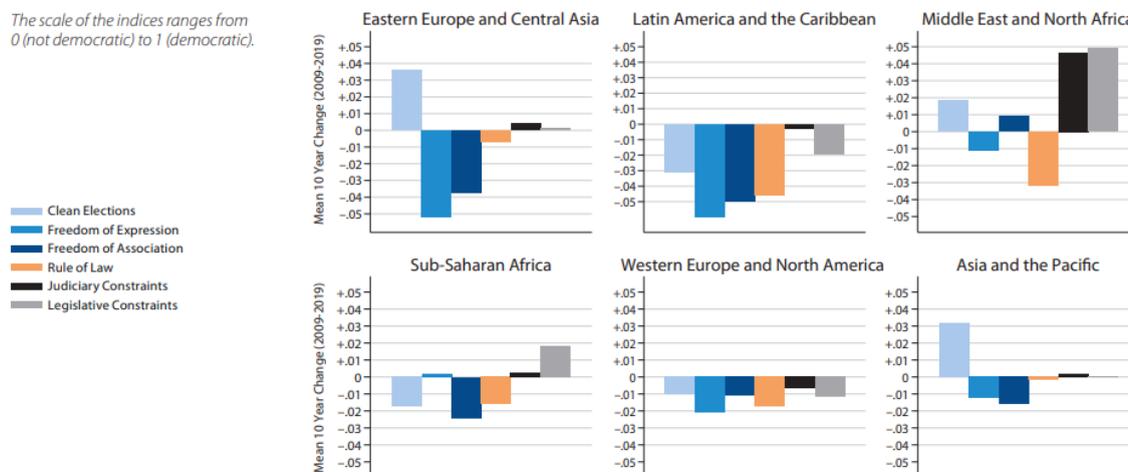
em cinco componentes principais: democracia eleitoral, componente participativo, componente igualitário, componente liberal e componente deliberativo (*V-Dem Institute, 2020*).

Os dados indicam que o maior número de retrocessos ocorreu em aspectos centrais, como a liberdade de expressão, que apresentou declínio em mais de 30 países, sendo o indicador mais negativamente impactado (*V-Dem Institute, 2020*). Outro elemento crítico foi a ocorrência de eleições limpas, que também registrou retrocessos significativos em aproximadamente 24 países. Adicionalmente, componentes como o Estado de Direito e a liberdade de associação foram profundamente afetados, reforçando uma tendência global de erosão democrática (*V-Dem Institute, 2020*).

Por outro lado, os avanços foram mais limitados e concentrados. O maior progresso foi observado em eleições locais, com melhorias em cerca de 19 países, seguido por eleições regionais, que registraram avanços em 13 países (*V-Dem Institute, 2020*). Outros indicadores, como a participação da sociedade civil e o componente deliberativo, também apresentaram melhorias, embora em escala mais restrita (*V-Dem Institute, 2020*). No entanto, é evidente que, para quase todos os aspectos analisados, o número de países em declínio supera significativamente aqueles que registraram progresso, revelando uma tendência de assimetria preocupante. E, entre os componentes relacionados à igualdade – como proteção igualitária, acesso igualitário e distribuição igualitária –, as mudanças foram mínimas, indicando que essas dimensões registraram pouca alteração significativa no período analisado, seja em termos de avanços ou retrocessos (*V-Dem Institute, 2020*).

De forma geral, o gráfico reflete uma conjuntura preocupante de declínio democrático global entre 2009 e 2019. A liberdade de expressão e as eleições limpas, dois pilares fundamentais da democracia, foram os aspectos mais negativamente impactados. Enquanto isso, os avanços registrados em áreas como eleições locais e regionais foram insuficientes para reverter a tendência de deterioração democrática (*V-Dem Institute, 2020*). O relatório sugere que pressões autoritárias, polarização política e o enfraquecimento de instituições democráticas contribuíram para esse cenário, configurando um desafio crescente para a consolidação de regimes democráticos em diversas partes do mundo.

Figura 14 - Média da mudança regional nos principais aspectos da democracia (2009-2019)



Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

A Figura 14, por sua vez, revela disparidades regionais nas mudanças democráticas ao longo do período analisado. Regiões como a Europa Oriental e a Ásia Central apresentam avanços em aspectos relacionados às eleições, enquanto áreas como a América Latina e o Caribe mostram declínios acentuados em dimensões como liberdade de expressão, Estado de Direito e restrições judiciais (*V-Dem Institute, 2020*). Na América Latina, a regressão na liberdade de associação e no Estado de Direito está alinhada ao fortalecimento de tendências autoritárias. Esses retrocessos manifestam-se na perseguição a opositores, interferência em instituições judiciais e enfraquecimento da autonomia eleitoral, indicando um contexto de autocratização progressiva que prejudica processos eleitorais e reduz a participação política pluralista (*V-Dem Institute, 2020*).

Em consonância com os dados apresentados no relatório do *V-Dem (2020)*, Scott Mainwaring e Aníbal Pérez-Liñán, no artigo "Why Latin America's Democracies Are Stuck", publicado na *Journal of Democracy* em 2023, examinam de forma aprofundada o fenômeno de estagnação democrática que tem marcado a América Latina nas últimas duas décadas. Nele, os autores destacam que, apesar de alguns países da região apresentarem retrocessos democráticos mais acentuados, o padrão predominante é a permanência de déficits estruturais que dificultam o aprofundamento das instituições democráticas. Segundo os autores, três fatores principais explicam essa estagnação: a resistência de atores poderosos, a insatisfação popular gerada por resultados governamentais insatisfatórios e a prevalência de "estados híbridos" (Mainwaring; Pérez-Liñán, 2023).

Aprofundando a questão, Mainwaring e Pérez-Liñán (2023) argumentam que atores como redes criminosas organizadas, forças policiais não reformadas e remanescentes de coalizões autoritárias desempenham um papel central na obstrução de reformas democráticas essenciais, como aquelas que garantiriam eleições mais livres e justas, a proteção dos direitos dos cidadãos e a limitação de poderes executivos excessivos. Além disso, a má governança em diversos países latino-americanos teria contribuído para a insatisfação popular com os regimes democráticos, criando um ambiente propício para o surgimento de líderes populistas autoritários que se aproveitam do descontentamento para atacar o *establishment* político e consolidar seu poder.

Outro aspecto central levantado pelos autores é a existência de "Estados híbridos" na região, caracterizados por uma combinação de eficiência administrativa em alguns setores com falhas estruturais graves, como corrupção endêmica, práticas patrimonialistas e violações sistemáticas de direitos (Mainwaring; Pérez-Liñán, 2023). Esses Estados, frequentemente capturados por interesses privados ou grupos coercitivos, seriam incapazes de fornecer serviços públicos de qualidade ou garantir segurança aos cidadãos, agravando o ceticismo em relação às instituições democráticas.

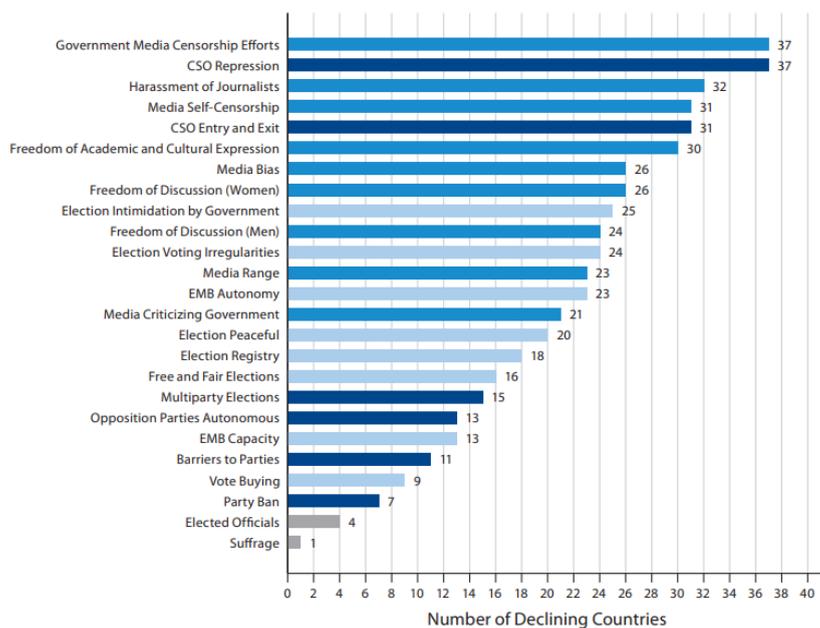
Os autores ressaltam ainda que, desde 2002, não se observou nenhum caso claro de aprofundamento democrático na América Latina, mas, ao contrário, testemunhou-se o declínio em diversos contextos. Países como Venezuela e Nicarágua se transformaram em regimes autoritários repressivos, enquanto democracias de destaque, como Brasil e México, enfrentaram processos de erosão democrática. Outro caso notável é o de El Salvador, onde o governo de Nayib Bukele, desde 2019, consolidou um regime autoritário competitivo (Mainwaring; Pérez-Liñán, 2023).

Assim, Mainwaring e Pérez-Liñán (2023) apontam que a interação entre esses fatores – a ação de atores coercitivos, os resultados governamentais insatisfatórios e a prevalência de estados híbridos – tem enfraquecido o compromisso dos cidadãos com a democracia na região, promovendo tanto sua estagnação quanto seu retrocesso. Esse diagnóstico ajuda a compreender os desafios estruturais enfrentados pelas democracias latino-americanas, que parecem estar "presas" em um ciclo de limitações institucionais e deterioração da confiança popular.

Figura 15 - Indicadores de democracia em declínio substancial (2009-2019)

We count an indicator as declining substantially if its 2019 value is at least 0.5 points lower than its 2009 value on a scale ranging from 0 to 4; and the confidence intervals do not overlap (see Methods section towards the end of this report).

■ V-Dem Indicators on Freedom of Association
 ■ V-Dem Indicators on Freedom of Expression
 ■ V-Dem Indicators on Clean Elections
 ■ Other Indicators



Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

A Figura 15 detalha os indicadores que sofreram as maiores deteriorações, destacando esforços de censura da mídia pelos governos e repressão a organizações da sociedade civil, ambos presentes em 37 países (*V-Dem Institute, 2020*). O assédio a jornalistas, a autocensura midiática e o viés nas coberturas jornalísticas também figuram entre os elementos mais afetados. Na América Latina, particularmente no Brasil, esses fenômenos são alarmantes. A intensificação da censura e os ataques à liberdade acadêmica e cultural indicam uma escalada no controle da narrativa pública e no enfraquecimento do espaço para discussões democráticas (*V-Dem Institute, 2020*). A repressão a organizações da sociedade civil também impõe barreiras à mobilização social, limitando a capacidade de grupos independentes influenciarem a agenda política.

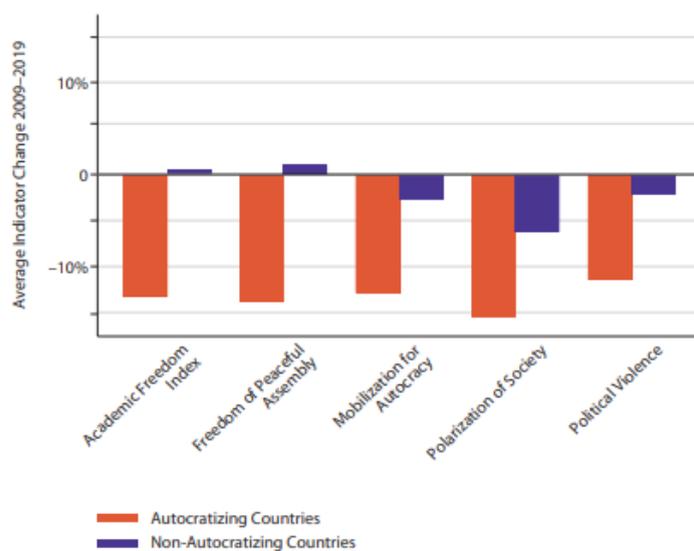
De forma geral, os dados do *V-Dem Institute* para 2019 traçam um panorama alarmante da democracia global, destacando a América Latina e o Brasil como regiões e países particularmente afetados por retrocessos democráticos (*V-Dem Institute, 2020*). No caso brasileiro, os ataques à liberdade de expressão, a repressão a organizações da sociedade civil e a interferência em instituições fundamentais apontam para um enfraquecimento das bases democráticas (*V-Dem Institute, 2020*). A combinação dessas tendências sugere a necessidade de monitoramento contínuo e de ações concretas para fortalecer instituições

democráticas. Em contextos como o da América Latina, onde desigualdades estruturais e instabilidades políticas já são desafios históricos, os declínios registrados podem ter implicações graves e de longo prazo para a sustentabilidade da democracia na região.

Em suma, sobre o cenário mundial, o *Relatório de Democracia de 2020* (*V-Dem Institute*, 2020) apresenta um panorama global preocupante, no qual a autocratização se expande em diversas regiões, enquanto, simultaneamente, surgem reações populares que buscam preservar ou restaurar os princípios democráticos. A crescente vulnerabilidade das democracias e o aumento de mobilizações pró-democracia são indicativos de um cenário dinâmico, no qual a luta entre forças autoritárias e pró-democráticas continua a moldar a política global.

Figura 16 - Espaço cívico e acadêmico: mudança média (2009-2019)

All indicators have been re-scaled to range from 0 (not democratic) to 1 (democratic). Low values on the Academic Freedom Index and the indicator for Freedom of Peaceful Assembly signify low levels; for the other three indicators low values signify a high level e.g. of Mobilization for Autocracy.



Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

A Figura 16 do relatório do *V-Dem Institute* de 2020 apresenta uma análise das mudanças médias no espaço cívico e acadêmico entre 2009 e 2019, comparando países em processo de autocratização com aqueles que mantêm estabilidade democrática (*V-Dem Institute*, 2020). Os indicadores são escalados de 0 (não democrático) a 1 (plenamente democrático), e as variações refletem transformações significativas em aspectos fundamentais, como liberdade acadêmica, direito de reunião pacífica, mobilização pró-autocracia, polarização social e violência política (*V-Dem Institute*, 2020).

Nos países em processo de autocratização, a liberdade acadêmica registrou um declínio médio de cerca de 13%, refletindo um cenário de repressão crescente no ambiente acadêmico (V-Dem Institute, 2020). Essa tendência compromete seriamente a autonomia de professores e pesquisadores, que enfrentam crescentes limitações para atuar de forma independente e sem interferências políticas. Na América Latina, incluindo o Brasil, tal fenômeno é evidenciado por episódios de censura acadêmica e intervenções nas universidades públicas, que restringem o pensamento crítico e a produção de conhecimento. Esses elementos, fundamentais para a inovação e para o fortalecimento das instituições democráticas, tornam-se alvo de controle em contextos autocratizantes. Conforme destacado por Jason Stanley (2019) no capítulo 1 desta pesquisa, tais ações fazem parte de um padrão recorrente nos processos de autocratização dos Estados.

O direito de reunião pacífica e protesto também apresenta um declínio médio de 14% em países autocratizantes, indicando um ambiente mais restritivo para a mobilização da sociedade civil (V-Dem Institute, 2020). Outro aspecto preocupante destacado na figura é o aumento da mobilização social em favor de agendas autocráticas (V-Dem Institute, 2020). Esse fenômeno, medido pelo índice de mobilização pró-autocracia, reflete o crescimento de protestos que buscam enfraquecer princípios democráticos, como o Estado de Direito, eleições livres e justas, e a liberdade de imprensa (V-Dem Institute, 2020). No Brasil, a ascensão de manifestações polarizadas, muitas vezes impulsionadas por discursos antidemocráticos, exemplifica essa dinâmica (Chaia; Brugnago, 2014; Fuks; Marques, 2022). Movimentos que contestam as instituições democráticas e promovem a desinformação têm contribuído para uma deterioração do tecido social e político.

Assim, percebe-se que a polarização social, capturada por um novo indicador do V-Dem, apresenta aumento significativo nos países em autocratização (V-Dem Institute, 2020). Esse fenômeno exacerba divisões profundas, fragmentando a sociedade em campos opostos marcados pela desconfiança mútua. Essa polarização tem se manifestado em discursos de "nós contra eles" (Stanley, 2019), criando barreiras ao diálogo e comprometendo a coesão social (V-Dem Institute, 2020). No Brasil, esse processo é intensificado por líderes políticos e movimentos que incentivam uma retórica hostil contra opositores, enfraquecendo as bases do debate público saudável (Viscardi, 2020; Argon; Gonçalves, 2022).

Por fim, o uso de violência política por atores não estatais apresenta um aumento preocupante em países autocratizantes (V-Dem Institute, 2020). Essa realidade reflete o impacto da radicalização em contextos de polarização extrema e fragilidade institucional (V-Dem Institute, 2020). No Brasil, episódios de violência política contra jornalistas, ativistas

e opositores ilustram os perigos da escalada autoritária e a deterioração do espaço público democrático (Ozawa *et al.*, 2024). A figura 15, então, evidencia como a autocratização transcende as instituições políticas formais, impactando negativamente as sociedades em múltiplas dimensões. No Brasil, essas tendências reforçam a necessidade de atenção urgente à preservação de espaços cívicos e acadêmicos, ao mesmo tempo em que se busca mitigar os efeitos da polarização e fortalecer as instituições democráticas.

Corroborando os dados do *V-Dem* (2020), Davis e Straubhaar (2020), no artigo "*Producing Antipetismo: Media Activism and the Rise of the Radical, Nationalist Right in Contemporary Brazil*", analisam o papel do ativismo midiático na ascensão da direita radical e nacionalista no Brasil contemporâneo, com destaque para o período que culmina no governo de Jair Bolsonaro. Segundo os autores, plataformas digitais, como *Facebook* e *WhatsApp*, foram utilizadas de maneira estratégica para disseminar o antipetismo e mobilizar apoio político. Esse fenômeno contribuiu significativamente para a radicalização do discurso público, resultando em um ambiente político marcado por intolerância e hostilidade, especialmente contra jornalistas, ativistas e opositores (Davis; Straubhaar, 2020).

Embora o artigo não se concentre especificamente na violência política contra jornalistas, ativistas e opositores, Davis e Straubhaar (2020) evidenciam que a disseminação do antipetismo e a mobilização digital criaram condições propícias para o fortalecimento de narrativas autoritárias e para a deterioração do espaço público democrático durante o governo Bolsonaro até 2020 (período analisado pelos eles). Nesse contexto, jornalistas e críticos ao governo tornaram-se alvos frequentes de ataques e deslegitimação, impactando negativamente a liberdade de expressão e as práticas democráticas no Brasil. Além disso, os autores argumentam que a instrumentalização das redes sociais por grupos da direita radical não apenas amplificou a polarização política, mas também contribuiu para a erosão do espaço público democrático, onde o debate plural e crítico deveria prosperar (Davis; Straubhaar, 2020).

Assim, esse estudo destaca como as mídias sociais foram fundamentais para promover uma cultura política que enfraquece o jornalismo independente e reprime a oposição. De forma que Davis e Straubhaar (2020) oferecem uma análise essencial para compreender os perigos da escalada autoritária e a deterioração do espaço público democrático, fenômenos que marcaram o período de ascensão e consolidação do governo Bolsonaro.

Figura 17 - Países por pontuação no Índice de Democracia Liberal (LDI) do V-Dem: comparação entre 2009 e 2019



Bottom 50% of countries



Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

Com base na análise da Figura 17 do relatório *V-Dem* de 2020, que apresenta o Índice de Democracia Liberal (LDI) para 179 países no ano de 2019, observa-se que o Brasil está

destacado em laranja, o que sinaliza um processo significativo de autocratização (*V-Dem Institute*, 2020). Essa coloração reflete uma deterioração substancial nos indicadores de democracia liberal ao longo da última década, indicando um agravamento nos padrões democráticos previamente observados (*V-Dem Institute*, 2020).

Além disso, o posicionamento do Brasil na faixa denominada "Top 30–40%" demonstra um desempenho intermediário no índice, sugerindo que, embora o país não esteja entre os piores classificados, houve uma regressão notável nos parâmetros avaliados. Tal posicionamento corrobora a perspectiva de que o Brasil experimentou retrocessos expressivos em áreas fundamentais da democracia, como o respeito às liberdades civis e o funcionamento pleno das instituições democráticas (*V-Dem Institute*, 2020).

Essa queda no desempenho democrático pode ser atribuída a um cenário político marcado pela erosão institucional e por desafios crescentes à governança democrática. O Brasil, anteriormente considerado uma democracia relativamente consolidada no contexto da América Latina (*V-Dem Institute*, 2020), passou a enfrentar críticas crescentes sobre a fragilização dos mecanismos de controle institucional e a redução na proteção de direitos fundamentais. O diagnóstico apresentado pelo índice ressalta a importância de um monitoramento contínuo e de esforços concretos para reverter os fatores que têm contribuído para o avanço da autocratização no país.

Figura 18 - Regimes do mundo (2009-2019).

The countries are sorted by regime type in 2019, and after that in alphabetical order. They are classified based on the Regimes of the World measure.

We incorporate V-Dem's confidence estimates in order to account for the uncertainty and potential measurement error due to the nature of the data but also to underline that some countries are placed in the grey zone between regime types.

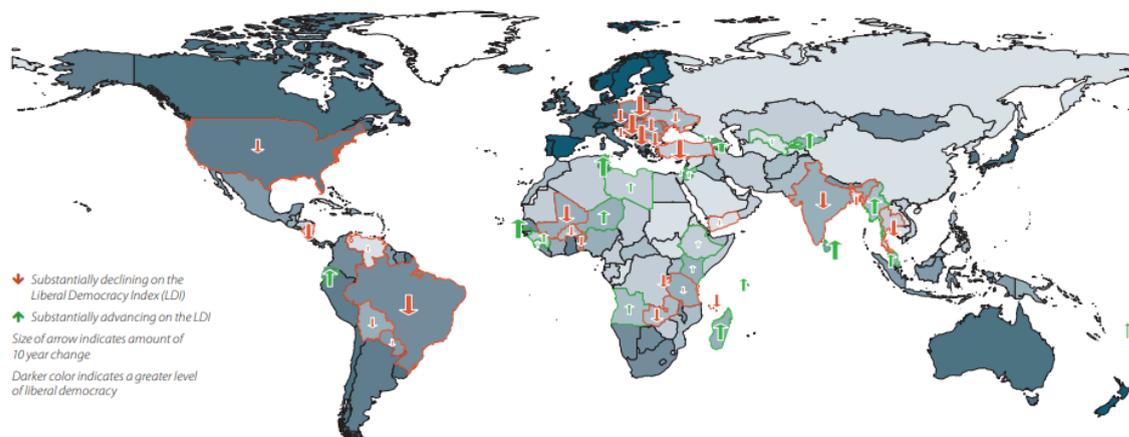
This builds on the regime-classification by Lüthmann et al. (2018). While using V-Dem's data, this measure is not officially endorsed by the Steering Committee of V-Dem (only the main V-Dem democracy indices have such an endorsement).

LD Liberal Democracy
 ED Electoral Democracy
 EA Electorally Autocracy
 CA Closed Autocracy
 - indicates that taking uncertainty into account, the country could belong to the lower category
 + signifies that the country could also belong to the higher category
 ↕ indicates that the country sees a movement upwards from one level to another
 ↘ indicates that the country sees a movement downwards from one level to another

COUNTRY	2019	CHANGE FROM 2009	COUNTRY	2019	CHANGE FROM 2009	COUNTRY	2019	CHANGE FROM 2009	COUNTRY	2019	CHANGE FROM 2009
Australia	LD		Namibia	ED +	↘	Bolivia	EA +	↘	Nicaragua	EA	
Austria	LD		São Tomé & Príncipe	ED +		Fiji	EA +	↕	Niger	EA	
Belgium	LD		Senegal	ED +		Hungary	EA +	↘	Pakistan	EA	
Denmark	LD		Slovakia	ED +	↘	Lebanon	EA +		Palestine/West Bank	EA	
Finland	LD		Vanuatu	ED +		Madagascar	EA +		Russia	EA	
Germany	LD		Argentina	ED		Malawi	EA +	↘	Rwanda	EA	
Ireland	LD		Brazil	ED		Malaysia	EA +		Serbia	EA	↘
Japan	LD		Bulgaria	ED		Philippines	EA +	↘	Singapore	EA	
Luxembourg	LD		Colombia	ED		Mali	EA +	↘	Somaliland	EA	
Netherlands	LD		Croatia	ED		Montenegro	EA +		Tajikistan	EA	
New Zealand	LD		Dominican Republic	ED		Nigeria	EA +		Tanzania	EA	↘
South Korea	LD		Ecuador	ED		Papua New Guinea	EA +		Togo	EA	↘
Spain	LD		El Salvador	ED		Philippines	EA +		Turkey	EA	↘
Sweden	LD		Georgia	ED		Ukraine	EA +	↘	Uganda	EA	
Switzerland	LD		Guatemala	ED		Afghanistan	EA		Venezuela	EA	
Taiwan	LD		Guyana	ED		Algeria	EA		Zambia	EA	↘
USA	LD		Indonesia	ED		Angola	EA	↕	Zanzibar	EA	
Uruguay	LD		Ivory Coast	ED	↕	Azerbaijan	EA		Zimbabwe	EA	
Barbados	LD -	↕	Kosovo	ED		Bangladesh	EA	↘	Turkmenistan	EA -	↕
Bhutan	LD -		Liberia	ED		Belarus	EA		Kuwait	CA +	
Botswana	LD -	↕	Malta	ED		Burkina Faso	EA	↘	Uzbekistan	CA +	
Canada	LD -		Mexico	ED		Burundi	EA		Vietnam	CA +	
Chile	LD -		Moldova	ED	↕	CAR	EA		Bahrain	CA	
Costa Rica	LD -		Mongolia	ED		Cambodia	EA		China	CA	
Cyprus	LD -		Nepal	ED		Cameroon	EA		Cuba	CA	
Estonia	LD -		North Macedonia	ED		Chad	EA		Eritrea	CA	
France	LD -		Panama	ED		Comoros	EA	↘	Eswatini	CA	
Ghana	LD -		Paraguay	ED		Congo	EA		Hong Kong	CA	
Israel	LD -		Peru	ED		DRC	EA		Jordan	CA	
Italy	LD -		Poland	ED	↘	Djibouti	EA		Laos	CA	
Latvia	LD -		Romania	ED		Egypt	EA		Libya	CA	
Norway	LD -		Sierra Leone	ED		Equatorial Guinea	EA		Morocco	CA	
Portugal	LD -		Solomon Islands	ED		Ethiopia	EA		North Korea	CA	
Slovenia	LD -		South Africa	ED	↘	Gabon	EA		Oman	CA	
Trinidad and Tobago	LD -		Sri Lanka	ED	↕	Guinea	EA	↕	Palestine/Gaza	CA	
Tunisia	LD -	↕	Suriname	ED		Haiti	EA		Qatar	CA	
United Kingdom	LD -		Timor-Leste	ED		Honduras	EA		Saudi Arabia	CA	
Cape Verde	ED +		BiH	ED -		Iran	EA		Somalia	CA	
Czech Republic	ED +	↘	Guinea-Bissau	ED -	↕	Iraq	EA		South Sudan	CA	↘
Gambia	ED +	↕	India	ED -		Kazakhstan	EA		Sudan	CA	↘
Greece	ED +	↘	Lesotho	ED -		Kenya	EA		Syria	CA	↘
Iceland	ED +	↘	Seychelles	ED -	↕	Kyrgyzstan	EA		Thailand	CA	↘
Jamaica	ED +		Albania	EA +	↘	Mauritania	EA		UAE	CA	
Lithuania	ED +	↘	Armenia	EA +		Mozambique	EA		Yemen	CA	↘
Mauritius	ED +	↘	Benin	EA +	↘	Myanmar	EA	↕			

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

Figura 19 - Índice de Democracia Liberal (2019)



Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2020*. Universidade de Gotemburgo, 2020.

As Figuras 18 e 19 do relatório *V-Dem* de 2020, que analisam os regimes globais em 2019, fornecem uma visão detalhada sobre a classificação dos países em diferentes tipos de regime e sobre as mudanças ocorridas ao longo da década anterior. O Brasil está classificado como uma democracia eleitoral (ED), e a presença de uma seta descendente ao lado do seu nome indica um movimento negativo, evidenciando um rebaixamento em relação à sua posição de 2009 (*V-Dem Institute*, 2020). As categorias utilizadas no relatório refletem diferentes níveis de qualidade democrática: Democracia Liberal (LD), Democracia Eleitoral (ED), Autocracia Eleitoral (EA) e Autocracia Fechada (CA). O movimento negativo observado para o Brasil destaca o enfraquecimento de princípios democráticos fundamentais, como a proteção de direitos civis e o respeito pelas instituições democráticas (*V-Dem Institute*, 2020).

A Figura 19, por sua vez, apresenta o Índice de Democracia Liberal (LDI) em 2019 por meio de um mapa-múndi, onde a coloração mais escura representa níveis mais altos de democracia liberal, enquanto as setas vermelhas indicam um declínio substancial no LDI ao longo da última década. No caso do Brasil, a seta vermelha e a coloração intermediária corroboram a percepção de deterioração democrática. Esse declínio reflete uma narrativa de erosão democrática no país, caracterizada pela redução da independência institucional, pela restrição a liberdades civis e pelo enfraquecimento dos mecanismos de controle e equilíbrio entre os poderes. A mudança de posição do Brasil na classificação sugere que ele se distanciou dos padrões de uma democracia liberal e enfrenta desafios significativos para manter-se no nível de democracia eleitoral. Os dados ressaltam a necessidade de esforços

contínuos para reverter essa trajetória de regressão democrática, com um monitoramento constante da qualidade do processo democrático no país (*V-Dem Institute*, 2020).

Esta seção da pesquisa analisou as tendências globais e regionais de autocratização, com base nos dados apresentados no Relatório de Democracia de 2020 do *V-Dem Institute*. A partir dos gráficos e indicadores discutidos, foi possível compreender o avanço da "terceira onda de autocratização" e seus impactos, evidenciados pela deterioração de pilares fundamentais das democracias, como liberdades civis, pluralismo político, e a qualidade das eleições. Dessa forma, o Brasil se destacou como um caso emblemático dentro desse fenômeno, apresentando sinais claros de retrocesso democrático, alinhados a um padrão global de enfraquecimento das instituições democráticas e do espaço cívico.

Ao longo da última década, o Brasil experimentou uma erosão progressiva de suas liberdades democráticas, especialmente em áreas como liberdade de imprensa, independência judicial e proteção dos direitos civis, o que reforça sua vulnerabilidade frente aos processos de autocratização. Essa análise revelou também a crescente polarização política e a restrição ao espaço cívico e acadêmico como fenômenos centrais do declínio democrático, não apenas no Brasil, mas em diversas regiões do mundo. Apesar do cenário preocupante, percebeu-se sinais de resistência, com movimentos pró-democracia surgindo como uma resposta relevante à deterioração das instituições democráticas.

Portanto, as tendências analisadas nesta seção da pesquisa e no *report* do *V-Dem* de 2020 não apenas ilustram a dimensão e complexidade da crise democrática contemporânea, mas também apontam para a necessidade de um monitoramento contínuo e ações coordenadas para conter a autocratização. Para o Brasil, em particular, as conclusões deste *report* reforçam a urgência de fortalecer os mecanismos institucionais e promover uma cultura democrática robusta, como forma de reverter o cenário atual e assegurar a sustentabilidade da democracia em longo prazo.

3.3 Democracia no Brasil e no Mundo: Análise do Relatório *V-Dem* 2023

Nesta seção da pesquisa será apresentado o Relatório de Democracia de 2023 do *V-Dem Institute*, no qual será analisado o estado da democracia no ano de 2022, de forma a se ter um comparativo da progressão do estado da democracia no Brasil do início do governo Bolsonaro ao final dele, analisando o *report* do *V-dem* do primeiro ano de mandato presidencial e do último. Assim como na seção 3.1 da presente pesquisa, serão analisados abaixo alguns dos gráficos e imagens apresentados no relatório e considerados aqui

relevantes para se compreender o declínio democrático global e doméstico brasileiro no período em questão.

Assim, o Relatório de Democracia de 2023 apresenta uma análise detalhada sobre o estado da democracia global em 2022, destacando um panorama preocupante de regressão democrática em escala mundial (*V-Dem Institute, 2023*). De acordo com o documento, os avanços obtidos nas últimas três décadas foram anulados, trazendo o nível médio de democracia global de volta aos padrões observados em 1986. De forma que aproximadamente 72% da população mundial, correspondente a 5,7 bilhões de pessoas, vivia sob regimes autocráticos, enquanto a proporção de pessoas vivendo em democracias liberais caiu para apenas 13% (*V-Dem Institute, 2023*).

O relatório também evidencia um aumento significativo no número de países que passam por processos de autocratização, atingindo um recorde de 42 nações, que representam 43% da população global (*V-Dem Institute, 2023*). Essa dinâmica é marcada pelo enfraquecimento das liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão, que sofreu deterioração em 35 países, e pelo agravamento da censura midiática e repressão às organizações da sociedade civil. Além disso, pela primeira vez em mais de duas décadas, o número de autocracias fechadas supera o de democracias liberais (*V-Dem Institute, 2023*).

Entre os principais alvos de regimes autocratizantes, destacam-se a liberdade acadêmica, cultural e de discussão, frequentemente acompanhadas pela disseminação de desinformação e polarização (*V-Dem Institute, 2023*). Esses fatores reforçam os processos de autocratização, dificultando a recuperação democrática. E, por outro lado, o relatório ressalta casos raros de "retomadas democráticas", onde a mobilização popular, a atuação do judiciário e o apoio internacional permitiram a reversão da autocratização em algumas nações.

Essas observações são corroboradas por outras fontes acadêmicas e institucionais. O Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (IDEA) publicou em 2022 um relatório indicando que mais de dois terços da população mundial vivem agora em democracias em regressão ou sob regimes autoritários e híbridos. O declínio democrático inclui o enfraquecimento de resultados eleitorais credíveis, restrições às liberdades e direitos online, desilusão dos jovens com partidos políticos e a ascensão de partidos de extrema direita que polarizam a política (*International Idea, 2022*).

Além disso, uma análise publicada pelo Instituto Humanitas Unisinos (IHU) em 2023 destaca que, atualmente, estamos em uma situação pior do que há 40 anos, com um número menor de sistemas democráticos. O relatório enfatiza o deterioramento em variáveis

relacionadas à liberdade de expressão, censura e repressão de organizações da sociedade civil e da oposição como principais causas desse retrocesso (Fernández, 2023).

Outrossim, o Brasil e Polônia são destacados como exemplos de democracias onde os processos de autocratização avançaram significativamente nos últimos anos, embora sem resultar em um colapso completo da democracia (*V-Dem Institute*, 2023). Ambos países são mencionados entre as nações em que a autocratização estagnou antes de levar à ruptura democrática total. Esses casos ilustram um fenômeno em que as instituições democráticas permanecem formalmente em vigor, mas sofrem erosão substancial devido a ataques a direitos fundamentais, como a liberdade de expressão e a autonomia das organizações da sociedade civil. No caso do Brasil, os retrocessos no período analisado refletem um cenário de declínio democrático durante o governo Bolsonaro (*V-Dem Institute*, 2023), com impacto significativo nas liberdades políticas e na qualidade das eleições, bem como na repressão a atores da sociedade civil.

Além disso, o relatório aponta que, tanto no Brasil quanto na Polônia, aspectos como censura, repressão institucional e polarização política têm desempenhado papéis importantes no avanço da autocratização, alinhando-se com padrões globais identificados em outros países autocratizantes (*V-Dem Institute*, 2023). Esses processos são frequentemente acompanhados pela disseminação de desinformação, que reforça a polarização e enfraquece a confiança nas instituições democráticas.

O *V-Dem*, no relatório de 2022, já tinha identificado o Brasil como um dos 12 países cujo sistema democrático está pendendo para a autocracia. O relatório destaca que, embora as instituições democráticas ainda estejam presentes, há uma erosão gradual devido a ataques a direitos fundamentais e à polarização política (Schuinski, 2022). Além disso, uma análise do *Le Monde Diplomatique Brasil* discute os processos de autocratização no país durante o governo Bolsonaro, enfatizando a deterioração das liberdades políticas e a repressão a atores da sociedade civil (Sanctis, 2022).

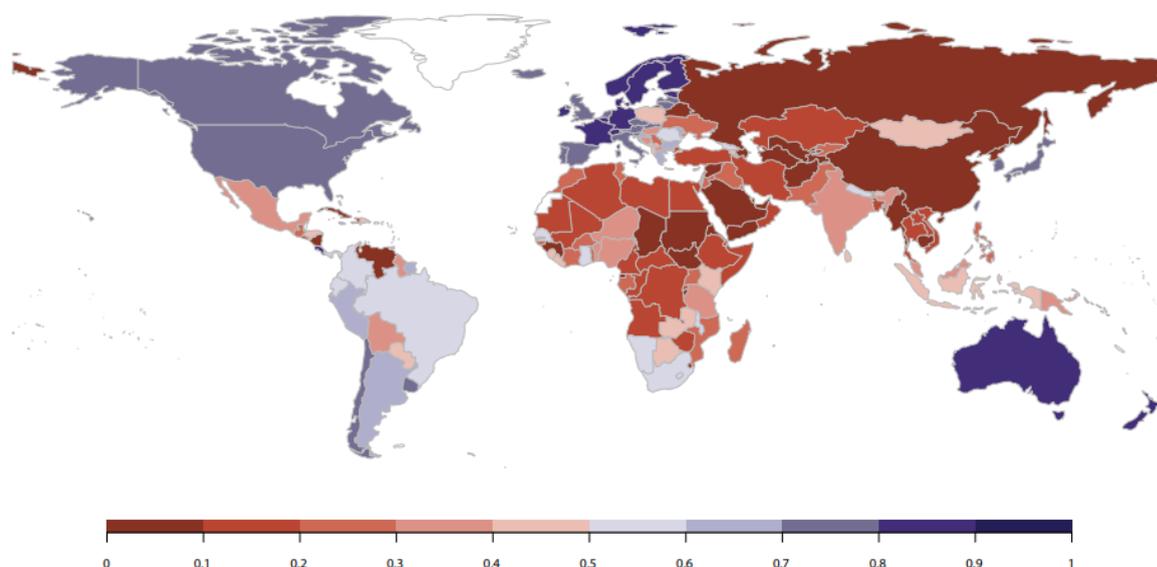
No contexto polonês, o partido Lei e Justiça (PiS), no poder desde 2015, implementou reformas que enfraqueceram a independência do judiciário e restringiram liberdades civis, alinhando-se a padrões globais de autocratização (Gomes; Menezes, 2023). Essas ações resultaram em críticas internacionais e preocupações sobre o retrocesso democrático no país (O Globo, 2023).

Além disso, o relatório aponta que, tanto no Brasil quanto na Polônia, aspectos como censura, repressão institucional e polarização política têm desempenhado papéis importantes no avanço da autocratização, frequentemente acompanhados pela disseminação de

desinformação, que reforça a polarização e enfraquece a confiança nas instituições democráticas. Segundo o Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral (International IDEA, 2022), esses processos são uma tendência global, afetando diversas democracias em diferentes continentes. Assim, esses exemplos ilustram como processos de autocratização podem ocorrer de forma gradual, mantendo estruturas democráticas formais enquanto minam direitos fundamentais e enfraquecem instituições democráticas.

Na primeira seção do relatório, intitulado “*Democracy In The World 2022*”, o Relatório *V-Dem* de 2023 já apresenta um panorama preocupante sobre o estado da democracia mundial em 2022, destacando as crescentes tendências de autocratização e os retrocessos significativos nos direitos democráticos fundamentais. A análise das figuras 2, 3, 4, 5, 6 e 7 permite compreender os diferentes níveis de erosão democrática em escala global e regional, bem como identificar as áreas mais afetadas e os indicadores mais críticos desse fenômeno (*V-Dem Institute, 2023*).

Figura 20 - Estado da Democracia Liberal (LDI), 2022.

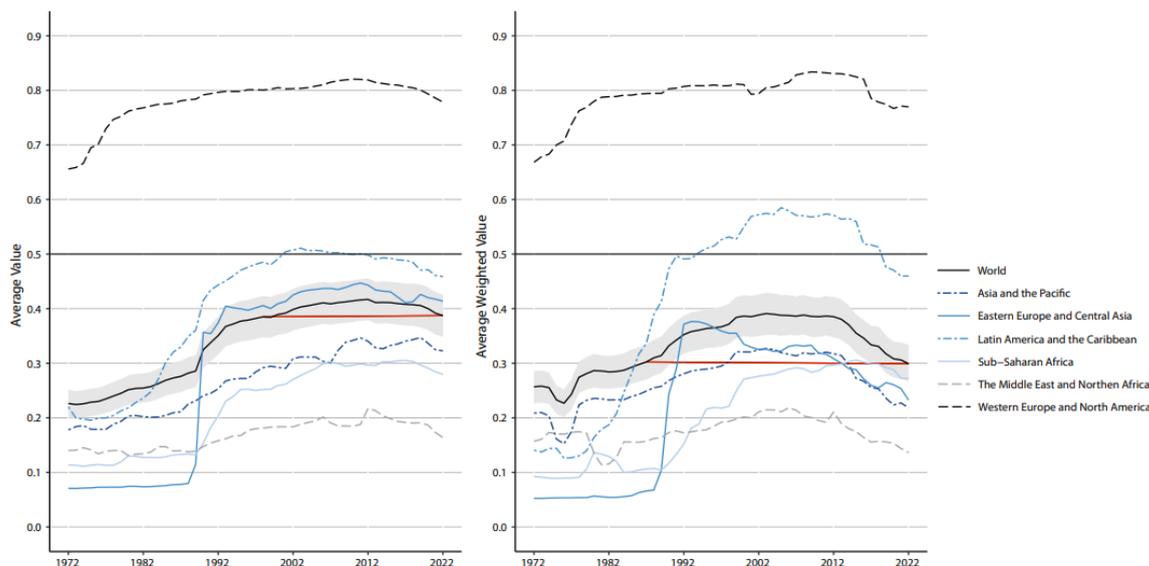


Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

A Figura 20 apresenta a distribuição global do Índice de Democracia Liberal (LDI). Observa-se que regiões como a Europa Ocidental e a América do Norte apresentam os maiores valores, refletindo uma predominância de democracias liberais consolidadas (*V-Dem Institute, 2023*). Em contraste, vastas áreas da Ásia, África e América Latina apresentam

valores mais baixos, indicando a presença de regimes autocráticos ou democracias eleitorais frágeis (*V-Dem Institute, 2023*). O Brasil, no contexto latino-americano, apresenta um nível intermediário, refletindo as tendências de autocratização recentes que têm enfraquecido as instituições democráticas no país.

Figura 21 - Democracia liberal por médias nacionais e ponderação populacional (1972-2022).



The black lines represent global averages on the LDI with the grey area marking the confidence intervals. The left panel is based on conventional country averages. The right panel shows average levels of democracy weighted by population.

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

A Figura 21 ilustra a evolução da democracia liberal desde 1972, com base em médias convencionais por país (painel esquerdo) e médias ponderadas pela população (painel direito) (*V-Dem Institute, 2023*). A linha preta representa a média global, evidenciando um declínio constante na última década. O cenário é mais grave na Ásia-Pacífico, onde os níveis retornaram aos patamares de 1978, impulsionados por declínios em países populosos como Índia e China; e, na América Latina, a média ponderada também sofreu recuos, refletindo os desafios enfrentados por países como Brasil e Venezuela (*V-Dem Institute, 2023*). No Brasil, o retrocesso democrático observado coincide com o aumento da polarização política e o enfraquecimento das garantias institucionais.

Figura 22 - Tipos de regime por número de países e participação populacional (1972-2022)

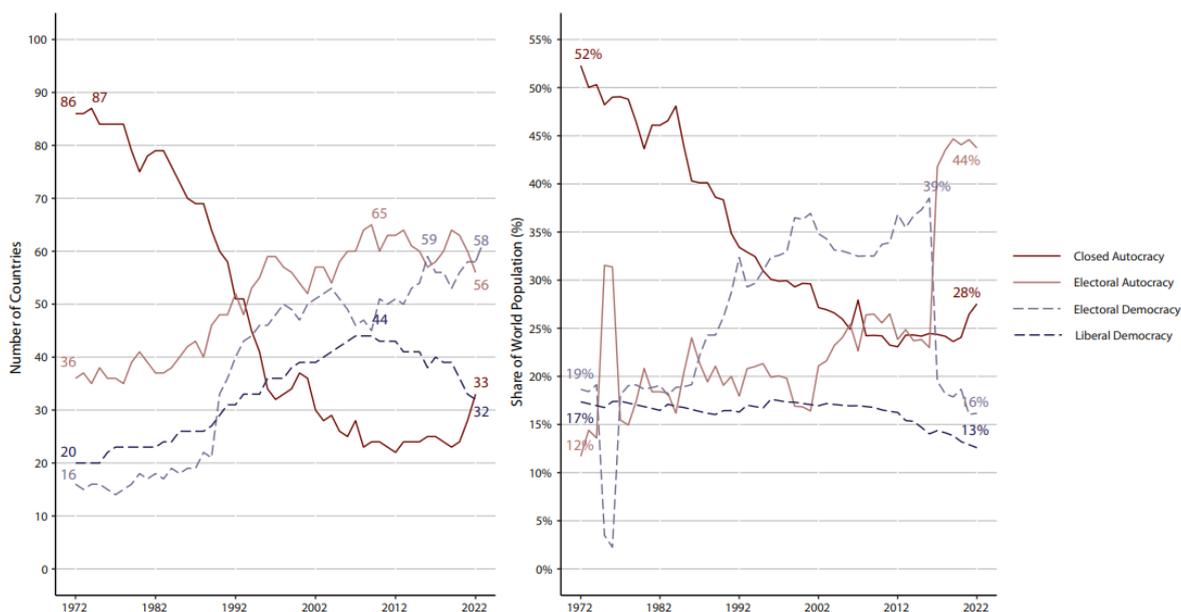


Figure 4 plots the number of countries (left panel) and the share of the world's population (right panel) by regime type. Naturally, some uncertainty remains about the exact regime classification of some countries in some years. See footnote 7, and Table 1 in the last part of the report.

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*.
Universidade de Gotemburgo, 2023.

A Figura 22 revela o crescimento preocupante das autocracias fechadas, que superaram o número de democracias liberais pela primeira vez desde 1995 (*V-Dem Institute, 2023*). O número de democracias liberais caiu de um pico de 44 em 2009 para 32 em 2022, enquanto as autocracias fechadas aumentaram para 33 (*V-Dem Institute, 2023*). Em termos populacionais, 44% da população mundial vive em autocracias eleitorais e 28% em autocracias fechadas, em contraste com apenas 13% que residem em democracias liberais (*V-Dem Institute, 2023*). O Brasil, classificado como uma democracia eleitoral, ilustra a realidade de países que, embora realizem eleições, enfrentam desafios relacionados ao declínio da transparência e da imparcialidade das instituições.

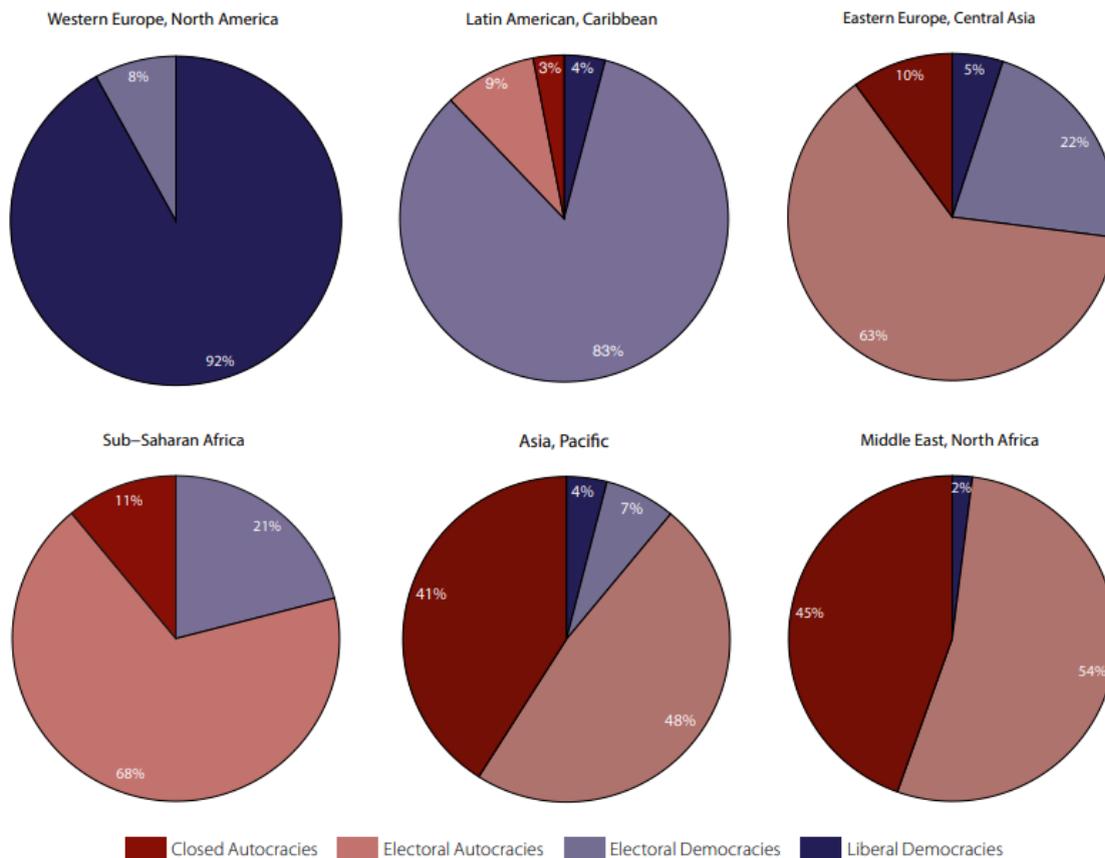
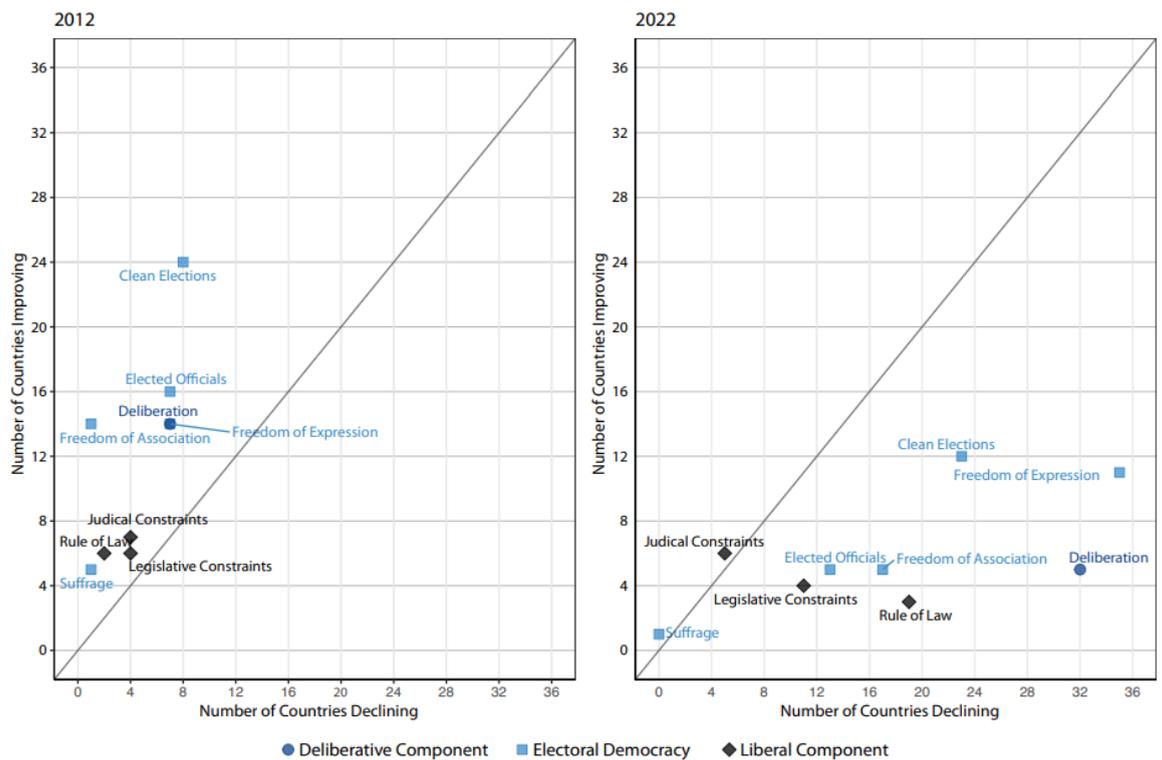
Figura 23 - Participação regional da população por tipo de regime

Figure 5 plots the share of the population living in liberal democracies, electoral democracies, electoral autocracies, and closed autocracies by regions of the world.

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

A Figura 23 destaca as diferenças regionais significativas no que diz respeito aos tipos de regime (*V-Dem Institute*, 2023). Enquanto 92% da população da Europa Ocidental e América do Norte vive em democracias liberais, a situação é muito mais preocupante no Oriente Médio e Norte da África (MENA), onde 98% da população vive em autocracias (entre fechadas e eleitorais). Na Ásia-Pacífico, 89% da população reside em autocracias, sendo que democracias liberais representam uma minoria. Já na América Latina, 83% da população vive em democracias eleitorais, mas apenas 3% em democracias liberais. No Brasil, a predominância de uma democracia eleitoral reflete os desafios da região, como polarização e enfraquecimento de mecanismos de controle e participação (*V-Dem Institute*, 2023).

Figura 24 - Aspectos democráticos em melhoria e declínio (2012 e 2022)



For indices measuring components of democracy, Figure 6 shows the number of countries improving and declining significantly and substantially. The left panel compares changes between 2012 and 2002 and the right panel compares changes between 2022 and 2012.

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

A Figura 24 compara os aspectos democráticos que melhoraram ou pioraram entre 2012 e 2022 (*V-Dem Institute, 2023*). Em 2012, os indicadores de eleições limpas, liberdade de expressão e deliberação estavam em ascensão em muitos países. Contudo, em 2022, o cenário se inverteu drasticamente: a liberdade de expressão piorou em 35 países, a qualidade das eleições em 23, e o estado de direito em 19 países (*V-Dem Institute, 2023*). Esse cenário reflete o enfraquecimento das instituições democráticas e o aumento do controle autoritário sobre a mídia e a sociedade civil. No Brasil, observa-se uma deterioração na qualidade das eleições e no respeito ao Estado de Direito, em linha com a tendência global de autocratização (*V-Dem, 2023; Chade, 2022; Fonseca; Costa, 2023*).

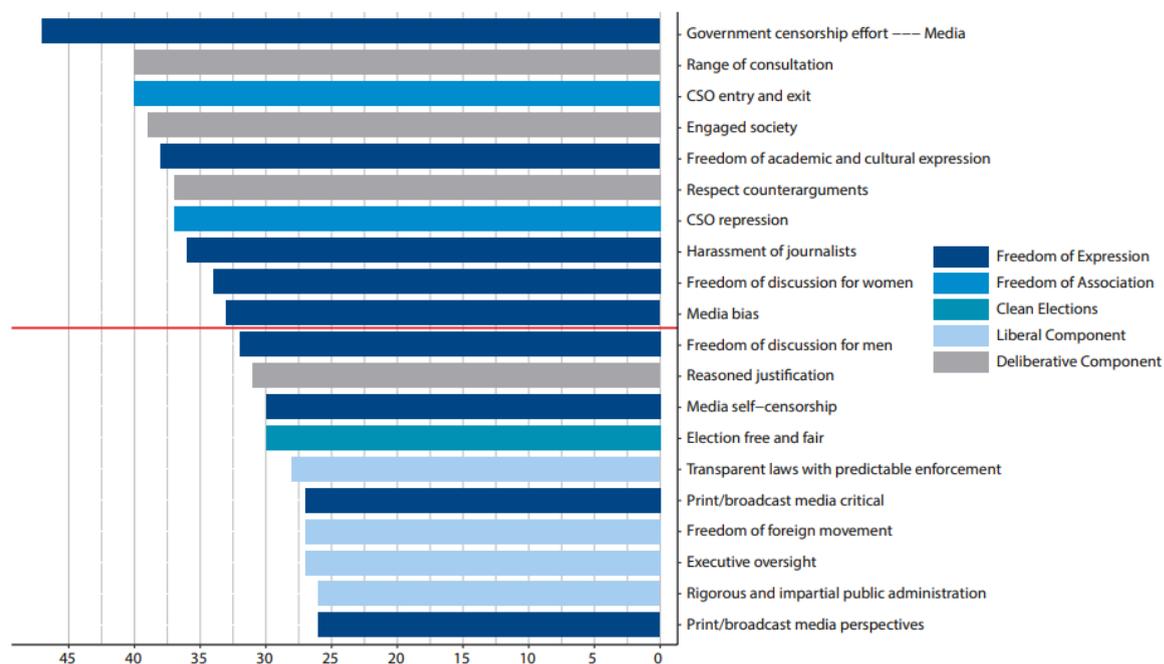
Figura 25 - Os 20 principais indicadores em declínio (2012-2022)

Figure 7 plots the twenty indicators that decline significantly and substantively in the most countries between 2012 and 2022. The red line marks the top 10 indicators.

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

A Figura 25 identifica os 20 indicadores que mais pioraram na última década, com destaque para a censura governamental da mídia, que se intensificou em 47 países (*V-Dem Institute, 2023*). Outros indicadores críticos incluem o assédio a jornalistas, o aumento do viés da mídia, a repressão de organizações da sociedade civil (OSCs) e a liberdade de expressão para mulheres. Esses dados evidenciam que os regimes autocratizantes priorizam o controle da mídia e a repressão à sociedade civil como estratégias centrais para consolidar o poder (*V-Dem Institute, 2023*).

O Brasil não está imune a essas tendências, com relatos crescentes de assédio a jornalistas, *fake news*, políticas de desinformação e pressões sobre a liberdade de expressão. De acordo com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ, 2019), o presidente Jair Bolsonaro acumulou 99 ataques à imprensa em 2019, muitos direcionados à Rede Globo. Em 2020, organizações como a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Conectas Direitos Humanos, Instituto Vladimir Herzog e o coletivo Intervezes denunciaram ataques de Bolsonaro a jornalistas mulheres nas Nações Unidas, evidenciando uma política de intimidação contra a imprensa (*Associação Brasileira De Jornalismo Investigativo et al.,*

2020). Além disso, o portal Terça Livre, conhecido por sua proximidade com Bolsonaro, foi acusado de disseminar fake news e teve seu canal removido do YouTube por violar os termos de uso da plataforma (G1, 2021). Segundo a FENAJ (2021), esse tipo de desinformação promovida por canais ligados ao governo fortalece discursos antidemocráticos e agrava a crise de confiança na imprensa profissional. Assim, esses eventos indicam um ambiente de crescente hostilidade à liberdade de imprensa e ao direito à informação no país, refletindo um contexto global de erosão democrática e autocratização.

Dessa forma, em sua primeira seção, tratando sobre o tema “*Democracy In The World 2022*”, o Relatório *V-Dem* de 2023 revela uma preocupante regressão nos níveis globais de democracia, com uma onda de autocratização que afeta países em todas as regiões. As figuras analisadas destacam não apenas a expansão das autocracias, mas também o enfraquecimento das democracias liberais e a deterioração de direitos fundamentais, como liberdade de expressão e qualidade das eleições (*V-Dem Institute*, 2023). No contexto brasileiro, o país exemplifica uma democracia eleitoral em risco, refletindo tanto os desafios regionais quanto as tendências globais de polarização, declínio institucional e retrocesso nos indicadores democráticos.

Já na segunda seção do documento, intitulada “*Democratizers and Autocratizers*”, o relatório de 2023 sobre a realidade democrática global no período de 2012 a 2022 apresenta uma tendência preocupante em relação ao crescimento da autocratização em nível mundial, contrastando com um declínio significativo no número de países que avançam democraticamente. De forma que 42 países estão em processo de autocratização, o que representa 43% da população mundial (*V-Dem Institute*, 2023). Comparativamente, no início da onda autocratizante em 1999, apenas 3% da população mundial estava em países com retrocessos democráticos (*V-Dem Institute*, 2023). Essa evolução destaca não apenas o alcance global do fenômeno, mas também a gravidade do impacto, especialmente em países com influência regional e global.

Entre as nações mencionadas, destacam-se os países economicamente poderosos e geopoliticamente relevantes, como a Rússia, que tem desempenhado um papel central na restrição de aspirações democráticas em ex-repúblicas soviéticas ao longo das últimas décadas (*V-Dem Institute*, 2023). O relatório observa ainda que os efeitos da autocratização vão além de enfraquecimentos temporários das instituições democráticas, podendo culminar em situações de conflito, como evidenciado pelo contexto recente de guerra na Europa (*V-Dem Institute*, 2023).

Entre os exemplos mais emblemáticos está a invasão da Ucrânia pela Rússia, iniciada em fevereiro de 2022, que reflete um cenário de conflito direto decorrente da tentativa de Moscou de reverter a aproximação de Kiev com o Ocidente e preservar sua influência na região (BBC, 2021; BBC, 2022; *Le Monde* 2024). Essa intervenção militar expõe a resistência russa a processos democráticos que possam enfraquecer seu poder geopolítico, especialmente em ex-repúblicas soviéticas que buscam maior integração com a União Europeia e a OTAN (BBC, 2022; *Le Monde*, 2024). Ademais, segundo o relatório do *V-Dem Institute* (2023), a autocratização de regimes, como o da Rússia, pode ter impactos diretos no fortalecimento das tensões militares na região, resultando em conflitos armados, como observado na guerra em curso na Ucrânia.

Outro exemplo desses conflitos pode ser observado na Bielorrússia, país no qual, após eleições presidenciais amplamente contestadas em 2020, manifestações pró-democracia foram reprimidas violentamente pelo regime de Aleksandr Lukashenko, com apoio tácito da Rússia (Meyers, 2021). A crise resultou em um aumento das tensões regionais e no isolamento internacional do governo bielorrusso.

Um terceiro exemplo seria, no Cáucaso, a relação entre Armênia e Azerbaijão, especialmente no contexto do conflito em Nagorno-Karabakh, que também ilustra os efeitos da autocratização na instabilidade regional (Gallagher, 2022). Apesar de o Azerbaijão ter adotado uma postura autoritária, as tensões entre os dois países muitas vezes resultam em confrontos armados que dificultam soluções diplomáticas duradouras (Gallagher, 2022). Dessa forma, esses cenários demonstram como o enfraquecimento das instituições democráticas e a intensificação de regimes autocráticos não apenas geram instabilidade interna, mas também fomentam conflitos interestatais ou regionais, ampliando os desafios à paz global e à governança democrática.

A situação global é agravada pelo fato de que apenas 14 países mostraram avanços em democratização, representando diminutos 2% da população mundial (*V-Dem Institute*, 2023). Esse número é o mais baixo desde 1973, um período marcado por grandes mudanças políticas, como o golpe militar no Chile. O Brasil, em particular, aparece neste cenário com declínios democráticos significativos, sendo classificado como um dos países que contribuíram para o aumento da autocratização global nos últimos dez anos (*V-Dem Institute*, 2023).

Ademais, a análise regional revela padrões preocupantes de autocratização em todas as partes do mundo, com exceções pontuais de avanço democrático. Na África Subsaariana, por exemplo, apenas cinco países mostraram progresso nos últimos dez anos: Madagascar,

Malawi, Seychelles, Serra Leoa e Gâmbia (*V-Dem Institute*, 2023). Contudo, esse avanço é amplamente superado pela autocratização, que atinge 12 países, incluindo Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Chade, Gana, Costa do Marfim, Maurício e Moçambique, refletindo uma tendência generalizada de retrocesso político no continente (*V-Dem Institute*, 2023). Na Ásia-Pacífico, o cenário é semelhante, com Fiji, Malásia, Nepal e Sri Lanka avançando democraticamente, enquanto nove países, entre eles Afeganistão, Índia, Indonésia, Filipinas e Mianmar, registraram declínios significativos (*V-Dem Institute*, 2023). A situação é particularmente preocupante devido à presença de países populosos e economicamente influentes, cujo retrocesso afeta não apenas suas populações, mas também a estabilidade regional e global.

Na América Latina e Caribe, a trajetória é mista: República Dominicana, Equador e Honduras registraram avanços no índice de democracia liberal, mas oito países apresentaram retrocessos, com destaque para Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Venezuela (*V-Dem Institute*, 2023). O Brasil se destaca negativamente como um caso emblemático de deterioração dos indicadores democráticos na última década, o que reforça a tendência de autocratização na região. Outrossim, na Europa Oriental e Ásia Central, os avanços foram ainda mais restritos, com apenas Armênia e Geórgia mostrando melhorias (*V-Dem Institute*, 2023). Por outro lado, sete países, como Hungria, Polônia, Rússia e Sérvia, experimentaram retrocessos. A presença de países da União Europeia, como Hungria e Polônia, indica uma preocupante erosão dos princípios democráticos mesmo em contextos historicamente consolidados.

Já a região do Oriente Médio e Norte da África (MENA), por sua vez, apresentou um quadro particularmente negativo, com nenhum país avançando democraticamente no período analisado. Pelo contrário, quatro países, incluindo Líbia, Tunísia, Turquia e Iêmen, sofreram significativos processos de autocratização, destacando-se como uma das regiões mais vulneráveis em termos de retrocesso político (*V-Dem Institute*, 2023). E, por fim, as regiões da América do Norte e Europa Ocidental, tradicionalmente consideradas bastiões de estabilidade democrática, também não registraram avanços (*V-Dem Institute*, 2023). Pelo contrário, Grécia e os Estados Unidos demonstraram declínios significativos, evidenciando que a autocratização não é um fenômeno restrito a países em desenvolvimento, mas atinge até mesmo democracias consolidadas, expondo as vulnerabilidades sistêmicas das instituições políticas no contexto atual.

Figura 26 - Países em democratização vs. autocratização (2012-2022)

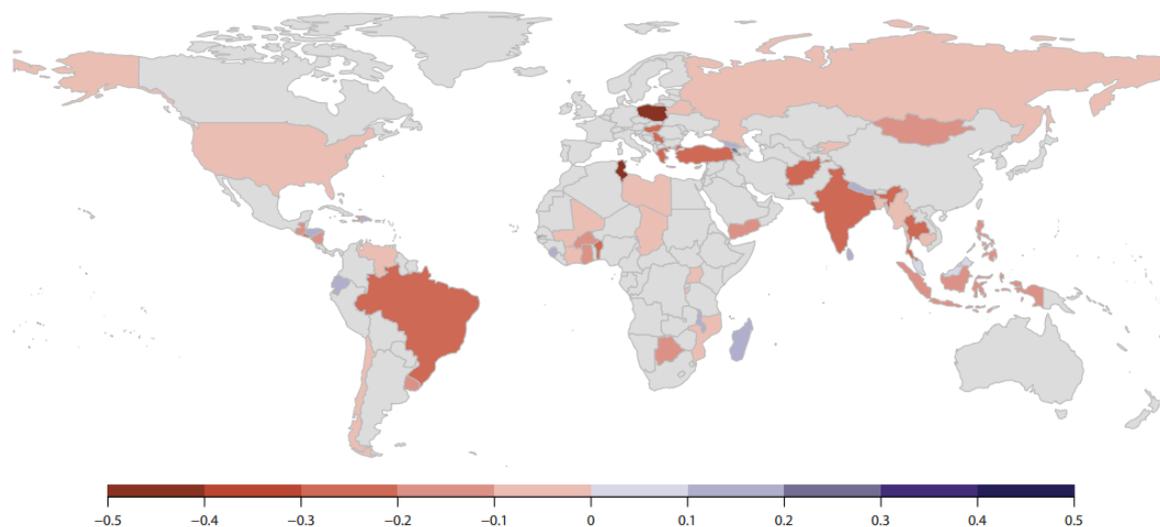


Figure 8 shows where the LDI has improved (blue) or declined (red) substantially and significantly over the past decade. Countries in gray had no substantial and significant change on the LDI during this period.

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

A Figura 26 apresenta uma representação espacial das mudanças no Índice de Democracia Liberal (LDI ou *Liberal Democracy Index*) entre os anos de 2012 e 2022, evidenciando os países que avançaram ou retrocederam democraticamente ao longo da última década (*V-Dem Institute, 2023*). As nações em tons vermelhos indicam retrocessos significativos e substanciais no LDI, enquanto as áreas em tons azuis refletem progressos democráticos (*V-Dem Institute, 2023*). O mapa revela uma predominância marcante de países em vermelho, especialmente concentrados na América Latina, Ásia e Europa Oriental, regiões fortemente afetadas pelo processo de autocratização. O Brasil, em particular, apresenta uma tonalidade vermelha intensa, o que evidencia de forma clara o declínio democrático no período analisado. A configuração geral do mapa reforça a tendência global de retrocesso das instituições democráticas em grande parte do mundo, com avanços sendo limitados e geograficamente dispersos.

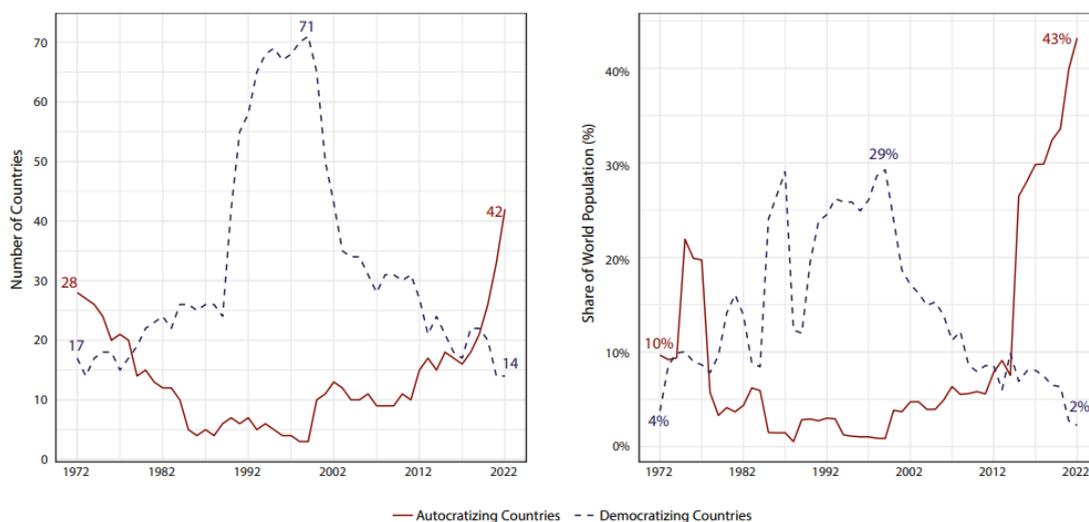
Figura 27 - Países autocratizantes vs. democratizantes (1972-2022)

Figure 9 shows patterns of democratization and autocratization over the last 50 years. The left panel displays the number of countries in each category, and the right panel shows the share of the world's population living in autocratizing or democratizing countries.

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

A Figura 27 apresenta a evolução dos processos de democratização e autocratização ao longo dos últimos 50 anos, fornecendo uma análise em dois painéis distintos (*V-Dem Institute*, 2023). O gráfico à esquerda mostra o número de países classificados como democratizantes e autocratizantes entre 1972 e 2022. O pico de democratização ocorreu em 1999, quando 71 países apresentaram avanços democráticos. No entanto, após esse período, observa-se uma queda acentuada, resultando em apenas 14 países democratizantes em 2022, o menor número registrado desde 1973 (*V-Dem Institute*, 2023). Em contraste, o número de países em autocratização cresceu consideravelmente, atingindo um recorde histórico de 42 países em 2022, revelando uma tendência preocupante de retrocesso democrático em escala global.

O gráfico à direita complementa essa análise ao mostrar a proporção da população mundial vivendo em países autocratizantes e democratizantes ao longo do mesmo período (*V-Dem Institute*, 2023). Enquanto em 1972, apenas 10% da população mundial vivia sob regimes em autocratização, essa proporção aumentou drasticamente para 43% em 2022, refletindo o impacto global e demográfico significativo desse fenômeno. Paralelamente, a parcela da população em países democratizantes caiu de picos anteriores para apenas 2% em 2022, representando um cenário crítico em que o avanço democrático se tornou extremamente limitado (*V-Dem Institute*, 2023). A figura, portanto, destaca tanto o declínio numérico dos países democratizantes quanto o aumento expressivo da influência

autocratizante, evidenciando uma inversão preocupante na trajetória política mundial nas últimas décadas.

Figura 28 - Países democratizantes vs. autocratizantes (2012-2022)

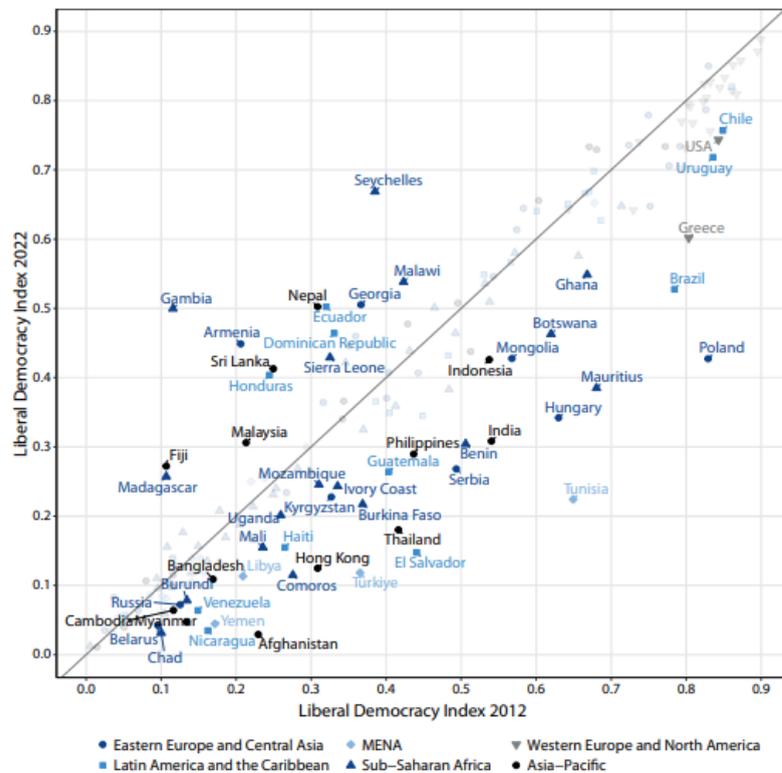


Figure 10 displays country scores on the LDI in 2012 (x-axis) and 2022 (y-axis). Countries above the diagonal line have become more democratic whereas countries below the diagonal line have become more autocratic. Country names are highlighted if the difference between 2012 and 2022 is significant and substantial.

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

A Figura 28 apresenta um gráfico de dispersão que compara os índices de democracia liberal (LDI) dos países em 2012 e 2022, oferecendo uma visão clara sobre os processos de democratização e autocratização ao longo da década (*V-Dem Institute, 2023*). A linha diagonal funciona como um ponto de referência: países abaixo da linha apresentaram declínios democráticos, tornando-se mais autocráticos, enquanto os países acima da linha mostraram avanços democráticos significativos (*V-Dem Institute, 2023*).

O Brasil aparece notavelmente abaixo da linha diagonal, confirmando seu declínio democrático durante o período analisado. Essa posição reflete a deterioração de indicadores fundamentais, como o enfraquecimento das instituições democráticas, ataques às liberdades civis e o aumento da polarização política (*V-Dem Institute, 2023*). Outros países em situação semelhante incluem nações de grande relevância geopolítica, como Índia, Rússia e Hungria,

que também registraram retrocessos substanciais no LDI, reforçando a amplitude do fenômeno de autocratização em contextos nacionais diversos (Barroso, 2022).

O gráfico ainda destaca a distribuição global dos países, evidenciando uma predominância preocupante de declínios democráticos, com avanços limitados e isolados. A presença de países de diferentes regiões e sistemas políticos abaixo da linha diagonal reflete a tendência generalizada de erosão democrática no período entre 2012 e 2022, comprometendo as bases institucionais e as liberdades fundamentais em várias partes do mundo (*V-Dem Institute, 2023*).

Figura 29 - Democratização e autocratização por regiões (2012-2022)

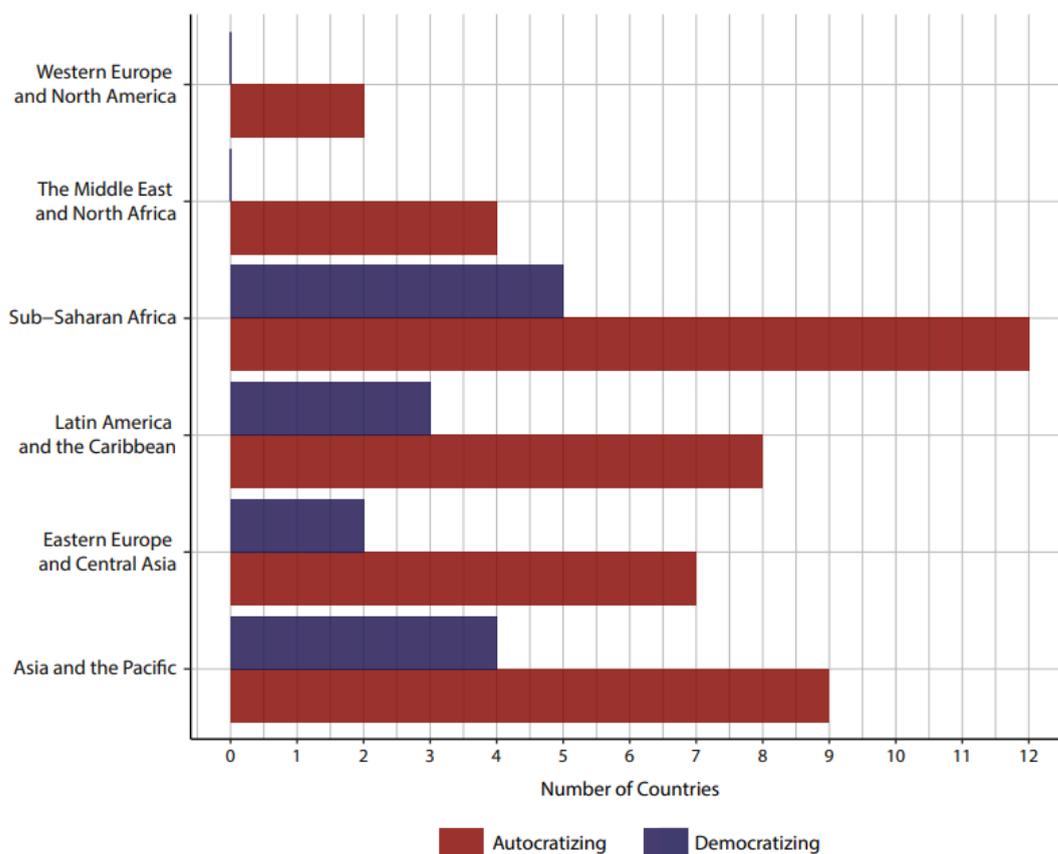


Figure 11 plots the number of countries that are democratizing and autocratizing in each region.

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

A Figura 29 apresenta um gráfico de barras que compara o número de países em democratização e autocratização entre 2012 e 2022, organizados por regiões. A análise revela que a África Subsaariana concentra o maior número de países autocratizantes, totalizando 12 países, o que indica uma deterioração expressiva das instituições democráticas nessa região (*V-Dem Institute, 2023*). Em contraste, na mesma região, apenas 5 países registraram avanços

democráticos, o que evidencia uma predominância significativa de processos de autocratização.

Na sequência, a América Latina e a Ásia-Pacífico também demonstram tendências preocupantes, com um número elevado de países autocratizantes superando amplamente os avanços democráticos (*V-Dem Institute*, 2023). A América Latina, em particular, é impactada pelo retrocesso de países-chave como o Brasil e outros que perderam pontos significativos no Índice de Democracia Liberal (LDI) na última década (*V-Dem Institute*, 2023). Já a Europa Oriental e Ásia Central também registram um número expressivo de retrocessos, refletindo a vulnerabilidade democrática de nações como Hungria, Polônia e Rússia, reforçando a ideia de que a autocratização atinge até países historicamente mais consolidados (*V-Dem Institute*, 2023).

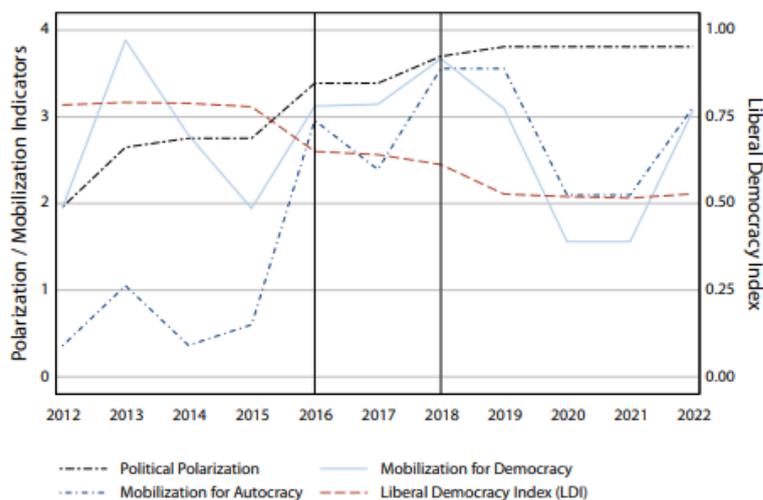
De forma igualmente alarmante, regiões tradicionalmente estáveis, como América do Norte e Europa Ocidental, também não ficaram imunes ao fenômeno (*V-Dem Institute*, 2023). O declínio em países como Grécia e Estados Unidos mostra que a autocratização não é limitada a países em desenvolvimento, mas afeta democracias maduras. A abrangência global desse processo reflete um cenário de crise política em escala mundial, onde a autocratização predomina sobre a democratização na maioria das regiões, comprometendo avanços conquistados nas últimas décadas e agravando a fragilidade das instituições democráticas em várias partes do globo (*V-Dem Institute*, 2023).

Assim, os dados apresentados nesta segunda seção do relatório revelam um cenário de retrocesso democrático global, com destaque para países de grande relevância geopolítica, como Brasil, Índia e Estados Unidos (*V-Dem Institute*, 2023). Vê-se que a autocratização não apenas se intensificou em regiões vulneráveis, mas também alcançou democracias consolidadas, sugerindo uma tendência preocupante de enfraquecimento das instituições democráticas em escala mundial (*V-Dem Institute*, 2023). A análise das figuras demonstra que a autocratização afeta uma parcela crescente da população global, enquanto os avanços democráticos permanecem limitados e geograficamente dispersos.

Seguindo, em uma subseção especialmente para tratar sobre o Brasil, intitulada “*Brazil: Lula's Electoral Success and Democratic Prospects*”, o relatório do *V-Dem* coloca o Brasil, pelo quarto ano consecutivo, entre os dez principais países em processo de autocratização (*V-Dem Institute*, 2023). A Figura 1 (abaixo) ilustra como o Índice de Democracia Liberal (LDI) do Brasil caiu substancialmente após 2015, atingindo seu ponto mais baixo em 2019, com uma pontuação pouco acima de 0,5 (*V-Dem Institute*, 2023). Essa trajetória de deterioração coincidiu com eventos-chave, como o *impeachment* da presidente

Dilma Rousseff em 2016 e a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder em 2018, em um contexto marcado por forte polarização política e mobilização social.

Figura 30 - Polarização e autocratização no Brasil, 2012 - 2022.



The left y-axis shows the score for the indicators on polarization and mobilization. The right y-axis shows the scale for the LDI (0-1). Large scores for indicators mean higher levels of polarization and mobilization. The vertical lines indicate the timing of the impeachment of Dilma Rousseff (in 2016) and the electoral victory of Jair Bolsonaro (in 2018).

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

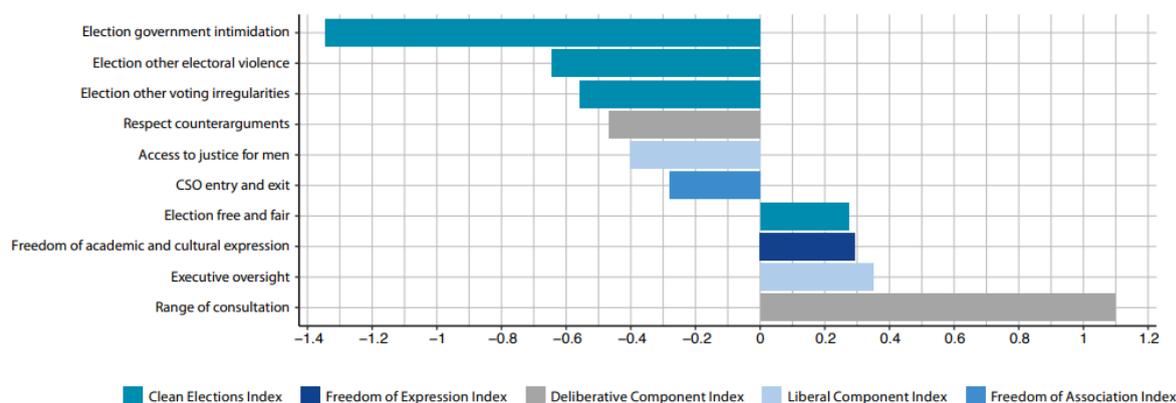
A partir de 2022, observa-se uma leve recuperação do LDI para 0,528, impulsionada pela vitória de Luiz Inácio Lula da Silva sobre Bolsonaro na eleição presidencial (*V-Dem Institute*, 2023). Esse resultado pode representar uma possível reversão do período de autocratização vivido pelo país nos últimos sete anos. A polarização e a mobilização, no entanto, permanecem centrais para compreender o cenário político brasileiro recente (Senado Federal, 2023). Segundo relatório da *Human Rights Watch* (2023), durante o governo Bolsonaro, houve tentativas de minar a confiança pública no sistema eleitoral, ataques a ministros do Supremo Tribunal Federal e violência contra jornalistas, fatores que agravaram o quadro democrático do país.

A Figura 30 destaca que os níveis de mobilização política tanto para a democracia quanto para a autocracia aumentaram rapidamente no pós-pandemia, alcançando seu auge durante a campanha de reeleição de Bolsonaro em 2022 (*V-Dem Institute*, 2023). Esse período foi marcado por intensificação das disputas ideológicas, com o crescimento da mobilização da extrema-direita e do movimento contrário, formado por setores progressistas

ligados a direitos das mulheres, proteção ambiental e resistência às respostas do governo durante a pandemia de COVID-19 (Transparência Internacional, 2022).

Já durante o processo eleitoral de 2022, os indicadores relacionados ao Índice de Eleições Limpas deterioraram-se, como evidenciado pela Figura 2 (abaixo). Entre os fatores de maior impacto estão a intimidação governamental, os episódios de violência eleitoral e as irregularidades no processo de votação, que enfraqueceram a confiança pública nas eleições (*Human Rights Watch*, 2023). Embora a vitória de Lula tenha sido considerada uma resposta ao período autocratizante, o resultado também gerou violência pós-eleitoral. Em 8 de janeiro de 2023, eventos similares à invasão do Capitólio dos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021 ocorreram no Brasil, quando apoiadores de Bolsonaro atacaram o Congresso Nacional e exigiram intervenção militar (Agência Brasil, 2023). Importante destacar que tanto oficiais militares da reserva quanto militares ativos estiveram envolvidos nessa tentativa de golpe (Brasil de Fato, 2023).

Figura 31 - Grau de mudança nos indicadores do LDI e DCI no Brasil (2021-2022)



Variables include the indicators from both the Liberal Democracy Index (LDI) and the Deliberative Component Index (DCI) that exhibit changes of more than 0.25 between 2021 and 2022.

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

Apesar do contexto de elevada polarização, a Figura 31 indica sinais de melhora em alguns indicadores democráticos entre 2021 e 2022, especialmente no que diz respeito à fiscalização executiva e à capacidade de deliberação política (*V-Dem Institute*, 2023). Esses pequenos avanços sugerem que instituições democráticas fundamentais, embora pressionadas, conseguiram resistir a ataques significativos e começam a demonstrar resiliência (*V-Dem Institute*, 2023). Ainda assim, o cenário continua frágil e exige atenção,

pois a polarização extrema pode continuar a representar um fator desestabilizador para a democracia brasileira.

A eleição de Lula, em 2022, representa um momento crucial para a democracia no Brasil. O atual presidente enfrenta o desafio de unificar um país profundamente dividido e restaurar a confiança nas instituições. Contudo, sua experiência anterior de respeito às normas democráticas oferece um histórico favorável. O Brasil, portanto, de acordo com o *V-Dem*, entra em um período de transição, onde o fortalecimento das instituições, a redução da polarização e a reconstrução da governança democrática serão essenciais para reverter completamente os danos causados pelo período de autocratização (*V-Dem Institute, 2023*).

Figura 32 - Os 10 principais países em autocratização (comparação de 10 anos vs. 3 anos).

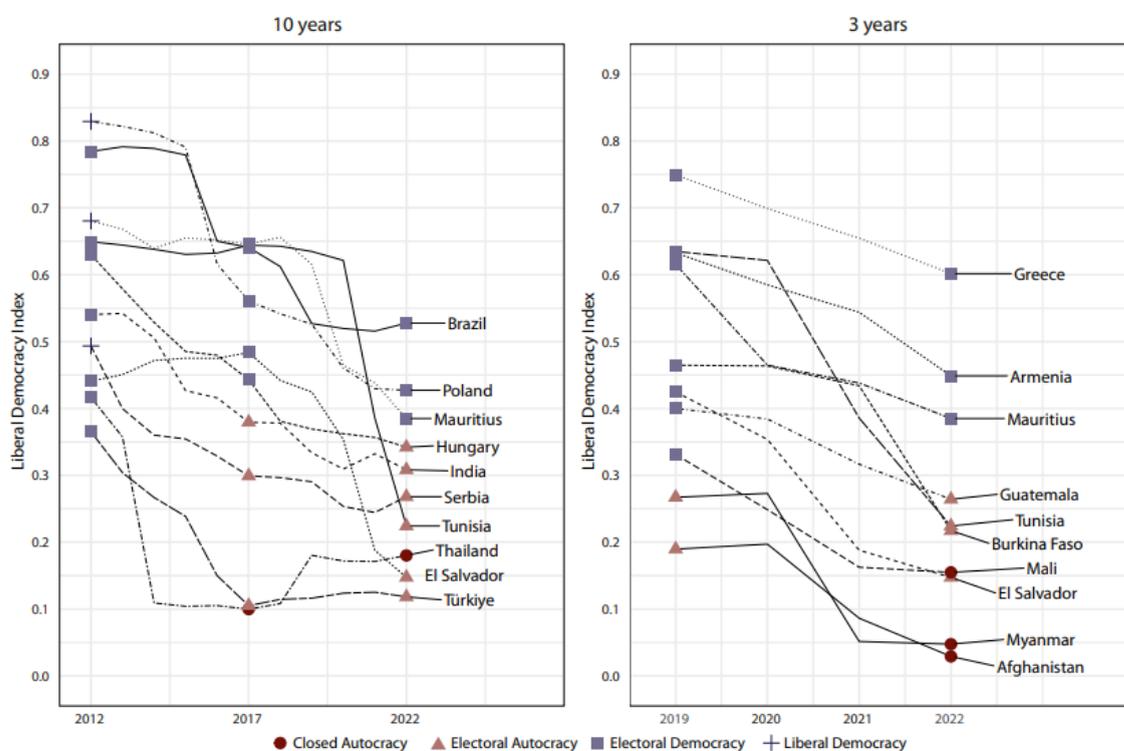


Figure 12 plots values of the LDI for the 10 countries with the greatest decreases in the last 10 years (left panel), and 3 years (right panel).

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

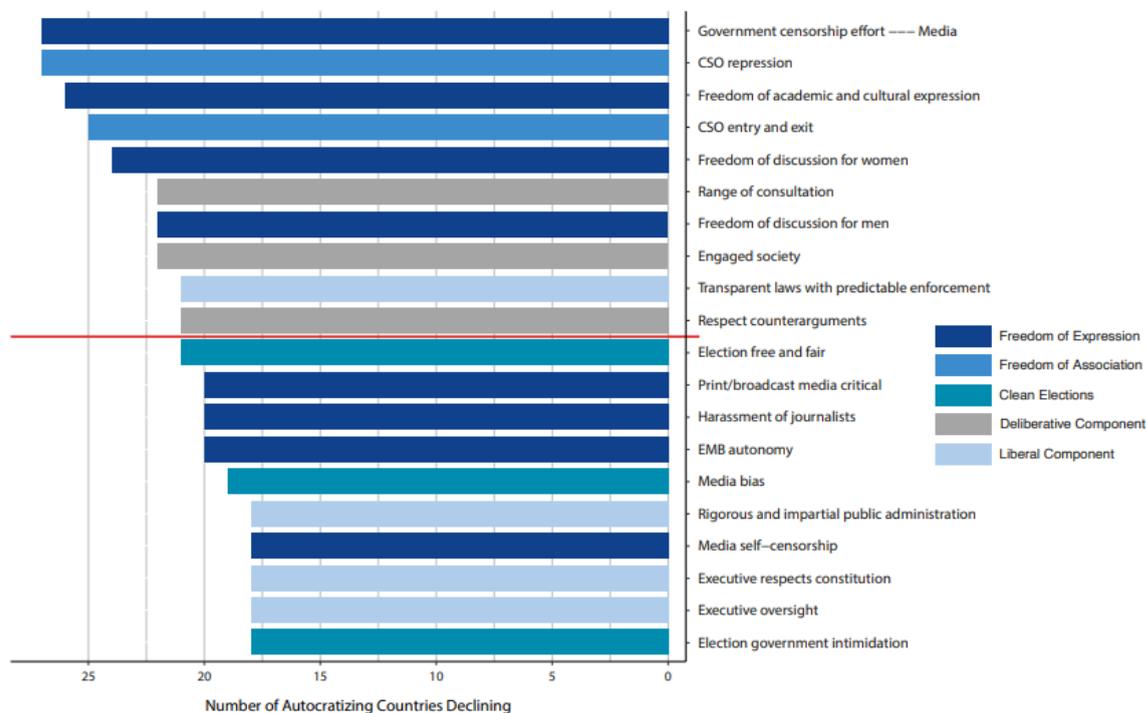
Outrossim, dando continuidade e entrando na seção 3 do documento, intitulada “*The Major Autocratizers*”, o relatório de 2023 evidencia o crescente avanço da autocratização no cenário global, com democracias em colapso em vários dos principais países identificados como autocratizadores. Entre os 10 países que mais autocratizaram na última década (Figura 12, painel esquerdo), sete perderam suas democracias, incluindo El Salvador, Hungria, Índia, Sérvia, Tailândia, Turquia e Tunísia (*V-Dem Institute, 2023*). Outros três países – Brasil,

Maurício e Polônia – conseguiram interromper a tendência de autocratização antes que suas democracias colapsassem (*V-Dem Institute*, 2023). Já na perspectiva de três anos mais recentes (Figura 32, painel direito), a democracia falhou em cinco países: Burkina Faso, El Salvador, Guatemala, Mali e Tunísia (*V-Dem Institute*, 2023). Isso revela que o processo autocratizante é tanto persistente quanto acelerado, especialmente em contextos políticos e sociais frágeis.

Em El Salvador e Tunísia, por exemplo, a autocratização começou há anos, mas se intensificou nos últimos períodos, com Bukele e Kais Saied consolidando poder por meio de repressão à imprensa, perseguição a críticos e manipulação das instituições (Carrión, 2024; *V-Dem Institute*, 2024). O caso de Maurício ilustra o risco de retrocesso mesmo em países antes considerados democráticos sólidos (Boix; Weiffen, 2024). A autocratização tende a ser um processo contínuo e dificilmente se reverte espontaneamente, o que torna a situação especialmente preocupante para outras democracias em risco.

O Brasil é particularmente relevante nesse contexto, figurando entre os principais autocratizadores ao longo dos últimos 10 anos (Fleury, 2023). A Figura 32 mostra uma queda acentuada no Índice de Democracia Liberal (LDI) após 2015, refletindo o aumento da polarização política, a deterioração de indicadores democráticos e o fortalecimento de discursos autoritários (*V-Dem Institute*, 2023). A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 marcou um período de intensificação da autocratização, com repressão à mídia, ataques às instituições, desinformação generalizada e enfraquecimento das eleições livres (Fleury, 2023), como evidenciado na Figura 33. Entretanto, o processo de autocratização parece ter sido estagnado em 2022, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais, sinalizando uma possível inversão democrática.

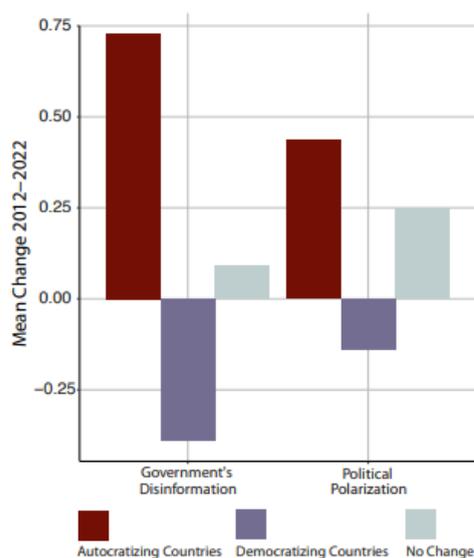
Figura 33 - Os 20 principais indicadores em declínio (2012-2022).



Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

A Figura 33 detalha os principais indicadores em declínio nos países autocratizantes entre 2012 e 2022, revelando que censura governamental, repressão de organizações da sociedade civil (CSOs) e a liberdade acadêmica e cultural são os mais atacados (*V-Dem Institute, 2023*). Esses aspectos refletem padrões comuns em regimes autocratizantes, onde a supressão da liberdade de expressão e a manipulação do discurso público são estratégias fundamentais para a manutenção do poder, como apontados por teóricos da ultradireita vistos no capítulo 1 da presente pesquisa; entre eles, Mudde (2000; 2019), Stanley (2020) e Teitelbaum (2019). Além disso, as eleições livres e justas, a imparcialidade da mídia e a fiscalização executiva estão entre os componentes mais enfraquecidos.

Figura 34 - Disseminação de desinformação governamental e polarização política (2012-2022).

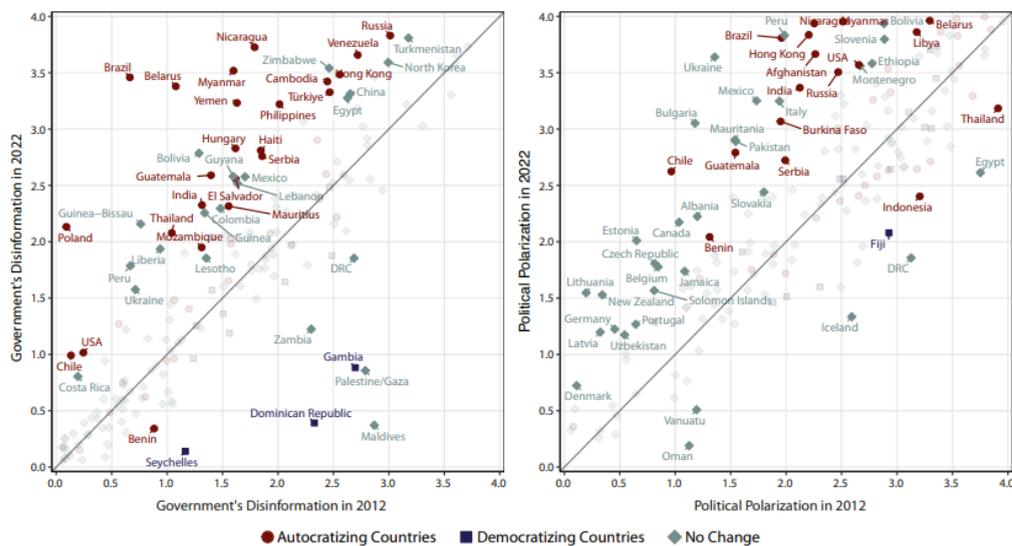


The figure shows change in levels between 2012 and 2022. "Government Disinformation" measures how often governments and their agents use social media to disseminate misleading viewpoints or false information to influence their population. "Political Polarization" measures the extent to which society is polarized into antagonistic and political camps where political differences affect social relationships beyond political discussions.

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

A Figura 34 demonstra a relação entre desinformação governamental e polarização política, elementos que se reforçam mutuamente e aceleram a autocratização (*V-Dem Institute*, 2023). Nos países autocratizantes, a disseminação deliberada de desinformação pelo governo é utilizada para manipular a opinião pública, aprofundar divisões e consolidar apoio, como apontado em um estudo, publicado pelo Parlamento Europeu (2019), analisando como a desinformação tem sido utilizada de fato por governos para manipular a opinião pública e consolidar o poder. O Brasil aparece como um exemplo claro desse fenômeno, onde o governo Bolsonaro intensificou o uso de desinformação e a polarização como ferramentas políticas. Isso está em sintonia com padrões observados em outros autocratizadores importantes, como Polônia, Rússia, Turquia e Índia (*V-Dem Institute*, 2023).

Figura 35 - Mudança na disseminação de desinformação governamental e polarização política por países (2012-2022).



Disinformation (left panel) and polarization (right panel) increased in countries above the diagonal line and decreased in countries below it. Countries are labeled if the difference between 2012 and 2022 was significantly and substantially meaningful.

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

Na Figura 35 (acima), observa-se que o Brasil está entre os países com maior aumento na disseminação de desinformação governamental entre 2012 e 2022 (painel esquerdo), além de registrar elevados níveis de polarização política no mesmo período (painel direito). A polarização extrema fragmenta a sociedade em campos antagônicos, enfraquece a cooperação entre elites e reduz o compromisso com princípios democráticos, criando um ambiente propício para agendas iliberais e autocráticas (Levitsky; Ziblatt, 2018).

A situação brasileira, embora tenha mostrado sinais de estabilização em 2022 com a eleição de Lula, ainda carrega riscos significativos devido à persistente polarização e à fragilidade das instituições. A capacidade de Lula em reconstruir o tecido democrático depende da resistência das instituições, da promoção de um diálogo mais inclusivo e do combate à desinformação. Por outro lado, os dados globais destacam que a autocratização raramente estagna, podendo evoluir para estágios mais severos de perda de direitos fundamentais caso não haja resistência significativa (*V-Dem Institute, 2023*).

O relatório conclui que desinformação, polarização e autocratização são tendências interligadas e mutuamente reforçadoras, sendo desafios críticos para a resiliência democrática (Ortellado; Ribeiro, 2018). Enquanto países como Brasil e Polônia conseguiram interromper momentaneamente o processo, o risco de retrocesso persiste (Moreira da Fonseca; Costa,

2023). Estratégias de educação cívica, diálogo político e resistência à desinformação são fundamentais para conter esses processos e fortalecer a democracia em países sob ameaça.

Figura 36 - Regimes do Mundo, 2012 - 2022.

The countries are sorted by regime type in 2022, and after that in alphabetical order. They are classified based on the Regimes of the World measure. We incorporate V-Dem's confidence estimates in order to account for the uncertainty and potential measurement error due to the nature of the data but also to underline that some countries are placed in the grey zone between regime types. The typology and indicator are published in Lührmann et al. 2018. Regimes of the World (RoW), politics and Governance 6(1). While using V-Dem's data, this measure is not officially endorsed by the Steering Committee of V-Dem (only the main V-Dem democracy indices have such an endorsement).

LD Liberal Democracy
 ED Electoral Democracy
 EA Electorality Autocracy
 CA Closed Autocracy
 - indicates that taking uncertainty into account, the country could belong to the lower category
 + signifies that the country could also belong to the higher category
 ↗ indicates that the country sees a movement upwards from one level to another
 ↘ indicates that the country sees a movement downwards from one level to another

LIBERAL DEMOCRACIES			ELECTORAL DEMOCRACIES			ELECTORAL AUTOCRACIES			CLOSED AUTOCRACIES		
COUNTRY	2022	CHANGE FROM 2012	COUNTRY	2022	CHANGE FROM 2012	COUNTRY	2022	CHANGE FROM 2012	COUNTRY	2022	CHANGE FROM 2012
Australia	LD		Argentina	ED		Albania	EA+	↘	Afghanistan	CA	↘
Barbados	LD-	↗	Armenia	ED	↗	Algeria	EA		Bahrain	CA	
Belgium	LD		Austria	ED+	↘	Angola	EA		Chad	CA	↘
Chile	LD-		Bhutan	ED-		Azerbaijan	EA		China	CA	
Costa Rica	LD		Bolivia	ED		Bangladesh	EA		Cuba	CA	
Cyprus	LD-		Botswana	ED	↘	Belarus	EA		Eritrea	CA	
Czech Republic	LD	↗	BiH	ED-		Benin	EA+	↘	Eswatini	CA	
Denmark	LD		Brazil	ED		Burkina Faso	EA	↘	Guinea	CA	↘
Estonia	LD		Bulgaria	ED		Burundi	EA		Haiti	CA+	↘
Finland	LD		Canada	ED	↘	Cambodia	EA		Hong Kong	CA	
France	LD-		Cape Verde	ED		Cameroon	EA		Iran	CA	↘
Germany	LD		Colombia	ED	↘	CAR	EA		Jordan	CA	
Iceland	LD		Croatia	ED+		Comoros	EA		Kuwait	CA+	
Ireland	LD		Dominican Republic	ED		Congo	EA		Laos	CA	
Israel	LD		Ecuador	ED		Djibouti	EA		Libya	CA	↘
Italy	LD-		Gambia	ED	↗	DRC	EA		Mali	CA	↘
Japan	LD		Georgia	ED		Egypt	EA-		Morocco	CA	
Latvia	LD		Ghana	ED+	↘	El Salvador	EA	↘	Myanmar	CA	↘
Luxembourg	LD		Greece	ED+	↘	Equatorial Guinea	EA		North Korea	CA	
Netherlands	LD		Guyana	ED-		Ethiopia	EA		Oman	CA	
New Zealand	LD		Honduras	ED-	↗	Fiji	EA	↗	Palestine/Gaza	CA	
Norway	LD-		Indonesia	ED		Gabon	EA		Qatar	CA	
Seychelles	LD	↗	Jamaica	ED+		Guatemala	EA	↘	Saudi Arabia	CA	
Slovakia	LD-		Kenya	ED-	↗	Guinea-Bissau	EA		Somalia	CA	
South Korea	LD		Kosovo	ED	↗	Hungary	EA	↘	South Sudan	CA	
South Korea	LD		Kosovo	ED	↗	Hungary	EA	↘	South Sudan	CA	
Spain	LD		Lesotho	ED		India	EA	↘	Sudan	CA	↘
Sweden	LD		Liberia	ED		Iraq	EA		Syria	CA	↘
Switzerland	LD		Lithuania	ED+	↘	Ivory Coast	EA		Thailand	CA	↘
Taiwan	LD		Malawi	ED+		Kazakhstan	EA		Turkmenistan	CA+	
United Kingdom	LD-		Maldives	ED		Kyrgyzstan	EA		UAE	CA	
Uruguay	LD-		Malta	ED+		Lebanon	EA		Uzbekistan	CA+	↘
USA	LD		Mauritius	ED-	↘	Madagascar	EA+		Vietnam	CA	
			Mexico	ED		Malaysia	EA		Yemen	CA	↘
			Moldova	ED+		Mauritania	EA				
			Mongolia	ED		Mozambique	EA				
			Montenegro	ED-		Nicaragua	EA-				
			Namibia	ED+		Nigeria	EA+	↘			
			Nepal	ED	↗	Papua New Guinea	EA+				
			Niger	ED-		Pakistan	EA				
			North Macedonia	ED-	↗	Palestine/West Bank	EA				
			Panama	ED		Philippines	EA	↘			
			Paraguay	ED		Russia	EA				
			Peru	ED		Rwanda	EA				
			Poland	ED	↘	Serbia	EA	↘			
			Portugal	ED+	↘	Singapore	EA				
			Romania	ED		Somaliland	EA				
			S.Tomé & P.	ED+		Tajikistan	EA				
			Senegal	ED+		Tanzania	EA				
			Sierra Leone	ED-		Togo	EA				
			Slovenia	ED+	↘	Tunisia	EA	↘			
			Solomon Islands	ED		Türkiye	EA	↘			
			South Africa	ED	↘	Uganda	EA				
			Sri Lanka	ED	↗	Ukraine	EA				
			Suriname	ED		Venezuela	EA				
			Timor-Leste	ED		Zanzibar	EA				
			Trinidad and Tobago	ED+	↘	Zimbabwe	EA	↘			
			Vanuatu	ED+							
			Zambia	ED-							

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

A análise da Figura 36: Regimes do Mundo, 2012–2022, apresentada no Relatório do *V-Dem Institute* de 2023, revela um panorama global alarmante sobre as transformações nos regimes políticos ao longo de uma década. A categorização das nações em Democracias Liberais (LD), Democracias Eleitorais (ED), Autocracias Eleitorais (EA) e Autocracias Fechadas (CA) expõe, de forma meticulosa, o declínio democrático em diversas partes do mundo, assim como os escassos avanços no fortalecimento de regimes políticos mais abertos e inclusivos (*V-Dem Institute*, 2023).

No âmbito das Democracias Liberais, observam-se padrões de manutenção em grande parte dos países tradicionalmente considerados democráticos, como Alemanha, Dinamarca e Estados Unidos, que permanecem na categoria mais alta de liberdade política. Contudo, a existência de países como Chipre e Barbados classificados como "LD-", reflete um alerta sobre a fragilidade de alguns desses regimes, indicando quedas em padrões democráticos, mesmo em contextos historicamente estáveis (*V-Dem Institute*, 2023). Por outro lado, o avanço de Seychelles para essa categoria demonstra que, embora raro, o progresso é possível, especialmente em pequenos Estados que têm investido em reformas democráticas.

Já a seção dedicada às Democracias Eleitorais oferece um olhar mais heterogêneo sobre o cenário político global. Esses regimes, apesar de conduzirem eleições regulares, ainda apresentam déficits democráticos em áreas como a liberdade de imprensa, a independência judicial e a proteção de direitos civis (*V-Dem Institute*, 2023). O Brasil encontra-se neste grupo, permanecendo estagnado desde 2012. Essa estagnação reflete as dificuldades enfrentadas pelo país em superar desafios institucionais e sociopolíticos, que incluem a polarização política e ataques à liberdade de expressão (*V-Dem Institute*, 2023). Outros exemplos dessa categoria, como o México e a Polônia, também evidenciam um quadro de regressão democrática, ao passo que nações como Gâmbia e Malawi apresentam avanços significativos, mostrando que esforços coordenados e contextos favoráveis podem reverter tendências negativas (*V-Dem Institute*, 2023).

As Autocracias Eleitorais, por sua vez, representam uma realidade preocupante de regimes que, embora realizem eleições, operam sob contextos autoritários e manipulam processos políticos para restringir a competição genuína. Países como Índia, Hungria e Rússia destacam-se nesta categoria, apresentando declínios acentuados nos últimos anos (*V-Dem Institute*, 2023). A autocratização crescente na Índia, por exemplo, afeta uma das maiores democracias do mundo, enquanto na Hungria o controle governamental sobre instituições e a

supressão de vozes dissidentes ilustram um dismantelamento contínuo de pilares democráticos (*V-Dem Institute*, 2023). Entretanto, pequenos avanços em países como Madagascar e Cazaquistão oferecem um contraponto a essa tendência, ainda que esses movimentos sejam insuficientes para alterar substancialmente o equilíbrio global (*V-Dem Institute*, 2023).

Finalmente, as Autocracias Fechadas revelam um cenário de repressão extrema e ausência de qualquer grau significativo de pluralismo político. Regimes como o da Coreia do Norte, Arábia Saudita e China permanecem nesta categoria, consolidando sua posição como sistemas autoritários rígidos e impermeáveis a reformas democráticas (*V-Dem Institute*, 2023). Os casos de Hong Kong e Afeganistão, que sofreram quedas severas para regimes fechados na última década, reforçam como processos autoritários podem ser rapidamente intensificados em contextos de instabilidade política e controle externo (*V-Dem Institute*, 2023). A transição de Hong Kong para uma autocracia fechada, impulsionada pela interferência da China, é um exemplo notável de retrocesso em uma região anteriormente marcada por maior liberdade política.

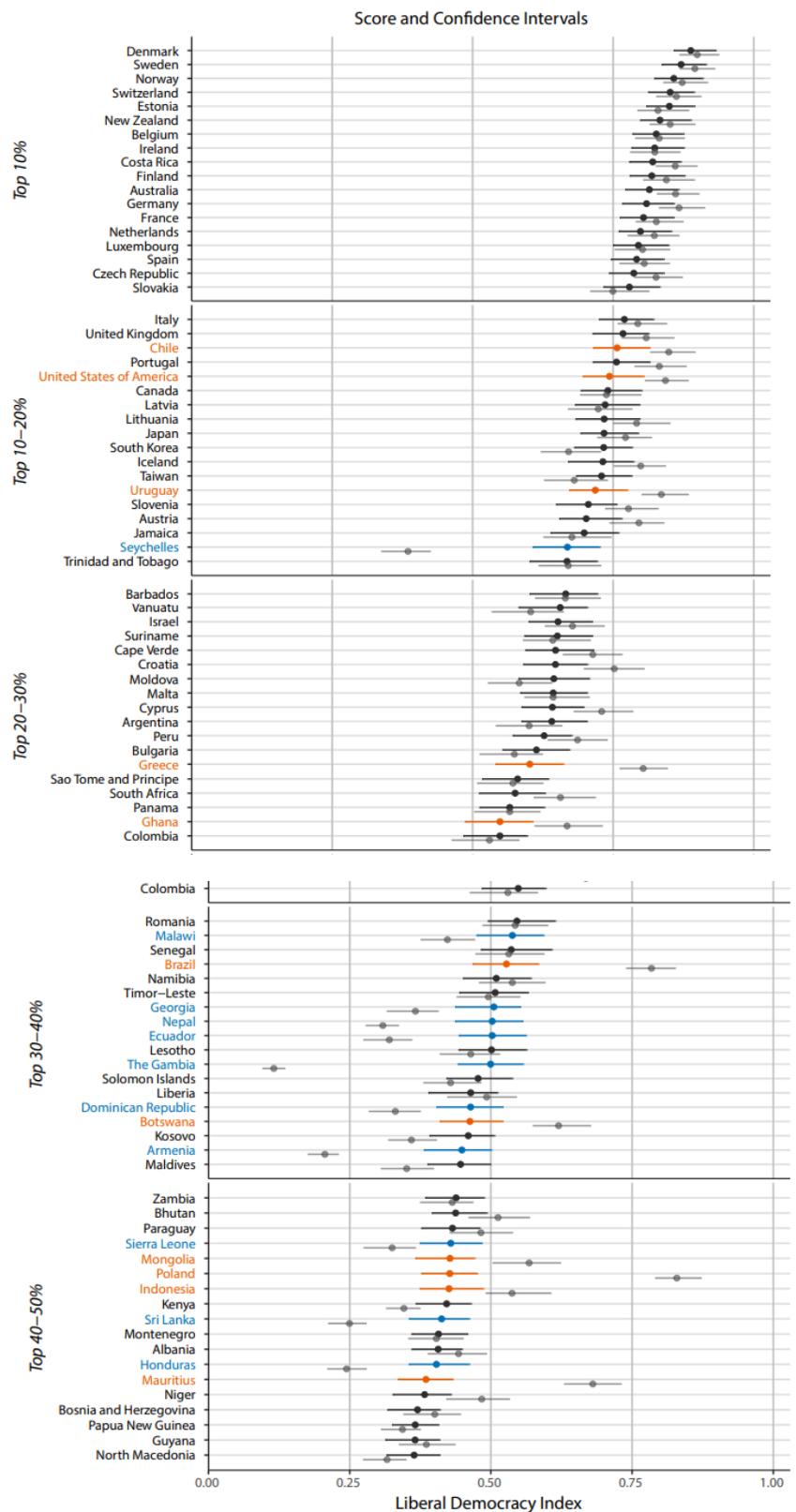
Outrossim, no contexto da América Latina, o Brasil destaca-se como um caso de estabilidade relativa, embora essa estabilidade não deva ser confundida com progresso. O país enfrenta um ambiente de desafios internos, incluindo polarização política, tensões institucionais e ataques à imprensa, fatores que limitam seu potencial de avançar para uma democracia liberal (Fleury, 2023; *V-Dem Institute*, 2023). Este contraste é ainda mais evidente quando comparado a países vizinhos como El Salvador e Nicarágua, que regrediram para autocracias eleitorais, enquanto outros, como a Gâmbia, demonstram ser possível reverter processos de autocratização com esforços coordenados (*V-Dem Institute*, 2023).

A análise da tabela evidencia um panorama global de declínio democrático, especialmente em países que antes ocupavam posições mais consolidadas. A manutenção de algumas democracias liberais é um aspecto positivo, mas as quedas frequentes para regimes autoritários ressaltam os desafios estruturais enfrentados pelas democracias contemporâneas (*V-Dem Institute*, 2023). Em última análise, o relatório do *V-Dem* não apenas aponta tendências, mas também apresenta um alerta sobre a necessidade urgente de investimentos em governança democrática, fortalecimento institucional e proteção de liberdades civis para reverter esse ciclo de declínio (*V-Dem Institute*, 2023).

Figura 37. Países por pontuação no Índice de Democracia Liberal (LDI), 2012-2022

Top 50% of countries

Figure 1 shows every country's rating on the LDI in 2022 in rank order, as well as the change over the last 10 years. Country names highlighted in blue highlight the 15 countries with significant democratization and red country names reveal which 33 countries have undergone substantial autocratization. Countries are also divided into groups from the top 10 to 50% to the bottom 50% to 10%.



Bottom 50% of countries



Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

A Figura 37, Países por pontuação no Índice de Democracia Liberal (LDI), 2012-2022, do Relatório V-Dem Institute de 2023, fornece uma avaliação detalhada do desempenho das nações no índice, considerando os dez anos anteriores. A figura está dividida em percentis, agrupando os países entre os 10%, 20%, 30%, e assim por diante, com base em suas pontuações no índice (*V-Dem Institute, 2023*). Cada país é representado por pontos que refletem suas pontuações em 2012 e 2022, acompanhados de intervalos de confiança, além de cores que indicam movimentos de democratização (azul) ou autocratização (laranja).

No contexto global, observa-se uma clara concentração das democracias liberais no topo da classificação, com países como Dinamarca, Suécia e Noruega liderando com as pontuações mais altas e níveis consistentes de estabilidade democrática ao longo do período analisado. Esses países apresentam intervalos de confiança reduzidos, sugerindo uma solidez institucional que reforça a estabilidade de seus sistemas políticos (*V-Dem Institute, 2023*). O bloco superior reflete a capacidade de algumas nações de consolidar regimes liberais e participativos, mesmo em cenários de crescente pressão global contra a democracia.

Por outro lado, o grupo dos 50% inferiores revela uma realidade preocupante de autocratização significativa em várias partes do mundo. Países como Rússia, China, e Venezuela, localizados na parte inferior da classificação, apresentam declínios notáveis em suas pontuações, consolidando regimes autoritários e fechados (*V-Dem Institute, 2023*). A autocratização é amplamente visível em muitos países destacados em laranja, evidenciando uma tendência global de retrocesso democrático em várias regiões, incluindo partes da Europa Oriental, Ásia, e América Latina.

No caso específico do Brasil, localizado no intervalo entre os 30% e 40% superiores, a figura indica um desempenho moderado no Índice de Democracia Liberal, com relativa estabilidade entre 2012 e 2022. No entanto, a pontuação do país reflete um déficit em relação às democracias liberais mais consolidadas. Essa permanência em uma faixa intermediária sugere que, embora o Brasil não tenha sofrido um retrocesso democrático tão acentuado quanto países autocratizantes como Nicarágua ou Polônia, ele também não conseguiu avançar significativamente em direção a uma democracia mais liberal (*V-Dem Institute, 2023*). O intervalo de confiança relativamente estreito reforça a estabilidade desse posicionamento, mas também aponta para uma persistência de desafios estruturais que impedem o fortalecimento de instituições democráticas robustas.

Ao analisar a figura de forma ampla, é evidente que os movimentos de democratização são significativamente mais raros do que os de autocratização, um sinal de que a democracia enfrenta pressões substanciais em escala global, assim como também

corroboram Levitsky e Ziblatt (2018). Essa realidade ressalta a necessidade de esforços coordenados para superar desafios políticos e institucionais que limitam o avanço democrático.

Comparativamente, países com trajetórias mais positivas, como Gâmbia e Seychelles, mostram que avanços são possíveis, embora demandem forte comprometimento político e institucional (*V-Dem Institute*, 2023). O progresso democrático nesses países tem sido analisado sob diversas perspectivas, especialmente no contexto da governança africana e da estabilidade política. Segundo o Centro de Estudos Estratégicos de África (2022), a transição política da Gâmbia após a saída do ex-presidente Yahya Jammeh, em 2017, foi um marco importante para a consolidação da democracia no país. Além disso, Seychelles, frequentemente citada como um dos países mais estáveis da África, tem mantido altos níveis de governança e participação democrática, conforme apontam Assis, Ribeiro e Garcia (2022).

Em conclusão, a Figura 1 demonstra uma polarização crescente entre democracias liberais consolidadas e regimes autocráticos, com uma ampla faixa de países intermediários que enfrentam desafios semelhantes ao Brasil (*V-Dem Institute*, 2023). Esse posicionamento reforça a importância de políticas públicas voltadas para a promoção de resiliência democrática, fortalecimento institucional e inclusão política, elementos fundamentais para que países intermediários possam progredir em direção a uma democracia mais plena.

Figura 38. Pontuações dos países no Índice de Democracia Liberal (LDI) e em todos os índices componentes (2022).

+ Indicates that the country's score has improved over the past 10 years, substantively and at a statistically significant level
- Indicates that the country's score has decreased over the past 10 years, substantively and at a statistically significant level
SD+/- reports the standard deviation to indicate the level of uncertainty

COUNTRY	LIBERAL DEMOCRACY INDEX (LDI)			ELECTORAL DEMOCRACY INDEX (EDI)			LIBERAL COMPONENT INDEX (LCI)			EGALITARIAN COMPONENT INDEX (ECI)			PARTICIPATORY COMPONENT INDEX (PCI)			DELIBERATIVE COMPONENT INDEX (DCI)		
	RANK	SCORE	SD+/-	RANK	SCORE	SD+/-	RANK	SCORE	SD+/-	RANK	SCORE	SD+/-	RANK	SCORE	SD+/-	RANK	SCORE	SD+/-
Denmark	1	0.89	0.04	1	0.92	0.036	2	0.98	0.012	2	0.97	0.024	5	0.71	0.018	5	0.97	0.637
Sweden	2	0.87	0.042	3	0.9	0.038	1	0.98	0.011	13	0.9	0.044	27	0.65	0.026	23	0.9	0.626
Norway	3	0.86	0.045	4	0.9	0.041	4	0.97	0.018	1	0.97	0.024	28	0.65	0.018	1	0.99	0.64
Switzerland	4	0.85	0.044	2	0.9	0.038	8	0.96	0.025	6	0.93	0.04	1	0.88	0.02	2	0.98	0.645
Estonia	5	0.85	0.045	5	0.89	0.04	6	0.96	0.021	17	0.89	0.053	38	0.63	0.037	48	0.83	0.634
New Zealand	6	0.83	0.046	8	0.89	0.039	11	0.95	0.025	19	0.88	0.056	6	0.71	0.04	33	0.88	0.63
Belgium	7	0.83	0.046	6	0.89	0.041	14	0.94	0.031	5	0.93	0.038	30	0.65	0.025	17	0.92	0.636
Ireland	8	0.82	0.048	7	0.89	0.04	15	0.93	0.033	18	0.89	0.052	26	0.65	0.039	18	0.92	0.637
Costa Rica	9	0.82	0.047	12	0.87	0.042	9	0.96	0.023	20	0.88	0.054	14	0.67	0.033	7	0.96	0.634
Finland	10	0.82	0.05	13	0.86	0.046	5	0.96	0.023	11	0.91	0.043	25	0.65	0.02	10	0.93	0.634
Australia	11	0.81	0.048	14	0.86	0.045	3	0.97	0.019	31	0.84	0.061	18	0.66	0.044	13	0.93	0.635
Germany	12	0.81	0.047	15	0.86	0.043	7	0.96	0.021	4	0.94	0.038	15	0.66	0.012	3	0.98	0.629
France	13	0.8	0.05	10	0.88	0.043	18	0.92	0.033	26	0.85	0.061	40	0.63	0.038	11	0.93	0.637
Netherlands	14	0.8	0.049	17	0.85	0.045	10	0.96	0.023	14	0.9	0.046	48	0.61	0.04	6	0.96	0.639
Luxembourg	15	0.79	0.05	9	0.88	0.042	26	0.91	0.04	3	0.95	0.039	58	0.59	0.066	4	0.97	0.637
Spain	16	0.79	0.048	11	0.87	0.039	24	0.91	0.041	40	0.8	0.069	29	0.65	0.032	30	0.88	0.629
Czech Republic	17	0.79	0.049	16	0.86	0.043	16	0.93	0.031	12	0.91	0.05	57	0.59	0.047	35	0.87	0.63
Slovakia	18	0.78	0.051	20	0.85	0.048	17	0.93	0.03	39	0.81	0.066	17	0.66	0.046	92	0.66	0.626
Italy	19	0.77	0.05	21	0.85	0.045	19	0.92	0.033	7	0.93	0.041	4	0.76	0.033	15	0.92	0.64
United Kingdom	20	0.77	0.051	22	0.84	0.047	21	0.92	0.032	34	0.83	0.069	20	0.66	0.028	39	0.87	0.631
Chile	21	0.76	0.051	30	0.81	0.049	12	0.95	0.022	60	0.72	0.076	24	0.65	0.04	8	0.96	0.638
Portugal	22	0.76	0.051	18	0.85	0.045	31	0.89	0.04	27	0.85	0.06	42	0.62	0.04	31	0.88	0.63
USA	23	0.74	0.055	27	0.82	0.051	22	0.92	0.035	74	0.66	0.086	19	0.66	0.015	36	0.87	0.634
Canada	24	0.74	0.056	19	0.85	0.047	38	0.87	0.048	51	0.76	0.075	22	0.65	0.024	50	0.83	0.63
Latvia	25	0.74	0.057	26	0.82	0.052	28	0.9	0.043	30	0.84	0.062	16	0.66	0.043	46	0.84	0.629
Lithuania	26	0.73	0.057	35	0.79	0.055	13	0.95	0.025	22	0.86	0.055	7	0.7	0.043	55	0.8	0.624
Japan	27	0.73	0.052	23	0.83	0.046	35	0.88	0.044	8	0.93	0.044	75	0.56	0.052	22	0.9	0.63
South Korea	28	0.73	0.054	29	0.81	0.051	23	0.91	0.037	24	0.86	0.059	54	0.59	0.045	45	0.84	0.628
Iceland	29	0.73	0.058	28	0.82	0.054	27	0.9	0.04	16	0.9	0.05	9	0.69	0.022	29	0.88	0.643
Taiwan	30	0.73	0.05	24	0.83	0.045	37	0.88	0.044	10	0.91	0.05	3	0.76	0.029	25	0.89	0.635
Uruguay	31	0.72	0.053	31	0.81	0.047	29	0.9	0.041	48	0.77	0.072	2	0.77	0.038	51	0.82	0.633
Slovenia	32	0.71	0.054	32	0.8	0.051	32	0.89	0.041	25	0.86	0.061	10	0.68	0.045	24	0.89	0.631
Austria	33	0.7	0.056	34	0.8	0.054	33	0.89	0.041	9	0.91	0.054	23	0.65	0.038	44	0.84	0.636
Jamaica	34	0.7	0.062	33	0.8	0.059	36	0.88	0.044	37	0.82	0.069	50	0.6	0.044	42	0.85	0.634
Seychelles	35	0.67	0.059	44	0.75	0.059	30	0.9	0.042	32	0.83	0.066	145	0.29	0.045	14	0.93	0.641
Trinidad and Tobago	36	0.67	0.06	36	0.78	0.058	43	0.85	0.047	42	0.79	0.073	65	0.57	0.048	12	0.93	0.643
Barbados	37	0.67	0.061	38	0.78	0.059	42	0.85	0.049	33	0.83	0.066	144	0.29	0.037	26	0.89	0.624
Vanuatu	38	0.66	0.06	41	0.77	0.06	44	0.85	0.048	54	0.75	0.082	85	0.55	0.063	61	0.78	0.641
Israel	39	0.65	0.056	49	0.72	0.058	20	0.92	0.034	36	0.82	0.066	52	0.6	0.045	40	0.85	0.642
Suriname	40	0.65	0.06	42	0.77	0.059	46	0.84	0.051	64	0.71	0.08	60	0.58	0.051	65	0.77	0.634
Cape Verde	41	0.65	0.06	45	0.75	0.059	40	0.87	0.047	58	0.73	0.081	83	0.55	0.058	49	0.83	0.632
Croatia	42	0.65	0.057	47	0.74	0.058	34	0.89	0.04	49	0.76	0.074	32	0.64	0.051	64	0.77	0.632
Moldova	43	0.64	0.062	43	0.76	0.061	41	0.86	0.048	53	0.75	0.075	31	0.64	0.049	19	0.92	0.64
Malta	44	0.64	0.06	37	0.78	0.055	52	0.81	0.058	15	0.9	0.054	12	0.67	0.05	54	0.8	0.629
Cyprus	45	0.64	0.057	39	0.78	0.052	51	0.82	0.059	21	0.87	0.059	92	0.54	0.061	57	0.8	0.644
Argentina	46	0.64	0.058	25	0.83	0.051	72	0.74	0.063	56	0.74	0.073	45	0.62	0.032	67	0.76	0.632
Peru	47	0.63	0.054	46	0.75	0.054	49	0.83	0.048	114	0.53	0.091	33	0.64	0.05	115	0.53	0.636
Bulgaria	48	0.61	0.059	54	0.69	0.063	25	0.91	0.037	43	0.78	0.071	13	0.67	0.051	37	0.87	0.636
Greece	49	0.6	0.06	40	0.78	0.052	73	0.74	0.07	29	0.84	0.062	34	0.64	0.047	27	0.89	0.631
S.Tomé & P.	50	0.58	0.059	56	0.68	0.064	45	0.85	0.048	69	0.67	0.082	69	0.57	0.053	75	0.73	0.627
South Africa	51	0.58	0.059	55	0.69	0.062	48	0.84	0.051	77	0.65	0.082	81	0.56	0.052	28	0.88	0.63
Panama	52	0.57	0.059	48	0.74	0.056	71	0.75	0.068	110	0.54	0.091	101	0.52	0.063	71	0.75	0.626
Ghana	53	0.55	0.059	67	0.64	0.066	39	0.87	0.047	62	0.71	0.077	132	0.41	0.052	47	0.84	0.635
Colombia	54	0.55	0.057	51	0.69	0.058	63	0.77	0.059	130	0.46	0.093	36	0.63	0.051	66	0.77	0.631
Romania	55	0.55	0.058	53	0.69	0.06	61	0.78	0.062	76	0.65	0.088	8	0.69	0.061	134	0.41	0.627
Malawi	56	0.54	0.059	64	0.64	0.067	47	0.84	0.049	116	0.52	0.087	68	0.57	0.047	58	0.79	0.625
Senegal	57	0.54	0.063	52	0.69	0.066	66	0.75	0.065	59	0.72	0.075	115	0.47	0.068	53	0.81	0.63
Brazil	58	0.53	0.057	58	0.68	0.062	68	0.75	0.055	144	0.36	0.088	74	0.56	0.054	106	0.6	0.634
Namibia	59	0.51	0.06	65	0.64	0.067	57	0.79	0.063	139	0.41	0.1	95	0.54	0.058	80	0.72	0.635

Fonte: Elaborado a partir de V-DEM Institute. *Varieties of Democracy (V-Dem) Report 2023*. Universidade de Gotemburgo, 2023.

A Figura 38, Pontuações dos Países no Índice de Democracia Liberal (LDI) e Todos os Componentes, de 2022, apresentada no Relatório do *V-Dem Institute* de 2023, detalha as pontuações dos países em diferentes dimensões de avaliação democrática, incluindo componentes como o índice de democracia eleitoral, componente liberal, componente igualitário, componente participativo e componente deliberativo. Essa segmentação permite uma análise mais granular e detalhada do desempenho democrático global, destacando tanto os avanços quanto os retrocessos significativos ao longo da última década (*V-Dem Institute*, 2023).

A tabela ordena os países de acordo com suas pontuações no Índice de Democracia Liberal (LDI), com os países escandinavos, como Dinamarca, Suécia e Noruega, liderando a classificação. Esses países obtêm altas pontuações em todos os componentes, especialmente no Componente Liberal, que mede a proteção de liberdades civis e o controle institucional sobre o poder executivo, e no Componente Igualitário, que avalia a distribuição equitativa de recursos e oportunidades entre os cidadãos (*V-Dem Institute, 2023*). A consistência de suas pontuações reflete o robusto compromisso dessas nações com a manutenção de instituições democráticas inclusivas e resilientes.

No contexto regional e global, observa-se que muitos países da América Latina apresentam pontuações intermediárias ou baixas, refletindo os desafios históricos enfrentados na consolidação democrática. O Brasil ocupa a 58ª posição no LDI, com uma pontuação de 0,53, um desempenho modesto que o coloca atrás de várias outras nações da região, como Uruguai e Costa Rica (*V-Dem Institute, 2023*). Esse posicionamento reflete limitações significativas em dimensões críticas da democracia. Por exemplo, o Brasil apresenta desempenho especialmente fraco no Componente Participativo, que mede o envolvimento da população em processos políticos, e no Componente Igualitário, evidenciando desigualdades substanciais que continuam a minar a equidade e a inclusão política (*V-Dem Institute, 2023*).

Além disso, a tabela destaca que o Brasil registrou um declínio no LDI nos últimos 10 anos, indicado pelo marcador de redução estatisticamente significativa (*V-Dem Institute, 2023*). Essa deterioração pode ser atribuída a uma série de fatores estruturais e conjunturais, incluindo a intensificação da polarização política, a fragilidade das instituições democráticas e os frequentes ataques à liberdade de imprensa e ao sistema judiciário, como já visto anteriormente nesta pesquisa (*V-Dem Institute, 2023*). A baixa pontuação no Componente Deliberativo, que avalia a qualidade do debate político e a capacidade de tomar decisões baseadas no interesse público, reforça essa tendência negativa.

Em comparação com outras nações latino-americanas, como Uruguai e Chile, que se destacam por desempenhos relativamente mais altos em componentes-chave, o Brasil encontra-se em uma posição de estagnação democrática (*V-Dem Institute, 2023*). Contudo, o país ainda mantém pontuações superiores às de outras democracias eleitorais da região, como Argentina e Colômbia, o que sugere a presença de uma base institucional que, embora fragilizada, ainda resiste a um retrocesso mais significativo.

No panorama global, os dados da tabela ilustram o padrão crescente de polarização democrática, com democracias consolidadas se fortalecendo, enquanto um grande número de países enfrenta retrocessos (*V-Dem Institute, 2023*). O Brasil, nesse contexto, representa um

exemplo de democracia eleitoral que enfrenta desafios complexos para alcançar um status mais liberal e equitativo. Essa análise ressalta a necessidade urgente de reformas que promovam maior participação cidadã, equidade socioeconômica e fortalecimento das instituições, como forma de reverter a trajetória de declínio e posicionar o país em um nível mais elevado de qualidade democrática.

Em conclusão, a Figura 38 expõe tanto os pontos fortes quanto as fraquezas estruturais das democracias globais e regionais. O desempenho do Brasil destaca os desafios de uma democracia em constante teste, com uma performance que reflete avanços limitados e a necessidade de esforços coordenados para fortalecer os pilares democráticos. A análise detalhada dos componentes fornece um roteiro claro para onde os esforços de melhoria devem ser direcionados, com especial ênfase em inclusão, participação e qualidade do debate político.

3.4 Os Impactos da Ultradireita: Comparando os Relatórios de 2020 e 2023 do *V-Dem*

A análise comparativa entre os relatórios de democracia do *V-Dem Institute* de 2020 e 2023 permite avaliar a evolução da qualidade democrática no Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro, especialmente considerando os anos de 2019 e 2022. Enquanto o relatório de 2020 refletia o estado democrático de 2019, marcando o início do governo, o documento de 2023 traça um panorama do cenário ao final do mandato presidencial. Assim, esta seção examina os dados apresentados nesses relatórios para compreender os impactos do governo Bolsonaro na qualidade democrática brasileira, abordando aspectos como autocratização, liberdade de expressão e funcionamento das instituições.

Com base nos relatórios do V-Dem Institute, publicados em 2020 e 2023, que analisam o estado da qualidade democrática no Brasil em 2019 e 2022, respectivamente, é possível identificar um quadro de acentuada deterioração democrática ao longo do governo de Jair Bolsonaro. O relatório de 2020, que apresenta os dados referentes ao ano de 2019, posicionava o Brasil em uma situação já preocupante no Índice de Democracia Liberal (LDI). O país estava destacado em laranja, o que indicava uma significativa autocratização, com um LDI relativamente baixo para um regime considerado democrático, em torno de 0,55, situando o Brasil na faixa dos "Top 30–40%" globalmente, refletindo um desempenho intermediário, mas já distante das democracias liberais consolidadas (V-Dem Institute, 2020). Essa classificação representava um declínio contínuo desde 2015, intensificado pelas primeiras ações de Jair Bolsonaro, marcadas por ataques às instituições democráticas, à imprensa e à liberdade de expressão. A concentração de poder no Executivo e o

enfraquecimento das instituições de controle foram fatores evidentes nesse período inicial do governo, consolidando o Brasil como um caso exemplar de democracia eleitoral em risco.

Já o relatório de 2023, que abrange os dados do ano de 2022, último do governo Bolsonaro, revela um aprofundamento dos retrocessos democráticos. O LDI do Brasil caiu para 0,48, atingindo o patamar mais baixo desde o início do governo, o que reforça a permanência do Brasil entre os países que mais experimentaram processos de autocratização no mundo durante aquele período (V-Dem Institute, 2023). Essa queda numérica reflete uma intensificação de práticas autoritárias, com a consolidação de discursos polarizadores e a disseminação de desinformação. O relatório de 2023 também enfatiza que o Brasil, mesmo permanecendo classificado como uma democracia eleitoral, registrou um aumento na repressão a movimentos sociais, restrições à liberdade de imprensa e ataques constantes às instituições do sistema de freios e contrapesos, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além do questionamento da integridade do processo eleitoral, especialmente durante o pleito de 2022.

Assim, comparando os dados de 2019 com os de 2022, observa-se que a diferença de 0,07 pontos no LDI entre esses anos representa mais do que uma variação numérica: é um indicador de um processo consistente de erosão democrática, no qual liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão e a autonomia das instituições, foram deliberadamente enfraquecidas. Enquanto em 2019 os dados já apontavam uma redução considerável na liberdade de imprensa e no pluralismo político, os indicadores de 2022 mostram que essas tendências se agravaram significativamente. O espaço cívico foi ainda mais limitado, com jornalistas, ativistas e opositores do governo sendo alvos de ataques diretos e indiretos. O relatório de 2023, inclusive, destaca que o Brasil manteve-se no grupo de países com maior declínio democrático global, compartilhando esse status com outras nações em processo de autocratização acelerada, como Hungria e Turquia (*V-Dem Institute*, 2023).

Além disso, o contexto político de 2022 apresentou características específicas que amplificaram os retrocessos democráticos. O relatório aponta que o uso massivo de desinformação nas redes sociais foi um elemento central para alimentar a polarização política e deslegitimar as instituições democráticas. Durante o período eleitoral, a campanha de Jair Bolsonaro utilizou estrategicamente narrativas conspiratórias para desacreditar o sistema eleitoral, o que, segundo o relatório, contribuiu para um clima de desconfiança institucional sem precedentes na história democrática recente do Brasil. Esse ambiente polarizado resultou

em um aumento no índice de repressão a manifestações políticas e no fortalecimento de movimentos autoritários que questionavam os pilares da democracia liberal.

No entanto, o relatório de 2023 também aponta uma leve melhora no LDI no final de 2022, atribuída à eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. A vitória de Lula simbolizou uma possível reversão no ciclo de autocratização ao sinalizar a continuidade do sistema democrático e a rejeição popular ao autoritarismo crescente. Contudo, o relatório adverte que o Brasil enfrenta desafios significativos para reconstruir sua qualidade democrática. A persistência de uma forte polarização política, aliada à fragilidade das instituições, representa um obstáculo para a consolidação de uma recuperação democrática sustentável (*V-Dem Institute, 2023*).

Assim, ao analisar os dados e tendências apresentados nos relatórios de 2020 e 2023, é possível afirmar que o governo Bolsonaro teve impactos profundos e negativos sobre a qualidade democrática no Brasil. O declínio do LDI ao longo de seu mandato evidencia a consolidação de um processo de autocratização que, embora não tenha transformado o Brasil em um regime completamente autoritário, comprometeu seriamente elementos fundamentais da democracia liberal. A comparação dos dados demonstra que os ataques sistemáticos às instituições e às liberdades civis, combinados com uma retórica política polarizadora, colocaram o Brasil em um caminho de fragilidade democrática, do qual ainda será necessário um esforço significativo para se recuperar.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou compreender o impacto de governos de ultradireita na qualidade democrática, com foco no estudo de caso do Brasil durante o governo de Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022. O objetivo central foi identificar de que maneira os mecanismos e estratégias políticas adotados por líderes de ultradireita contribuem para a deterioração da democracia, considerando o contexto global de declínio democrático já identificado por outros estudos. Ao longo desta investigação, foram utilizados índices e dados quantitativos, como os relatórios do *V-Dem*, complementados por análises qualitativas de políticas, discursos e ações governamentais. A pesquisa permitiu uma visão aprofundada sobre como Jair Bolsonaro utilizou-se da retórica polarizadora e da fragilização institucional como ferramentas de poder, impactando significativamente a democracia brasileira.

A análise realizada nos capítulos centrais revelou que o Brasil, que já apresentava sinais de deterioração democrática antes de 2019, intensificou seu processo de autocratização durante o governo Bolsonaro. Em 2019, conforme apontado pelo relatório *V-Dem* de 2020, o

Índice de Democracia Liberal (LDI) do Brasil situava-se em 0,55, o que já indicava um quadro intermediário e sinais de retrocesso. E esse índice foi reduzido ainda mais em 2022, alcançando 0,48, conforme o relatório *V-Dem* de 2023, consolidando o Brasil como um dos países com maior declínio democrático global. Esse dado reflete não apenas um enfraquecimento de liberdades civis e direitos fundamentais, mas também uma crise profunda no funcionamento das instituições democráticas, incluindo ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF), deslegitimação do processo eleitoral e restrições à liberdade de imprensa.

A avaliação do ideal de democracia liberal está intrinsecamente vinculada à proteção de direitos individuais e de minorias, bem como à limitação do poder político, em especial do Executivo. Conforme definido no *Codebook v14* do Instituto Variedades da Democracia (*V-Dem*, 2023; Coppedge *et al.*, 2024), o princípio liberal da democracia pressupõe um modelo "negativo" de poder, no qual a qualidade democrática é determinada pela imposição de limites ao governo por meio de liberdades civis protegidas constitucionalmente, um judiciário independente, um Estado de Direito robusto e mecanismos de controle e equilíbrio eficazes (Coppedge, 2015; Coppedge *et al.*, 2024). Esses elementos são projetados para conter possíveis abusos do poder executivo e evitar tanto a tirania do Estado quanto a tirania da maioria (*V-Dem*, 2023).

Além disso, o índice de democracia liberal também integra a dimensão da democracia eleitoral, reforçando a ideia de que a combinação entre eleições livres e justas e a garantia de direitos fundamentais é essencial para uma democracia plenamente funcional (Coppedge *et al.*, 2024). No entanto, uma análise crítica evidencia que a aplicação prática desses critérios nem sempre reflete o ideal teórico. Em muitos contextos, as limitações institucionais e culturais, bem como as assimetrias de poder, comprometem a eficácia dessas salvaguardas democráticas, resultando em um descompasso entre o índice medido e a realidade política de algumas nações.

Dessa forma, embora a abordagem metodológica do *V-Dem* permita uma mensuração mais precisa da qualidade democrática, é necessário reconhecer as limitações inerentes à universalização desses critérios, especialmente em contextos de transição democrática ou de regimes híbridos. Essa perspectiva ressalta a importância de contextualizar a avaliação dos índices em relação às dinâmicas históricas, culturais e políticas de cada país.

Ademais, ao responder à pergunta de pesquisa proposta — como a ultradireita influencia o declínio democrático? —, a presente pesquisa evidencia que a atuação de governos de ultradireita opera em múltiplas frentes. Primeiramente, há um uso sistemático da retórica autoritária para questionar valores democráticos, muitas vezes acompanhada de

narrativas conspiratórias que minam a confiança pública em instituições centrais. Em segundo lugar, verificou-se o uso estratégico de redes sociais e plataformas digitais para disseminação de desinformação e polarização política. Por fim, destacam-se as políticas públicas que enfraquecem ativamente os mecanismos de controle e fiscalização, além de limitar a participação da sociedade civil em debates críticos. O caso brasileiro ilustra como esses fatores, combinados, são capazes de acelerar o declínio democrático em um curto período.

Em termos de contribuições, este estudo avança ao integrar análises quantitativas e qualitativas para traçar um panorama abrangente do impacto de governos de ultradireita sobre a democracia. No plano acadêmico, ele fornece evidências empíricas que corroboram teorias sobre autocratização e declínio democrático, ao mesmo tempo em que oferece um estudo de caso detalhado que contribui para a literatura sobre o contexto latino-americano. Socialmente, esta pesquisa ressalta a urgência de fortalecer instituições democráticas e promover uma cidadania ativa que seja capaz de resistir às narrativas polarizadoras e autoritárias. Outrossim, o trabalho também evidencia a necessidade de regulamentação das plataformas digitais, que desempenharam um papel central na amplificação de desinformação e no fomento de crises institucionais durante o governo Bolsonaro.

Entretanto, esta pesquisa também apresenta limitações que devem ser reconhecidas. Em termos metodológicos, a análise quantitativa baseada em índices de qualidade democrática, como o *V-Dem*, oferece uma visão geral robusta, mas carece de detalhamento em níveis regionais ou setoriais dentro do Brasil. Além disso, a dependência de dados secundários limita a capacidade de verificar em profundidade as condições locais específicas que podem ter influenciado os indicadores. Outra limitação diz respeito ao período analisado: enquanto o foco no governo Bolsonaro permite uma análise específica e detalhada, uma avaliação de longo prazo poderia elucidar melhor os efeitos duradouros de sua administração sobre a democracia brasileira. Assim como uma análise aprofundada e minuciosa da qualidade democrática desde antes do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff enriqueceria muito a pesquisa.

Os resultados obtidos também trazem importantes implicações. Eles mostram que a ascensão de governos de ultradireita não é apenas um reflexo de crises institucionais preexistentes, mas também um fator que as exacerba e acelera. Isso demanda atenção redobrada de acadêmicos, formuladores de políticas e organizações da sociedade civil para a identificação precoce de sinais de autocratização. Além disso, os achados reforçam a

necessidade de proteger liberdades civis, assegurar a independência das instituições e investir na educação cívica como estratégias fundamentais para mitigar os riscos do autoritarismo.

A partir desta investigação, surgem várias direções possíveis para pesquisas futuras. Estudos comparativos entre diferentes países governados por líderes de ultradireita podem oferecer *insights* sobre padrões comuns e estratégias específicas de autocratização. Além disso, há uma lacuna a ser explorada em relação ao papel das redes sociais na formação de movimentos autoritários, especialmente em contextos democráticos fragilizados. Outro campo de investigação promissor é o impacto de políticas de desinformação e polarização sobre a confiança pública e a coesão social, bem como a efetividade de iniciativas para combatê-las.

Outrossim, diante da problemática discutida ao longo desta pesquisa, faz-se necessário retomar a questão apresentada na introdução: a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência em 2018 não deve ser interpretada como a causa do processo de erosão democrática no Brasil, mas sim como um reflexo de uma dinâmica já consolidada globalmente. O fenômeno do declínio democrático no país insere-se em um contexto mais amplo de crise das democracias liberais, caracterizado pelo crescimento de tendências autoritárias e pela emergência de lideranças que desafiam os valores e as instituições democráticas tradicionais (Barroso, 2022). Nesse sentido, Bolsonaro não foi o elemento desencadeador desse processo, mas um produto dele, surgindo em um cenário previamente marcado por fatores estruturais que minavam a estabilidade democrática brasileira.

Desde o início dos anos 2010, o Brasil apresentou sinais de fragilidade institucional e de erosão democrática, manifestados pela polarização política crescente, pela desconfiança generalizada nas instituições e pela insatisfação popular com os partidos tradicionais (LAPOP, 2018). A Operação Lava Jato, apesar de seu papel no combate à corrupção, também contribuiu para essa dinâmica, ao enfraquecer a confiança na classe política e minar o apoio a instituições como o Congresso Nacional (Silva, 2018). Esses eventos criaram um ambiente fértil para o surgimento de narrativas antissistêmicas e de líderes que prometiam romper com as práticas políticas tradicionais.

Bolsonaro ascendeu ao poder em 2018, em um momento em que essa crise de representatividade já estava consolidada. Ele não causou o declínio democrático, mas se inseriu em uma onda de insatisfação popular e polarização extrema que vinha se desenvolvendo ao longo da década anterior. Assim, sua eleição foi marcada pelo descrédito das elites políticas e pela demanda por soluções rápidas para problemas complexos, como a corrupção e a violência. Dessa forma, Bolsonaro foi não apenas beneficiário, mas também

reflexo de uma sociedade já profundamente dividida e desconfiada de suas instituições (BBC, 2019).

Internacionalmente, o Brasil também não esteve imune à influência de uma onda global de retrocessos democráticos, identificada por pesquisadores como a "recessão democrática" (Pereira, 2020; Huntington, 1994; 2003). Líderes populistas ao redor do mundo, tanto à direita quanto à esquerda, têm explorado fragilidades institucionais e promovido uma retórica de combate às elites que enfraquece os fundamentos democráticos. O Brasil, portanto, deve ser visto como parte desse movimento mais amplo, em que a tensão entre democracia e autoritarismo se torna mais visível.

Nesse sentido, é essencial compreender que o declínio democrático brasileiro não começou com Bolsonaro, mas é um processo multifacetado, que envolve fatores históricos, políticos e institucionais. Ao identificar e analisar essas dinâmicas, é possível perceber que a eleição de Bolsonaro foi o ponto culminante de um processo que já vinha se desenvolvendo e que continuou a se desdobrar durante seu governo. Assim, mais do que uma causa isolada, ele representa um sintoma de um momento de crise mais amplo que desafia os sistemas democráticos ao redor do mundo (Pereira, 2020).

Por fim, reforça-se aqui a importância desta pesquisa no atual cenário político global. A ascensão da ultradireita e o declínio democrático são fenômenos interconectados que colocam em risco não apenas a integridade das democracias nacionais, mas também a estabilidade das relações internacionais e a promoção de direitos humanos. Ao longo do processo investigativo, ficou evidente que o governo Bolsonaro exemplifica um caso paradigmático desse fenômeno, fornecendo lições valiosas para o entendimento das dinâmicas autoritárias em democracias contemporâneas. Como pesquisadora, a realização deste estudo não apenas expandiu meu entendimento sobre as complexidades do declínio democrático, mas também ressaltou a importância do compromisso com valores democráticos, tanto na prática acadêmica quanto na esfera pública. Espero que esta dissertação contribua para o fortalecimento do debate sobre a defesa da democracia, inspirando novas investigações e ações que promovam um futuro mais inclusivo, participativo e democrático para o Brasil e para o mundo.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D. 2003. **The form of property rights**: oligarchic vs. democratic societies. NBER Working Paper No. 10037. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w10037>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- ADORNO, T; FRENKEL-BRUNSWIK, W; LEVINSON, E. & SANFORD, D. 1950. **The authoritarian personality**. Nova Iorque: Harper and Row.
- AGÊNCIA BRASIL. Caminhos da Reportagem relembra ataques de 8 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-01/caminhos-da-reportagem-relembra-ataques-de-8-de-janeiro-de-2023>. Acesso em: 3 fev. 2025.
- ÁGH, Attila. The Orbán regime as the ‘perfect autocracy’: The emergence of the ‘zombie democracy’ in Hungary. **Politics in Central Europe**, v. 18, n. 1, p. 1-25, 2022.
- ALEXANDER, J. C. 2018. Vociferando Contra o Iluminismo: A ideologia de Steve Bannon. **Sociologia e Antropologia** [online], V. 8, N. 3, p. 1009-1023. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sant/a/bLLTnxyrMppVhCXwChrm6rN/>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- ALLCOTT, H.; GENTZCOW, M.. 2017. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**. V. 31, N. 2, p. 211-236. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257%2Fjep.31.2.211&fbclid=IwAR04My3>. Acesso em: 26 abr. 2024.
- ALVES, E. E. C. et al. 2022. Como fazer uma revisão sistemática da literatura? Um guia prático em governança marinha. **Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências**. Boa Vista: Editora IOLE, p. 67-117.
- AMARAL, A. 1938. **O Estado autoritário e a realidade nacional**. São Paulo: Editora Cultura. ISBN 979104310899.
- AMBINDER, M. 2009. How Democrats Won The Data War In 2008. **The Atlantic**. Disponível em <https://www.theatlantic.com/politics/archive/2009/10/exclusive-howdemocrats-won-the-data-war-in-2008/27647/>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- AMINZADE, R. 2013. The dialectic of nation building in postcolonial Tanzania. **The Sociological Quarterly**, V. 54, N. 3, p. 335-366.
- ARENDT, H. 1967. **Origins of Totalitarianism**. Londres: Allen & Unwin.
- ARGON, Alexandre; GONÇALVES, Patrícia. Ideologia e polarização política no Brasil: origens, causas e consequências. **Humanidades em Perspectivas**, v. 4, n. 8, p. 107-120, 2022.
- ASHBEE, E. P. J. 2019. Buchanan and the Death of the West. In SEDGWICK, Mark (ed.) **Key Thinkers of the Radical Right: Behind the New Threat to Liberal Democracy**. Londres: Oxford University Press.
- ASSIS, C. C. de; RIBEIRO, R. A.; GARCIA, A. S. **Integração Regional Africana: Panorama, Avanços e Desafios**. Boletim de Economia e Política Internacional, n. 32, jan./abr. 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11193/1/bepi_32_integracao_regional.pdf. Acesso em: 5 fev. 2025.

AVRITZER, L.; SANTANA, E.; BRAGATTO, R. C. **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

AYERBE, L. F. 2018. O conservadorismo de Donald Trump no contexto do debate contemporâneo sobre populismo. **Mundo e Desenvolvimento: Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**, V. 1, N. 1, p. 39-50.

BALLOUSIER, A. V. 2024. Brasil sairá da 'ONU comunista' se for eleito, diz Bolsonaro. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/brasil-saira-da-onu-comunista-se-for-eleito-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BALTA, E. 2021. What is new about New Nationalism: A comparative analysis. In: **2021 IPSA World Congress of Political Science**. p. 10-15.

BARBOSA, J. R. 2016. Skinheads chauvinistas: integralistas, os “carecas do subúrbio” e o nacional-socialismo brasileiro. **Tempos conservadores: estudos críticos sobre as direitas**. Goiânia: Gárgula, p. 77-96.

BARDIN, L. 2004. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004. caps. 1 e 2.

BAR-ON, T. 2018. The radical right and nationalism. **The Oxford handbook of the radical right**, V. 1, p. 17-41. Oxford University Press.

BARROSO, Luís Roberto. A Democracia sob pressão: o que está acontecendo no mundo e no Brasil. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, n. 1, p. 33-56, 2022.

BATALLA, E. V.; BARING, Rito. 2019. Church-state separation and challenging issues concerning religion. **Religions**, V. 10, N. 3, p. 197. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/rel10030197>. Acesso em: 23 jun. 2024.

BBC. **O populismo é uma ameaça à democracia?** 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9xr665p6l6o>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BBC. 2022. **Ucrânia e Rússia: por que Putin invadiu o país vizinho?** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60606340>. Acesso em: 6 jan. 2025.

BBC. 2021. **Ucrânia e a ameaça russa: por que Putin quer tanto controlar o país**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-59574135>. Acesso em: 6 jan. 2025.

BELLIN, E. The robustness of authoritarianism in the Middle East: Exceptionalism in comparative perspective. **Comparative politics**, V. 36, N. 2, p. 139-157, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/4150140>. Acesso em: 13 mar. 2024.

BERNHARD, M.; O'NEILL, D. I. 2018. The persistence of authoritarianism. **Perspectives on Politics**, V. 16, N. 3, p. 595-598. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1537592718001810>. Acesso em: 23 jun. 2024.

BERTONHA, J. F. 2001. **Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil**. Revista Brasileira de História, V. 21, N. 40, p. 85-104, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882001000100005>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BERTONHA, João Fábio. 2010. **Bibliografia orientativa sobre o integralismo: 1932-2007**. Jaboticabal: Funep.

_____. Integralismo. 2014. **Problemas, perspectivas e questões historiográficas**. Maringá, PR: EdUEM.

_____. **Plínio Salgado. Biografia política (1895-1975)**. 2018a. São Paulo: Edusp.

_____. **Salgado, Reale e Barroso. Políticos e intelectuais em circulação entre o Brasil, a Itália, a Alemanha, a França e Portugal**. 2018b. Perseu: História, Memória e Política, v. 12, p. 11-37.

BIANCHI, A.; MELO, D. 2023. Fascisms: A view from the South. In: PINHEIRO-MACHADO, R.; VARGAS-MAIA, T. (Ed.). **The rise of the radical right in the Global South**. Abingdon: Routledge. p. 15-35. ISBN 9781003193012.

BIEBRICHER, T. 2020. Neoliberalism and authoritarianism. **Global Perspectives**, V. 1, N. 1, p. 11872. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/001c.11872>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BLANK, T.; SCHMIDT, P. 2003. National identity in a united Germany: Nationalism or patriotism? An empirical test with representative data. **Political psychology**, V. 24, N. 2, p. 289-312.

BOBBIO, N. 1997. **Left and Right: The Significance of a Political Distinction**. Chicago: University of Chicago Press.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: da democracia populista à democracia de cooptação. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 63, 2017, p. 29–49. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/kTX9JHLJzF3cpwzjZBqfXhg/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

BOIX, Carles; WEIFFEN, Brigitte. **Ondas globais de mudança: traçando a ascensão e o declínio da democracia**. Open Research Online, 2024. Disponível em: https://oro.open.ac.uk/101156/1/Weiffen_Report-Democracia_final.pdf. Acesso em: 3 fev. 2025.

BONIKOWSKI, B. 2017. Ethno-nationalist populism and the mobilization of collective resentment. **The British journal of sociology**, V. 68, p. S181-S213.

BOYM, S. 1999. Conspiracy theories and literary ethics: Umberto Eco, Danilo Kiš and The protocols of Zion. **Comparative literature**, p. 97-122. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1771244>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL DE FATO. STF deve apurar envolvimento de militares nos ataques de 8 de janeiro; inquérito é prorrogado. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/27/stf-deve-apurar-envolvimento-de-militares-nos-ataques-de-8-de-janeiro-inquerito-e-prorrogado>. Acesso em: 3 fev. 2025.

BRAUNE, J. 2019. Who's Afraid of the Frankfurt School? "Cultural Marxism" as an Antisemitic Conspiracy Theory. **Journal of Social Justice**, V. 9, N. 1, p. 1-25.

BROWN, W. 2019. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente; tradução Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.

BROWN, W. 2021. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas "democracias" do século XXI. **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**, p. 91.

BROWN, W.; GORDON, P. E.; PENSKY, M. 2018. **Authoritarianism: Three inquiries in critical theory**. University of Chicago Press.

BRUBAKER, W. R. 1990. **Citizenship and nationhood in France and Germany**. Columbia University.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Constituição 20 anos: Estado, democracia e participação popular**. Brasília: Edições Câmara, 2009. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2441/constituicao_20_anos_caderno.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

CAMUS, J.; LÉBOURG, N. 2017. **Far-right politics in Europe**. Harvard University Press.

CAROTHERS, T. 2015. Democracy Aid at 25: Time to Choose. In DIAMOND, Larry & PLATTNER, Marc F. (ed.). **Democracy in Decline?**. Baltimore: John Hopkins University Press, 77-98.

CALDEIRA NETO, O. 2016. **Frente nacionalista, neofascismo e novas “direitas” no Brasil**. Faces de Clio, V. 2, N. 4, p. 20-36.

_____. Integralismo contemporâneo ou neointegralismo? Sobre a viabilidade e possibilidades de uma definição. 2014. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; ECHEVERRÍA, Olga (Org.). **Las derechas en el cono sur, siglo XX**. Los Polvorines: Instituto del Desarrollo Humano, Universidad Nacional de General Sarmiento, p. 82-113.

_____. **Neofascismo, “nova república” e a ascensão das direitas no Brasil**. 2020. Conhecer: Debate entre o Público e o Privado, V. 10, N. 24, p. 120-140.

CARRIÓN, Julio. **El Salvador bajo Nayib Bukele: el giro hacia el autoritarismo electoral**. *Revista de Ciencia Política*, v. 44, n. 2, p. 295-320, 2024. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-090X2024000200295&script=sci_arttext. Acesso em: 3 fev. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

CASARÕES, Guilherme. 2019. **Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro**. *Pensamiento propio*, V. 24, p. 231-274.

CASARÕES, G.; FLEMES, D. 2019. **Brazil first, climate last: Bolsonaro's foreign policy**.

CASARÕES, G. 2020. The first year of the Bolsonaro's foreign policy. **Latin America and the new global order: dangers and opportunities in a multipolar world**, edited by A. Mori, p. 81-109.

CASARÕES, G.; MAGALHÃES, D. 2021. The hydroxychloroquine alliance: how far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug. **Revista de Administração Pública**, V. 55, p. 197-214.

CASTELLS, M. 2018. **Rupture: The crisis of liberal democracy**. John Wiley & Sons.

CENTER FOR AMERICAN PROGRESS. 2024. **The Rise of Far-Right Populism Threatens Global Democracy and Security**. Disponível em: <https://www.americanprogress.org/article/rise-far-right-populism-threatens-global-democracy-security/>. Acesso em: 9 jun. 2024.

CENTER FOR SYSTEMIC PEACE. 2024. **Polity Project**. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/polityproject.html>. Acesso em: 5 jun. 2024.

CENTER FOR SYSTEMIC PEACE. 2024. **Polity5 Users' Manual**. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/inscr/p5manualv2018.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2024.

CENTER FOR SYSTEMIC PEACE. **Polity IV Project: Political Regime Characteristics and Transitions, 1800-2018**. Viena, VA: Center for Systemic Peace, 2019. Disponível em: <http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA. **África e a Primavera Árabe: Uma Nova Era de Expectativas Democráticas**. Disponível em: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASR01PT-%C3%81frica-e-a-Primavera-%C3%81rabe-Uma-Nova-Era-de-Expectativas-Democr%C3%A1ticas.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2025.

CHADE, Jamil. Brasil vive processo de "autocratização"; democracia recua 30 anos no mundo. UOL Notícias, 21 mar. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/03/21/brasil-vive-processo-de-autocratizacao-democracia-recua-30-anos-no-mundo.htm>. Acesso em: 3 fev. 2025.

CHAIA, Vera Lucia Michalany; BRUGNAGO, Fabricio. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2014.

CHAPOUTOT, J. 2022. A revolução cultural nazista. **Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros**.

CHAPOUTOT, J. 2018. **The law of blood: Thinking and acting as a nazi**. Harvard University Press.

CNN BRASIL. **Bolsonaro pede ao TSE anulação de votos em parte das urnas nas eleições de 2022**. 22 nov. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-pede-ao-tse-anulacao-de-votos-em-parte-das-urnas-nas-eleicoes-de-2022/#:~:text=Bolsonaro%20pede%20ao%20TSE%20anula%C3%A7%C3%A3o,elei%C3%A7%C3%B5es%20de%202022%20%7C%20CNN%20Brasil>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CNN BRASIL. **Hungria não pode mais ser considerada democracia plena, diz Parlamento da UE**. CNN Brasil, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/hungria-nao-pode-mais-ser-considerada-democracia-plena-diz-parlamento-da-ue>. Acesso em: 14 jan. 2025.

CNN BRASIL. **Javier Milei é eleito presidente da Argentina**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/javier-milei-e-eleito-presidente-da-argentina/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

COPPEDGE, Michael *et al.* **V-Dem Codebook v14**. Varieties of Democracy (V-Dem) Project, 2024.

COPPEDGE, Michael *et al.* 2024. **V-Dem Methodology v14**. V-Dem working paper forthcoming.

COOPER, M. 2017. **Family values: Between neoliberalism and the new social conservatism**. Princeton University Press.

CORNELIO, J.; LASCO, G. 2020. Morality politics: Drug use and the Catholic Church in the Philippines. **Open theology**, V. 6, N. 1, p. 327-341.

COWAN, B. A. 2021. **Moral majorities across the Americas: Brazil, the United States, and the Creation of the religious right**. UNC Press Books.

CRAMER, Katherine J. 2016. **The politics of resentment: Rural consciousness in Wisconsin and the rise of Scott Walker**. University of Chicago Press.

CUNHA, Márcia Pereira; OTA, Nilton Ken. **Extrema direita e educação no Brasil**. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 46, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/educpes/article/view/2020>. Acesso em: 08 fev. 2025.

CURINI, L.; FRANZESE, R. (ed.). 2020. **The SAGE Handbook of Research Methods in Political Science and International Relations**. London: SAGE.

Varieties of Democracy (V-Dem) Project. 2024. **University of Gothenburg, V-Dem Institute**, 2024. Disponível em: <https://v-dem.net/data/reference-documents/>. Acesso em: 5 jun. 2024.

DAHL, Robert A. 2006. **A preface to democratic theory**. University of Chicago Press, 2006.

DAHL, Robert. 1998. **Sobre a Democracia**, traduzido por Beatris Sidou. Brasília: UNB.

DAHL, Robert A. 1989. **Democracy and its Critics**. Yale University Press.

DAHL, Robert A. 1971 **Polyarchy: Participation and Opposition**. New Haven: Yale University Press. p. 257.

DAHL, Robert A.; SHAPIRO, Ian; CHEIBUB, José Antônio (Ed.). 2003. **The democracy sourcebook**. Mit Press.

DA EMPOLI, Giuliano. 2019. **Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. Vestígio Editora.

DALY, Tom Gerald; JONES, Brian Christopher. 2020. Parties versus democracy: Addressing today's political party threats to democratic rule. **International Journal of Constitutional Law**, V. 18, N. 2, p. 509-538. Disponível em: <https://academic.oup.com/icon/article/18/2/509/5880170>. Acesso em: 9 jun. 2024.

DIAMOND, Larry. 2015. **Facing Up to the Democratic Recession**. In DIAMOND, Larry & PLATTNER, Marc F. (ed.). *Democracy in Decline?*. Baltimore: John Hopkins University Press, p. 98-119.

DW. **Para além da AfD: onde mais a ultradireita avança na Europa?** Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/para-al%C3%A9m-da-afd-onde-mais-a-ultradireita-avan%C3%A7a-na-europa/a-66045666>. Acesso em: 22 jan. 2025.

DW. **"Nossa vitória só foi adiada", diz Marine Le Pen**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/nossa-vit%C3%B3ria-s%C3%B3-foi-adiada-diz-marine-le-pen/a-69589598>. Acesso em: 22 jan. 2025.

_____; PLATTNER, Marc F. Ed. 2015. **Democracy in Decline?** Baltimore: John Hopkins University Press.

_____. (1997). **The End of the Third Wave and the Global Future of Democracy**. HIS Political Science Series. Working Paper 45. Vienna: Institute for Advanced Studies, publicado em [http://irihs.ihs.ac.at/1000/1/pw_45.pdf] Acesso em: 15 abr. 2024.

DOTTA, Renato Alencar. 2012. **Um esboço necessário sobre a trajetória do integralismo brasileiro—Da AIB ao ciberintegralismo (1932 a atualidade)**. Boletim do Tempo Presente, N. 03.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. 2018. **National populism: The revolt against liberal democracy**. Penguin UK.

EL PAÍS. **Meloni visita por surpresa a Trump en Mar-a-Lago**. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2025-01-05/meloni-visita-por-sorpresa-a-trump-en-mar-a-lago.html>. Acesso em: 22 jan. 2025.

ÉLTETŐ, Andrea; SZEMLÉR, Tamás. Hungary in the European Union—cooperation, peacock dance and autocracy. **Comparative Southeast European Studies**, v. 71, n. 3, p. 272-299, 2023.

FAGNANI, Eduardo. As políticas sociais e a Constituição de 1988. In: **Boletim de Políticas Sociais**, n. 17, 2009, p. 541. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4353/1/bps_n.17_pol%C3%ADticasocial.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

FALTER, Jürgen W.; SCHUMANN, Siegfried. 2013. Affinity towards right-wing extremism in Western Europe. In: **Right-Wing Extremism in Western Europe**. Routledge. p. 96-110.

FAUSTO, Boris. 2001. **O pensamento nacionalista autoritário:(1920-1940)**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Bolsonaro acumula 99 ataques à imprensa em 2019, diz Fenaj. **GI**, 1 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/01/bolsonaro-acumula-99-ataques-a-imprensa-em-2019-diz-fenaj.ghtml>. Acesso em: 3 fev. 2025.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. Relatório da Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil 2021. **Fenaj**, 2021. Disponível em: <https://www.fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Relatorio-Violencia-2021.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2025.

FERNANDES, Sabrina Evangelista. A democracia brasileira e seus inimigos. **Revista Katálysis**, v. 22, n. 1, 2019, p. 9–18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/kbflJY3yybw5PzV998gGK8y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2025.

FERNÁNDEZ, Mario Rios. **Regressão democrática e momento destituente na América Latina**. Instituto Humanitas Unisinos - IHU, 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/646191-regressao-democratica-e-momento-destituente-na-america-latina-artigo-de-mario-rios-fernandez>. Acesso em: 30 jan. 2025.

FERREIRA, Gustavo Souza. **Polarização no meio digital dificulta diálogo social**. Agência Universitária de Notícias – USP, 2019. Disponível em: <https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2019/07/05/polarizacao-no-meio-digital-dificulta-dialogo-social/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

FETZER, Thiemo. 2019. Did austerity cause Brexit?. **American Economic Review**, V. 109, N. 11, p. 3849-3886.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História, v. 24, n. 47, 2004, p. 29–60.

FIGUEIREDO, Dalson Britto. 2019. **Métodos quantitativos em ciência política**. Curitiba: Editora Intersaberes.

FITTIPALDI, Ítalo et al. 2017. **Crescimento econômico, democracia e instituições: quais as evidências dessas relações causais na América Latina?**. Revista de Sociologia e Política, V. 25, p. 115-129.

FLEURY, Sonia. **Populismo autoritário, desdemocratização e desmonte das políticas sociais: lições do caso brasileiro**. In: CIDADANIA EM PERIGO: democracia, direitos e políticas públicas no Brasil contemporâneo. Fiocruz, 2023.

FLYVBJERG, Bent. 2004. Five misunderstandings about case-study research. **Sociologisk tidsskrift**, V. 12, N. 2, p. 117-142.

FOLHA DE S.PAULO. **Lula tem vitória surpreendente, e ultradireita avança sobre escombros do PSDB**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/10/lula-tem-vitoria-surpreendente-e-ultradireita-avanca-sobre-escombros-do-psdb.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2025.

FONTANA, J. 1982. **Historia. Análisis del pasado y proyecto social**, Barcelona, Crítica Grijalbo.

FONSECA, Pedro Moreira da; COSTA, Andressa Liegi Vieira. **A democracia sob pressão: crise e sequência de autocratização no Brasil**. Revista Debates, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan.-abr. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/370576863_democracia_sob_pressao_crise_e_sequencia_de_autocratizacao_no_Brasil. Acesso em: 3 fev. 2025.

FORTI, Steven. 2021. **Extrema derecha 2.0: qué es y cómo combatirla**. Siglo XXI de España Editores.

FREEDOM HOUSE. 2024. Disponível em: <https://freedomhouse.org/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

FREEDOM HOUSE. 2024. Freedom in the World 2023 **Methodology Questions INTRODUCTION HISTORY OF FREEDOM IN THE WORLD**. Disponível em: <https://policycommons.net/artifacts/3763180/freedom-in-the-world-2023-methodology-questions-introduction-history-of-freedom-in-the-world/4568729/>. Acesso em: 5 jun. 2024.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World Scores**. Washington, D.C.: Freedom House, 2023. Disponível em: <https://freedomhouse.org/countries/freedom-world/scores>. Acesso em: 17 fev. 2024.

FUCS, José. **Integralistas estão de volta e resgatam camisas verdes**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 15 dez. 2019. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/integralistas-estao-de-volta-e-resgatam-camisas-verdes/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 28, n. 3, p. 560-593, 2022.

FUKUYAMA, Francis. 2015. Why is Democracy Performing So Poorly?. In DIAMOND, Larry & PLATTNER, Marc F. (ed.). **Democracy in Decline?**. Baltimore: John Hopkins University Press, 11-25.

FUKUYAMA, Francis. 1992. **The end of history?** The National Interest, 16 (Summer, 1992).

G1. **Giorgia Meloni: quem é a primeira-ministra italiana de direita radical com quem Lula se encontra.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/06/21/giorgia-meloni-quem-e-a-primeira-ministra-italiana-de-direita-radical-com-quem-lula-se-encontra.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2025.

G1. Google remove canal bolsonarista Terça Livre do YouTube após decisão judicial. *G1*, 15 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/07/15/google-remove-canal-bolsonari-sta-terca-livre-do-youtube-apos-decisao-judicial.ghtml>. Acesso em: 3 fev. 2025.

GALLAGHER, Michael. **The Conflict in Nagorno-Karabakh and Its Implications.** Cambridge University Press, 2022.

GEDDES, B., 1990. How the Cases You Choose Affect the Answers You Get: Selection bias in Comparative Politics. **Political Analysis**, 2, pp.131-150. DOI: 10.1093/pan/2.1.131.

GENTILI, Pablo. **A guerra contra a educação pública no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/2021>. Acesso em: 08 fev. 2025.

GEORGE, Cherian. 2016. **Hate spin: The manufacture of religious offense and its threat to democracy.** MIT Press.

GERRING, John. 2004. What is a case study and what is it good for? In: **American Political Science Review**, 98 (2), p. 341-354.

GIROTTO NETO, A. **A onda conservadora e as eleições de 2018 no Brasil.** 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/31271/1/Ondaconservadoraeleicoes_GirottoNeto_2020.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

GOMES, Maiko Jhonata De Araújo; DE MENEZES, Lucas Lira. A ascensão da direita radical no Leste Europeu e a perseguição aos direitos LGBTQIA+: compreendendo os casos da Hungria (2012-2022) e Polônia (2015-2022). **Conjuntura Austral**, v. 14, n. 65, p. 49-60, 2023.

GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Democracia, desinformação e radicalização.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2022. Disponível em: https://www.editora.puc-rio.br/media/ebook%20democracia,%20desinformacao%20e%20radicalizacao_.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

GONAWELA, A.'ndre et al. 2018. Speaking their mind: Populist style and antagonistic messaging in the tweets of Donald Trump, Narendra Modi, Nigel Farage, and Geert Wilders. **Computer Supported Cooperative Work (CSCW)**, V. 27, p. 293-326.

GONÇALVES, Leandro Pereira. 2009. **A intelectualidade integralista: nacionalismo e identidade na literatura de Plínio Salgado.** Locus: Revista de História, V. 15, N. 2.

GONÇALVES, L. P.; NETO, O. C. 2020. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo.** Editora FGV.

GRIFFIN, Roger. 2019. **Fascismo.** Alianza Editorial.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá; SILVA, Irma Dutra de Oliveira e. **Far-right populism and foreign policy identity: Jair Bolsonaro's ultra-conservatism and the new politics of alignment**. *International Affairs*, v. 97, n. 2, p. 345-363, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Feliciano-Guimaraes-2/publication/349975845_Far-right_populism_and_foreign_policy_identity_Jair_Bolsonaro's_ultra-conservatism_and_the_new_politics_of_alignment/links/606cb0fca6fdccf289fd4420/Far-right-populism-and-foreign-policy-identity-Jair-Bolsonaros-ultra-conservatism-and-the-new-politics-of-alignment.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

HABER, Stepen. 2006. Authoritarian Government. In: **The Oxford Handbook of Political Economy**, edited by Barry R. Weingast, and Donald A. Wittman, pp. 693-707. New York: Oxford University Press.

HADENIUS, A., & TEORELL, J. 2006. **Authoritarian Regimes: Stability, Change, and Pathways to Democracy, 1972–2003**. Kellogg Institute Working Paper Series.

HAO, Zhidong. Academic Freedom Under Siege: What, Why, and What Is to Be Done. **Academic Freedom Under Siege: Higher Education in East Asia, the US and Australia**, p. 1-36, 2020.

HARZING, Anne-Wil. 2023. *Publish or Perish*. Versão 8. Harzing.com. Software. Disponível em: <https://www.harzing.com/resources/publish-or-perish>. Acesso em: 19 jun. 2024.

HATZIKIDI, Katerina; DULLO, Eduardo. 2021. **A horizon of (im) possibilities: A chronicle of Brazil's conservative turn**. University of London Press.

HAWLEY, George. **Making sense of the alt-right**. Columbia University Press, 2017.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2023: Brasil**. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2023/country-chapters/brazil>. Acesso em: 3 fev. 2025.

HUNTINGTON, Samuel P. 1991. **Democracy's Third Wave**, publicado em *Journal of Democracy* [<https://www.ned.org/docs/Samuel-P-Huntington-Democracy-Third-Wave.pdf>]. Acesso em: 12 abr. 2024.

orge. 2017. **Making sense of the alt-right**. Columbia University Press.

HERMANSSON, Patrik et al. 2020. **The international alt-right: Fascism for the 21st century?**. Routledge.

HENRIQUES, Anna Beatriz Leite; LEITE, Alexandre Cesar Cunha; JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes Teixeira. 2015. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais. **Revista Debates**, V. 9, N. 1, p. 09-23.

HELD, D., 1991. A democracia, o Estado-Nação e o sistema global. **Lua Nova**, 23, pp.145-194. DOI:10.1590/s0102-64451991000100010.

HOBSBAWM, Eric. 1995. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.

HOLLYER, James R.; ROSENDORFF, B. Peter; VREELAND, James Raymond. Transparency, protest and democratic stability. **British Journal of Political Science**, v. 49, n. 4, p. 1251-1277, 2019.

HUNTINGTON, Samuel. 1994. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática.

HUNTINGTON, Samuel P. 2003. Democracy's Third Wave. In: DAHL, Robert A.; SHAPIRO, Ian; CHEIBUB, José Antônio (Ed.). *The democracy sourcebook*. Cambridge, MA: MIT Press, 2003. p. 106-111.

HTUN, Mala. 2003. **Sex and the state: abortion, divorce, and the family under Latin American dictatorships and democracies**. Cambridge University Press, 2003.

HUNTINGTON, S. P., 1968. **Political order in changing societies**. New Haven: Yale University Press.

INGLEHART, Ronald F.; NORRIS, Pippa. 2016. **Trump, Brexit, and the rise of populism: Economic have-nots and cultural backlash**. H. K. S. Working paper. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2818659>. Acesso em: 18 abr. 2024.

INTERNATIONAL IDEA. **Global State of Democracy Report 2022**. Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2022. Disponível em: https://www.idea.int/sites/default/files/news/news-pdfs/IDEA_GSoD_2022_GLOBAL_PRESS_RELEASE-EMBARGOED_Portuguese.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

JÜPSKAS, Anders Ravik; LEIDIG, Eviane. 2020. **Knowing what's (far) right: A compendium**. Oslo: Center for Research on Extremism.

KALB, Don; HALMAI, Gábor (Ed.). 2022. **Headlines of nation, subtexts of class: Working class populism and the return of the repressed in neoliberal Europe**. Berghahn Books.

KALIL, Isabela et al. 2021. Politics of fear in Brazil: Far-right conspiracy theories on COVID-19. **Global Discourse**, V. 11, N. 3, p. 409-425.

KELEMEN, R. Daniel. Will the European Union escape its autocracy trap?. **Journal of European Public Policy**, p. 1-24, 2024.

KELLSTEDT, Paul M. & WHITTEN, Guy D. 2015. **Fundamentos da Pesquisa em Ciência Política**. São Paulo: Blucher.

KIMMEL, Michael. 2017. **Angry white men: American masculinity at the end of an era**. New York, Hachette UK.

KNIJNIK, Jorge. To Freire or not to Freire: Educational freedom and the populist right-wing 'Escola sem Partido' movement in Brazil. **British Educational Research Journal**, v. 47, n. 2, p. 355-371, 2021.

LAPOP - LATIN AMERICAN PUBLIC OPINION PROJECT. **Corrupção combate-se com democracia**. 2018. Disponível em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/news/070418.Brazil-InteresseNacional.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025.

LACLAU, Ernesto. 2005. **On populist reason**. Verso.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. 2014. **Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics**. Verso Books.

LE MONDE. 2024. **La bataille de Kharkiv, en Ukraine, a eu raison de cette "ligne rouge" qu'Européens et Américains semblaient s'être fixée au début de la guerre**. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2024/06/06/la-bataille-de-kharkiv-en-ukraine-a-eu-raison-de-cette-ligne-rouge-qu-europeens-et-americaens-semblaient-s-etre-fixee-au-debut-de-la-guerre_6237555_3232.html. Acesso em: 6 jan. 2025.

LE MONDE. 2024. **Guerre en Ukraine : l'escalade nord-coréenne**. Disponível em: https://www.lemonde.fr/idees/article/2024/10/24/guerre-en-ukraine-l-escalade-nord-coreenne_6359157_3232.html. Acesso em: 6 jan. 2025.

LEVIN, Jack, FOX, James Alan. 2004. **Estatística para Ciências Humanas**. São Paulo: Prentice Hall.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan. 2015. The Myth of Democratic Recession. In DIAMOND, Larry & PLATTNER, Marc F. (ed.). **Democracy in Decline?**. Baltimore: John Hopkins University Press, 58-77.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. 2018. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.

LOVE, Joseph L. **A República Velha: evolução e declínio**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. 2022. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. Editora Contracorrente.

MAHONEY, James; KIMBALL, Erin; KOIVU, Kendra L. 2009. The logic of historical explanation in the social sciences. **Comparative Political Studies**, V. 42, N. 1, p. 114-146.

MAINWARING, Scott; BIZZARRO, Fernando. The fates of third-wave democracies. **Journal of Democracy**, v. 30, n. 1, p. 99-113, 2019.

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Why Latin America's democracies are stuck. **Journal of Democracy**, v. 34, n. 1, p. 156-170, 2023.

MALY, Ico. 2020. Metapolitical new right influencers: The case of Brittany Pettibone. **Social Sciences**, V. 9, N. 7, p. 113.

MASOOD, Ayesha; NISAR, Muhammad Azfar. 2020. **Speaking out: A postcolonial critique of the academic discourse on far-right populism**. Organization, V. 27, N. 1, p. 162-173.

MEDEIROS, Marcelo; BORBA, Julian. Medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, 2019, p. 24–50. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/SCmKT44FzwmGMp6jtBZ3Dfk/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

METAXAS, Panagiotis; FINN, Samantha T. 2017. The infamous# Pizzagate conspiracy theory: Insight from a TwitterTrails investigation. **Wellesley College Faculty Research and Scholarship**, V. 188, p. 1-5.

MEYERS, Deborah. **Political Repression in Belarus: Context and Consequences**. Oxford University Press, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Ideologia e polarização política no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 31, 2019, p. 1–30. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374926021_Ideologia_e_Polarizacao_Politica_no_Brasil. Acesso em: 28 jan. 2025.

MINKENBERG, Michael. 2000. The renewal of the radical right: Between modernity and anti-modernity. **Government and opposition**, V. 35, N. 2, p. 170-188.

MOISÉS, J.A. 2010. Os significados da democracia segundo os brasileiros. **Opinião Pública**, 16(2), pp.269-309. DOI:10.1590/s0104-62762010000200001.

MONDON, Aurelien; WINTER, Aaron. 2020. **Reactionary democracy: How racism and the populist far right became mainstream**. Verso Books.

MOREIRA DA FONSECA, Pedro; COSTA, Andressa Liegi Vieira. **A democracia sob pressão: crise e sequência de autocratização no Brasil**. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/370576863_democracia_sob_pressao_crise_e_sequencia_de_autocratizacao_no_Brasil. Acesso em: 3 fev. 2025.

MUDDE, Cas. 1995. **Right-wing extremism analyzed: A comparative analysis of the ideologies of three alleged right-wing extremist parties (NPD, NDP, CP'86)**. *European Journal of Political Research*, V. 27, N. 2, p. 203-224.

MUDDE, Cas. 2016. Introduction to the populist radical right. In: **The populist radical right**. Routledge. p. 19-28.

MUDDE, C. 2007. **Populist Radical Right Parties in Europe**, Cambridge, Cambridge University Press.

MUDDE, Cas. 2000. **The Ideology of the Extreme Right**. Manchester: Manchester University Press.

MUDDE, Cas. 2018. **The Far Right in America**. Londres: Routledge.

MUDDE, Cas. 2019. **The Far Right Today**. Cambridge: Polity Press.

MUDDE, C.; ROVIRA KALTWASSER, C. 2017. **Populism: A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press.

NOBRE, F.; MENDES PINI, A.; ANGEIRAS DE MENEZES, M. E. **O neopentecostalismo no Brasil e a convergência com a ultradireita no populismo reacionário de Jair Bolsonaro**. *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, v. 11, n. 21, p. 1–16, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ricri/article/view/66917>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NORD, Marina et al. Democracy report 2024: Democracy winning and losing at the ballot. **University of Gothenburg: V-Dem Institute**, 2024.

NUNES, Felipe. Polarização política dinâmica: evidências do Brasil. **Opinião Pública**, v. 29, n. 1, 2023, p. 42–68. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1I8TwSa4wNQ_MDA_7dd67_/3-%20Polariza%C3%A7%C3%A3o%20Pol%C3%ADtica%20Din%C3%A2mica.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

O GLOBO. **Justiça europeia pune mais uma vez Polônia por reforma judicial que viola o Estado de Direito**. *O Globo*, 5 jun. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/06/justica-europeia-pune-mais-uma-vez-poloni-a-por-reforma-judicial-que-viola-o-estado-de-direito.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2025.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. 2005. **Política Externa Brasileira**, São Paulo: Saraiva.

ORWELL, George. 2017. **The Collected Non-Fiction: Essays, Articles, Diaries and Letters, 1903-1950**. Penguin UK.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio Moretto. **Polarização e desinformação online no Brasil**. Biblioteca da Fundação Friedrich Ebert, 2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14629.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2025.

OZAWA, Joao VS et al. Attacks against journalists in Brazil: Catalyzing effects and resilience during Jair Bolsonaro's government. **The International Journal of Press/Politics**, v. 29, n. 4, p. 847-868, 2024.

PAPPAS, Takis S. 2019. **Populism and liberal democracy: A comparative and theoretical analysis**. Oxford, Oxford University Press.

PARLAMENTO EUROPEU. **Disinformation and Propaganda: Impact on the Functioning of the Rule of Law in the EU and its Member States**. Bruxelas: Parlamento Europeu, 2019. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=IPOL_STU\(2019\)608864](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=IPOL_STU(2019)608864). Acesso em: 3 fev. 2025.

PATEMAN, C. 1992. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PELE, Antonio; ASSY, Bethania. Academic freedom (s) in the drift towards authoritarianism (3/4): Brazil. **Droit & Sociétés: Théorie et sciences socialise du droit**, v. 5, 2019.

PEREIRA, J. M. **Democracias em crise**. 2020. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 102, p. 1-18. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/603/667>. Acesso em: 29 jan. 2025.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana et al. 2019. **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Oficina Raquel.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS MAIA, T. 2018. **As múltiplas faces do conservadorismo brasileiro**. Revista Cult, N. 234, p. 26-31.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, Tatiana (Ed.). 2023. **The rise of the radical right in the Global South**. Abingdon: Routledge.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. 2020. From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 10, n. 1, p. 21-31.

PINI, André. 2018. A Democracia em Declínio: aspectos regionais do continente africano. **REI-Revista de Estudos Internacionais**, V. 9, N. 3.

PINI, A. M. 2021. **Desinformação e Populismo Radical de Direita: o caso da eleição de Donald Trump em 2016**. 300 p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília.

PLENTA, Peter. 2020. Conspiracy theories as a political instrument: utilization of anti-Soros narratives in Central Europe. **Contemporary Politics**, V. 26, N. 5, p. 512-530.

PRICE, Lance. 2015. **The Modi effect: Inside Narendra Modi's campaign to transform India**. Hachette UK.

PRZEWORSKI, Adam. 2019. **Crises of democracy**. Cambridge University Press.

RAMOS, Alexandre Pinheiro et al. 2008. **O Integralismo entre a família e o Estado: uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937)**.

RIBEIRO, Elisa de Sousa; PINI, André Mendes; SANTOS, Júlio Edstron S. 2021. **O posicionamento do Brasil perante às Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde e a Organização Mundial do Comércio durante a pandemia de covid-19: quebra dos padrões tradicionais da diplomacia nacional**. In: ALVES, Gleisse Ribeiro et al. (org.). A crise da Covid-19 no Brasil e seus reflexos. Brasília: CEUB, p. 129-155.

ROY, Indrajit. 2023. India's fascist democracy. In: **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Routledge. p. 36-57.

RUNCIMAN, David. 2018. **How democracy ends**. Profile Books, 2018.

SANAHUJA, José Antonio; STEFANONI, Pablo. 2023. Introdução. In: SANAHUJA, José Antonio et al. **Extremas derechas y democracia. Perspectivas iberoamericanas**. Fundación Carolina. p. 7-11.

SANAHUJA, José Antonio; LÓPEZ BURIAN, Camilo. 2023. Las “nuevas derechas” y la ultraderecha neopatriota: conceptos, teoría y debates en el cruce de ideología y globalización. In: SANAHUJA, José Antonio et al. **Extremas derechas y democracia. Perspectivas iberoamericanas**. Fundación Carolina. p. 13-36.

SANAHUJA, José Antonio; BURIAN, Camilo López; VITELLI, Marina. 2023. The rise of the new far right in Latin America: Crisis of globalization, authoritarian path dependence and civilian-military relations. In: **The rise of the radical right in the global South**. Routledge. p. 112-124.

SANCTIS, Adriane. **Erosão democrática no Brasil de Bolsonaro**. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/erosao-democratica-no-brasil-de-bolsonaro/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SANTOS, Fabiano. A batalha entre os Poderes no Estado constitucional contemporâneo. **Revista de Informação Legislativa**, v. 60, n. 238, 2023, p. 59–80. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/60/238/ril_v60_n238_p59.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). **O início de um longo caminho: democracia, Constituição e reconstrução institucional no Brasil**. Observatório das Desigualdades, 2023.

SCHUINSKI, Rodrigo Menegat. **Democracias sofrem erosão antes de ruir**. *Deutsche Welle*, 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/democracias-sofrem-eros%C3%A3o-antes-de-ruir/a-63116697>. Acesso em: 30 jan. 2025.

SEN, A. K. 1999. **Democracy as a universal value**. *Journal of democracy*. 10(3), 3– 17, 1999.

SENADO FEDERAL. **Panorama Político 2023**. DataSenado, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/panorama-politico-2023>. Acesso em: 3 fev. 2025.

SILVA, Bruno Martins da; ROCHA, Marcelo de Medeiros. **Ódio e intolerância nas redes sociais digitais**. *Revista Kriterion*, Belo Horizonte, v. 60, n. 141, p. 231-250, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/3LNyLswf9rkhDStZ9v4YT3H>. Acesso em: 5 fev. 2025.

SILVA, K. **“Gripezinha” e desinformação: ataques à democracia brasileira durante o governo Bolsonaro**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/15699/1/KSilva.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SILVA, M. R. **Corrupção política e avaliação de governo: o caso da Lava Jato**. 2018. *Aurora - Revista de Direito*, v. 11, n. 1, p. 55-77. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/download/38307/26876>. Acesso em: 29 jan. 2025.

SILVA, Roberta Coeli Nunes da. **Polarização política e o impeachment de 2016: uma análise de redes sociais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30402/1/RobertaCoeli.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SILVA, Simon Riemann Costa e. Da redemocratização do Brasil através das Constituições de 1946 e 1988. **Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, ano 13, n. 26, segundo semestre de 2011, p. 189–207. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/download/1381/1261/0>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

SMITH, David Norman; HANLEY, Eric. 2018. The anger games: Who voted for Donald Trump in the 2016 election, and why?. **Critical sociology**, V. 44, N. 2, p. 195-212.

SMITH, Phillip A. Democratic Erosion in Brazil: The Bolsonaro Phenomenon. **Journal of Alternative Perspectives in the Social Sciences**, v. 12, n. 2, 2024.

SOUZA, Rafael; NASCIMENTO, Fernanda. **A influência da Brasil Paralelo na educação e cultura durante o governo Bolsonaro**. *Cadernos de Políticas Públicas*, v. 32, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.ufrj.br/cpp/article/view/2023>. Acesso em: 08 fev. 2025.

SPRINZ, Detlef F., WOLINSKY-NAHMIAS, Yael. (ed.). 2004. **Models, numbers & cases: methods for studying international relations**. Michigan: University of Michigan Press.

STANLEY, Jason. 2020. **How fascism works: The politics of us and them**. Random House Trade Paperbacks.

STREECK, Wolfgang. 2012. Citizens as customers: considerations on the new politics of consumption. **New Left Review**, N. 76, p. 27-47.

SUD, Nikita; SÁNCHEZ-ANCOCHEA, Diego. 2022. Southern discomfort: Interrogating the category of the Global South. **Development and Change**, V. 53, N. 6, p. 1123-1150.

TAVARES, Francisco Mata Machado; DA SILVA, Janaína Lima Penalva. Neoliberalismo Como Autoritarismo No Brasil Contemporâneo: Declínio Democrático E Peregimento Constitucional Em Nome Do Mercado, Da Ordem E Da Família: Neo-Liberalism As Authoritarianism In Contemporary Brazil: Democratic Decline And Constitutional Meltdown In The Name Of Market, Order And Family. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 41, n. 1, 2021.

TAVARES FURTADO, H.; EKLUNDH, E. 2022. Populism or the European condition. **Journal for the Study of Radicalism**, V. 16, N. 2.

TEITELBAUM, Benjamin R. Daniel Friberg and Metapolitics in Action. In: SEDGWICK, Mark (ed.) **Key Thinkers of the Radical Right: Behind the New Threat to Liberal Democracy**. Londres: Oxford University Press, 2019.

TEITELBAUM, Benjamin R. 2020. **War for Eternity: Inside Bannon's Far-Right Circle of Global Power Brokers**. Nova Iorque: Dey Street Books.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; BULGARELLI, Lucas. 2023. Gender and sexuality (still) in dispute: Effects of the spread of “gender ideology” in Brazil. In: **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Routledge. p. 158-171.

TEODORO, C. B.. 2021. Democratic Erosion in Brazil and Poland-a study of far-right governments and their impact on judiciary independence and the "gender ideology" agenda. **Repositório Aberto da Universidade do Porto**, 2021.

TEORELL, Jan et al. 2019. Measuring polyarchy across the globe, 1900–2017. **Studies in Comparative International Development**, V. 54, p. 71-95.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Democracy Index 2023**. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2022/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

THE WALL STREET JOURNAL. **How Javier Milei's Tough Remake of Argentina Made Him a MAGA Hero**. Disponível em: <https://www.wsj.com/world/americas/javier-milei-maga-hero-argentina-b9b0e7ce>. Acesso em: 22 jan. 2025.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - BRASIL. *Retrospectiva Brasil 2022*. Janeiro de 2023. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/conteudos-sobre/democracia/>. Acesso em: 3 fev. 2025.

UDUPA, Sahana. 2019. Nationalism in the digital age: Fun as a metapractice of extreme speech. **International Journal of Communication**, p. 3143-3163.

UGARTE, Beatriz Acha. 2021. **Analizar el auge de la ultraderecha: Surgimiento, ideología y ascenso de los nuevos partidos de ultraderecha**. Editorial Gedisa.

UOL NOTÍCIAS. **França vai perder mais um ano, diz Le Pen sobre resultado na eleição**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2024/07/07/vitoria-foi- apenas-adiad-a-diz-marine-le-pen.htm>. Acesso em: 22 jan. 2025.

VAN EVERA, Stephen. 1997. **Guide to methods for students of political science**. Cornell University Press.

VARIETIES OF DEMOCRACY (V-Dem). Disponível em: <https://www.v-dem.net/>. Acesso em: 1 jun. 2024.

V-DEM (Variedades da Democracia) Instituto. **V-Dem Codebook v14**. Gothenburg: University of Gothenburg, 2023. Disponível em: https://v-dem.net/documents/38/V-Dem_Codebook_v14.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

V-DEM (Variedades da Democracia) Instituto. **Democracy Report 2024: Autocratization Turns Viral**. Gothenburg: University of Gothenburg, 2024. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/44/v-dem_dr2024_highres.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

V-DEM INSTITUTE. **Democracy report 2020: autocratization surges – resistance grows**. 2020. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/14/dr_2020_dqumD5e.pdf. Acesso em: 4 dez. 2024.

V-DEM INSTITUTE. **V-Dem Democracy Reports**. [S.l.]: V-Dem Institute, Universidade de Gotemburgo, 2023. Disponível em: <https://www.v-dem.net/en/analysis/DemocracyReport/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

V-DEM INSTITUTE. **A Democracia a Ganhar e a Perder nas Urnas**. 2024. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/51/v-dem_dr_2024_portuguese_lowres_v2.pdf. Acesso em: 3 fev. 2025.

VENNESSON, Paul. 2008. Case studies and process tracing: theories and practices. In: DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael. **Approaches and Methodologies in Social Sciences: a pluralist perspective**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2008. p. 223-239.

VIEIRA, Liliane Cirino et al. 2022. **Mulheres no poder: a dimensão machista na trama do golpe contra Dilma Rousseff**. Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.5047>. Acesso em: 20 abr. 2024.

VILAR, P. 1980. **Iniciación al vocabulario histórico**, Crítica, Barcelona.

VISCARDI, Janaisa Martins. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trabalhos em Linguística aplicada**, v. 59, n. 2, p. 1134-1157, 2020.

WITTMAN, D. A. 1999. **O mito do fracasso da democracia: por que as instituições são eficientes?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

WOMICK, Jake et al. 2019. Group-based dominance and authoritarian aggression predict support for Donald Trump in the 2016 US presidential election. **Social Psychological and Personality Science**, V. 10, N. 5, p. 643-652.

ZAKARIA, Fareed. 1997. **The Rise of Illiberal Democracy**. Foreign Affairs, V.76, N. 6 nov./dez, p. 22.